

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES

INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES

INTERNACIONAIS

**LATITUDE E LONGITUDE: QUEM DOMINA O ENSINO E A
PESQUISA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL NO
BRASIL?**

Um estudo sobre a presença das escolas britânica e estadunidense

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

Florianópolis

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES

INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES

INTERNACIONAIS

**LATITUDE E LONGITUDE: QUEM DOMINA O ENSINO E A
PESQUISA DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL NO
BRASIL?**

Um estudo sobre a presença das escolas britânica e estadunidense

Dissertação/ submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Relações
Internacionais da Universidade Federal
de Santa Catarina para a obtenção do
Grau de mestre em Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Jaime César Coelho

DANIEL DA CUNDA CORRÊA DA SILVA

Florianópolis

2015

Este trabalho é dedicado aos cientistas sociais que trabalham pela descolonização do pensamento como ferramenta fundamental para a transformação social na América Latina, tão urgente quanto ignorada nos cursos de Relações Internacionais do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Estendo minhas primeiras reverências neste espaço aos meus pais, Fernando Luiz e Ana Paula. Meu pai representa para mim o meu espelho, a minha referência de conduta. É o porto seguro na mais completa acepção da palavra. Foram oito anos morando longe e preciso dizer: é muito bom te ter de volta.

Sem ter com quem me deixar, minha mãe me levava desde pequeno à Universidade. É bem verdade que o gosto pela Matemática não foi a principal herança que ela me deixou, mas ficou o legado do gosto pelo ambiente universitário, pelo estudo, pela dedicação e hoje, pela docência. Compartilhamos também, entre outras coisas, a paixão por um bom café.

Não poderia deixar de agradecer também à minha namorada, minha companheira, Flávia Aguiar Santos. Nosso amor nasceu exatamente durante o processo seletivo para o Mestrado, estás junto a mim nesta caminhada desde o começo. Foste a pessoa que mais viveu estes momentos junto comigo. Desde as dificuldades em conciliar a docência e a pós-graduação até o cumprimento – nem sempre assíduo – dos prazos de entrega das atividades do Programa. Faço a ti uma menção honrosa em nome do carinho, da compreensão e, sobretudo, da ternura com que me ajudaste a conduzir essa caminhada.

Aos meus amigos Guilherme Constantino Silva e Jefferson Peccori Viana, estendo meus cumprimentos por terem sido meus companheiros mais paradoxais deste trabalho. As contingências da vida estão nos levando para caminhos fisicamente distintos. Porém, a presença de vocês comigo é constante. Mantive diálogos intermináveis em pensamento com vocês dois para que me ajudassem a elaborar esta investigação. Companheiros da vida que se tornaram companheiros de luta. Se é verdade que os trabalhos jamais são feitos unicamente por duas mãos, as impressões digitais de vocês são as que mais estão presentes nas páginas que se seguem. Guilherme com uma valiosa capacidade de pensar para além de parâmetros preestabelecidos, Jefferson com ousadia e vitalidade impressionantes. Vocês me completam e me inspiram.

Aos meus grandes amigos que o curso de Relações Internacionais proporcionou: André Ricardo, o carisma inabalável e o companheirismo a qualquer tempo; Fabiana Isensee, em nome dos grandes momentos que passamos na França e que fortaleceu nossos laços de fraternidade, cultivados ainda hoje pelas visitas desde a Cidade Maravilhosa;

Gelson Santos, a conversa mais fácil e a amizade mais verdadeira; Rebeca Salles e Chayane Lavall, cujo bom humor e a disposição são verdadeiramente inspiradores.

Aos meus grandes amigos que o curso de Economia proporcionou: Maurício Mulinari, Luís Felipe Magalhães e Elder Arceno. Amigos da intelectualidade crítica e da combatividade dentro do movimento estudantil.

Aos meus amigos que vem de fora do círculo universitário, a quem saúdo com fervorosa gratificação: Khauê Vieira, Lucas Klein, Bruno Santos e Guilherme Ouriques. A companhia de vocês é essencial para dar vida à alma das amizades. A sensação de bem-estar que emana de suas companhias me faz muita diferença.

Aos companheiros da turma 2013.1 do Mestrado, em especial ao Ricardo Boff, cuja convivência ao longo desta etapa lamento não ter sido maior; à Samia Franco, pela agradável companhia de sempre; ao Lucas Ataliba, pela prestatividade e por me acompanhar nos últimos momentos do Mestrado; e à Laura Gomez, uma grande irmã paraguaia, por quem torço que retorne um dia para concretizar a contribuição potencial que tem reservada ao marxismo latino-americano.

À Marina Biage, Secretária Administrativa do PPGRI, pela competência e pela presteza para comigo, mesmo quando os lapsos quanto ao cumprimento de prazos do Programa me acometiam.

Ao professor Jaime Coelho, pela incrível liberdade que me concedeu para elaborar este trabalho e por ter colaborado comigo sempre que solicitei. As duas disciplinas que cursei, uma na graduação e outra na pós, encontram-se no âmbito dos grandes ensinamentos que tive ao longo da minha carreira universitária até o presente momento.

Gostaria de agradecer também aos estudantes que cursaram minhas disciplinas ao longo da experiência como professor substituto. Foi um período extremamente frutífero, cujas implicações também se concretizaram neste trabalho.

Por fim, gostaria de agradecer ao mestre Nildo Ouriques, por ter me apresentado as fronteiras do pensamento crítico latino-americano, combativo e revolucionário. Durante este Mestrado, qualificamos nossa relação de referência teórica entre o aprendiz e o mestre, para uma relação de amizade. Como estás sempre ao pé do canhão, espero também continuar te acompanhando na luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A todos vocês, muito obrigado!

RESUMO

A Economia Política Internacional surge e se consolida entre os anos de 1970 e 1990 na disciplina de Relações Internacionais dos Estados Unidos e da Inglaterra. Mesmo diferentes em sua epistemologia e ontologia, ambas se preocupam em encerrar o longo divórcio entre Economia e Política que acometeu por aproximadamente cem anos as Ciências Sociais, sob os corolários das escolas britânica e estadunidense de EPI. As diferentes feições da EPI desembarcaram no Brasil na década de 90, consolidando-se como campo de pesquisa ao longo dos anos 2000. No entanto, grande parte da docência e da pesquisa em EPI no Brasil destinam-se a reproduzir os esquemas explicativos de realidades alheias à nossa. Neste sentido, esta pesquisa se insere no debate acerca da Economia Política Internacional com o intuito de verificar qual das duas escolas de pensamento – britânica ou estadunidense – predomina na formação intelectual dos bachareis em Relações Internacionais no Brasil. São estudados os currículos dos cursos de RI mais renomados no Brasil e seus blocos de estudo acerca da Economia Política Internacional. Além disso, procura-se verificar qual destas duas escolas predomina na produção científica brasileira, a partir da análise das publicações em periódicos que tratam de temas relacionados à EPI. Por meio da interpretação dos temas estudados e dos autores de referência adotados se conclui qual das duas correntes de pensamento anglo-saxônico vigoram na pesquisa brasileira. Finalmente, a partir do levantamento dos dados precedentes, elabora-se uma proposta de disciplina da Economia Política Internacional latino-americana, com ênfase nas necessidades de estudo que demandam o continente.

Palavras-chave: Economia Política Internacional, ensino e pesquisa em relações internacionais, Economia Política Internacional latino-americana, subdesenvolvimento e dependência, descolonização do pensamento.

RESUMEN

La Economía Política Internacional surge y se consolida entre los años 1970 y 1990 en la disciplina de Relaciones Internacionales de los Estados Unidos e Inglaterra. Diferentes incluso en su epistemología y ontología, las dos se ocupan de cerrar el largo divorcio entre economía y política, que há durado por cerca de cien años en las ciencias sociales, bajo los corolarios de las escuelas británicas y americanas de EPI. Las diferentes características de la EPI desembarcaron en Brasil en los años 90, consolidándose como un campo de investigación durante los años 2000. Sin embargo, gran parte de la enseñanza y la investigación de la EPI en Brasil están destinados a reproducir los esquemas explicativos de realidades ajenas a la nuestra. En este sentido, esta investigación se inscribe en el debate sobre la economía política internacional con el fin de verificar cuál de las dos escuelas de pensamiento - británica o americana - prevalece en la formación intelectual de los graduados en Relaciones Internacionales en Brasil. Se estudian los planes de estudio de los más renombrados cursos de RI en Brasil y sus bloques de estudio de la economía política internacional. Además, se trata de encontrar el grado en el cual estas dos escuelas predominan en nuestra producción científica, basado en el análisis de las publicaciones en revistas que se ocupan de cuestiones relacionadas con el EPI. A través de la interpretación de los temas y autores de referencia estudiados se concluye cual de las dos corrientes anglosajonas prevalece en la investigación brasileña. Por último, sobre la base de una encuesta y de los datos anteriores, se elabora una propuesta de la disciplina Economía Política Internacional latino-americana, con énfasis en el estudio de las necesidades que requieren el continente.

Palabras-clave: Economía Política Internacional, enseñanza y investigación en Relaciones Internacionales, Economía Política Internacional latino-americana, subdesarrollo y dependencia, descolonización del pensamiento.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Cursos de Relações internacionais com Programas de Pós-Graduação no Brasil.....	61
Quadro 2: Divisão dos cursos por áreas de conhecimento.....	87
Quadro 3: Escola Predominante no campo da Economia Política Internacional em cada curso de graduação de RI no Brasil.....	87
Quadro 4: Periódicos com Índice Qualis A1, A2 e B1 na Área de Ciência Política e Relações Internacionais.....	89-93
Quadro 5: Periódicos com Índice Qualis A1, A2 e B1 na Área de Ciência Política e Relações Internacionais que possuem publicações no campo da Economia Política Internacional.....	94
Quadro 6: Publicações em EPI por periódico e correntes de pensamento dominantes nos artigos.....	107
Quadro 7: Publicações em EPI por periódico e correntes de pensamento dominantes nos artigos - Dados ajustados entre Escola Britânia e Escola Estadunidense.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição de Disciplinas nos cursos de RI por Área de Conhecimento.....	63
Tabela 2: Publicações em EPI por correntes de pensamento dominantes nos artigos (%).....	108
Tabela 3: Percentual de escolas predominantes nos periódicos brasileiros – Dados ajustados entre Escola Britânica e Escola Estadunidense.....	110
Tabela 4: Correntes de pensamento usadas em ensino e pesquisa em RI no Brasil.....	112
Tabela 5: Presença de correntes de pensamento em Teorias de RI na produção científica brasileira.....	113
Tabela 6: Percentual das escolas de pensamento dominantes em Economia Política Internacional no Brasil no ensino e na pesquisa.....	157

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução do número de cursos de RI no Brasil 1995-2015.....	59
Gráfico 2: Temas mais pesquisados em EPI nos periódicos brasileiros.....	106

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- APSA – American Political Science Association
- ABRI – Associação Brasileira de Relações Internacionais
- ASEAN – Association of Southeast Asian Nations
- BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
- BPSR – Brazilian Political Science Review
- BI – Bacharelado Interdisciplinar
- BESRC – British Economic and Social Research Council
- BISA – British International Studies Association
- CMN's – Companhias Multinacionais
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- DIT – Divisão Internacional do Trabalho
- EPI – Economia Política Internacional
- EPC – Economia Política Comparativa
- EPG – Economia Política Global
- ECOSOC – Economic and Social Council of the United Nations
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- GATT – General Agreement on Trade and Tariffs
- GPE – Global Political Economy
- IPE – International Political Economy
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IO – International Organization
- ISQ – International Studies Quarterly
- IPEG – International Political Economy Group
- LSE – London School of Economics and Political Science
- MEC – Ministério da Educação
- OEP – Open Economy Politics
- OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
- ONG's – Organizações Não-Governamentais
- PEA – Política Econômica da Abertura
- PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC/MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC/Rio – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RI – Relações Internacionais
RBPI – Revista Brasileira de Relações Internacionais
RIPE – Review of International Political Economy
SEP – Sociedade Brasileira de Economia Política
TD – Teoria da Dependência
TMD – Teoria Marxista da Dependência
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNILA – Universidade da Integração Latino-Americana
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UnB – Universidade de Brasília
UFU – Universidade Federal de Uberlândia
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
USP – Universidade de São Paulo
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UNESP-Mar – Universidade do Estado de São Paulo – Campus Marília
UNESP-Fra – Universidade do Estado de São Paulo – Campus Franca
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UE - União Europeia
WP – World Politics

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	155
1. O CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL.....	211
1.1 A Escola Estadunidense.....	28
1.1.1 Thomas Oatley.....	2828
1.1.2 Jeffry Frieden e David Lake: Perspectives on Global Power and Wealth... 301	
1.1.3 A Interdependência Complexa de Robert Keohane e Joseph Nye	333
1.1.4 Gilpin e o Realismo Estatocêntrico	366
Síntese do pensamento da Escola Estadunidense	444
1.2 A Escola Britânica	455
1.2.1 Programa de EPI – London School of Economics	466
1.2.2 Andre Broome – <i>Issues and Actors</i>	47
1.2.3 Michael Veseth – What is IPE?	48
Síntese do Pensamento da Escola Britânica	566
Capítulo 2 – A Economia Política Internacional no ensino de Relações Internacionais do Brasil.....	59
2.1 Apresentação dos dados e recorte da pesquisa	59
2.2 Avaliação dos cursos de RI e do Campo da Economia Política Internacional no Brasil.....	62
Capítulo 3 – A Economia Política Internacional nas Revistas Científicas de EPI no Brasil	89
Capítulo 4 – Por uma Economia Política Internacional Latino-Americana	112
4.1 A Teoria das Relações Internacionais no ensino e na pesquisa no Brasil	112
4.2 O colonialismo intelectual nas Ciências Sociais latino-americanas.....	116
4.3 Proposta de Ensino de Economia Política Internacional com enfoque latino-americano – Primeiro Semestre	119
Unidade 1: A Economia como ciência: Do mercantilismo à economia política clássica.....	120

Unidade 2: As doutrinas do livre-comércio e do protecionismo	124
Unidade 3: O processo de acumulação capitalista em escala global.....	126
Unidade 4: Pensamento Cepalino e a Teoria da Dependência	129
4.3 Proposta de Ensino de Economia Política Internacional com enfoque latino-americano – Segundo Semestre	135
Unidade 1: Transformações dos anos 70 e o Neoliberalismo na América Latina	135
Unidade 2: A crise da dívida na América Latina, a Globalização e as transformações na Economia Mundial a partir dos anos 80	136
Unidade 3: Financeirização da Economia, A crise de 2008 e seus impactos imediatos na economia política internacional	141
Unidade 4: As mudanças na Economia Política Internacional para a América Latina e para o mundo após a Crise Internacional.....	143
CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	Erro! Indicador não definido.
ANEXOS	168

INTRODUÇÃO

Em seu primeiro contato com as Relações Internacionais (RI) no Brasil, é possível que o leitor já tenha participado de um debate muito presente em nossa área. Nos primeiros semestres, os cursos de graduação em RI no Brasil procuram, via de regra, responder à seguinte questão: o que são as Relações Internacionais? São uma ciência? Um campo de estudo? Uma disciplina? Uma subárea apêndice das ciências duras? Afinal, o que define e justifica a existência do curso?

Em torno de uma dezena de textos são lidos em língua estrangeira – sobretudo inglesa – e ao fim, geralmente, a conclusão é a de que as Relações Internacionais são uma disciplina. Seguindo a tradição estadunidense de considerar as RI uma aliada da Ciência Política, seu surgimento teria ocorrido por volta da década de 20 do século passado e tomado maior fôlego após a Segunda Guerra Mundial.

Esta dissertação encontra-se, de certa forma, como partícipe do debate. No entanto, nossa intenção é a de discutir o campo da Economia Política Internacional (EPI), dentro de suas duas principais vertentes – a saber, a Escola Estadunidense¹ e a Escola Britânica –, buscando apresentar suas características determinantes e objetivando perceber qual das duas correntes predomina na formação acadêmica dos estudantes de RI no Brasil, bem como na pesquisa científica na área. Por meio da análise dos currículos e das ementas das disciplinas, buscaremos entender, grosso modo, que escola de pensamento predomina na formação dos bachareis em RI no que se refere à EPI, assim como apurar de que forma ele organiza seus eventuais programas de pesquisa traduzidos em publicações na área.

Ao realizarmos o balanço a respeito de que corrente de pensamento predomina no ensino e na pesquisa em Relações Internacionais no campo da EPI, podemos responder à

¹ Benjamin Cohen, um dos principais expoentes do campo e balizador desta pesquisa, divide as correntes intelectuais da EPI em escola americana e Escola Britânica. Na medida em que a fronteira mais austral da produção intelectual da chamada escola americana não ultrapassa os limites do Estado da Flórida, nos Estados Unidos da América, optamos, neste texto, por renomeá-la como sendo a Escola Estadunidense. Portanto, sempre que nos referirmos à Escola Estadunidense, transplantar-se-ão as mesmas características atribuídas por Cohen à chamada Escola Americana.

questão proposta no título deste trabalho, ou seja, será possível identificar quem domina o ensino e a pesquisa da Economia Política Internacional no Brasil.

Pautados na ideia de que as ciências sociais no Brasil são atravessadas pelo colonialismo intelectual e partindo da premissa de que a admiração pela academia da potência hegemônica atual se traduz nos currículos e na investigação que orienta em geral nossos pesquisadores, nossa hipótese é a de que a Escola Estadunidense exerça o domínio no país, tanto no que tange o ensino quanto a pesquisa em Economia Política Internacional.

De acordo com dados do Ministério da Educação, no Brasil existem 141 cursos de Relações Internacionais na atualidade². Estudar cada um deles, minuciosamente, demandaria enorme esforço diante de dificuldades recorrentes, como, por exemplo, ter acesso às grades curriculares e, sobretudo, aos programas das disciplinas. Sem prejuízo às intenções finais do trabalho, esta pesquisa reservou como critério de análise dos cursos de graduação em RI o conceito estatístico de relevância para inferência dos resultados. Desta feita, no universo acadêmico das Relações Internacionais no Brasil, foram considerados os cursos que possuem programas de pós-graduação em suas instituições, por três razões fundamentais, explicitadas a seguir. Em primeiro lugar, os cursos de RI com pós-graduação são aqueles em que os quadros de professores mais possuem trânsito no campo da Economia Política Internacional nacionalmente; em outras palavras, neles estão as referências no tema no país. Em segundo lugar, as Universidades cujas graduações estão associadas a programas de pós-graduação são as que, via de regra, apresentam maiores índices de produção científica na área das Relações Internacionais. Seus alunos e professores, diante de ambientes acadêmicos relativamente mais bem estruturados para lidar com pesquisa e publicações, despontam em comparação com os cursos que carecem de Programas de Mestrado e Doutorado. Por fim, não é forçoso assumir a premissa de que, ainda que consigam se destacar na produção científica dentro de uma Instituição de Ensino Superior que carece de programas de pós-graduação, os alunos formados nestas instituições que queiram seguir a carreira acadêmica terão que, necessariamente, frequentar os espaços preexistentes de pós-graduação minimamente consagrados no país.

² Cursos considerados na modalidade presencial até julho de 2015.

Depreende-se, dadas as considerações acima expostas, que a influência de pensamento das escolas estadunidense ou britânica, ou ainda quaisquer outros perfis acadêmicos que apresentem os bachareis brasileiros em Relações Internacionais (no campo da Economia Política Internacional) podem ser constatados satisfatoriamente a partir do estudo dos cursos de Relações Internacionais que possuem, em suas respectivas instituições, programas de pós-graduação em RI³.

Ainda no tocante à metodologia da pesquisa, consideramos relevante observar o conteúdo das publicações de pouco mais de cinco anos das referidas Revistas, desde os primeiros números de 2010 aos últimos números de 2015, publicados até o momento desta investigação. Este recorte temporal possui inspiração em Benjamin Cohen, que, em seu artigo *Are the IPE Journals becoming boring?*, publicado em 2010 na revista *International Studies Quarterly*, critica a qualidade e a relevância declinante das publicações nos periódicos de EPI, ao verificar que são poucos os textos que continuam sendo citados após cinco ou dez anos de publicação. Resolvemos investigar, então, os textos publicados nos últimos cinco anos por considerarmos que estes representam o marco conjuntural do “estado da arte” do campo da EPI na atualidade.

A premissa fundamental desta pesquisa é a de que o campo da EPI no Brasil atualmente encontra-se em disputa. Não há, portanto, uma possibilidade concreta de realizar uma pesquisa exploratória que contemple os cursos de EPI que são mais influentes ou que possam ser considerados referência no Brasil. Nem mesmo é possível realizar, como fez Benjamin Cohen com o mundo anglo-saxão, um estudo do histórico da construção da EPI no país. Por outro lado, como nos ensina a experiência, um campo em disputa não necessariamente significa que haja um lugar vazio, afinal, nenhum espaço político admite a vacuidade. Por esta razão, hoje em dia, a UFRJ tem sido a primeira instituição que vem à mente quando se pensa no campo da EPI no Brasil. Esta inferência não se faz com base no rigor científico de qualquer pesquisa, mas tampouco resulta de pura intuição. O que mais embasa tal conclusão, atualmente, é a marcada presença de seus

³ Não se pode encerrar esta sessão sem mencionar o fato de que haverá, necessariamente, descarte de produções científicas destacadas em Relações Internacionais e ocultamento de graduações em RI que seriam, de fato, relevantes para a pesquisa. Em alguns casos, a inexistência de cursos de pós graduação, per se, é critério velado para não atribuir relevância à produção científica de determinadas instituições. Em outros termos, o reconhecimento pelos pares e o sentimento de pertencimento, como forma de constituição do campo e aceitação, passa pelo fato de determinado curso contar ou não com cursos de mestrado e/ou doutorado que lhe respaldem ou lhe deem sustentação.

professores e pesquisadores no mercado editorial brasileiro, mais do que qualquer outro centro de ensino⁴. Sendo assim, o corpo científico daquela universidade vem, ao longo pelo menos dos últimos quinze anos, numa trajetória de produção de textos que versam sobre os temas que mais se enquadram a respeito do que se conceitua como Economia Política Internacional atualmente. Não obstante, isto não significa que seja possível afirmar que há uma predominância destes pesquisadores na academia brasileira, ou que eles possam ser reivindicados como os representantes de uma possível *Escola Brasileira* de EPI. Isto porque, como veremos ao longo desta pesquisa, estes autores não têm se mostrado – no âmbito curricular brasileiro e pelo menos até o presente momento, como revelará esta pesquisa – capazes de fazer irradiar suas ideias para o restante dos cursos no país.

Assim mesmo, obviamente, já era esperado que as duas correntes de pensamento que rivalizam o controle da EPI no Brasil não apareceriam isoladamente e sem interferências, ou seja, os cursos não se apresentariam como completamente capturados pela Escola Britânica ou Estadunidense. Além disso, também já estava dentro dos planos depararmos-nos com bibliografias cuja inserção em uma ou outra corrente seria bastante difícil. Em outras palavras, foi um grande desafio elaborar e trabalhar com critérios que fossem sólidos o suficiente para criar uma taxonomia funcional à nossa pesquisa. Na esteira destes comentários, é pertinente ressaltar que pudemos identificar, ao longo do trabalho, pelo menos outras três escolas de pensamento que, se é verdade que não são completamente independentes, mantêm no mínimo certa autonomia frente às correntes dominantes, principalmente quando se observaram as publicações em revistas científicas. A um pensamento vinculado à participação do país nas interações entre Estados e mercado, o acesso à liquidez internacional e grau de integração econômica da Nação – comercial e financeira – demos o tratamento de escola brasileira; ao pensamento que efetivamente problematiza a inserção latino-americana nas relações econômicas internacionais e tece comentários a respeito das perdas e ganhos geopolíticos de nossa situação externa, chamamos neste trabalho de escola latino-americana; aos estudos e autores excessivamente preocupados com a circulação de capitais internacionais e a possibilidade de regulamentação da livre circulação monetária e financeira, denominamos

⁴ Detalharemos este destaque de maneira mais apropriada ao longo da pesquisa.

aqui escola da regulação francesa⁵. Há ainda outros autores e temas que aparecem de forma episódica e que não merecem tratamento mais apurado, por não terem capacidade de representar um pensamento consolidado como corrente teórica.

Estas observações iniciais se fazem necessárias pois, como exposto anteriormente, este trabalho se propõe a colaborar com a formação e a consolidação do campo de EPI no Brasil. No entanto, cabe ressaltar que a frequência com que aparecem estas outras correntes de pensamento é suficientemente importante para que a mencionemos, mas ainda pouco expressivas para que se possa dizer que rivalizam com as duas correntes dominantes. Por esta razão, quando que pertinente ao longo da pesquisa, indicaremos a existência destas correntes marginais da EPI no Brasil, mas sempre tendo claro o horizonte fundamental, que é a clivagem entre escola britânica e Escola Estadunidense na EPI do Brasil.

Para tanto, esta dissertação se organiza em quatro capítulos. O primeiro se divide em quatro outras partes. Apresentaremos inicialmente a definição de campo, com objetivo de justificar o porquê a adotamos como sendo a melhor forma de interpretar a EPI. Na sequência, desvendaremos as principais características da Escola Estadunidense, tanto por meio da apresentação de Benjamin Cohen quanto com a análise de livros-texto e artigos produzidos na área de EPI com recorte daquele país. Destaque especial é dado à formação e consolidação do campo nos dois lados do Atlântico, apurando-se desde congressos/eventos fundantes ou extremamente importantes para o avanço da EPI nos EUA e na Grã-Bretanha, até a consagração do campo ao lograr ter seus próprios espaços de discussão, produção científica e debates, a partir dos periódicos. A terceira parte apresentará as principais características da chamada escola britânica, que possui suas raízes na Grã-Bretanha, mas que também possui forte influência na produção intelectual do Canadá, Austrália e outros países, sendo eles de língua inglesa ou não. Como principal expoente e intelectual destacada desta corrente, repercutiremos as ideias de Susan Strange. Apropriando-nos do conhecimento e do relato de Benjamin Cohen a respeito da vida e da obra da autora inglesa, apresentamos o quanto sua trajetória pessoal coincidiu com a emergência do campo na Inglaterra.

⁵ Maiores informações a propósito dos critérios estabelecidos para esta divisão, bem como outras características destas escolas serão trabalhadas ao longo da investigação.

O segundo capítulo versa a respeito da investigação realizada nos cursos de Relações Internacionais do Brasil. Fazendo um levantamento dos currículos dos principais cursos do país, buscamos esmiuçar em que medida determinadas áreas do conhecimento se destacam nos cursos brasileiros de RI. A esta exposição se segue a identificação das disciplinas ou dos blocos de ensino de Economia Política Internacional nos currículos de nosso universo de análise. Após uma apuração detalhada das ementas e das bibliografias trabalhadas nos referidos cursos, apresentamos nossas considerações a respeito do ensino de EPI no Brasil, identificando se predominam a escola britânica ou a Escola Estadunidense.

Os periódicos brasileiros de Ciência Política e Relações Internacionais que trazem publicações a respeito da EPI são o foco de estudo do terceiro capítulo desta pesquisa. Treze revistas científicas brasileiras foram tomadas como universo de análise. Após realizar um levantamento a respeito dos temas sobre os quais versam estas publicações, debruçamo-nos sobre a investigação da escola de pensamento que sustenta as pesquisas selecionadas, baseando-nos na epistemologia e na ontologia dos estudos avaliados.

O quarto e último capítulo desta investigação é resultado das constatações que o precedem. A negligência absoluta de que padecem os estudos da realidade latino-americana nos cursos de RI e no campo da EPI fez com que concretizássemos uma proposta de curso de Economia Política com enfoque latino-americano. De início, são apresentados alguns dados que corroboram uma vez mais a marginalidade dos estudos latino-americanos em nossos cursos de Relações Internacionais no Brasil. A seguir, fazemos uma exposição sobre autores fundamentais para a compreensão da Economia Política na América Latina e suas referidas obras, dispostas em unidades (blocos), identificando qual é o propósito maior de cada conjunto de referências. Toda a apresentação é realizada destacando quais os conceitos, categorias e/ou fenômenos destes cientistas sociais são pertinentes para um curso de EPI com ênfase na América Latina. O capítulo se encerra com a proposta formal de um curso completo de EPI latino-americana, cujas bibliografias e unidades aparecem dispostos concretamente, sublinhando-se devidamente os excertos a serem trabalhados para que se atinja o objetivo proposto da disciplina: pensar numa Economia Política Internacional crítica, descolonizada e transformadora.

1. O CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

O professor e pesquisador da Universidade da Califórnia, em Santa Barbara, Benjamin Jerry Cohen, publicou em 2008 um livro intitulado *International Political Economy: an intellectual history*. Logo na introdução da obra, Cohen afirma que a Economia Política Internacional é um campo acadêmico de pesquisa. Nas palavras do autor:

*“An academic field may be said to exist when a coherent body of knowledge is developed to define a subject of inquiry. Recognized standards come to be employed to train and certify specialists; full-time employment opportunities become available in university teaching and research; learned societies are established to promote study and dialogue; and publishing venues become available to help disseminate new ideas and analysis. In short, an institutionalized network of scholars comes into being—a distinct research community with its own boundaries, rewards, and careers”*⁶ (COHEN, 2008 p. 2)

Desta forma, de acordo com Cohen, é possível afirmar que um campo acadêmico repousa sobre ideias. É uma espécie de construção mental que nos ensina a pensar sobre a nossa experiência. Neste caso, o mérito da EPI, enquanto campo, é trabalhar a interação que existe entre economia e política sem que se fique restrito unicamente aos limites de um Estado-nação, transbordando a análise em direção à seara internacional. Segundo Cohen, a economia internacional é o denominador comum da EPI, por sobre a qual o campo se debruça e se une num esforço para preencher a lacuna entre as especialidades distintas – leia-se, as ciências tradicionais – de estudo dos fenômenos que a envolvem.

Não se mostra explícito ao longo da obra, mas pode-se perceber que o autor se utiliza a definição de “campo” conceituada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente em suas obras *A Economia das Trocas Simbólicas* (1974), *O Poder Simbólico* (1998) e, em menor medida, *As Regras da Arte* (1996). Vejamos a seguir algumas considerações a respeito da noção de campo em Bourdieu.

⁶ Pode-se dizer que existe um campo acadêmico quando um corpo coerente de conhecimento é desenvolvido para definir um tema de investigação. Padrões reconhecidos vem a ser empregados para treinar e certificar especialistas; oportunidades de emprego em tempo integral tornam-se disponíveis no ensino universitário e de pesquisa; sociedades científicas são estabelecidas para promover o estudo e diálogo; e locais de publicação tornam-se disponíveis para ajudar a disseminar novas ideias e análises. Em suma, uma rede institucionalizada de estudiosos vem a ser uma comunidade de pesquisa distinta, com suas próprias fronteiras, recompensas e carreiras.

O Conceito de Campo em Pierre Bourdieu

Os campos, na concepção de Bourdieu (1974), são espaços que possuem suas próprias regras, princípios e hierarquias e são definidos a partir dos conflitos e das tensões no que diz respeito à sua própria delimitação, além de serem construídos por redes de relações ou de oposições entre seus partícipes (CHARTIER, 2002).

Conforme Bourdieu, a condição *sine qua non* para definir a existência de um campo é a capacidade que este tem de manter autonomia relativa frente a outros campos. Sendo assim, é necessário que o campo mantenha uma dinâmica idiossincrática *vis-à-vis* outras esferas, onde existem fronteiras simbólicas ou institucionais, que delimitem sua área de atuação, seus agentes, suas regras, seus mecanismos de punição e recompensa.

Uma outra característica bastante pertinente de um campo é a existência de interesses divergentes envolvidos entre seus partícipes. No caso de um campo acadêmico, um conjunto de interesses e/ou identidades epistemológicas e ontológicas pode ser compartilhado, garantindo seu avanço e funcionamento. Por outro lado, dentro de um campo há também espaço para disputas, acordos e divergências.

Analiticamente, é possível dizer que um campo pode ser definido como uma rede ou uma configuração de relações objetivas entre posições ou cargos. Dentro de um campo, sobretudo acadêmico, há disputa por diferentes espécies de poder, que levam ou tolhem acesso a ganhos e lucros diretos ou indiretos. Desta forma, ainda que um campo compartilhe, como supracitado, ambientes de penalização ou recompensa, seus agentes não necessariamente possuem os mesmos recursos e competências. Acertadamente, Bourdieu caracteriza o campo como um espaço onde há disputa de dominantes e dominados. Dentro de um campo, portanto, há agentes que possuem mais poder para intervir e moldar o campo, sendo facultadas a eles também a possibilidade – a qual não raras vezes lançam mão – de executar estratégias que mantenham suas posições e cargos.

Finalmente, é da natureza dos campos serem espaços sociais onde ações individuais e coletivas acontecem dentro de uma normatização, criados e transformados por estas ações em movimentos dialéticos, ora moldando, ora sendo moldados pelo espaço social em que convivem.

Os quatro conceitos de capital em Bourdieu

Uma discussão acerca do conceito de campo em Bourdieu se torna mais completa quando acompanhada dos quatro conceitos de capital trabalhados pelo autor, pois pode-se realizar mais propriamente a associação entre os capitais acumulados e o poder que emana a partir deles, para uma compreensão mais assertiva do que pretendemos desvendar no campo da Economia Política Internacional. Sendo assim, as próximas linhas destinam-se a apresentar considerações a respeito do capital econômico, capital cultural, capital social e capital simbólico.

O capital econômico, na acepção bourdiana, difere-se do conceito de capital aplicado às ciências econômicas. Para além dos fatores de produção (terra, trabalho e máquinas), o capital econômico também é constituído de renda, patrimônio e bens materiais, ainda que estes últimos não sejam capazes, isoladamente, de acumular capital.

Ideias, valores, conjunto de qualificações intelectuais que são produzidos e reproduzidos tanto no ambiente familiar quanto escolar (seja ele um sistema público ou privado), constituem, na visão de Bourdieu, o capital cultural. Uma grande expressão do capital cultural é aquele denominado pelo autor de institucionalizado, ou seja, socialmente ratificado através de instituições. Para o caso do campo da EPI, significa um ambiente institucional, tal como descrito por Cohen, onde existem não só os empregos em tempo integral, mas também uma série de simpósios, encontros, congressos, revistas acadêmicas e programas de pós-graduação.

Segundo Bourdieu (1974), estes dois primeiros são os que mais capacidade possuem de moldar os espaços e a convivência social. Respectivamente, o capital social reflete a possibilidade de que se criem e se estabeleçam relações de sociabilidade, tais como: convites recíprocos para eventos sociais, atividades de lazer em espaços comuns etc.; já o capital simbólico abarca o conjunto de rituais e místicas (protocolos oficiais ou informais) ligados à honra e ao reconhecimento mútuo.

Susan Strange e os poderes relacional e estrutural

Aproximando-se deste debate, podemos dialogar também com as duas congêneres do poder apresentadas pela economista, professora e colunista britânica Susan Strange, os poderes estrutural e relacional. Para a autora, é o poder que determina a relação entre autoridades e o mercado. Dito de outra forma, o poder é a ponte que conecta a economia

e a política, elementos-chave do campo da Economia Política Internacional. Os mercados não podem ter um papel dominante na maneira com que a economia política funciona, a não ser que estejam permitidos por quem exerce o poder e possui autoridade para tanto. (STRANGE, 1988, p.24)

No que se refere ao poder relacional, a autora britânica não se diferencia – e assume isso explicitamente – dos autores pertencentes à corrente realista das Relações Internacionais. O poder relacional, a rigor, caracteriza-se pela capacidade de um agente A fazer com que o agente B faça alguma coisa que ele não faria caso não houvesse a demanda prévia do agente A.

Já o poder estrutural, nas palavras da autora, é definido pela seguinte maneira:

“Structural power, on the other hand, is the power to shape and determine the structures of the global political economy within which other states, their political institutions, their economic enterprises and (not least) their scientists and other professional people have to operate. This structural power, as I shall explain it, means rather more than the power to set the agenda of discussion or to design (in American academic language) the international regimes of rules and customs that are supposed to govern international economic relations⁷.” (STRANGE, 1988, p. 25)

Entretanto, segundo Strange (1988), o que se cita acima é apenas *um* aspecto importante do poder estrutural, mas não todo ele. Para a autora, o poder estrutural dos Estados Unidos, por exemplo, vai além, uma vez que molda desde a moeda de conversão universal às unidades de medida aceitas mundialmente, passando pelo padrão a ser seguido na elaboração de contratos internacionais. O poder estrutural, em suma, confere o poder de decidir como as coisas devem ser feitas, o poder de moldar a forma pela qual estados vão se relacionar entre si, com as pessoas físicas e jurídicas.

Os conceitos de capitais bourdianos, sua relação com o poder e os tipos de poder traçados por Strange são essenciais para discutirmos o campo da Economia Política Internacional, pois mais adiante será possível perceber a forma com que os Estados Unidos assumiram a primazia acadêmica no campo da EPI, a maneira com a qual a intelectualidade britânica lida com isso e que tipo de horizonte se traça nos países dependentes e subdesenvolvidos quando nos debruçamos sobre os estudos deste campo.

⁷ O poder estrutural, de outro lado, remete ao poder de moldar e determinar estruturas da economia política global em outros Estados-nação, tais como suas instituições políticas, suas empresas e seus cientistas e/ou outros profissionais qualificados. O poder estrutural significa mais que o poder de elaborar a agenda de discussão ou desenhar regimes internacionais de regras e padrões que devem governar as relações econômicas internacionais.

Iniciando esta discussão, mergulharemos, nas próximas páginas, na apresentação feita por Benjamin Cohen a respeito da trajetória intelectual da Economia Política Internacional ao longo dos últimos tempos.

As origens da Economia Política Internacional contemporânea

A partir da segunda metade do século XIX, na esteira da divisão social do trabalho e do avanço da sociedade capitalista, as ciências sociais, sob influência do iluminismo e das correntes positivistas, dividiram-se.

Como uma ameba, afirma Cohen, a Economia Política Clássica, que avançou fortemente durante os séculos XVII, XVIII e parte do XIX, foi subdividida. Apresentaram-se, sobretudo após 1870, como duas esferas distintas de atividade humana. A primeira esfera era aquela da sociedade em que funcionava a esfera privada, regulada por contratos e regida pelas atividades do mercado descentralizado, relacionada a questões envolvendo produção e distribuição; a segunda esfera era aquela que concernia ao Estado, o setor público, aquele que concentra a autoridade e o poder coercitivo legitimamente reconhecido pela sociedade, onde o tema do poder, da tomada de decisões e dos conflitos políticos ocupavam a centralidade das investigações. A consequência imediata da separação, argumenta Cohen (2008), foi uma formalização crescente de estudo econômico e uma abstração crescente de suas ideias teóricas mais avançadas.

O surgimento de uma escola de pensamento neoclássico, inspirada na chamada revolução marginalista – quando o cálculo diferencial primeiro começou a ser usado para explorar os efeitos de pequenas (marginais) mudanças no preço ou na quantidade – cumpriu o propósito de fazer a economia alcançar o patamar de uma ciência pura, afastada das minúcias e das complicações que distraem da vida de cada dia. Acreditava-se que esta atualização elevava o rigor metodológico da ciência econômica e promovia sua evolução. (COHEN, 2008, p. 18)

Logo, aqueles que tivessem interesse mais direto em instituições ou questões de governo migrou para a nova disciplina de ciência política. Precisamente em 1890, num episódio ilustrativo, a obra *Princípios de Economia* de Alfred Marshall suplanta a obra *Princípios de Economia Política* de John Stuart Mill como principal fonte de estudo acadêmico do mundo anglo-saxão. Ambas as disciplinas foram avançando, cada vez mais introspectivas, afastadas uma da outra. (COHEN, 2008, p. 18)

Ainda que apenas de passagem e sem o devido mérito, Cohen menciona que marxistas e neomarxistas jamais participaram da cisão, entendendo que o estudo da economia e da política era indissociável para a compreensão da realidade dos fatos. O autor ainda recupera outras exceções: liberais e libertários, estudiosos renomados das economias sociais de mercado como Karl Polanyi e mesmo dissidentes do pensamento hegemônico, como John Maynard Keynes.

Não por outra razão, a seção que inicia este debate no livro de Cohen é batizada de *Diálogo de Surdos*, na medida em que ciência política e ciência econômica seguiam por caminhos diferentes seu desenvolvimento teórico-metodológico. Também não inadvertidamente, Cohen traz para a discussão o célebre artigo de Susan Strange, publicado em 1970, intitulado “*International Economics and International Relations: a case of mutual neglect*”. Mais que um artigo, Cohen considera que Strange escrevera, àquela altura, um manifesto.

A reboque do texto de Strange, uma série de publicações começaram a surgir denunciando a complexidade das relações econômicas internacionais ao fim dos Trinta Gloriosos e a necessidade de se elaborar uma nova maneira de buscar interpretá-los. Cohen apresenta ao menos quatro obras fundamentais deste período, tais como *The Economics of Interdependence*, de Richard Cooper, em 1968; *Power and Money*, de Charles Kindleberger, em 1970; *Sovereignty*, de Raymond Vernon, em 1971; além de *National Power and the Structure of Foreign Trade*, de Albert Hirschmann, em 1969.

Cohen dá muita importância em sua descrição da “História Intelectual” da EPI à agência e à contingência de seus personagens e acontecimentos, respectivamente. Apresentados alguns expoentes da agência, à época, conforme supracitado, chega-se ao momento de discutir em que contingência pode-se observar o surgimento da EPI contemporânea.

O surgimento da Economia Política Internacional e um mundo em transição

O fim da década de 60 e o início da década de 70 representam um momento extremamente peculiar nas relações econômicas internacionais. Os Estados Unidos da América registram insistentes déficits em seu Balanço de Pagamentos. A Europa e, principalmente, o Japão, denotavam uma recuperação econômica que parecia ameaçar a recente tomada de poder mundial estadunidense. Países africanos e asiáticos apresentavam processos de descolonização, discussões sobre desenvolvimento

econômico estavam em voga, enfim, a rigor, tudo parecia se encaminhar para uma chamada Nova Ordem Econômica Internacional, como afirma Cohen (2008, p. 22).

Numa entrevista ao projeto *Theory Talks*, dos Estados Unidos, em setembro de 2008, Cohen foi perguntado sobre como surgiu o interesse em estudar a EPI. Ele diz que após 10 anos trabalhando como um economista tradicional, nos anos 60 e início dos anos 70, seus alunos o desafiaram a incluir o adjetivo "político" em sua análise da economia internacional. Num momento de turbulência intelectual, eles queriam saber mais sobre questões de energia, distribuição e equidade. Foi então que surgiu a ideia de fazer o livro sobre o imperialismo econômico e dependência entre as nações, o que definitivamente lançou seu interesse na economia política internacional. Em termos de eventos, confessa o autor, o colapso do sistema de Bretton-Woods entre 1971 e 1973 foi um importante ponto de viragem.

Ainda segundo Cohen, o isolamento entre os países centrais que regeu os 30 anos posteriores à Segunda Grande Guerra deu lugar a uma acirrada competitividade, acompanhada por vultosos fluxos financeiros. A incerteza do cenário internacional dava margem aos pensamentos mais apocalípticos, como os de um novo conflito mundial. Vale lembrar que é na década de 70 do século XX que se presencia o fim dos Acordos de Bretton Woods, combinada às duas significativas altas do preço internacional do petróleo, inflação crescente e drástica redução dos níveis de crescimento econômico das potências mundiais.

Frieden e Lake (2003) complementam o raciocínio afirmando que os cientistas sociais começaram a verter os rumos de suas investigações no sentido de buscar entender como a política e a economia estavam interagindo naquela sociedade moderna. A Economia Política Internacional contemporânea, afirmam os autores, não emerge simplesmente de uma nostalgia romantizada no resgate de gerações anteriores. De forma um tanto quanto apologética da divisão, Frieden e Lake afirmam que a profissionalização da Economia e da Ciência Política promoveu grandes avanços nas duas áreas de conhecimento (*sic*), e é sobre esta base aperfeiçoada que a Economia Política Internacional surge.

Explicitados os papéis de agência e contingência na origem da EPI contemporânea, podemos nos ater mais profundamente nas duas vertentes que começam a ser desenvolvidas a partir de 1970. Num primeiro momento, discutiremos os

pressupostos teórico-metodológicos da Escola Estadunidense, para depois nos debruçarmos sobre a Escola Britânica.

1.1 A Escola Estadunidense

Ainda na introdução de sua obra, Benjamin Cohen (2008) afirma que a versão hegemônica de EPI é àquela que pertence à Escola Estadunidense, ou seja, dentro do campo, os intelectuais estadunidenses são os que dominam, moldam e mais influenciam o debate acadêmico na área.

Para que possamos nos familiarizar melhor com a abordagem estadunidense da EPI, apresentaremos a seguir alguns exemplos de seus interlocutores. Desta feita, nas próximas seções, serão discutidas as ideias de Thomas Oatley, David Lake, Jeffrey Frieden, Benjamin Cohen, Robert Gilpin, Daniel Maliniak e Michael Tierney, além de Robert Keohane e Joseph Nye. Posteriormente, discutiremos a evolução histórica da corrente no campo da EPI, desde seus eventos fundantes até a consagração em uma renomada revista científica – e, como veremos, sua reformulação. Encerrando a apresentação proposta nesta seção, fazemos uma apreciação geral do que identifica e caracteriza esta corrente de pensamento.

1.1.1 Thomas Oatley

Thomas Oatley (2012) ilustra talvez aquilo que seja mais raso e menos relevante no estudo da EPI, mas ainda assim é digno de menção por seguir fielmente a cartilha estadunidense de estudo da Economia Política Internacional. Não deixa de ser digno de menção o fato de que, para o caso de Oatley, acontece algo que Benjamin Cohen refuta em sua grande obra de 2008: o ensino manualesco da Economia Política Internacional⁸.

Na tentativa de responder à célebre pergunta: “O que é Economia Política Internacional”, Oatley se limita a ir, ainda que de maneira extremamente tímida, um pouco mais além dos manuais tradicionais de Economia Internacional. Acompanhemos abaixo algumas de suas afirmações.

No primeiro capítulo da 5ª edição de seu manual Economia Política Internacional, Oatley afirma que a EPI tem por objetivo estudar a batalha política entre vencedores e

⁸ Ainda na introdução de *International Political Economy: an intellectual history*, Cohen afirma que sua obra não é um livro-texto, pois destes já há muitos publicados.

perdedores nas trocas econômicas globais. Neste sentido, mesmo a capa do manual torna-se bastante pertinente, apresentando uma foto de um cidadão sofrendo repressão policial, muito provavelmente em função dos protestos nos EUA e, sobretudo na Europa, após a crise econômica de 2008. Todavia, não deixa de ser destacável também o fato de que a economia internacional, aquilo que, segundo Cohen, é o denominador comum entre a Escola Estadunidense e a Britânica, fique restrita, neste íterim, à esfera das trocas (circulação). (OATLEY, 2012, p. 2)

Sistema de trocas internacionais, Sistema Monetário Internacional, Companhias Multinacionais e Desenvolvimento Econômico. Segundo o autor, estas são as áreas as quais os acadêmicos tradicionalmente dividem o estudo da economia global. Visando se diferenciar deste estudo corriqueiro, sobretudo da parte dos economistas, Oatley afirma que não se pode estudar todas estas áreas separadamente. Ilustrando o que há de mais elementar na Economia Política Internacional – algo que, importante mencionar, é comportamento típico na infantilização acadêmica promovida pelos manuais –, o autor assevera que as companhias multinacionais, por exemplo, são importante parte constituinte do sistema de trocas internacionais; ao mesmo tempo em que o sistema monetário internacional existe para possibilitar que as pessoas possam realizar transações econômicas entre si. (OATLEY, 2012, p. 5)

A economia, enquanto área do conhecimento científico, exerce forte influência sobre o manual de Oatley. Tal fato fica ainda mais evidente quando o tradicional dilema da distribuição de recursos escassos é apresentada. Para além da economia como ciência pura, o autor se limita a afirmar que existem fatores políticos que incidem sobre a decisão de alocar recursos para um ou outro grupo social⁹.

As decisões, advoga Oatley (2012), são complicadas por duas razões: em primeiro lugar, os recursos são finitos, portanto, a escolha em favor de um uso necessariamente implica uma escolha em detrimento de outro uso possível; em segundo lugar, em toda sociedade, grupos irão discordar sobre quanto dos recursos deve ser usado e para que finalidade. Por exemplo, alguns grupos vão querer usar os recursos disponíveis para produzir semicondutores, enquanto outros vão preferir usar estes recursos para produzir

⁹ Notável também o temor em utilizar o termo “classe social”, uma vez que ele carrega forte ligação com o vocabulário marxista, ainda que, a rigor, os grupos sociais aos quais o autor se refere diferenciem-se muito pouco da abordagem marxiana.

roupas, ou produtos agrícolas. Em suma, o autor reconhece que as sociedades frequentemente se confrontarão competindo pela demanda de recursos finitos¹⁰. Neste caso, um dos objetivos da EPI, para Oatley, é investigar como tais demandas competitivas são agregadas, reconciliadas e transformadas em políticas econômicas externas. (OATLEY, 2012, p. 6)

Sob influência da microeconomia neoclássica, Oatley discorre também a respeito dos impactos sobre o bem-estar resultantes das políticas econômicas adotadas. Transbordando a análise para o plano internacional, o autor afirma que as decisões de política econômica possuem consequências distribucionais, ou seja, suas influências sobre a renda serão distribuídas entre os grupos dentro dos países e entre as nações no sistema internacional. (OATLEY, 2012, p. 6)

Para consagrar a debilidade da proposta de estudo de Oatley para a EPI, ele elabora uma divisão de três correntes dentro do campo: “Mercantilismo (ou nacionalismo)” (*sic*), “Liberalismo” e “Marxismo”. Esta divisão foi realizada, em nossa interpretação, equivocadamente por Robert Gilpin em sua obra *Economia Política das Relações Internacionais* (2002), permanecendo presente e sendo reproduzida por muitos autores da EPI¹¹.

1.1.2 Jeffry Frieden e David Lake: *Perspectives on Global Power and Wealth*

Refinando a apresentação de Oatley, Frieden e Lake procuram, na introdução de sua obra *Perspectives on Global Power and Wealth* (2003) considerar a Economia Política Internacional desde um ponto de vista ligeiramente mais complexo. Segundo os pesquisadores de Harvard e da Califórnia, respectivamente, na medida em que a Economia se define pelo sistema de produção e distribuição da riqueza; e a Política conforma o conjunto de instituições e regras pelas quais as interações sociais e econômicas são governadas, a EPI deve ser conceituada como sendo a conjunção entre o

¹⁰ Assume-se, também aqui, que há uma luta de classes no seio das sociedades contemporâneas. Obviamente, mais uma vez, tacitamente.

¹¹ O fato do mercantilismo prezar por uma balança comercial superavitária faz de sua corrente uma escola protecionista. Não necessariamente, o protecionismo é sinônimo de nacionalismo. Tomemos por exemplo o caso brasileiro: possuímos elevado grau de protecionismo quando comparados a outras economias no mundo. Entretanto, nossos setores industriais mais dinâmicos são controlados por empresas multinacionais. Ao mesmo tempo, a oposição entre marxismo e nacionalismo também é questionável. O exemplo mais patente, neste caso, é o da Revolução Cubana.

estudo da base política das decisões econômicas e a base econômica da ação política, na medida em que a política e os mercados estão em estado constante de interação mútua. Além disso, reconhecem que, ao longo do século XIX, os grandes autores clássicos (para eles, restritos a Adam Smith, John Stuart Mill e Karl Marx) jamais pensaram a economia separadamente da política. (FRIEDEN e LAKE, 2003, p. 1)

David Lake: Política da Economia Aberta

Tendo estas reflexões em mente, David Lake sintetiza, em um artigo publicado em 2009, suas ideias sobre a Política da Economia Aberta¹² (PEA). É ingenuidade, diz Lake, esperar que os países adotem voluntariamente o livre-comércio. Isso é extremamente raro e problemático. Para entender de que forma o mundo pode alcançar um patamar de livre-comércio, afirma Lake, é que existe a Economia Política Internacional. Para o autor – e sua particular interpretação da EPI – a política é a variável dependente e como os agentes estão situados na economia internacional é a variável independente dentro do campo.

A Política da Economia Aberta surge, enquanto paradigma da EPI, no final dos anos 90, com forte inspiração nos pressupostos da economia neoclássica e nos modelos dominantes do comércio internacional. Avançando um pouco mais em relação às considerações anteriores de Oatley, as variáveis políticas são incorporadas de forma mais declarada na análise.

Compartilhando do ponto de partida de Oatley, a PEA inicia sua análise pela observação do comportamento dos indivíduos, setores ou fatores de produção. Realiza, em seguida, o paralelo necessário com as instituições políticas (primeiramente, as nacionais) para entender que tipo de interesse está envolvido na disputa interna por poder e pelos mercados, para saber de que forma se expressará em termos de disputa internacional, envolvendo agora diferentes interesses frente a outros países, setores, indivíduos e instituições. Metodologicamente, percebe-se a clara presença do indutivismo, partindo da seara mais particular em direção ao universal, de modo pretensamente mais linear e ordenado, combinado com um método hipotético dedutivo, com hipóteses testáveis, denotando uma verdadeira fixação por modelos onde, tudo o

¹² *Open Economy Politics*, ou OEP, na sigla em inglês.

mais constante (o famoso *ceteris paribus*, sem o qual o autismo da economia neoclássica não se sustenta), uma mudança na variável X implica uma mudança em Y de magnitude Z. (LAKE, 2009, p. 225).

Baseada em abordagens de equilíbrio parcial ou estático comparativo, diz Lake, sabe-se que todo o resto não permanece constante, razão pela qual, segundo o autor, um grande nicho de pesquisa da PEA seja o estudo das interferências causais (imperfeições de mercado, na economia neoclássica). Lake parece ver avanços nas pesquisas da corrente onde, aparentemente, desenvolvem-se infinitas e frustradas tentativas de prever situações extremamente complexas do tecido social. Em princípio formulada para entender tão somente o contexto das políticas comerciais, a PEA se estendeu para o estudo das relações monetárias e financeiras, investimento estrangeiro direto, imigração, ajuda externa, regulação, governança corporativa e governança global. (LAKE, 2009, p. 225-226).

Faz-se mister mencionar também, a esta altura, e para evitar mal-entendidos, que Keohane escreveu em um artigo de 2009 publicado na *Review of International Political Economy*, intitulado *The Old IPE and The New*, que não foi um dos formuladores da Economia Política Aberta, ainda que compartilhe de algumas de suas formulações e tenha sido orientador de Helen Milner, outra adepta da corrente da PEA. Segundo Keohane, seu nome passou a ser mais fortemente associado ao pensamento da PEA após a publicação do livro *After Hegemony*, de 1985.

Para Keohane, uma das grandes virtudes do modelo de Economia Política Aberta desenvolvido por Lake é a capacidade de integrar Economia Política Internacional e Economia Política Comparativa (EPC). Em alguns aspectos, diz o autor, o modelo da EPA é um avanço sobre a antiga EPI. Por este motivo, Keohane diz que sabe que influenciou os trabalhos e considera a corrente como uma espécie de continuação natural de seu trabalho desenvolvido em Harvard, mas não se julga pertencente à EPA.

Para justificar o porquê não é partidário do pensamento da EPA, Keohane afirma que as variáveis explicativas desta corrente concentram-se exageradamente na variação da política interna, uma endogenia analítica da qual não partilha. O autor diz que não se apresenta em direção de um quadro de racionalismo materialista, como julga ser a ortodoxia da EPA. Suas ideias vão mais ao encontro do que veio a ser chamado

construtivismo. Dentro desta concepção mais individualista, os interesses e as ideias possuem relação mais simbiótica, com inspiração na obra de Stephen Krasner, a quem Keohane atribui uma capacidade *sui generis* de sintetizar o Realismo Institucionalista e elementos do Construtivismo. (KEOHANE, 2009, p. 38-39).

A EPA se propõe como o início da ponte necessária entre a economia e a ciência política. Ainda que se admita incompleta, em construção, não alcança este objetivo, nem destarte, sobretudo pela debilidade teórica das correntes sobre as quais se apoia, tanto na ciência econômica quanto na ciência política. Quanto mais ordenado e linear o modelo de análise – e, portanto, quanto mais lógico, aparentemente – mais o modelo da Economia Política Aberta se afasta da realidade a qual pretende explicar.

Passada a apresentação menos consagrada da EPI estadunidense, é hora de aprofundar o tema e elucidar, mais detidamente, as características teóricas daqueles que deram mais corpo e cujo maior legado prestaram ao campo à margem esquerda do Atlântico, a saber, Robert Keohane, Joseph Nye e Robert Gilpin.

1.1.3 A Interdependência Complexa de Robert Keohane e Joseph Nye

Antes de apresentar especificamente os elementos constituintes da análise de Keohane e Nye, recuperamos o artigo citado na seção anterior, em que Keohane, após a leitura da “História Intelectual” de Cohen, busca dialogar com o autor. Para Keohane, o que inaugura a EPI nos Estados Unidos foram três edições especiais da revista acadêmica *International Organization* (IO), em 1970, que tinham por objetivo estudar, tematicamente, as Relações Transnacionais, Política e Economia e a Política Econômica Externa dos Países Industrializados Avançados. (KEOHANE, 2009, p. 35).

Mas Keohane reconhece que seria enganoso dar a impressão de que estas novas formulações foram inteiramente originais. Na verdade, afirma o autor, eles agiam reflexivamente ao que Richard Cooper, em *The Economics of Interdependence* havia definido como o problema central da cooperação econômica internacional: como manter a abertura econômica concomitantemente à manutenção da autonomia dos Estados de perseguirem seus objetivos legítimos. Esta era a questão-chave que motivara os autores que publicaram naquelas três edições de IO. Além disso, Keohane e Nye sentiam-se intrigados com as publicações de Kenneth Waltz sobre o mito da interdependência, a existência de um mundo em depressão, de Kindleberger, o tema das corporações

multinacionais de Raymond Vernon, a discussão a respeito da integração regional, pautada por Ernst Haas e a discussão sobre regimes internacionais, capitaneada por John Ruggie.

Foi após a repercussão de *Power and Interdependence* (1977) que Keohane e Nye passaram a ser catalogados como autores da Economia Política Internacional, como se pode ver abaixo:

“In Power and Interdependence (Keohane and Nye, 1977) we sought to describe and explain regime change, not merely theoretically but also with systematic empirical work on the politics of money and oceans, and on US relations with Australia and Canada. In his edited volume on foreign economic policies, which also appeared in 1977, Katzenstein demonstrated that our international relations analysis of what was now called ‘international political economy’, or IPE, was too one-dimensional.” (KEOHANE, 2009, p. 36)

Interdependência Complexa

Segundo Cohen (2008), a interdependência complexa foi definida por três características principais: a existência de vários canais de comunicação, a ausência de hierarquia entre as questões e uma redução do papel da força militar. Tratava-se de uma tentativa de ir contra o pensamento dominante à época, controlado pelo Realismo, em que os Estados eram vistos como únicos atores significativos na política mundial, cujas ações eram motivadas, sobretudo, por questões de poder e segurança. De acordo com Cohen, nos círculos acadêmicos dos EUA, o Realismo dava as cartas. (COHEN, 2008, p. 27)

A construção teórica de Keohane e Nye seguia a linha de que os Estados ainda podem ser atores centrais em assuntos internacionais, mas com a expansão do mercado global, não podiam mais reivindicar para si mesmos a única autoridade para determinar os resultados do tabuleiro internacional. A liberalização do comércio e do financiamento, pós anos 70, expandiu o leque de relações transnacionais. A interdependência econômica foi gerando um enxame crescente de atores transnacionais - indivíduos e entidades cujo controle de recursos e acesso aos canais de comunicação permitiu-lhes, também, participar de forma significativa nas relações políticas entre as fronteiras dos Estados. Aqui foi certamente legítimo falar de uma "zona de interdependência complexa", como Keohane mais tarde descreveu. (COHEN, 2008, p.28).

Em um mundo de interdependência acelerada, o paradigma centrado no Estado era, de fato, vulnerável a desafiar. Pelo menos entre as nações industriais, afirma Cohen (2008), o Realismo tornou-se irrealista.

Importante mencionar, neste ponto, que Keohane passara a acumular as funções de professor e membro do governo estadunidense. Durante a presidência Clinton foi presidente do Conselho Nacional de Inteligência e, em seguida, secretário-assistente de Defesa para assuntos de segurança internacional. Segundo Cohen, foi a percepção das contradições entre o realismo como ensinou na Universidade de Harvard e o complexo mundo de múltiplos atores e questões que ele tratadas nas reuniões de Estado que gerou o impulso para as reflexões sobre Interdependência Complexa. (COHEN, 2008, p.29)

Keohane e Nye, com o seu paradigma da interdependência complexa, podem ser entendidos como os últimos herdeiros do liberalismo; à sua abordagem, amplamente vista como uma nova variação sobre um velho tema, logo foi dado o rótulo de "institucionalismo neoliberal." Enfatizando as conexões precoces da dupla, estava constituída a "Escola de Harvard da Teoria Liberal Internacional". (COHEN, 2008, p. 34).

Neste sentido, merece destaque a apreciação de Cohen a respeito da Interdependência Complexa, sua relação com o paradigma Realista das Relações Internacionais e seu legado para a EPI

It is true that realism was not discredited. Complex interdependence was indeed best conceived as a complement to realism, not a substitute. It is also true that the new paradigm failed to make the grade as a formal theory. A theory is best defined as a set of general statements combining the features of logical truth and predictive accuracy. Logical truth means that some of the statements (the assumptions or premises) logically imply the other statements (the theorems). Predictive accuracy means that the statements can be cast in the form of falsifiable predictive statements about the real world. Clearly, complex interdependence did neither. It could not be used directly to explain state behavior or bargaining outcomes.

Yet the accomplishment was undeniable. In ontological terms, the idea broke new ground. Here was a wholly different alternative to IR's then-prevailing paradigm—a fresh vision of the world that contrasted sharply with the realist model of unitary states single-mindedly preoccupied with the high politics of war and peace. Here was real value added. Keohane and Nye made us look at the world anew. In so doing, they facilitated the birth of a new field of study. Today we take for granted that interdependence in the world economy can be analyzed in political terms, not just as an economic phenomenon. (...)The term complex interdependence itself may no longer be particularly fashionable in the IPE literature. (...) But the *weltanschauung* it represents is now undeniably a part of the collective unconscious of the field.¹³” (COHEN, 2008, p. 30)

¹³ “É verdade que o realismo não foi desacreditado. A interdependência complexa foi realmente melhor concebida como um complemento para o realismo, não um substituto. É também verdade que o novo paradigma não conseguiu atingir o grau de uma teoria formal. A teoria é melhor definida como um conjunto de instruções gerais que combinam as características de verdade lógica e precisão de previsão. Verdade lógica significa que algumas das afirmações (as suposições ou premissas) implicam logicamente em outras

Um grande mérito de Keohane e Nye na construção do campo da EPI nos Estados Unidos foi o frutífero ambiente para debates inter-paradigmáticos que eles estimularam. Para Cohen (2008), isto foi muito importante para a identificação dos problemas críticos e o esclarecimento de questões. Especificamente, o debate dos autores com Robert Gilpin contribuiu significativamente para o refinamento da análise a respeito da interdependência complexa. (COHEN, 2008, p. 31-32)

1.1.4 Gilpin e o Realismo Estatocêntrico

Mais uma vez utilizando-se de seu apurado conhecimento dos bastidores da EPI, o Realismo, diz Cohen (2008), veio facilmente para Gilpin, que foi oficial da marinha estadunidense por quatro anos antes de finalizar seu doutorado na Universidade da Califórnia. Apesar disso, o autor é o que se pode considerar um realista moderado, orgulhando-se de ser o único republicano dentro da Woodrow Wilson School, em Princeton. Assim como para Keohane e Nye, as mudanças no cenário internacional o levaram a despertar a curiosidade pela EPI. Lendo os trabalhos de David Cooper, Susan Strange e Raymond Vernon, Gilpin desenvolveu estudos e aulas nas áreas de economia e da chamada “baixa política”, a fim de entender melhor as implicações da interdependência. Mas, para Gilpin, um Realista convicto, "A política determina a estrutura da atividade econômica e canaliza em direções que tendem a servir... objetivos políticos". (GILPIN, 1972, p. 54, *apud* COHEN, 2008, p. 34)

É neste ponto que Cohen (2008) apresenta o que seriam os *três modelos de futuro* existentes na obra de Gilpin. Segundo este último, as três escolas de pensamento das

afirmações (os teoremas). Precisão de previsão significa que as considerações podem ser colocadas na forma de afirmações preditivas sobre o mundo real com capacidade de falsificação. Claramente, a interdependência complexa não fez nenhum dos dois. Não poderia ser usado diretamente para explicar o comportamento de um Estado ou de resultados de negociação.

No entanto, a realização era inegável. Em termos ontológicos, a ideia inovou. Havia ali uma alternativa totalmente diferente ao então prevalecente paradigma das RI, uma nova visão do mundo que contrastava fortemente com o modelo realista de Estados unitários única e exclusivamente preocupados com a alta política de guerra e paz. Houve um verdadeiro valor agregado. Keohane e Nye nos fizeram olhar para o mundo de novo. Ao fazê-lo, eles facilitaram o nascimento de um novo campo de estudo. Hoje temos por dado já que a interdependência da economia mundial pode ser analisada em termos políticos, não apenas como um fenômeno econômico. (...) O termo interdependência complexa por si pode não estar mais na moda dentro da EPI. (...) Mas a visão de mundo que ela representa é agora, inegavelmente, parte do inconsciente coletivo do campo.”

Relações Internacionais podem oferecer interpretações interessantes à Economia Política Internacional. Para o autor, liberais e marxistas compartilhavam uma crença de que a economia tinha tendência a dominar a política¹⁴ – ainda que divergissem flagrantemente sobre se isso era uma coisa boa ou ruim. Por outro lado, os realistas eram os que acreditavam que as relações políticas podem moldar os sistemas econômicos.

Gilpin, aliás, assinou o primeiro capítulo de *Global Political Economy*, em 2001, publicação da Universidade de Princeton destinada a discutir a EPI. Neste capítulo, é possível perceber uma síntese de seu pensamento a partir de uma interpretação do paradigma realista para a Economia Política Internacional.

O Realismo, diz Gilpin (2001), é uma posição filosófica e uma perspectiva analítica; não é necessariamente um compromisso moral com o Estado-nação. Muitos realistas, de fato, lamentam um mundo em que o Estado-nação não é adequadamente contido pelas regras internacionais e considerações morais. Embora os realistas reconheçam o papel central do Estado, segurança e poder nas relações internacionais, eles não necessariamente aprovam esta situação. É possível, segundo o autor, analisar assuntos econômicos internacionais a partir de uma perspectiva realista e ao mesmo tempo ter um compromisso normativo para certos ideais. (GILPIN, 2001, p. 15-16)

Particularmente pertinente é sua interpretação de economia política internacional. Para Gilpin (2001), a EPI assume que os interesses e políticas dos estados são determinados pela elite governante política, pelas pressões de grupos poderosos dentro de uma sociedade nacional, e pela natureza do "sistema nacional de economia política." Continuando, Gilpin retoma sua argumentação de *War and Change in Politics* (1981), onde diz que a política econômica externa de uma sociedade reflete o interesse nacional do país tal como definido pela elite dominante daquela sociedade. Como os conceitualistas argumentam corretamente, há um elemento subjetivo de definição de uma elite no interesse nacional. No entanto, os elementos objetivos, como a localização geográfica de uma sociedade e as exigências físicas da economia são de grande importância na determinação do interesse nacional. (GILPIN, 2001, p.16-17)

¹⁴ Para o marxismo, nada menos certo. O método materialista dialético em Marx nada tem a ver com a prevalência da Economia sobre a Política. No capítulo 4 desta dissertação, discorreremos mais propriamente sobre o tema.

A International Organization como mecanismo de criação e consolidação da Escola Estadunidense de EPI

A revista acadêmica *International Organization* é a principal plataforma de publicação sobre EPI Estados Unidos. Como recupera Cohen (2008) “A escola americana poderia muito bem ser chamado de "Escola IO" (Murphy e Nelson, 2001, *apud* COHEN, 2008).

Keohane e Nye desempenharam um papel fundamental no estabelecimento da IO como um local central para a geração pioneira da EPI. Divulgar ideias inovadoras no mundo acadêmico não é fácil, dada a importância do julgamento dos pares para determinar o que entra em evidência e que não funciona. Como afirma Cohen, Conselhos Editoriais instintivamente tendem a favorecer apresentações que percorrem linhas familiares às suas. Qualquer coisa fora do comum, como um esforço para se casar disciplinas tradicionalmente separadas são submetidas a certo grau de ceticismo, se não de hostilidade. Um mecanismo de publicação era necessário e foi isso que a IO promoveu. (COHEN, 2008, p. 35).

Guardadas as devidas proporções e nuances, o processo de reconhecimento mútuo entre os pares para que uma corrente de pensamento diferente da dominante seja aceita pela academia se assemelha aos processos de reconhecimento de um Estado-nação por esta abstração chamada “Comunidade Internacional”. Quantidade é importante, mas a qualidade dos pesquisadores (assim como dos países) que reconhecem uma nova corrente (ou novas fronteiras e governos) é crucial. A articulação quanto à institucionalidade que pode gozar uma nova corrente – ou país – depende de um delicado jogo político que vai muito além da capacidade intelectual – ou da legitimidade – de quem a propõe.

Segundo Cohen (2008), a maioria dos artigos publicados em IO nos anos 50 e 60 do século XX enfatizou a análise política aplicada e os resumos detalhados das atividades de vários órgãos da recém-criada ONU.

Em 1968, Keohane e Nye foram convidados a participar do Conselho Editorial da IO, mudando para sempre a história da revista e da EPI estadunidense. O que era uma revista meramente burocrática e entediantemente acadêmica passa a ser uma das publicações mais influentes na intelectualidade e na política dos EUA, com consequências para uma parte significativa do pensamento ocidental.

Numa conferência destinada a debater a política externa estadunidense, que tinha por objetivo resultar em um novo número da Revista, Keohane e Nye se surpreenderam com aquilo que chamaram de "pensamento velho por excelência". Cohen (2008) afirma que, de acordo com os editores, a abordagem tradicional da revista precisava de uma nova orientação: para o estudo da política mundial em geral e uma análise mais sistemática do comportamento político em particular. O papel determinante destes dois autores no surgimento e afirmação da EPI nos EUA é notável numa passagem resgatada por Cohen (2008), quando de uma entrevista concedida por Keohane ao Instituto de Estudos Internacionais dos Estados Unidos:

“The advantage of being a journal editor is that you’re at the center of the process. You see it and you can shape it, to some extent. In my first issue I wrote an editor’s essay called “International Organization and the Crisis of Interdependence,” where I made a claim (and this was in 1974 or 1975, right after the oil crisis) that there was a crisis going on of interdependence, that growth had slowed down or stopped in the West. There was a general sense that we had to restructure the system after Bretton Woods collapsed, and so it was a moment when it was clear that people needed to think politically about the world economy, because it wasn’t automatically taking care of itself. I was in the right place at the right time.¹⁵” (COHEN, 2008, p. 36)

Em meados dos anos 70 a IO já estava consolidada como uma das mais influentes revistas de Ciência Política nos EUA, cultivando e aperfeiçoando a capacidade de combinar Economia e Política como esferas de análise fundamentais para entender fenômenos sociais. Importante ressaltar, a esta altura, a observação de Cohen (2008) de que as duas ciências-mãe da EPI continuaram divorciadas nos círculos acadêmicos de praticamente todo o mundo, com destaque para o comportamento dos economistas em geral, que procuraram inclusive repulsar a nova corrente, não obstante alguns de seus expoentes sejam economistas (Hirschman, Viner, Cooper e Kindleberger). Porém, como advoga Cohen, com o seu individualismo metodológico e sua ênfase na modelagem formal, a obra da maioria dos economistas na EPI equivale a pouco mais do que uma aplicação da teoria econômica tradicional dentro de uma arena política de decisão. Neste

¹⁵ “A vantagem de ser um editor de jornal é que você está no centro do processo. Você o vê e você pode moldá-lo, até certo ponto. Na minha primeira edição escrevi um editorial chamado "International Organization e a crise da interdependência", onde fiz a reclamação (e isso foi em 1974 ou 1975, logo após a crise do petróleo) de que havia uma crise de interdependência acontecendo, que o crescimento tinha recuado ou parado no Ocidente. Havia um sentimento geral de que tivemos de reestruturar o sistema depois que Bretton Woods entrou em colapso, e por isso foi um momento em que ficou claro que as pessoas precisavam de pensar politicamente sobre a economia mundial, porque ela não iria cuidar de si mesma automaticamente. Eu estava no lugar certo na hora certa.”

sentido, a corrente também poderia ser batizada da “Microeconomia das Relações Internacionais”.

A partir disso, os currículos de Ciência Política dos EUA começaram a incluir disciplinas de EPI e uma vasta bibliografia foi confeccionada dentro do campo. Já na Economia, sua associação ao pensamento de esquerda criou barreiras praticamente intransponíveis à difusão acadêmica. Segundo Benjamin Cohen (2008), nos Estados Unidos, durante as primeiras décadas após a Segunda Guerra Mundial, quase todos os trabalhos na área de EPI tinham vindo de economistas de esquerda associados à revista marxista *Monthly Review* e seu braço editorial, a *Monthly Review Press*. Grande parte das publicações tinham como foco os estudos da Teoria da Dependência, enfatizando o desenvolvimento desigual e as desigualdades do sistema capitalista mundial¹⁶. Para Cohen, a própria idéia de economia política parecia manchada por simpatias socialistas. Além disso, o autor afirma que os economistas não eram treinados para pensar as relações da esfera pública, eram educados apenas em situações de racionalização da esfera privada. (COHEN, 2008, p.39)

De acordo com Cohen (2008), a resistência das economias é compreensível, na medida em que as novas questões que a EPI trazia não eram passíveis de serem analisadas dentro do arcabouço teórico desenvolvido e aprimorado por economistas em praticamente 100 anos dentro dos EUA. Como diz Cohen:

“Mainstream economists also were understandably hesitant to take up issues that could not be addressed comfortably using the standard toolkit of neoclassical economics. For a century, especially in the United States, the discipline had been growing increasingly abstract, relying ever more on deductive logic and parsimonious theoretical models to pare messy reality down to its bare essentials¹⁷.” (COHEN, 2008, p. 40).

¹⁶ Aqui se destacam as obras *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*, de Andre Gunder Frank (1967) e *Unequal Exchange*, de Arghiri Emmanuel (1969). O legado intelectual de ambos os autores será desenvolvido de forma mais apurada no capítulo 4 desta pesquisa.

¹⁷ “Os economistas convencionais também estavam compreensivelmente hesitantes em assumir questões que não puderam ser abordados confortavelmente usando o kit de ferramentas padrão da economia neoclássica. Durante um século, especialmente nos Estados Unidos, a disciplina tem crescido cada vez mais abstrata, baseando-se cada vez mais na lógica dedutiva e modelos teóricos parcimoniosos que simplificam uma realidade confusa a uma essência nua”

Para Cohen (2008), há aqui dois pontos cegos que coincidem muito com o pensamento da EPI de hoje em sua corrente estadunidense. Em primeiro lugar, o quadro analítico sempre atemporal da economia neoclássica fez com que a importância das instituições fosse subestimada, fazendo com que as relações de poder aparecessem como uma premissa do modelo, algo já dado. Em outros termos, na economia não havia espaço para se discutir como as regras eram criadas, nem como elas eram capazes de privilegiar determinados grupos em detrimento de outros, muito menos que havia capacidade de mudança nestes parâmetros. Em segundo lugar – e isso é extremamente condizente com a visão estadunidense da ciência – a atenção foi direcionada para os resultados da política (os chamados *outputs*), em vez de se discutir suas premissas (*ou inputs*).

O pensamento dominante da economia atual pressupõe que os fenômenos sociais são passíveis de explicação científica tal qual se poderiam explicar cientificamente os fenômenos naturais. Por esta razão, diz Cohen (2008), os mesmos princípios de empirismo e positivismo que são empregues para isolar fenômenos causais nas ciências naturais acabam sendo empregados nas ciências sociais. Entretanto, isto não é feito sem que se faça uso de hipóteses tão inflexíveis quanto irrealis, tudo em nome da simplicidade dedutiva que se busca alcançar, com recortes de cientificismo de alto nível. Por isso Cohen elabora uma série de questões para encerrar a seção em que trata da IO: Como a análise formal para dar conta das incertezas do processo político? Como poderiam as exigências da guerra e da paz serem apresentadas na forma de um modelo teórico? Como métodos empíricos preexistentes podem lidar com conceitos subjetivos, tais como poder ou dependência?

Ao final de sua discussão a respeito da Escola Estadunidense, Cohen (2008) trata de abordar uma ironia que identifica no que se refere a esta corrente de pensamento. Segundo o autor, é curioso que a evolução da Economia Política Internacional nos Estados Unidos ocorreu mediante sua aproximação cada vez maior com os métodos aplicados à Ciência Econômica, dentro do paradigma neoclássico. É como se os modelos teóricos da Economia passassem a ser transplantados para a interpretação de fenômenos da Política Internacional, sem que se desconsiderassem os próprios condicionantes econômicos. Cultivou-se, assim, um campo com propensão para a análise positivista e a modelagem formal. Para entender a razão que está por trás disto, Cohen recorre, em primeiro lugar, a Vernon, para afirmar que este comportamento deriva da acessibilidade enganosa de um estilo reducionista; mas também, apresenta um elemento que parece mais

determinante, a saber, a existência de certo complexo de inferioridade por parte dos cientistas políticos. Algo que os impele aos modelos matemáticos para que se registre a chancela de cientificismo que lhes faltava, e que o pensamento dominante da Economia já absorveu há tempos.

O episódio narrado por Cohen, na sequência, é extremamente pertinente para este debate:

The trend is easily observable. For illustrative purposes, we may consider how much change has occurred in the pages of IO since the Keohane-Nye take over in the early 1970s. Among the total of some 170 articles that appeared in 1975–1979, less than 10 percent (9.4 percent) emphasized formal modeling or econometrics. During the next half decade, 1980–1984, the percentage was even lower, at 7.4 percent. By the second half of the 1990s, by contrast, in 1995–1999, the percentage was up to nearly 26 percent, and in the first five years of the new millennium, 2000–2004, it was almost half (47.5 percent). (...)

In fact, the trend may be considered official editorial policy. In 1998, a special issue of IO was published to celebrate the journal's fiftieth anniversary, appearing a year later in book form (Katzenstein, Keohane, and Krasner 1999a). Although all but one of the collection's seventeen authors were political scientists, the final word was given to a respected economist, Barry Eichengreen, who seized the occasion to celebrate the superiority of economic methodology. 'The strength of economics,' Eichengreen argued (1999, 354), 'is the complementary and mutually supporting character of theoretical and empirical work.' IPE could only benefit by going the same route. (...) 'The field needs to move in the direction of formulating parsimonious models and clearly refutable null hypotheses, and toward developing empirical techniques that will allow these hypotheses to be more directly confirmed by the data'¹⁸. (COHEN, 2008, p. 42-43)

¹⁸ A tendência é facilmente observável. Para fins ilustrativos, podemos considerar o quanto de mudança ocorreu nas páginas da IO desde que Keohane-Nye assumiram no início dos anos 70. Entre o total de cerca de 170 artigos que apareceram em 1975-1979, menos de 10 por cento (9,4 por cento) enfatizaram a modelagem formal ou a econometria. Durante a próxima meia década, entre 1980-1984, o percentual era ainda menor, em 7,4 por cento. Na segunda metade da década de 1990, pelo contrário, em 1995-1999, a percentagem foi de até praticamente 26 por cento, e nos primeiros cinco anos do novo milênio, 2000-2004, era quase a metade (47,5 por cento). (...)

Na verdade, a tendência pode ser considerada como política editorial oficial. Em 1998, uma edição especial da IO foi publicada para celebrar o quinquagésimo aniversário da revista, aparecendo um ano mais tarde em forma de livro (Katzenstein, Keohane e Krasner 1999a). Embora apenas um dos dezessete autores da coleção não fossem cientistas políticos, a palavra final foi dada a um economista respeitado, Barry Eichengreen, que aproveitou a ocasião para celebrar a superioridade da metodologia econômica. 'A força da economia', argumentou Eichengreen (1999, 354), 'é o caráter complementar e servir de suporte de trabalho teórico e empírico'. A EPI só poderia se beneficiar indo pelo mesmo caminho. (...) 'O campo precisa se mover na direção de formular modelos parcimoniosos e hipóteses nulas claramente refutáveis, para o desenvolvimento de técnicas empíricas que permitirão que essas hipóteses sejam mais diretamente confirmadas pelos dados. (COHEN, 2008, p. 42-43)

Assim, pode-se afirmar, segundo Cohen (2008), que a padronização de métodos de estudo da EPI nos EUA possui um alto custo, na medida em que ela vem cada vez mais se tornando um apêndice da Economia, com autonomia para estipular sua agenda, mas com pouca margem para determinar os métodos de análise. Não por outra razão, Cohen vaticina que a EPI nos Estados Unidos caminha para um economicismo deformado.

Por este motivo, Cohen publicou, em 2010, um artigo sobre as Revistas Científicas de EPI nos Estados Unidos, já citado na introdução deste trabalho, sob o título *Are IPE Journals Becoming Boring?*. Neste texto, o autor identifica que a qualidade das revistas tradicionais de EPI nos EUA, tais como *World Politics*, *International Studies Quarterly* e a própria *International Organization* declinou. As pesquisas tornaram-se extremamente fugazes. Há pouco de inovador, as Revistas perderam a capacidade de pioneirismo que carregavam consigo. O prestígio acadêmico se concentra, agora, na utilização de sofisticadas técnicas quantitativas.

Acertadamente, Cohen diz que fatores como o controle editorial, as normas aplicadas para a submissão ou a forma com que os pós-graduandos são ensinados não são as principais razões para a queda de qualidade. Na verdade, são sintomas. A causa advém, mais precisamente, desta busca pelo cientificismo a qualquer custo, decorrente da inferioridade que se abate sobre os campos de pensamento alheios à Economia – alimentado, também é importante que se diga, pelo complexo de *superioridade* de grande parte dos economistas.

Fenômenos sociais complexos acabam por ser marginalizados, ou então reduzidos forçosamente até o ponto de se afastarem por completo da realidade. A escola perde, perigosamente, ambição intelectual. Isto posto, os estudiosos da EPI nos EUA são levados a se concentrar nas chamadas *Teorias de Nível Médio*, em detrimento dos estudos da *Metateoria*, ou seja, ignoram os estudos interpretativos ou que contenham grandes visões da história e da sociedade. Segundo Cohen, numa teorização de nível médio:

(...) work tends to concentrate on narrow individual relationships isolated within a broader structure whose characteristics are assumed, normally, to be given and unchanging. (Economists would call this partial-equilibrium analysis, in contrast to general-equilibrium analysis.) Such work is by no mean unimportant; much of it yields useful new insights. But like a steady diet of

gruel, it leaves us hungry for more – more variety, more exotic ingredients, more spice¹⁹. (COHEN, 2009, p.2)

Síntese do pensamento da Escola Estadunidense

As ciências sociais convencionais, como visto acima, são as mais influentes do ponto de vista da Escola Estadunidense da Economia Política Internacional. Segundo Cohen (2008), também é possível afirmar que a versão dominante da EPI é justamente esta, desenvolvida nos Estados Unidos.

A característica mais marcante da Escola Estadunidense, segundo Cohen, é a prioridade dada ao método científico, o que mais pode se aproximar dos modelos puros da ciência dura. A análise é baseada nos princípios gêmeos, positivismo e empirismo, que sustentam que o conhecimento é melhor acumulado através da observação objetiva e das análises sistemáticas. A corrente possui a propriedade de enfatizar sua pesquisa sobre o que se pode chamar de teoria de nível médio, evitando grandes visões da história ou da sociedade. (COHEN, 2008, p.6)

Cohen cita que Robert Gilpin foi um dos principais empreendedores intelectuais da Economia Política Internacional. De fato, com a obra *Multinational Corporation* (1975) e, posteriormente, *Political Economy of International Relations* (1987), foram marcos na área. Juntamente com Robert Cox, Peter Katzenstein, Robert Keohane, Charles Kindleberger, Stephen Krasner e Susan Strange, eles formam aquilo que Cohen denomina o Hall da Fama da EPI²⁰. Segundo Cohen, o prestígio acadêmico que gozam estes autores é medido não a partir da sofisticação de um modelo ou da elegância de uma técnica, mas sim pelo quanto ele contribui para a interpretação do mundo real.

¹⁹ (...) o trabalho tende a se concentrar em relações individuais estreitas, isoladas de uma estrutura mais abrangente cujas características são presumidamente ordinárias, sendo dadas e imutáveis. (Economistas chamariam isso de análise de equilíbrio parcial, em contraste com uma análise de equilíbrio total). Esse trabalho não é nem um pouco sem importância; produz novos raciocínios úteis. Mas, como uma dieta regular de mingau, ele nos deixa com fome de mais - mais variedade, ingredientes mais exóticos, mais pimenta.

²⁰ Como Cohen faz questão de ressaltar, seu hall da fama não foi formado exclusivamente por sua intenção. Ele deriva de uma pesquisa realizada com 67 renomados professores de EPI, onde estes nomes foram os mais citados, à exceção de Robert Cox, colocado arbitrariamente pelo autor, em função da negligência que ele sofre nas universidades estadunidenses, a despeito de ser um dos principais expoentes da EPI no mundo, mas mais ligado à corrente britânica.

1.2 A Escola Britânica

Benjamin Cohen diz que uma das diferenças fundamentais entre as escolas britânica e estadunidense de EPI é a forma com que cada uma delas reage à pergunta: As Relações Internacionais são parte da Economia Política Internacional ou o contrário? Para os britânicos, a resposta é afirmativa, no sentido de que as RI são parte constitutiva da EPI. Cohen se julga simpático a esta visão, porque, segundo ele, esta avaliação permite que se incluam questões sobre a relação entre Estado e sociedade, empresas, organizações internacionais, redes internacionais e uma série de dinâmicas que não necessariamente tem a ver com os Estados soberanos. Uma grande diferença entre as escolas britânica e estadunidense é a interpretação sobre como o mundo funciona e de que forma ele deve ser avaliado.

Strange costumava também dizer que o propósito de estudar Economia Política Internacional, em vez de Relações Internacionais, é estender mais amplamente os limites convencionais do estudo da política e os conceitos convencionais do que se envolve em política, e de como, e por quem, o poder é exercido para influenciar os resultados. Longe de ser uma especialidade das Relações Internacionais, a EPI deve reivindicar que as Relações Internacionais sejam uma especialidade da EPI.

Nas próximas seções, seguindo o mesmo método de exibição adotado para a Escola Estadunidense, faremos uma abordagem acerca da literatura de EPI segundo o ponto de vista britânico. Destacaremos a narrativa do surgimento, promoção e consolidação da corrente.

Para cumprir esta etapa, faremos considerações a respeito do programa do curso de EPI oferecido pela London School of Economics *and Political Science* e debateremos as propostas de estudo presentes nas obras de Andre Broome (no livro *Issues and Actors in the Global Political Economy*) e Michael Veseth (no artigo *What is IPE?*). Ademais, apoiados por Benjamin Cohen, exporemos a trajetória intelectual de Susan Strange, que em grande medida se confunde com a criação e sustentação da Escola Britânica. Abordaremos desde os eventos promovidos, a criação de um programa de pós-graduação e a consagração em uma revista científica.

1.2.1 Programa de EPI – London School of Economics

Ainda em sua introdução, o documento que representa o programa da disciplina²¹ de EPI da *London School of Economics and Political Science*²² (LSE) afirma: o estudo da política internacional não pode mais ignorar fatores econômicos. Assuntos como a segurança internacional, questões para o desenvolvimento, alterações climáticas, produção e distribuição de recursos naturais, segurança alimentar, entre outros, possuem interseção direta com temas da Ciência Econômica, tais como um ambiente favorável para comércio e investimentos. O equilíbrio ambiental do planeta, por sua vez, não pode desconsiderar uma mudança necessária na base sócio-econômica dos sistemas industriais consolidados até hoje.

Percebe-se aqui que o discurso abrange mais que a tradicional interdependência dos mercados internacionais, apesar de que também estão presentes as alegações de que o mundo de hoje é mais dinâmico e tem se transformado cada vez mais rapidamente. Trata-se a economia como de fato ela é, uma ciência social. Não obstante, é dado maior protagonismo à questão política, como na afirmação, no mesmo documento, de que a maneira com que os líderes políticos lidam com os desafios de um mundo mais globalizado determinará, em grande medida, se as sociedades se beneficiam ou perdem com a crescente interdependência que se verifica na atualidade.

A apresentação preliminar desta ementa não se encerra sem a devida menção no documento ao pioneirismo de Susan Strange, citando seu célebre artigo de 1970, acerca da negligência mútua que permeava os estudos de Economia e Política Internacional. De acordo com o programa da disciplina, sua obra *States and Markets* é igualmente marcante, pois, mesmo sendo publicada ainda em 1988, continua sendo seminal e clássica para o campo.

1.2.2 Andre Broome – *Issues and Actors*

Numa seção dedicada a estudar a Economia Política Global, o livro de Andre Broome, *Issues and Actors* (2006), conceitua a EPI como um campo interdisciplinar de

²¹ Documento data de 2011. Programa completo disponível para consulta nos anexos do trabalho.

²² Aqui, é possível notar que, além de academicamente juntas, economia e política não são trabalhados à forma estadunidense, via manuais de estudo. A produção teórica dentro da corrente ocorre muito mais por meio de livros e artigos, dentro de um ambiente intelectual de debates e contrapontos.

investigação dentro das ciências sociais que procura estudar o passado, as dinâmicas presentes e o futuro da economia política global.

Recorrendo a outros autores, tais como Robert O'Brien e Marc Williams, Broome complementa sua definição de EPI como sendo também um campo que engloba tanto o estudo de aspectos nacionais quanto internacionais, lançando mão de um esforço interdisciplinar que “cruza as fronteiras entre o estudo da política e da economia” (BROOME, 2014, p.8, *apud* O'BRIEN and WILLIAMS, 2013), podendo inclusive recorrer a outras ciências sociais, tais como a história e a geografia. Sem perder o rigor científico na análise, Broome (2014) traz uma afirmação de Stretton (1999), segundo a qual é útil reconhecer que “existe uma gama muito ampla de conhecimento útil entre a certeza matemática de um lado e a ficção romântica ou superstição de outro” (BROOME, 2014, p. 9, *apud* STRETTON, 1999). Esse equilíbrio é o que a EPI deve buscar.

Broome (2014) diz que a EPI vem se expandindo nos últimos tempos. Seu livro tende a se diferenciar dos outros, segundo ele, pelo fato de possuir inspiração na obra de Susan Strange, por um lado; e, por outro, por ser sensível à forma como as estruturas de poder operam em toda a gama de áreas temáticas propostas. Em outras palavras, seu livro pretende revelar a importância de se compreender como diferentes atores realizam suas escolhas na economia política global e participam das questões contemporâneas centrais. (BROOME, 2014, p. 11)

1.2.3 Michael Veseth – What is IPE?

De todas as definições sobre a interpretação da EPI do ponto de vista britânico que não são de Susan Strange, as assertivas de Michael Veseth parecem ser as mais pertinentes. Em seu artigo *What is IPE?*, publicado em 2009, o autor sustenta que a EPI compreende o desenvolvimento de uma ciência social que busca entender os problemas internacionais usando uma matriz interdisciplinar de ferramentas analíticas e perspectivas teóricas. A EPI, diz Veseth, “é um campo que prospera como o processo que Joseph Schumpeter chamou de ‘destruição criativa’” (VESETH, 2009, p. 1).

De maneira mais incisiva, Veseth faz a defesa da EPI, em sua vertente britânica, afirmando que seu objetivo é: “(...) to pull down the fences that restrict intellectual inquiry

in the social sciences so that important questions and problems can be examined without reference to disciplinary borders²³.” (VESETH, 2009, p.1)

A EPI, afirma Veseth, compreende o estudo de uma problemática, ou um conjunto de problemas relacionados. A EPI dominante, nos dias atuais, inclui a análise da economia política do comércio internacional, finanças internacionais, relações Norte-Sul, corporações multinacionais, e hegemonia. Esta problemática tem sido ampliada nos últimos anos, afirma Veseth (2009), já que muitos estudiosos têm procurado estabelecer uma nova EPI que seja menos centrada na política internacional e nos problemas do Estado-nação e menos focada em questões de política econômica. Esses estudiosos buscam criar uma nova disciplina de EPI que faria transcender os limites percebidos pela política internacional e pela economia internacional, como campos de estudo e pesquisa.

Inspirado pela negligência mútua de que trata Susan Strange, Veseth afirma que o muro que separa a Economia Internacional da Política Internacional foi especialmente grande e resistente durante a Guerra Fria. Mas o autor aponta para duas exceções que considera notáveis: Charles P. Kindleberger e Kenneth N. Waltz²⁴.

A esta altura do artigo, Veseth traz para o debate aquilo que denomina a *Problemática da EPI*, da qual fazem parte um conjunto de problemas que possuem, de alguma maneira, relação entre si. Em outros termos, compreende a gama de problemas internacionais que não podem ser entendidos ou analisados integralmente apenas como política internacional ou apenas Economia Internacional. Estes problemas caem necessariamente em domínio em expansão de Economia Política Internacional. (VESETH, 2009, p. 3).

Para o autor, seis conjuntos de questões podem ser considerados a problemática da EPI: o comércio internacional, as finanças internacionais, as relações norte-sul, as companhias multinacionais (CMN's), o problema da hegemonia e a globalização.

Encerradas as considerações acerca de Veseth, é chegado o momento de apresentar a evolução intelectual da Escola Britânica, que, como dito anteriormente

²³ “Derrubar as barreiras que restringem a investigação intelectual nas ciências sociais, para que questões importantes possam ser examinadas sem referência às fronteiras disciplinares.”

²⁴ Não deixa de ser curioso aqui também que Veseth vai na direção oposta àquilo que os estadunidenses consideram os pioneiros da EPI. Ao invés de mencionar Keohane e Nye, o autor traz à tona um reconhecimento público à Kenneth Waltz.

intersecciona sobremaneira com a trajetória intelectual de Susan Strange. É sobre isso que a próxima seção dissertará.

Criação e consolidação da Escola Britânica de EPI

Como dito anteriormente, a principal referência para a Escola Britânica de EPI é Susan Strange. Ela está para a EPI no Reino Unido assim como Keohane e Nye estão para o campo nos EUA. Strange moldou o campo à sua imagem e semelhança, numa abordagem que se destacou tanto na forma quanto no conteúdo.

O grande marco da história intelectual da EPI britânica foi o artigo, em forma de manifesto, publicado em 1970 por Strange, intitulado “*International Economy and International Relations: a case of mutual neglect*”.

Algo que é notadamente marcante na carreira de Susan Strange é que ela nunca teve a pretensão de ser uma acadêmica. Conforme explica Cohen (2008), recuperando uma entrevista de Strange, em 1989, a autora aspirava ser uma colunista independente de jornal. Segundo Cohen, quando pensamos em um colunista de jornal, o que nos vem à mente é alguém que é perceptivo e articulado, alguém mais pragmático do que reflexivo, mais informal que formal. E mais, não julgamos o rigor teórico de um colunista, porque ele se permite fazer uso de ecletismos, não deve a ninguém o pertencimento a uma corrente única de pensamento. Nós lemos os colunistas, diz Cohen, para saber suas opiniões, não para ter uma análise de peso. A metodologia, nestes casos, fica em segundo plano. Mesmo com todos os vícios de alguém que não tem apreço pela formalidade acadêmica, Strange conquistou seu espaço pela originalidade das ideias apresentadas. (COHEN, 2008, p. 45)

De acordo com Cohen (2008), Strange iniciou seu contato com a Universidade dando palestras sobre Relações Internacionais no *University College London*, sem a pretensão de ficar mais do que um par de anos na instituição e ampliar seu conhecimento e compreensão do mundo. Ao final, foram 15 anos de dedicação aos ensinamentos dentro da academia em Londres. Strange agradecia à universidade a possibilidade de poder ter liberdade de ensinar e escrever de forma independente.

O ponto específico que atraiu Strange para a EPI foi a política das relações monetárias internacionais, razão pela qual ela escreve “*Sterling and British Policy*”, em 1971, seu primeiro livro de fôlego nas RI, na sequência do artigo/manifesto seminal. Ao contar a história intelectual da EPI, Cohen traz um diálogo que teve com Strange, quando

comentou com a autora sobre seu desejo em fazer uma análise custo-benefício estritamente econômica do papel da libra esterlina como moeda internacional. Ao tomar conhecimento da iniciativa de Cohen, Strange teria respondido: “Oh Jerry, você não pode escrever sobre a libra sem falar sobre a política, também”, demonstrando sua sagacidade analítica para interpretar fenômenos internacionais.

O International Political Economy Group e a *Review of International Political Economy* como mecanismos de criação e consolidação da EPI Britânica

Na busca por promover sua escola de pensamento, Strange participava de um grupo de pesquisa, o *International Political Economy Group* (IPEG), que ela inaugurou em 1971. Somente em 1994, ela conseguiu ter o seu próprio veículo de difusão acadêmica da EPI britânica, por meio da *Review of International Political Economy* (RIPE). De acordo com seus editores, a RIPE deveria ser uma revista multidisciplinar em escopo e interdisciplinar em espírito²⁵. Ainda assim, a RIPE está para a EPI britânica, assim como a IO está para a EPI estadunidense. O IPEG ainda existe, diz Cohen (2008), como um grupo de pesquisa dentro da *British International Studies Association* (BISA), fundado em 1974, também por Strange. É sintomático, diz Cohen, que o evento anual da Escola Estadunidense de EPI seja vinculado à *American Political Science Association* (APSA); ao passo que o evento anual da Escola Britânica de EPI acontece a partir da BISA, segundo Cohen, uma organização muito mais multidisciplinar. (COHEN, 2008, p. 48)

Cabe ressaltar também a grande diferença de financiamento para as escolas estadunidense e britânica ao longo dos últimos 45 anos. Cohen (2008) diz que para a conferência que deu origem a *Transnational Relations and World Politics* (1971), Keohane e Nye contaram com o apoio do Centro de Harvard para Assuntos Internacionais; para o segundo projeto, *World Politics and International Economy* (1974), houve pesado financiamento da *Brookings Institution* e mais duas outras fundações; já para *Power and Interdependence* (1977), houve apoio financeiro da Fundação Rockefeller e de um consórcio de universidades para estudos sobre a ordem mundial. Por sua vez, Strange teve que barganhar libras por onde podia. Para fundar a IPEG, ela teve financiamento mínimo do *British Economic and Social Research Council*; já para

²⁵ Editors. 1994. “Editorial: Forum for Heterodox International Political Economy.” *Review of International Political Economy* 1, no. 1 (Spring): 1–12.

constituir a BISA, Strange se submeteu a escrever para todos os vice chanceleres das universidades do país, pedindo singelas 2 libras para cada uma das instituições.

Para além da questão das publicações e dos financiamentos, há que se mencionar um evento marcante para o enriquecimento do debate acerca da EPI britânica, a saber, a Conferência de Cumberland Lodge, realizada em Julho de 1972. Nesta oportunidade, Strange convocou Economistas e Cientistas Políticos para debaterem, durante 10 dias, acerca de suas complementaridades e, sobretudo, diferenças.

Como balanço final do evento, os cientistas políticos acusaram os economistas de serem extremamente unidimensionais em suas análises; ao passo que os Economistas acusaram os Cientistas Políticos de falta de rigor metodológico e sofisticação teórica. De consenso, havia o compromisso de continuar tentando estabelecer um diálogo entre as ciências, era consenso que as diferenças do mundo acadêmico deveriam ser diminuídas a partir do estreitamento dos laços entre os dois campos do conhecimento. As iniciativas continuaram, passando pelo projeto lançado por Strange em 1984, *Paths to International Political Economy*, uma coletânea de ensaios publicados a convite da *British Political Studies Association*, até a *Transcending the State Global Divide*. (COHEN, 2008, p. 52).

Em 1978, Strange retornou à LSE com o objetivo de fundar um programa de pós-graduação em EPI. A autora enfrentou forte resistência, pois alguns economistas da casa não queriam que ela usasse o termo Economia, alegando que ela não tratava da Ciência Econômica no programa. Strange iniciou o programa então batizando-o de *Politics of the World Economy*, alterado só mais tarde para *International Political Economy*.

Strange resistia fortemente à compartimentação das ciências sociais, o que ela costumava chamar de movimento de fechamento²⁶, onde há uma “sociedade secreta de autopropetuação dos iniciados” (COHEN, 2008, p. 52 *apud* STRANGE, 1984). Para a autora, permitir que a custódia de EPI na Grã-Bretanha fosse para os cientistas políticos, como aconteceu nos Estados Unidos, seria um erro grave. A EPI, lembrando a tradição dos clássicos do século XIX, deve tratar da experiência humana como um todo, sem deixar nada de fora. Sendo assim, Strange passa a argumentar que era urgente que se

²⁶ Interessante observar a esta altura que, em nenhum momento, Strange dialoga com a Análise dos Sistemas-Mundo, que possui proposta semelhante, ainda que com notáveis diferenças teórico-metodológicas.

construísem pontes não só entre a Economia Internacional e as Relações Internacionais, mas também entre outras áreas do conhecimento, sobretudo nas ciências sociais em geral. Nesse ínterim, alguns autores da Escola Britânica passaram a desenvolver estudos sobre o que chamaram de Economia Política Global (EPG), a fim de dar um caráter ainda mais holístico ao campo da EPI.

Mesmo que interdisciplinar, Strange cobrava que o ecletismo de suas análises e de seus acadêmicos não descuidasse do rigor analítico. Conforme aponta Cohen (2008), os estudiosos da Escola Britânica, em geral, são tão comprometidos com o uso cuidadoso e sistemático de paradigmas teóricos e teóricas como são os seus homólogos norte-americanos.

Da mesma forma em que apresenta estatísticas a respeito das publicações na International Organization para a Escola Estadunidense, Benajmin Cohen traz os dados da RIPE, para demonstrar o perfil dos artigos da Revista. De acordo com Cohen, de 161 artigos publicados na revista inglesa entre 1994 e 1998, apenas seis (3,7%) apresentavam modelagem ou teste formal de hipótese. Nos 5 anos seguintes, foram 8 de 144 artigos (5,6%), mostrando pouca mudança no perfil das publicações. Baseado nesses dados, Cohen afirma que a Escola Britânica não é propriedade de nenhuma especialidade acadêmica.

Um segmento que atravessa grande parte da Escola Britânica, hoje, é uma forte aversão por qualquer coisa que possa ser considerada como pensamento dominante. Strange rejeitava fortemente qualquer tipo de ortodoxia. Recuperando o depoimento de um ex-aluno da autora, Cohen afirma que Strange era uma radical, a despeito de não ser nenhuma revolucionária. Também aparecia fortemente como característica da autora o questionamento de qualquer autoridade, seja ela política ou acadêmica. Este tipo de conduta Strange teria conseguido, segundo Cohen, imprimir na Escola Britânica de EPI.

Em termos de agência e contingência, Strange buscava trazer dois conjuntos de análise para sua visão da EPI. Um primeiro conjunto tem a ver com o significado do comportamento dos atores, a rigor, o comportamento do governo, uma vez que a unidade fundamental da autoridade no sistema internacional continua a ser o Estado-nação soberano. O outro conjunto de questões para a análise tem a ver com a gestão do sistema, ou seja, como lidar com as consequências da interdependência econômica, como fazer atores estatais gerenciarem (ou não) conflitos, e o que determina se eles cooperam ou

deixam de cooperar para alcançar objetivos comuns? "(COHEN, 2008, p. 57, *apud* COHEN, 1990, p. 264).

Na tentativa de tentar entender por que a Escola Britânica é tão diferente da Estadunidense, Cohen afirma que a personalidade de Strange é um traço marcante deste antagonismo. Com um estilo persuasivo, ela teria aberto portas para um entendimento alternativo do modo como o mundo funciona. Entretanto, afirma Cohen (2008), para ter aceitação de sua visão de mundo completamente diferente, ela também precisava de uma massa crítica receptiva de estudiosos preparados para seguir seu exemplo e não o de Keohane e Nye, Gilpin, ou outros da margem esquerda do Atlântico.

Nesta busca, o grau de aceitabilidade das ideias da Escola Britânica cativou pesquisadores internacionais para além dos Estados Unidos. Em outras palavras, não é necessário ser britânico – nem residir na Grã-Bretanha – para participar da Escola Britânica. Esta corrente inclui também muitos canadenses, apesar proximidade dos Estados Unidos. De acordo com Cohen (2008), estudiosos como Eric Helleiner e Louis Pauly procuram construir pontes entre as duas versões do campo, numa tentativa aparentemente estéril de conciliação.

Importante mencionar também que as ligações diretas com a ciência política foram mais fracas na Grã-Bretanha, Em Cambridge, os estudos internacionais foram, durante muito tempo, localizados na faculdade de História. Acadêmicos britânicos já estavam mais condicionados a pensar no cenário internacional com uma conduta normativa e multidisciplinar.

Particularmente influente neste caminho foi a chamada Escola Inglesa de RI, que salientou a existência de uma sociedade global que poderia ser estudada somente em termos históricos e enraizada em tradições legalistas clássicas, cujas origens podem ser identificadas em Hugo Grotius.

De todos os elementos levantados anteriormente, talvez nenhum tenha sido mais definidor para apartar os caminhos da EPI Britânica e Estadunidense quanto a transição hegemônica entre os dois países. Enquanto os Estados Unidos respondem pela liderança global, a Grã-Bretanha aparece como uma nação atolada em um longo e doloroso declínio. Nas palavras de Cohen:

“Once the country had been the proud center of an empire on which the sun never set. Now it feared becoming little more than a collection of sad offshore

islands, overshadowed by the newly prosperous economies of the Continent and prone to a seemingly endless streak of financial crises. U.S. scholars understandably accepted the new world order as natural or even desirable. British scholars, on the other hand, could be excused for adopting a more jaundiced view of the status quo and a greater openness to alternative perspectives (...) The resentment of U.S. dominance at some level was natural or perhaps even inevitable²⁷.” (COHEN, 2008, p. 60)

Outros fatores acessórios contribuíram para a rejeição à produção intelectual proveniente dos Estados Unidos, tais como a visão crítica à guerra imperialista dos Estados Unidos no Vietnã, a ascensão das universidades estadunidenses depois de 1945 para o pico da hierarquia acadêmica do mundo, entre outros.

Em um ensaio publicado na segunda edição da RIPE, o autor Peter Burnham definiu a EPI Estadunidense como "uma disciplina fraudulenta vulgar (...) um amálgama bruto da economia neoclássica, ciência política doméstica pluralista, e realistas das relações internacionais na teoria (...) [Os americanos] não conseguem entender o conjunto orgânico complexo de relações sociais, que é a economia política global.” (COHEN, 2008, p. 62 *apud* BURNHAM, 1994, p. 221-222).

As quatro estruturas da EPI de Susan Strange

Em complemento a estas características supracitadas, a apresentação da Escola Britânica não pode deixar de tratar os quatro níveis teóricos de análise presentes na interpretação de Susan Strange para a EPI. Estas estruturas são: produção e comércio; dinheiro e finanças; segurança; e conhecimento e tecnologia.

Para Strange, existem arranjos complexos que funcionam como fundamentos da EPI. Cada arranjo contém uma série de instituições estatais e não estatais, organizações e outros atores que determinam as regras e processos que regem o acesso ao comércio, finanças, segurança e conhecimento. Como se poderia esperar, cada estrutura da EPI é circundada de tensão, uma vez que os diferentes atores estão constantemente tentando preservar ou alterar as regras da estrutura para refletir melhor os seus próprios interesses e valores.

²⁷ O país tinha sido uma vez o centro orgulhoso de um império no qual o sol nunca se punha. Agora temia se tornar pouco mais do que uma coleção de ilhas tristes, ofuscado pelas novas economias prósperas do continente e propenso a uma onda aparentemente interminável de crises financeiras. Acadêmicos norte-americanos aceitaram compreensivamente a nova ordem mundial como natural ou mesmo desejável. Estudiosos britânicos, por outro lado, poderiam se licenciar para adotar uma visão mais rejeitadora do *status quo* e uma maior abertura a perspectivas alternativas. (...) O ressentimento da dominância dos EUA em algum nível era natural ou talvez até mesmo inevitável.

As questões que ocorrem em uma estrutura, muitas vezes afetam elementos em outra, gerando uma dose significativa de instabilidade e, inclusive, conflitos entre atores. De acordo com Strange (1988), muitas disputas surgem quando os Estados tentam moldar e determinar as estruturas da economia política global na qual outros estados, suas instituições políticas, seus empreendimentos econômicos e pessoas, operam.

A estrutura de produção e de comércio

A questão de quem produz o que, para quem, e em que condições, é tema central na EPI. Fabricar bens e vendê-los nos mercados mundiais faz com que países e suas indústrias sejam capazes de acumular enormes somas de dinheiro, que podem deslocar a distribuição global de riqueza e poder. (STRANGE, 1988, p. 29-30)

A estrutura monetária e de finanças

Strange (1988) define esta como sendo a estrutura possivelmente mais abstrata de ligações entre as nações. No entanto, sua importância é capaz de determinar quem tem acesso ao dinheiro e em que condições. Ficam estabelecidas, desta maneira, como certos recursos são distribuídos entre as nações. A este respeito, muito em função da contribuição do pensamento econômico dominante, o dinheiro é muitas vezes visto como um meio e não um fim em si mesmo. Para Strange, o dinheiro gera uma obrigação entre as pessoas ou estados. O dinheiro dos fluxos internacionais pode pagar o comércio e servir como meio de investimento financeiro em uma fábrica ou uma fazenda em outro país. Recentemente, afirma a autora, a estrutura financeira e monetária global tem sido marcada por movimentos especulativos, perseguindo lucros rápidos de um país para outro. (STRANGE, 1988, p. 30)

A estrutura de segurança

A segurança talvez seja, de acordo com Strange, a necessidade humana mais básica. Em nível global, a estrutura de segurança compreende as pessoas, os Estados nacionais, as organizações internacionais e até as ONGs, que fornecem segurança para todas as pessoas em todos os lugares.

A estrutura de conhecimento e tecnologia

Não é de hoje que conhecimento e tecnologia são fontes de riqueza e poder para aqueles que os utilizam de forma eficiente. A disseminação da tecnologia de informação e comunicação é capaz de potencializar a industrialização em países avançados e manter a dominação dos países dependentes. Cada vez mais no mundo de hoje, os negócios feitos nas estruturas da segurança, do comércio e das finanças dependem do acesso ao conhecimento em suas mais variadas formas.

Importante mencionar que a estrutura de conhecimento inclui regras e padrões que afetam a propriedade intelectual, a transferência de tecnologia e as oportunidades de trabalho para a classe trabalhadora, por exemplo.

Isto posto, é chegada a hora de analisarmos em detalhes uma síntese do que seria o pensamento da Escola Britânica da EPI.

Síntese do Pensamento da Escola Britânica

Na Escola Britânica, o estudo da EPI tende a ser mais multidisciplinar em abrangência e mais normativo em termos de ambição. Os britânicos são mais críticos às ortodoxias e mais engajados nas questões sociais. Para Cohen, os britânicos ainda são mais impacientes com o *status quo* e mais ansiosos para mudar as situações práticas estabelecidas. A visão de mundo da Escola Britânica é tudo, menos imparcial, afirma Cohen. (COHEN, 2008, p. 44)

O reducionismo não faz parte da análise da Escola Britânica, o que a torna mais sensível a estudos qualitativos do que quantitativos, dentro de uma academia onde são mais valorizados os estudos interpretativos. Isto remonta, segundo Cohen (2008), às tradições da economia política clássica, de recorte mais institucional e histórico, com menos apego à utilização do método científico rigoroso.

É importante mencionar a esta altura que, assim como o rompimento unilateral dos acordos de Bretton-Woods e a crise do petróleo serviram para abrir os olhos dos intelectuais dos anos 70 que era necessário analisar os fenômenos internacionais a partir de uma nova perspectiva. A crise internacional de 2007-2008 também representou um marco na virada de pesquisas de EPI em favor da Escola Britânica. O número de publicações dentro desta corrente desde 2008 cresce vertiginosamente, em detrimento de uma resistência por validar os modelos pré 2007 na margem esquerda do Atlântico. À sua

maneira, os novos pesquisadores da EPI estão rompendo fronteiras analíticas e conceituais entre política, economia e sociologia para produzir um quadro explicativo único. A crise trouxe à tona a necessidade de se ter explicações mais coerentes a respeito da possibilidade dos países centrais emergirem de uma situação caótica em termos econômicos, como lidar em termos de defesa e segurança nacional frente ao novo cenário, espionagem e terrorismo começam a se apresentar como questões que não podem mais possuir apenas ares de excentricidade nas pesquisas. A possível emergência de novos líderes mundiais – com possíveis impactos em organizações internacionais – e a reforma do sistema financeiro internacional agora precisam de estudiosos mais dedicados, para além da ortodoxia tradicional.

Neste sentido, a EPI que emerge dos estudos britânicos procura descrever e explicar a constante mudança relações entre governos, empresas e forças sociais ao longo da história e em diferentes áreas geográficas do globo. A EPI inclui, assim, uma dimensão política que representa o uso do poder por uma variedade de atores, incluindo indivíduos, grupos domésticos, organizações internacionais, organizações não-governamentais, empresas transnacionais, bem como, é claro, Estados-nação. Todos esses atores tomam decisões sobre a distribuição de coisas tangíveis, como dinheiro e produtos ou coisas intangíveis, como segurança e inovação. Em quase todos os casos, a política envolve a produção de normas de como os estados e sociedades devem atingir seus objetivos.

Em segundo lugar, a EPI britânica envolve uma dimensão econômica que lida com a forma como os recursos são distribuídos entre os indivíduos, grupos e Estados-nação. Uma variedade de instituições públicas e privadas aloca recursos todos os dias nos mercados. Nos dias atuais, o mercado pode também ser pensado como uma força motriz que define o comportamento humano. Quando os consumidores compram as coisas, quando os investidores compram ações e, quando os bancos emprestam dinheiro, suas transações despersonalizadas constituem uma vasta e sofisticada rede de relacionamentos que coordenam as atividades econômicas em todo o mundo. Com efeito, os mercados muitas vezes desempenham uma função social da "coordenação sem um coordenador."

Um grande número de estudiosos da EPI, sobretudo dentro da matriz britânica, argumenta que os estados e os mercados não existem em um vácuo social. Normalmente, existem muitos grupos sociais diferentes dentro de um estado que compartilham identidades, normas e associações baseadas em laços tribais, etnia, religião ou sexo. Da mesma forma, uma variedade de grupos transnacionais (que se referem à sociedade civil

global) têm interesses que ultrapassam as fronteiras nacionais. Uma série de ONGs tentaram pressionar organizações nacionais e internacionais sobre questões como alterações climáticas, refugiados, trabalhadores migrantes e exploração de gênero. Todos esses grupos são fornecedores de ideias que potencialmente geram tensões entre eles e outros grupos, mas desempenham um papel importante na formação do comportamento global.

Cohen (2008) recorre a Keohane (2000), para elucidar uma lista com cinco grandes temas que definiriam o perfil de análise da Escola Britânica da EPI: a ênfase no poder estrutural; foco na agência e no comportamento dos atores com interesse próprio; alto ceticismo sobre organizações e regimes internacionais; ênfase na concorrência entre as autoridades no âmbito de diversos setores da economia mundial; e uma ambivalência profunda sobre o papel dos Estados Unidos no mundo atual²⁸.

Reunidas as considerações que nos orientam na direção de compreender melhor quais são os critérios de definição de predomínio das correntes no campo da Economia Política Internacional, é chegado o momento de passarmos a avaliar a situação do campo no Brasil. Vejamos, a partir de agora, qual o estado da arte da EPI nos currículos de graduação em Relações Internacionais do país.

²⁸ KEOHANE, Robert O.; NYE Jr., Joseph. Globalization: What's New? What's Not? (And So What?). *Foreign Policy*, No. 118 (Spring, 2000), pp. 104-119

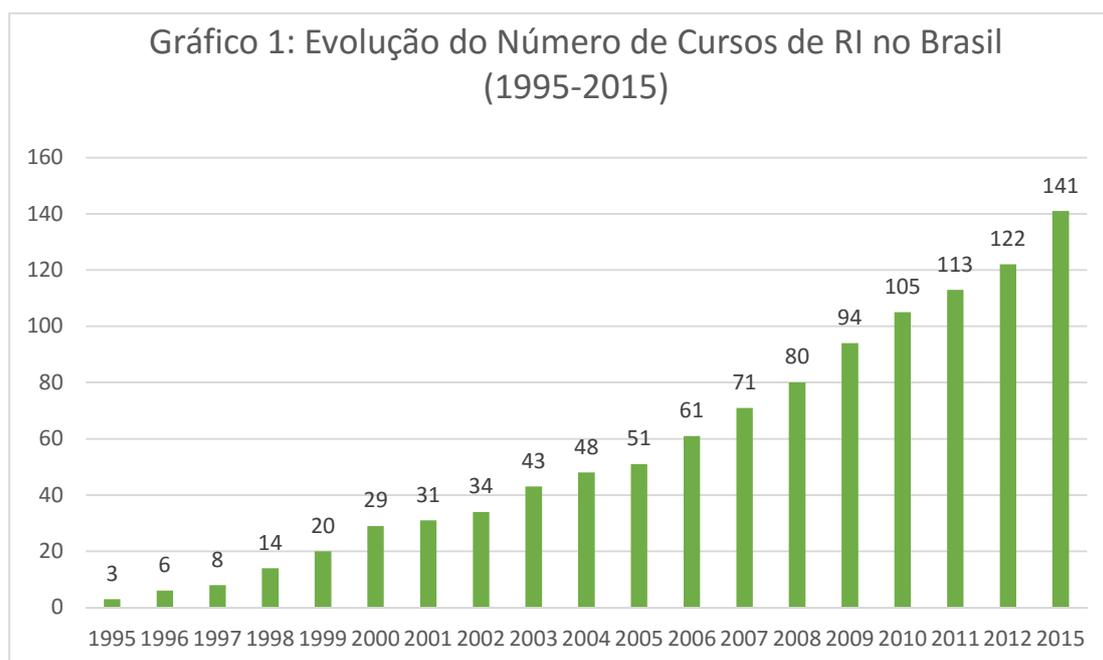
Capítulo 2 – A Economia Política Internacional no ensino de Relações Internacionais do Brasil

O presente capítulo visa apresentar considerações a respeito dos cursos de Relações Internacionais no Brasil, em especial no que tange à formação que estes cursos oferecem no campo da Economia Política Internacional. O capítulo está dividido em: exposição dos dados a respeito dos cursos de RI no Brasil em geral, seguida de breve avaliação quantitativa e avaliação qualitativa dos cursos. Seguindo-se a estas avaliações, são feitas exposições dos dados sobre as disciplinas e/ou blocos de estudo de EPI nos cursos de Relações Internacionais do país, acompanhadas de comentários a respeito das mesmas.

2.1 Apresentação dos dados e recorte da pesquisa

Nesta seção, apresentaremos os dados coletados referentes à pesquisa no que se refere aos cursos de graduação em Relações Internacionais do Brasil. Os dados foram coletados a partir do banco de dados existente no Ministério da Educação eletronicamente (e-MEC).

O gráfico a seguir mostra a quantidade de cursos de Relações Internacionais existentes no Brasil e sua evolução ao longo dos últimos vinte anos:



Fonte: Elaboração do autor, atualizado a partir da base de dados de BARASUOL (2012) p. 10 e INEP (2015)

Apresentados estes dados²⁹, expõe-se seguir a quantidade de cursos de RI no Brasil que também possuem, em suas instituições, programas de pós-graduação. Representa-se, assim, o horizonte de cursos de Relações Internacionais considerados nesta investigação:

²⁹ Importante ressaltar que não há atualização na base de dados do INEP – órgão responsável pela elaboração de dados a respeito do ensino superior no Brasil – para os dados específicos dos cursos desde 2012, razão pela qual os anos de 2013 e 2014 não constam no gráfico. Para o ano de 2015, esta pesquisa utilizou os dados correntes presentes no Portal e-MEC, cuja base de dados acompanha o momento atual, mas não é funcional como ferramenta de busca para exercícios passados.

Quadro 1: Cursos de Relações internacionais com Programas de Pós Graduação no Brasil

Programa de Pós Graduação	Instituição de Ensino Superior à que o Programa se vincula	Unidade da Federação	Nota - Avaliação Trienal da CAPES	
			Mestrado	Doutorado
Economia Política Internacional	UFRJ	RJ	4	4
Estudos Estratégicos da Defesa e Segurança	UFF	RJ	3	-
Estudos Estratégicos Internacionais	UFRGS	RS	4	4
Integração Contemporânea da América Latina - ICAL	UNILA	PR	3	-
Relações Internacionais	UFBA	BA	3	-
Relações Internacionais	UNB	DF	6	6
Relações Internacionais	UFU	MG	3	-
Relações Internacionais	UEPB	PB	4	-
Relações Internacionais	UERJ	RJ	4	-
Relações Internacionais	PUC-RIO	RJ	6	6
Relações Internacionais	UFSC	SC	3	-
Relações Internacionais	USP	SP	4	4
Relações Internacionais	UFPB	PB	4	-
Relações Internacionais (UNESP - UNICAMP - PUC/SP)	UNESP/MAR	SP	5	5
Relações Internacionais (UNESP - UNICAMP - PUC/SP)	PUC/SP	SP	5	5
Relações Internacionais: Política Internacional	PUC/MG	MG	5	5

Fonte: Elaboração do autor com base no banco de dados da Plataforma Sucupira (Capes) - Julho de 2015

2.2 Avaliação dos cursos de RI e do Campo da Economia Política Internacional no Brasil

Esta seção tem por objetivo apresentar breves notas referentes aos cursos de Relações Internacionais no Brasil, bem como tecer considerações a respeito de seus respectivos blocos de Economia Política Internacional.

As observações que se seguem foram feitas com base na grade curricular dos 16 cursos³⁰ de RI estudados nesta pesquisa e os programas das disciplinas que estão disponíveis na internet ou foram recebidos dos respectivos professores das disciplinas que compõem o eixo de Economia Política Internacional destes cursos. Os documentos utilizados encontram-se em anexo nesta pesquisa³¹.

Julgamos relevante para o estudo apontar as características dos cursos de graduação que compõem a pesquisa especialmente no tocante a seguinte questão: que área do conhecimento mais predomina no curso?

As áreas de conhecimento consideradas neste exercício taxonômico dos cursos de RI apresentam-se em conformidade o documento de Diretrizes Curriculares Nacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI³²). Sendo assim, o eixo de Ciência Política é composto por disciplinas de: Política, Política Internacional, Política Externa, Poder. O eixo de Economia conta com as cadeiras de: Macroeconomia, Microeconomia, Economia Política Internacional, Formação Econômica do Brasil, Economia Internacional, Comércio Internacional, Blocos Econômicos e Economia

³⁰ A Universidade Federal da Bahia não possui curso de Relações Internacionais formalmente constituído. Há um Bacharelado Interdisciplinar (BI) em Humanidades, onde se pode optar pela área de concentração em Relações Internacionais. No entanto, a área tampouco possui o campo de Economia Política Internacional contemplado em seu currículo, razão pela qual se optou pela exclusão dos dados e informações referentes a esta universidade na pesquisa. Ao mesmo tempo, a UNESP possui cursos de Relações Internacionais em dois *campi* distintos: Franca e Marília. Como ambas as unidades contam com matrizes curriculares diferentes, consideraremos que constituem dois cursos separadamente.

³¹ Infelizmente, mesmo diante de reiteradas tentativas, as informações a respeito do campo de Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade do Estado de São Paulo da unidade de Marília (UNESP-Marília) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) não foram conseguidas à plenitude. De qualquer modo, mantivemos estas universidades em nosso recorte por considerarmos as informações disponíveis acerca destes cursos ainda assim pertinentes.

³² Em anexo.

Brasileira. O núcleo de Relações Internacionais conforma-se a partir das seguintes disciplinas: Introdução às RI e Teoria das RI. O eixo de História se constitui das disciplinas de História das RI, História do Brasil, História da América e suas correlatas. Já o eixo de Geografia será composto por Geopolítica e, eventualmente, por Estudos Estratégicos e Integração Regional. O eixo de Sociologia, por seu turno, abarca as disciplinas de Introdução às Ciências Sociais, Sociologia e seus derivados. Para tanto, foi adotado o critério da bibliografia utilizada. Para disciplinas onde havia dúvidas quanto ao eixo e que não tinham bibliografia disponível, levou-se em consideração os pré-requisitos (caso de disciplinas de estudos estratégicos e integração regional³³, por exemplo). A tabela abaixo traz as informações referentes à divisão dos cursos por área de conhecimento:

Tabela 1: Distribuição de disciplinas nos cursos de RI por Área de Conhecimento

Instituição de Ensino Superior	Relações Internacionais	Ciência Política	Economia	Direito	Geografia	História	Sociologia	Línguas	Metodologia	Outros
UFRJ	1	5	4	5	1	3	1	6	1	0
UFF	4	11	7	2	4	4	2	0	0	2
UFRGS	8	5	10	5	5	6	0	0	2	2
UNILA	5	4	4	6	2	6	8	3	3	1
UNB	8	4	5	5	0	3	1	0	1	0
UFU	7	6	17	7	2	4	2	4	0	2
UEPB	9	9	4	6	2	3	1	9	3	3
UERJ	7	14	5	5	4	3	3	4	3	4
PUC-RIO	5	8	6	3	1	3	2	0	4	5
UFSC	3	7	10	5	2	2	0	0	2	1
USP	3	5	5	5	0	4	2	0	2	1
UFPB	4	9	9	3	2	3	1	0	4	0
UNESP/MARÍLIA	5	9	7	7	5	4	2	0	1	3
UNESP/FRANCA	7	9	6	5	2	3	3	1	2	5
PUC/SP	4	8	4	6	2	2	4	0	5	7
PUC/MG	6	8	6	3	3	2	3	0	5	3
Total	86	121	109	78	37	55	35	27	38	39

Fonte: elaboração do autor a partir das grades curriculares dos cursos de RI considerados na pesquisa (em anexo) em conformidade com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)

³³ Faz-se necessária esta explicação pois a disciplina de estudos estratégicos, por exemplo, apresenta tanto abordagens que são mais próximas à área da Geografia (Geopolítica), quanto da área de Teoria das Relações Internacionais (Segurança e Defesa). A disciplina de integração regional, por sua vez, pode estar associada tanto a aspectos do Direito Internacional (Direito da Integração), quanto da Economia (Blocos Regionais e Integração Econômica). Seguindo esta lógica, portanto, uma disciplina de “Política Internacional pós-Guerra Fria” que tenha como pré-requisito as disciplinas de História das RI, será considerada uma disciplina pertencente ao eixo de História dentro do curso.

Em termos absolutos é possível perceber que a Ciência Política é a área de conhecimento que mais possui disciplinas ocupando os currículos de RI avaliados, seguida de Economia, Relações Internacionais e Direito, respectivamente. Essas quatro áreas são as predominantes nos principais cursos do país. Além disso, os dados nos permitem avaliar que, em termos relativos, a Ciência Política também é a área do conhecimento que predomina nos cursos avaliados, aparecendo como predominante em 7 dos 16 graduações (equivalente a 43%). Na sequência, vem a área da Economia, predominante em 18% dos cursos pesquisados. Línguas – somando-se as cadeiras de língua portuguesa e estrangeira – aparecem como predominantes em 12,5% dos cursos. O restante dos cursos apresenta-se equilibrado, sem que haja uma área específica que predomine em relação às outras.

A partir deste ponto, nossa intenção é realizar uma avaliação quantitativa e qualitativa destes cursos, especialmente no que se refere ao campo da Economia Política Internacional. Em outros casos, vale a pena ressaltar, o campo aparece de maneira velada, sem menção explícita à EPI, na forma de disciplinas ou grupos de disciplinas cuja ementa e bibliografia se encontram – total ou parcialmente – em consonância com a EPI. Para tanto, discorre-se abaixo a respeito da relação de critérios que foram adotados para considerar as disciplinas de Economia Política Internacional e/ou os blocos de disciplinas que possuem perfil para serem evidenciados nesta pesquisa como pertencentes ao referido campo.

Nas próximas linhas, serão feitos alguns apontamentos que envolvem os cursos estudados perante os aspectos supracitados. Sabendo que a escolha dos critérios de análise implica em determinada visão a respeito do que seria um curso e um bloco de EPI minimamente satisfatórios, a avaliação a seguir tem clareza de que as Relações Internacionais, enquanto disciplina, bem como a Economia Política Internacional, como campo de estudo, possuem responsabilidade sobre a formação de pensadores das ciências sociais brasileiras. A apreciação que segue, neste sentido, pretende se inserir no campo da colaboração com o pensamento crítico nas RI³⁴.

Os comentários subsequentes com relação aos cursos de RI seguirão a seguinte sequência: primeiramente, será verificado que áreas de conhecimento predominam no

³⁴ Mais referências e proposições a este respeito estarão presentes no capítulo 4 desta pesquisa.

curso. Depois, buscar-se-á ressaltar algumas peculiaridades, alguns destaques – positivos e/ou negativos – que estão à margem ou fogem do que é trivial nos cursos de Relações internacionais brasileiros. Na sequência, descrevem-se e justificam-se quais são as cadeiras de nossos cursos que condensam aquilo que pode ser considerado o eixo de Economia Política Internacional. O método de exposição encerra-se com apreciações a respeito da(s) disciplina(s) de EPI selecionadas para a pesquisa, tendo como um dos principais horizontes a verificação a respeito da presença de estudos latino-americanos no ementário e na bibliografia.

Para esta seção, serão sempre consideradas, a princípio, disciplinas que constem como matérias pertencentes ao núcleo de disciplinas obrigatórias. Quando forem tecidos comentários e análises referentes a disciplinas optativas, haverá menção expressa a este respeito.

Dadas as considerações a respeito da Escola Britânica e da Escola Estadunidense apresentadas no primeiro capítulo desta pesquisa, há outra informação relevante que vale a pena sublinhar: a rigor, as disciplinas de Teoria das Relações Internacionais rivalizam com as disciplinas do eixo de Economia Política Internacional, na medida em que ambas apresentam suas interpretações a respeito da forma como funcionam e podem ser explicados os fenômenos das RI. Portanto, nesta seção, também será destacado em que altura do curso as disciplinas de Teoria das RI e EPI são apresentadas aos alunos. Não são raros os casos em que a EPI só é cursada quando os estudantes já concluíram uma ou mais disciplinas de Teoria das RI. Dado que as disciplinas de Teoria das RI são tradicionalmente atravessadas, mesmo considerando suas nuances, pelo marco teórico e analítico estadunidense, este fato compromete a capacidade estudantil de adotar correntes da EPI como formas de interpretação das RI, afastando-lhes, ademais, não somente da escola britânica, mas do pensamento crítico em geral. No limite, se não os afasta, tolhe a possibilidade de desenvolvimento pleno das capacidades teóricas neste sentido³⁵.

³⁵ É importante recuperar o fato de que, para a visão estadunidense da disciplina de Relações Internacionais, a Economia Política Internacional revela-se uma das possíveis formas de interpretação do Sistema Internacional. Precisamente em decorrência disso é que nossos currículos de RI no Brasil possuem a característica de tratar a EPI como um eixo explicativo acessório ou alternativo. Mas é fundamental recordar que, na interpretação britânica das Relações Internacionais ocorre o inverso, ou seja, são as RI que se apresentam como uma ferramenta alternativa para interpretar algo maior. Sendo assim, para a Escola Britânica, é a Economia Política Internacional que contém a disciplina de RI; enquanto que para a Escola Estadunidense, a EPI está contida nas RI.

A verificação da ordem das disciplinas de Teoria das RI e EPI não cumpre, nos termos desta pesquisa, uma função meramente formal. Não se trata apenas de registrar a diferença epistemológica e ontológica que aparece em nossos currículos na marcada distância entre Teoria das RI e EPI. Acreditamos que, em um país subjugado diante do Sistema Internacional como o Brasil, a constatação de que a disciplina de EPI aparece apenas de forma residual em relação à Teoria das Relações Internacionais possui implicações práticas do ponto de vista do conformismo e da aceitação do *status quo* de nossos graduados; ou, no limite, apresenta alternativas que são alheias à nossa realidade, gerando sucessivos casos de inaplicabilidade ou incongruência, o que não é menos pernicioso do ponto de vista da necessária transformação social por que devemos passar no País.

UFRJ

O primeiro curso presente em nossa análise é o de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Ligado ao Instituto de Economia daquela instituição, o curso possui disciplinas de Economia, Administração, Ciência Política, Relações Internacionais, História, Geografia e Direito. É, portanto, bastante interdisciplinar. Ainda assim, predominam as cadeiras das áreas de Ciência Política (5 disciplinas), Direito (5 disciplinas) e Economia (4 disciplinas).

Os fatos que chamam a atenção a respeito deste curso são que há apenas 1 disciplina de Teoria das Relações Internacionais (5ª fase); há uma carga significativa de matérias de línguas estrangeiras (inglês e espanhol) entre as disciplinas obrigatórias do currículo; destoam das disciplinas correntes em Relações Internacionais as matérias de “Cerimonial e Protocolo” (6ª fase), “Estudos de Problemas Globais” (7ª fase), “Processos Organizacionais Internacionais” (8ª fase), “Ética Profissional” (8ª fase) e “Tópicos Especiais em RI” (8ª fase), todas pertencentes à carga de disciplinas obrigatórias do currículo do curso, que apresenta pouquíssimas disciplinas eletivas ao longo da sua evolução.

A disciplina de Economia Política Internacional do curso de RI da UFRJ apresenta um ótimo programa, consagrando-se como um excelente guia para a formulação de uma disciplina ideal para a área.

De início, prevê uma discussão a respeito da definição do campo de EPI. Posteriormente, discute os clássicos e os temas de Poder e Riqueza com William Petty, trabalha o tema da Grande Transformação com Karl Polanyi, apresenta a visão de Fernand Braudel à propósito da História e da formação do Sistema Capitalista, sobretudo no que se refere à formação histórica dos monopólios dentro do sistema. Debate o tema do capital financeiro com o clássico livro de Hilferding sobre o tema. Apresenta as ideias de Poder Global a partir de José Luís Fiori, traz à luz a corrente da contemporânea Análise dos Sistemas-Mundo, a partir de Immanuel Wallerstein, abordando também os ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi. Faz um apanhado do debate sobre os Regimes Internacionais com Robert Keohane e Joseph Nye, bem como a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Charles Kindleberger e Robert Gilpin. Aborda o estudo dos poderes relacional e estrutural de Susan Strange, assim como o debate da moeda internacional na EPI, com autores como Eric Helleiner, Maria da Conceição Tavares e Maurício Metri. Para finalizar, todo o debate contemporâneo da EPI também conta com as considerações de Benjamin Cohen.

O programa possui o mérito de ser plural, mas não eclético. Apresenta, porém, uma falha que não é pequena, sobretudo para os propósitos buscados nesta pesquisa: não há qualquer tópico ou discussão sobre a América Latina e sua inserção na EPI. Em termos de escola de pensamento, pode-se afirmar que se insere dentro do escopo da Escola Britânica de EPI.

UFF

Na Universidade Federal Fluminense (UFF) há um curso bastante interdisciplinar, com maior ênfase em Ciência Política (11 disciplinas), Economia (7 disciplinas), História (4 disciplinas) e RI (4 disciplinas).

Chamam a atenção no curso as disciplinas de antropologia e filosofia, 4 cadeiras específicas de Política (Política I, II, III e IV), além de Sociologia das RI I e II, na 3ª e 4ª fase, respectivamente.

A instituição possui apenas uma disciplina de EPI. Ela aparece na segunda fase, no mesmo período do estudo da disciplina de teoria das RI, o que é positivo. Chama a atenção que outras disciplinas que poderiam compor o bloco de EPI, como Economia Internacional e Finanças Internacionais aparecem também como disciplinas optativas. O

programa do curso parece bastante incompleto, possuindo apenas seis referências que não parecem contemplar a ementa proposta. O único autor renomado da EPI que aparece é Daniel Maliniak. O curso encontra-se na órbita estadunidense.

O curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) é um curso plural, com predomínio das matérias de Economia (10 disciplinas), além de RI (8 disciplinas), História (6 disciplinas) e Ciência Política (5 disciplinas).

Destacam-se no currículo do curso a existência de 2 cadeiras de História do Pensamento Econômico, 3 disciplinas de Teoria Política, e uma disciplina de Relações Internacionais para a América Latina, no 7º período. Na UFRGS, as disciplinas vinculadas ao eixo de EPI são Organizações e Regimes Internacionais e Economia Internacional II.

A Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA) possui um curso de Relações Internacionais bastante equilibrado entre as áreas do conhecimento. Há ênfase em estudos da área de Sociologia (8 disciplinas), seguida por Direito (6 disciplinas), História (6 disciplinas) e RI (5 disciplinas).

Chama a atenção no curso da UNILA as chamadas disciplinas do ciclo comum. São 3 eixos que formam os ciclos comuns: um de Epistemologia, um de Línguas e um de Fundamentos da América Latina. As cadeiras do curso de Relações Internacionais na UNILA possuem grande enfoque na integração latino-americana, o nome oficial do curso em si é “Relações Internacionais e Integração”. Além disso, várias disciplinas, como as pertencentes às áreas de Direito e Economia, são voltadas para a integração regional, sendo intituladas, por exemplo, como Direito da Integração, Economia da Integração, e assim por diante. É importante destacar, positivamente, o fato de que o enfoque na integração latino-americana se apresenta sem prejuízo aos já tradicionais estudos sobre Europa e Estados Unidos da América. Há um grande mérito no curso em definir que os estudos das disciplinas tradicionais são, também eles, regionais, não universais. Sendo assim, as disciplinas existentes são denominadas, por exemplo, como sendo: “Modernidade, Estados Nacionais e Capitalismo *na Europa*” (grifo nosso); “Liberalismo, Revolução e Democracia na Europa e *nos EUA*” (grifo nosso); ou ainda “Introdução à Teoria Política e Social *Latino-Americana*” (grifo nosso). Merecem destaque ainda

disciplinas como “Processos e Teorias da Integração” e “Análise das Relações Sul-Sul”. Chama a atenção, além disso, o fato de que não há disciplinas específicas de Política Externa Brasileira, mas sim Política Externa na América Latina.

UNILA

Já o curso da UNILA de Relações Internacionais apresenta as seguintes disciplinas no campo de EPI: Economia Política Internacional (5ª fase) e Padrões Monetários Internacionais (6ª fase). As disciplinas de Teoria das RI I e II, por seu turno, são cursadas, respectivamente, na 4ª e 5ª fase.

O curso de EPI da UNILA não introduz o debate dos clássicos da Economia Política. Há o destaque de existir uma linha consistente de crítica ao livre-comércio (Há-Joon Chang é livro-texto para a disciplina). Dependência e desenvolvimento desigual aparecem como importantes tópicos discutidos ao longo da disciplina, com destaque para as interpretações de Raúl Bernal-Meza. Robert Gilpin aparece como autor importante para a discussão sobre a estabilidade hegemônica. O curso ainda conta com a presença de autores não tradicionais na disciplina, como Goddard, Schechter e Vidal e Poletto.

A outra disciplina do eixo, Padrões Monetários Internacionais, é importante porque realiza uma discussão da teoria dos regimes internacionais, desde uma perspectiva de superação da ordem financeira/monetária atual. São abordados temas como fluxos de capitais e crises econômicas. Há um debate entre o padrão monetário e seu papel na hegemonia dos EUA. A bibliografia básica centra-se em Eichengreen, Kindleberger e Niall Ferguson. Também são estudados autores como Eric Helleiner, Maria da Conceição Tavares e Karl Polanyi, o que é digno de méritos. Em termos de autores não tradicionais, é possível citar Gudynas. É um eixo de EPI que pode ser considerado como pertencente à Escola Britânica.

UnB

Fundador da disciplina no Brasil, o primeiro e mais tradicional curso de Relações Internacionais do país, da Universidade de Brasília (UnB), possui um currículo bastante equilibrado, onde predominam disciplinas específicas da área de Relações Internacionais (8 disciplinas), seguida por Direito (5 disciplinas), Economia (5 disciplinas) e Ciência Política (4 disciplinas).

Dentro de toda a configuração clássica do curso de RI da UnB, merecem destaque as disciplinas de Introdução ao Estudo da História, Estatística, História das RI no Brasil, Análise das RI no Brasil, Direito das RI e Análise das RI. Pode-se perceber, portanto, um grande enfoque da disciplina nas Relações Internacionais no Brasil.

O eixo de Economia Política Internacional da UnB é composto por EPI I e II. Recuperando a comparação com Teoria das RI, vale a pena realizar duas observações: em primeiro lugar, a disciplina de Teoria das RI é, estranhamente, pré-requisito para a disciplina de EPI I. Não há razão, aparentemente, para que tal fato ocorra. As disciplinas de Teoria das RI são, respectivamente, na 3ª e na 4ª fase. Também em prejuízo ao eixo de EPI do curso, há um semestre separando as disciplinas de EPI I e II, comprometendo a continuidade do processo de ensino e aprendizagem sobre o campo. A EPI I é na 4ª fase e a EPI II é na 6ª fase.

Em linhas gerais, o eixo de EPI se inicia com a discussão sobre o que é economia política e traça pontos referentes à evolução do capitalismo. Na sequência, apresenta as correntes de pensamento econômico do século XVIII ao século XX, até a discussão sobre a Teoria da Dependência. Por fim, aborda relações econômicas internacionais, como finanças e padrões monetários.

O curso possui uma boa base de economia política com o estudo dos clássicos. Depois, visita a crítica da economia política. Apresenta um bom eixo de contestação ao livre-comércio com Hamilton, List e Polanyi. Passa pelas teorias do Imperialismo trabalhando Rosa Luxemburgo e Lenin, assim como os liberais Walras e Hayek. Traz os macroeconomistas da crise de 29: Joseph Schumpeter e John Maynard Keynes. Traz à tona o debate dos desenvolvimentistas Raúl Prebisch e Celso Furtado, além de trabalhar com os dependentistas Andre Gunder Frank e Fernando Henrique Cardoso.

O debate específico sobre EPI é feito com Robert Gilpin, passando depois sobre a corrente da interdependência com Robert Keohane, Joseph Nye e Richard Cooper. A perspectiva crítica aparece com Robert Cox e Christopher Chase-Dunn. Há uma aula específica sobre o “retorno do Estado” com base em Robert Gilpin e Alice Amsden. Na sequência, há um tópico de debate sobre hegemonia e estabilidade com Immanuel Wallerstein e Susan Strange. A seguir, há um tópico de discussão de economia mundial, *pax* britânica, guerra fria e comércio internacional com o manual de Robert O’Brien e Marc Williams (são estudados 4 capítulos em seguida).

O último tópico do curso envolve o Brasil e o comércio internacional. Para tanto, são trabalhados os autores como Sennes et al e Jank et al. A internacionalização das empresas brasileiras aparece com Luciano Coutinho. São trabalhados temas como a divisão internacional do trabalho com O'Brien e Williams, o Brasil nesta DIT com Levy et al, a discussão sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento e ajuda externa (sic) com Gilbert Rist, Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen. As relações Sul-Sul abarcam os últimos itens do programa, pautado por autores como Aykut e Goldstein, Oliveira, Vaz e Inoue, Ohiorhenua e Rath, bem como relatórios da Unctad, OCDE e Ecosoc.

Destas considerações gerais, interpreta-se que o curso apresenta aparente pluralismo teórico. Mesmo com a vasta gama de autores apresentados e sua diversidade, é possível afirmar que no curso predomina a escola britânica.

UFU

A Universidade Federal de Uberlândia possui um curso de Relações Internacionais excessivamente voltado para a Economia. São pelo menos 17 disciplinas ligadas a esta área do conhecimento, dando traços claros de que se trata de um caso em que o curso de Relações Internacionais derivou do Departamento de Economia. De resto, são cerca de 7 disciplinas específicas da área de RI, 7 de Direito e 6 de Ciência Política.

Entre as disciplinas que destoam de um currículo comum de Relações Internacionais, destacam-se: “Instrumentos de Análise Econômica”, “Microeconomia – Organização Industrial”, Macroeconomia I, “Economia e Organizações Internacionais”, Desenvolvimento Sócio-Econômico e Estratégias Empresariais Internacionais.

No curso como um todo, destacam-se as disciplinas voltadas para os estudos de Língua Inglesa, abarcando não somente os estudos da língua em si, como na disciplina de “Leitura Instrumental”, mas também o contexto no qual a língua inglesa se insere e intersecciona com as Relações Internacionais, como na disciplina de “Civilização dos Povos de Língua Inglesa”. Há também no curso um enfoque específico na produção científica, são pelo menos 4 disciplinas de Pesquisa em RI da 4ª fase em diante.

O campo da Economia Política Internacional na UFU possui ao todo três disciplinas: Relações Econômicas Internacionais I e II (na 3ª e 4ª fase, respectivamente) e EPI propriamente dita (na 8ª fase).

Neste curso, como na maioria dos outros, a EPI só é lecionada depois das disciplinas de Teoria das Relações Internacionais, que são lecionadas na 2ª e 3ª fase, respectivamente.

A disciplina de Relações Econômicas Internacionais I está dividida em quatro unidades. Na primeira, mostra-se de que forma foi estabelecida e evoluiu a hegemonia capitalista inglesa após a Revolução Industrial. Aborda-se também as revoluções retardatárias, com foco em Alemanha, EUA e Rússia. Eric Hobsbawm e John Hobson são os alicerces da análise da formação dos carteis e trustes do final do século XIX. A segunda unidade do curso engloba os temas do Estado, Imperialismo e 1ª Guerra Mundial, episódios embasados nas análises de Eric Hobsbawm e Barry Eichengreen, além de Michael Beaud. A unidade 3 compreende o período entre guerras, o neocolonialismo, a crise de 29, o Nazismo e a Revolução Russa, com os mesmos aportes da unidade anterior. Já a unidade 4 abarca a mudança de hegemonia da Inglaterra para os EUA e o abandono do liberalismo econômico pós 1930. Também são estudados a evolução econômica da URSS e os contrastes com os centros capitalistas na mesma época, a partir de Eric Hobsbawm. Em linhas gerais, o curso apresenta-se como uma espécie de História Econômica/História das RI galgada no pensamento marxista. Possui recorte dentro da Escola Britânica

Já na segunda disciplina de Relações Econômicas Internacionais, temas como a economia mundial dos Trinta Gloriosos, a hegemonia dos EUA, o papel da Guerra Fria nas Relações Internacionais, a evolução do sistema monetário de Bretton Woods e a Empresa Multinacional compõem o primeiro bloco da disciplina. A segunda unidade apresenta debates sobre crise e ajustamento econômico entre as décadas de 70 e 90, compreendendo o fim do sistema Bretton Woods e o endividamento crônico da periferia do sistema. A unidade 3 da disciplina é composta pela discussão da globalização, as mudanças na Divisão Internacional do Trabalho e a crise do socialismo. A disciplina se sustenta sobre a base dos estudos a respeito das implicações das transformações do sistema financeiro internacional desregulado e seus impactos sobre a economia brasileira, numa corrente de interpretação bastante desenvolvida ao longo das décadas de 80 e 90 no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP –, com Luciano Coutinho e Ricardo Carneiro, referendados também por Maria da Conceição Tavares e Franklin Serrano pelo Rio de Janeiro, e contando com o apoio de outros intelectuais como Aderbal Damasceno e Claus Germer. Os debates sobre os anos 70 para

o restante do mundo são também pautados pela escola francesa de regulação, com François Chesnais e Dominique Plihon, bem como Barry Eichengreen e Robert Gilpin pelos estudos da EPI estadunidense. Em linhas gerais, o curso se identifica com a Escola Estadunidense.

A disciplina de EPI propriamente dita, já no final do curso, está dividida em 2 partes. A primeira é uma perspectiva teórico-conceitual que visa elucidar a interação entre Estado e Mercado nas RI e a constituição do campo da EPI nas RI. São apresentadas as chamadas “correntes clássicas”: liberalismo, nacionalismo e marxismo³⁶; as correntes neoclássicas: fatores de produção no comércio, novo intervencionismo, imperialismo e novo imperialismo; as perspectivas teóricas contemporâneas: novo liberalismo, estabilidade hegemônica, regimes internacionais e sistema-mundo. A base dos estudos está galgada em Pedro Teixeira, Renato Baumann (e seu tradicional livro *Nova Economia Internacional*), Friedrich List, Susan Strange e John Williamson.

Já a segunda parte do curso trata mais especificamente das análises propostas pela EPI e sua interpretação das Relações Internacionais. Os temas abordados são: evolução da interação entre Estado e Mercado; Cooperação e Conflito pós-2ª Guerra Mundial; o poder dos atores (Bancos, Multinacionais e Fundos de Investimento). Além disso, aborda-se a política do comércio internacional: ganhos da divisão internacional do trabalho e desenvolvimento desigual. A evolução dos regimes internacionais, desde o GATT até sua consagração na OMC. As discussões em torno de dinheiro/poder, mercado/Estado moedas/hegemonia nas finanças globais. Todos estes temas são abordados a partir da perspectiva de José Luís Fiori, Robert Gilpin, Reinaldo Gonçalves, Paul Hirst e Grahame Thompson, além de Susan Strange.

Em linhas gerais, o curso distorce a interpretação das chamadas “correntes clássicas” e não traz ao estudante o estudo dos textos originais dos clássicos. Possui o mérito de discutir a inserção subordinada do Brasil no sistema, mas passa longe de considera-lo inserido dentro do contexto dependente latino-americano. Tem a virtude de trazer à tona discussões sobre hegemonias, capital financeiro e poder, mas trata os temas de forma um tanto desconexa. A primeira parte do curso é vinculada à Escola Estadunidense, enquanto a segunda mistura analistas da Escola Britânica e

³⁶ Trabalhando a partir dos marcos presentes em Gilpin (2002), os quais consideramos equivocados.

Estadunidense, trazendo autores diferentes ao sabor do tópico abordado. De qualquer forma, é a Escola Estadunidense que predomina no bloco de EPI do curso.

UEPB

O curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) é bastante plural e equilibrado. Há predomínio das disciplinas específicas da área de RI (9 matérias), acompanhado de Ciência Política (9 matérias), uma ênfase incomum no estudo de Línguas entre as disciplinas obrigatórias (são 9 matérias no total, sendo 4 de inglês, 3 de espanhol e 2 de língua portuguesa), além de disciplinas na área do Direito (6 matérias).

Chamam a atenção no currículo, além da forte carga de línguas, disciplinas como “Introdução à Filosofia”, “Antropologia Cultural” e “História do Brasil”, além de “Métodos Quantitativos” e “Estatística”. Além disso, é mister também mencionar a inovação de disciplinas como “Meio Ambiente e RI”, “Direitos Humanos e RI”, além de “Política Externa e Inserção Internacional dos EUA”.

Na UEPB, a EPI pode ser tomada a partir da verificação das disciplinas de Economia Política Internacional propriamente dita, na 3ª fase, e Globalização e Relações Internacionais, na 4ª fase. Chama a atenção que a disciplina de EPI aparece antes das disciplinas de Teoria das Relações Internacionais. À propósito, são três disciplinas de Teoria das RI ao longo do currículo, denotando uma relevante carga teórica no curso.

UERJ

O curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) é bastante focado em Ciência Política, que predomina no curso ocupando pelo menos 14 cadeiras obrigatórias. Na sequência, aparecem as matérias próprias de Relações Internacionais (7 disciplinas) e Direito e Economia (com 5 disciplinas para cada área).

Merecem destaque neste currículo as disciplinas de Filosofia (1º período), Língua Portuguesa (1º e 2º período), Cultura e Relações Internacionais (3º período) e Globalização, Política e Cultura (5º período). Chama a atenção que a disciplina de Integração Regional aparece dividida em 2 fases: Dinâmicas de Integração e Mecanismos de Integração. Há um eixo muito forte no curso em Política Externa, que possui 4

disciplinas ao longo do currículo: Análise de Política Externa (4ª fase), Política Externa Brasileira I e II (5ª e 6ª fase), além de Política Externa Comparada (7ª fase).

O curso de EPI da UERJ possui duas cadeiras, EPI I e II, na 3ª e 4ª fase, respectivamente. As disciplinas acompanham as matérias de Teoria das RI, lecionadas no mesmo semestre. Porém, TRI tem 3 cadeiras, indo um semestre além de EPI.

O primeiro semestre de EPI trabalha as interações entre Estado e Mercado. Apresenta, como na UFU³⁷, o que chama de “correntes clássicas”: liberalismo, nacionalismo e marxismo. Depois, trata das correntes neoclássicas: Fatores de produção no Comércio, Novo Intervencionismo, Imperialismo e Novo Imperialismo. Passa adiante às perspectivas teóricas contemporâneas: novo liberalismo, estabilidade hegemônica, regimes internacionais e sistema-mundo. Os autores utilizados para estes tópicos são Adam Smith, David Ricardo, Karl Marx, Karl Polanyi e Robert Gilpin.

Para esta primeira disciplina, diferentemente da UFU, há o mérito de se trabalhar com os autores clássicos de fato para abordar suas correntes. A contribuição de Karl Marx para a EPI aparece a partir do estudo do Manifesto Comunista. A despeito de ser um livro que denuncia a exploração capitalista e a maneira com a qual a burguesia enriquece às custas do proletariado (e tal interpretação, se devidamente refinada, pode elucidar como uma nação enriquece às custas de outra), não parece ser a bibliografia que mais poderia colaborar com a EPI, ou pelo menos, não enriquece mais que o estudo da própria obra *O Capital*. Merece destaque o fato de se utilizar Karl Polanyi para demonstrar a liberação da mão de obra e a forma com que os padrões monetários internacionais influenciam a relação entre os Estados e regiões do capitalismo. Gilpin também é um bom caminho para se apresentar a discussão contemporânea da EPI. Acima de tudo, fica a sensação de que ementa e bibliografia não condizem uma com a outra. Ao fim, mesmo com as imprecisões, é possível afirmar que na disciplina predomina o ensino da corrente britânica.

A segunda disciplina de EPI pretende discutir as vantagens comparativas a partir de David Ricardo e apresentar o modelo Hecksher-Ohlin de vantagens dinâmicas. O tema

³⁷ A ementa dos cursos de EPI da UFU, UERJ e PUC-Rio, em termos de tópicos abordados, são exatamente idênticas. O que diferem são as bibliografias adotadas para cada tema. No entanto, não é possível afirmar, com clareza, qual delas veio primeiro e qual das outras copiou, *ipsis litteris*, o programa original. A maior incongruência entre ementa e bibliografia na UERJ e na PUC-Rio dá indícios de que a versão original não partiu destas Universidades.

que segue é o debate acerca do comércio e distribuição de renda, numa espécie de “economia política da proteção”, bastante comum em livros-texto de economia internacional, visando analisar, em formalizações matemáticas, a disputa pelo excedente nacional e suas implicações para os distintos grupos econômicos. Na sequência, aparece o estudo dos instrumentos de política comercial, seguido por debates sobre regionalismo e multilateralismo. Abre-se então um espaço para a discussão de novos temas (sic) da EPI, tais como propriedade intelectual, meio ambiente e o setor de serviços. Posteriormente, abre-se uma discussão a respeito de regimes cambiais, mobilidade de capital e interdependência dentro do setor financeiro internacional. A disciplina se encerra abordando o tópico “globalização e crises”. Os autores-base da disciplina são Paul Krugman, Robert Gilpin, Reinaldo Gonçalves, Octaviano Canuto e Renato Baumann.

Esta segunda disciplina da UERJ é uma espécie de economia internacional restrita às relações de comércio. A ementa é deficitária e a bibliografia é ainda mais débil. Ademais da forte influência da Escola Estadunidense, esta sequer poderia ser considerada, de fato, uma disciplina pertencente ao campo da EPI, tamanha a restrição da Ciência Econômica exclusivamente às relações comerciais e sem qualquer debate sobre a interação entre economia e relações de poder. No limite, para continuar existindo, a disciplina deveria ser invertida com a disciplina de EPI I que, com todas as suas deficiências, consegue minimamente se inserir dentro do campo de estudo adequado. Sob forte predomínio da Escola Estadunidense, na UERJ temos um caso em que cada uma das duas disciplinas que compõem o bloco de EPI possui uma orientação.

PUC-Rio

A PUC-Rio possui um curso fortemente pautado nos eixos de Metodologia e Pesquisa. São pelo menos 12 disciplinas na área que predominam entre as matérias obrigatórias do currículo. Na sequência, aparecem as disciplinas de Ciência Política (8 disciplinas), Economia (6 disciplinas) e Relações Internacionais (5 disciplinas).

É possível afirmar, sem vacilações, que o currículo da PUC- Rio é enigmático. O nome das disciplinas é bastante incomum, apresentando cadeiras como “Aventura

Sociológica³⁸”, “Base do Pensamento Político Ocidental³⁹”, “Formação do Sistema Internacional⁴⁰”, “Problemas da Guerra e da Paz⁴¹”. Uma disciplina como Filosofia da Ciência, baseada unicamente em Karl Popper, como indica o ementário, apresenta-se também incomumente restritivo. As disciplinas de Introdução à Economia, I e II, a partir de Gregory Mankiw são também altamente insuficientes.

Fundamentos de Teoria é, por exemplo, uma disciplina peculiar e no mínimo estranha. Apresenta uma concentração demasiada em Ciência Política na sua vertente mais perniciosa, a saber, aquela que procura trabalhar os temas da área em termos de modelos formalizados, utilizados com muita frequência na Ciência Econômica. A ementa da disciplina é pautada por temas como: teoria dos jogos, racionalidade do ator, teorias da ação coletiva, custos de transação e bens públicos globais.

Chamam a atenção ainda as disciplinas de Metodologia I e II, além de seminários de RI nas 8 fases do curso, com a observação de que possuem sempre ementário aberto.

Na PUC-Rio a disciplina de EPI é lecionada na 5ª fase. Compondo o eixo do campo, pode ainda ser consideradas a disciplina de “Economia e Política das RI I e II”. A disciplina de EPI aparece, como de costume, tardiamente, ou ao menos posteriormente à disciplina de Teoria das RI, sendo cursada regularmente concomitante à disciplina de Teoria Contemporânea II (espécie de TRI III).

Esta é mais uma instituição que compartilha da mesma ementa de EPI das duas imediatamente anteriores, UFU e UERJ. Inicia, em “Economia e Política das RI I” com uma perspectiva teórico-conceitual, abordando a interação entre Estado e Mercado nas RI. Comete o mesmo equívoco, portanto, de apresentar como teorias clássicas da EPI o Liberalismo, o nacionalismo e o marxismo. Nas correntes neoclássicas, introduz as

³⁸ A disciplina faz jus ao nome: é realmente uma aventura. Ao invés dos clássicos da sociologia, como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, o eixo central da disciplina é Raymond Aron.

³⁹ A disciplina equivaleria à Ciência Política. Mas, novamente, de forma incomum, são estudados Norberto Bobbio e Raymond Aron.

⁴⁰ Esta disciplina poderia substituir História das RI, mas usa como parâmetro, estranhamente, Barry Buzan e Adam Watson.

⁴¹ Diferentemente dos estudos tradicionais que poderiam ir de Clausewitz a Buzan e Weaver, também baseia-se em Baylis.

discussões a respeito de Fatores de Produção no Comércio, Novo Intervencionismo, Imperialismo e Novo Imperialismo. Como tema final, pretende abordar as perspectivas teóricas contemporâneas, neste caso consideradas como sendo: Novo Liberalismo, Estabilidade Hegemônica, Regimes Internacionais e Sistemas-Mundo.

A bibliografia – mais uma vez – é completamente dissonante da ementa, restringindo-se a Robert Gilpin e John Williamson (A Economia Aberta e a Economia Mundial). Há predomínio da Escola Estadunidense de pensamento e o curso, considerando-se apenas os documentos disponíveis (grade curricular e programa da disciplina), está muito mal estruturado.

A segunda cadeira de EPI do curso também é praticamente igual à apresentada na UERJ, com exceção dos tópicos finais. Inicia-se trabalhando as questões de cooperação e conflito pós 2ª Guerra Mundial (acordos de Bretton Woods); discute-se o poder dos atores que compõem a EPI, tais como bancos, multinacionais e fundos de investimento. Na sequência, apresenta-se a evolução dos regimes internacionais apoiados no GATT até sua conformação em OMC. Posteriormente, abre-se espaço para discussão da relação entre Estado/Mercado, Dinheiro/Poder, Moedas/Hegemonia nas finanças globais. Para além da ementa da UERJ, pode-se observar a discussão sobre padrões de inovação tecnológica, galgada na evolução do regime internacional de propriedade intelectual, da Convenção de Berna ao TRIPS.

A bibliografia conta, mais uma vez com aparente contradição – ou ao menos desconexão – com Paul Hirst, Grahame Thompson e Susan Strange, autores que poderíamos associar, mais diretamente, à Escola Britânica. No entanto, o curso aparece, no que tange à ontologia, fortemente vinculado ao pensamento da Escola Estadunidense.

UFSC

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) o curso de Relações Internacionais também possui grande ênfase na área de Economia. São pelo menos 10 disciplinas relacionadas à área, seguida por Ciência Política (7 disciplinas) e Direito (5 disciplinas).

Chamam a atenção na forte carga vinculada à Ciência Econômica nas RI as disciplinas de Microeconomia, Macroeconomia, Formação Econômica do Brasil I e II, além de Economia Brasileira Contemporânea, bem como duas cadeiras de Economia

Internacional. Há também uma cadeira destinada a Estatística, na 2ª fase, dentro do eixo de matérias obrigatórias.

A disciplina de EPI do curso debruça-se, de início, sobre os grandes temas discutidos no campo: Mercado e Política, Coerção, Capital e Estado, Estado Mercado e Sociedade (bem-estar socioeconômico). A seguir, discute-se a produção do poder na ordem mundial. Na sequência, anarquia, caos e governabilidade e regimes internacionais, acompanhados do estudo da globalização do capital. Merece destaque um tópico específico para abordar uma introdução às realidades macrorregionais (América Latina, África e Ásia). A disciplina se alicerça em autores como Benjamin Cohen, Robert Gilpin e Charles Tilly. Giovanni Arrighi, Robert Cox, Barry Eichengreen, Paul Hirst, Grahame Thompson, Robert Keohane, Craig Murphy, Karl Polany e Velasco e Cruz complementam a abordagem dos tópicos propostos para estudo.

Em linhas gerais, o curso é baseado especificamente nos maiores cânones do estudo do campo da EPI no mundo. Benjamin Cohen e Robert Gilpin, por exemplo, se destacam nos Estados Unidos por serem os autores da EPI daquele país que apresentam maior rigor conceitual em suas análises. Importante destacar ainda o debate a partir de Giovanni Arrighi, Barry Eichengreen e Karl Polanyi. Maria da Conceição Tavares e Octavio Ianni dão o tom do limite da crítica no Brasil. A partir da ementa e da bibliografia proposta, as observações negativas ficam por conta das ausências de um debate mais profundo sobre a América Latina e também da maior referência da Escola Britânica, Susan Strange. O curso é bastante equilibrado, mas oferece maior destaque à Escola Britânica.

USP

A Universidade de São Paulo (USP), em termos de Relações Internacionais, apresenta o currículo mais livre do país. Metade do curso é composto por disciplinas básicas e introdutórias. O restante, complementa-se com tópicos avançados e especializações. Ciência Política, Economia e Direito se equilibram como eixos principais do curso, com 5 disciplinas para cada área.

Merecem destaque as disciplinas de “América Independente: Formação e Relações Internacionais”, “Persistência e Mudança Social” e “O Brasil e as Relações Internacionais”. Nas duas primeiras, vale acrescentar a observação de que, o que não se

faz com uma abordagem histórica com fontes primárias, estuda-se a partir da visão de intelectuais franceses, algo típico do pensamento uspiiano. Destacam-se, confirmando a ideia anterior, os teóricos Michel Löwy e Alain Rouquié e suas respectivas abordagens sobre os acontecimentos latino-americanos. A disciplina de Persistência e Mudança Social, por seu turno, é pautada fortemente por Pierre Bourdieu. A despeito disso, conta com o estudo dos clássicos Marx, Weber e Durkheim, além dos importantes Florestan Fernandes e Charles Tilly. Apesar disso, teóricos próprios do continente são nitidamente preteridos.

Na USP a disciplina que pode ser considerada como pertencente ao eixo da EPI é Economia Internacional II – Sistemas Monetário e Financeiro Internacional.

Como advertido ao longo deste capítulo e especificamente desta seção, o caso da USP é peculiar. Em função do grande número de disciplinas optativas que o curso apresenta, por ter currículo altamente flexível, também será verificada a ementa da disciplina de EPI propriamente dita, mas que neste caso aparece como matéria eletiva.

A disciplina de Economia Internacional II assemelha-se a uma disciplina de macroeconomia aberta, estudando regimes cambiais e sistemas monetários internacionais. Posteriormente, abre discussões à propósito da união monetária na Europa, liberalização financeira e crise.

Os autores trabalhados ao longo do semestre são: Renato Baumann (em seu tradicional manual de economia internacional), Olivier Blanchard, Paul Krugman, Jeffrey Frieden, Robert Gilpin e Barry Eichengreen. Também colaboram Ricardo Hausmann e Andrés Velasco, G Kaminsky e C Reinhart (pesquisar), além de Ronald McKinnon. O curso, em geral, possui predominância da Escola Estadunidense.

Já a disciplina de Economia Política Internacional propriamente dita da USP inicia-se com o fundamental debate sobre o que é EPI. Logo após, discute a Economia Política do Comércio Internacional e as Instituições do Comércio Internacional. Na sequência, são discutidas taxas de câmbio, mobilidade de capitais e política macroeconômica, bem como crises financeiras e ajustamento. Em seguida, aborda-se o tema do desenvolvimentos monetário internacional e o poder dos Estados nacionais. O curso encerra-se com o debate sobre a Economia Política das organizações internacionais. A bibliografia da disciplina fica por conta de Jeffrey Frieden, Judith Goldstein (com sua obra *Evolution of Trade Regime*), Bueno de Mesquita (a partir de *Principles of*

International Politics), Guillermo Calvo e Frederich Mishkin. Depois, a EPI é abordada pelos olhos de Benjamin Cohen e Barry Eichengreen, que são seguidos por Robert Gilpin, Ricardo Hausmann e Velasco, entre outros.

Pode-se depreender do curso de EPI da USP que predomina a visão estadunidense mais débil, concentrada em discutir a EPI a partir do apontamento de falhas de mercado, com poucas discussões de poder e muita energia dispendida sobre a economia política do comércio internacional. Apresenta uma visão mais normativa sobre as regras do comércio internacional, longe de debater economia política com o fôlego que o campo exige.

UFPB

A Universidade Federal da Paraíba conta com um curso de Relações Internacionais que se localiza entre a influência da Economia e da Ciência Política, com ambas ocupando pelo menos 9 cadeiras no currículo obrigatório, seguida por Relações Internacionais com 4 disciplinas. Uma disciplina que destoa do restante do currículo, pode-se dizer positivamente, Ética e RI.

A UFPB possui uma relevante colaboração para o pensamento da EPI em Relações Internacionais no Brasil. O curso apresenta pelo menos, dentro de seu eixo de EPI, duas disciplinas: Economia e Comércio Internacional I e Economia Política Internacional. Apesar disso, as disciplinas ainda são preteridas quando comparadas com Teoria das RI, que aparecem logo no 2º e 3º período do curso.

Na disciplina de Economia e Comércio Internacional I, são apresentadas algumas das teorias de comércio internacional, envolvendo concepções teóricas clássicas e os chamados novos modelos de comércio. O curso segue com a apresentação do curso de economia política do comércio internacional, pretensamente estudando a política comercial “na prática”: com observações sobre quotas, subsídios, *dumping* e outros tipos de barreiras não tarifárias. Após estas questões introdutórias, o curso se dispõe a apresentar e debater textos previamente selecionados sobre as teorias clássica, marxista, neoclássica e keynesiana, bem como suas análises sobre o desenvolvimento histórico da economia e comércio exterior, além de suas consequências para as distintas nações e classes sociais.

Há o importante mérito de que os autores clássicos são trabalhados no original (se bem que também com as contestáveis interpretações de Hunt e Sherman). A sensação é

de que o curso apresenta discussões aprofundadas sobre os tópicos que se propõe debater. Os clássicos são estudados desde François Quesnay e Adam Smith, passando por William Petty no original, com colaborações de fontes secundárias, como Giovanni Arrighi. Destaca-se o fato de que o curso prevê não só a discussão da valiosa obra da *Riqueza das Nações*, de Smith, mas também a Teoria dos Sentimentos Morais, fundamental para compreender o pensamento smithiano em sua complexidade. Além disso, Smith é estudado sob a ótica de Andre Gunder Frank⁴². A história do desenvolvimento do sistema capitalista e da acumulação mundial na época colonial recorre, de maneira extremamente pertinente, a Fernand Braudel, Andre Gunder Frank e Eric Hobsbawn. A Economia Política do século XIX é vista a partir do prisma de Thomas Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill no original. Cumprida esta etapa, a disciplina passa à crítica da Economia Política com Marx no original, David Harvey e István Mészáros. A América Latina e sua condição dependente são contemplados com textos de Florestan Fernandes e Andre Gunder Frank. Os estudos de Marx, ao longo do curso, passam não somente por “O Capital”, mas também pelos “Escritos Econômico-Filosóficos”, “Grundrisse”, “Formações Econômicas Pré-capitalistas” e “A Origem do Capital”. O bloco que aborda a Revolução Industrial e a *Pax* Britânica utiliza, com importante significado para o pensamento crítico, Eric Hobsbawn e Andre Gunder Frank. Mesmo os autores marginalistas, tais como William Jevons, León Walras, Vilfredo Pareto e Alfred Marshall são lidos no original. John Maynard Keynes e Michal Kalecki também aparecem, na ementa, como sendo lidos no original, com complemento das interpretações dos autores de história do pensamento econômico. Para o século XX, a base de estudo é Eric Hobsbawn (com *A Era dos Extremos*) e Andre Gunder Frank. Chegando aos tempos mais recentes, na contemporaneidade, a disciplina vem bem acompanhada por Reinaldo Gonçalves (com “O nó Econômico”), além de David Harvey (*O enigma do Capital*). Juntamente com o curso da UFRJ, parece ser um excelente guia para o curso ideal, com os reparos de que, talvez, seja interessante reduzir – levemente – a carga histórica presente na disciplina, para que se possa debater mais detidamente com os autores do campo da EPI contemporânea. É uma disciplina onde predominam as características da Escola Britânica.

⁴² FRANK, André Gunder. *Sobre Adam Smith e o Novo Mundo*. In: FRANK, André Gunder. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência*. São Paulo: Brasiliense, 1980, p.56-61.

Já a disciplina de EPI propriamente dita inicia-se com a apresentação das perspectivas teóricas da EPI. Logo após, é debatido o tema das instituições, escolha pública, capitalismo e democracia. Na sequência, propõe-se a discussão a respeito do papel do Estado no desenvolvimento econômico. O curso prossegue buscando entender as contribuições da EPI para o tema da integração regional, as negociações comerciais e as instituições econômicas internacionais.

Os autores Robert Gilpin e John Ravenhill, com *Global Political Economy*, trazem o curso mais para perto da Escola Estadunidense. Gilpin, George Crane e Amawi apresentam os paradigmas da EPI, também a partir dos EUA. Destoa um pouco o estudo do livro de Celso Furtado, a dialética do desenvolvimento, trazendo relações de centro-periferia para a análise da EPI. Os temas dos organismos multilaterais, como GATT, OMC e acordos preferenciais de comércio são trabalhados com Goldstein, Ivan Tiago Machado de Oliveira, Gilbert Winham e Vera Thorstensen, autores que transitam entre a escola brasileira e a estadunidense de EPI. Para discutir empresas multinacionais e transnacionais, são utilizados Robert Gilpin, representante da Escola Estadunidense e François Chesnais, pela escola da regulação francesa. O sistema monetário internacional é abordado com autores da Escola Britânica: Eichengreen, Helleiner e Peter Gowan. Apresenta-se aqui outro episódio em que as disciplinas do eixo de EPI do curso divergem entre si na corrente de pensamento predominante. Eichengreen e Helleiner tangenciam o debate da EPI a partir de um ponto de vista mais crítico, sobretudo na hora de discutir o sistema monetário internacional. No entanto, mesmo sendo um curso equilibrado, percebe-se que há predomínio da Escola Estadunidense.

UNESP-Franca

A Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) conta com 2 cursos de Relações Internacionais que possuem diferentes matrizes curriculares⁴³. O curso sediado na unidade de Franca é bastante interdisciplinar, destacando-se Ciência Política (9 disciplinas), RI (7 disciplinas), Economia (6 disciplinas) e Direito (5 disciplinas).

No currículo apresentado pela Universidade, merecem destaque as disciplinas de “Temas Contemporâneos em RI”, “Instituições Políticas Brasileiras”, “História da

⁴³ Afirmação tomada por indução mediante a visita à página eletrônica da instituição.

América”, “Política Externa: Mecanismos de Integração da América Latina”, “Práticas e Simulações nas RI”, “Antropologia Cultural”, “Regime Internacional dos Direitos Humanos” e “Assistência Humanitária Internacional”.

O curso da UNESP de Franca dispõe suas disciplinas de Teoria das RI na 3ª e 4ª fase, enquanto EPI é lecionada somente na 6ª. É possível afirmar que a parte conceitual da disciplina é equilibrada entre as visões brasileira e dos EUA, usando autores como Ikenberry, Frieden e Lisa Martin, combinados com José Luís Fiori. O segundo bloco da disciplina trabalha fortemente a visão ortodoxa da EPI, trazendo os autores estadunidenses, tais como Robert Gilpin, Robert Keohane, Joseph Nye, David Lake e John Ikenberry. Na sequência, o curso tem o mérito de trazer Robert Cox para trabalhar as teorias da EPI heterodoxas. O curso ainda apresenta autores como Karl Marx, John Maynard Keynes, Michal Kalecki e Joseph Schumpeter, todos juntos como expoentes do pensamento heterodoxo, o que é pouco convencional. O curso se apresenta dentro uma razoável pluralidade. Discute os problemas contemporâneos mais com os heterodoxos. Ao final, equilibra bem as visões estadunidense, inglesa e brasileira, trazendo autores como Charles Kindleberger e Gregory Mankiw pelos EUA; Luís Gonzaga de Melo Belluzzo, José Carlos de Souza Braga, José Luís Fiori e Studart e Lima pelo Brasil, além de Robert Brenner e Ha-Joon Chang dentro do que poderíamos chamar de Escola Britânica. É um curso que em geral se insere na órbita da Escola Estadunidense.

UNESP-Marília

Já o curso sediado na Unidade de Marília também é equilibrado entre áreas do conhecimento, mas com destaque maior para Ciência Política (9 disciplinas), Economia e Direito (7 disciplinas em cada área do conhecimento) e Geografia e RI (também com 5 disciplinas distribuídas para cada área).

Em termos curriculares mais específicos, é mister mencionar que Marília privilegia mais os espaços voltados para estudos da América Latina. Há matérias como “América Latina: Formação Histórica da América Latina”, “Integração Regional” e “Geopolítica da América Latina”, “Antropologia das Identidades e das Nacionalidades na América Latina”. Neste sentido, aparenta ter consonância com o projeto de RI elaborado para a UNILA. Além disso, faz-se essencial dar o devido destaque para a exclusiva disciplina de “Organizações e Movimentos Sociais Internacionais”.

Na UNESP de Marília podem ser encontradas duas disciplinas de EPI, que se apresentam na 3ª e na 4ª fase do curso, assim como as disciplinas de Teoria das RI, cujas duas cadeiras também são lecionadas nas mesmas fases.

PUC-SP

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) apresenta um curso de Relações Internacionais com predomínio das disciplinas de Ciência Política (8 cadeiras), seguida por Direito (6 cadeiras) e Metodologia/Pesquisa (5 cadeiras). De fato, há disciplinas de pesquisa que acompanham praticamente todo o currículo do curso.

Para além disso, chamam a atenção as disciplinas da área de Antropologia, tais como: “Antropologia e RI”, e uma combinação entre Antropologia e Filosofia, com “Ética e Cultura em um Mundo Globalizado”. A exclusiva cadeira de “Psicologia e Violência no Mundo Contemporâneo” também pode ser mencionada como inovação na área, bem como matérias da área da Comunicação, como “Jornalismo Internacional” e “Linguagem, Comunicação e Sociedade”. Importante ressaltar ainda a presença da disciplina de “Inserção Internacional do Brasil”, que debate a importância de se entender a forma pela qual nos inserimos e estamos presentes no mundo.

Na PUC de São Paulo, podem ser consideradas como disciplinas do eixo de EPI são: Política Internacional Contemporânea, na 3ª fase e Relações Internacionais e Economia Política, na 4ª fase. Por sua vez, as disciplinas de teoria das RI aparecem na 2ª e na 4ª fase.

PUC-MG

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG) possui um curso de Relações Internacionais bastante plural e equilibrado. São combinadas matérias de Ciência Política (8 disciplinas), Economia (6 disciplinas), RI (6 disciplinas) e Metodologia (5 disciplinas).

Há um relevante foco em pesquisa, com 5 disciplinas se dedicando ao tema. Chamam a atenção ainda matérias de “Antropologia”, “Estatística”, “Microeconomia” e “Macroeconomia”, bem como uma cadeira específica de “Tomada de Decisão”.

Já o eixo de EPI da PUC de Minas Gerais pode ser tomado a partir das disciplinas de Economia Política Internacional I e Economia Política Internacional II. As disciplinas

de EPI aparecem na 3ª e na 4ª fase, enquanto que Teoria das Relações Internacionais são lecionadas na 2ª e na 3ª fase.

No curso de Economia Política Internacional I é possível verificar o estudo dos teóricos mais clássicos das relações monetárias, financeiras, comerciais e de investimento em perspectiva histórica. São trabalhados também os padrões monetários internacionais, tais como o padrão-ouro libra, o padrão-ouro dólar (sistema de Bretton Woods) e o Neoliberalismo. Há ainda, importante sublinhar, um tópico específico para tratar a EPI do desenvolvimento.

Já o curso de Economia Política Internacional II aparece como uma teoria dos regimes internacionais, abordando tópicos como a governança e as instituições. É abordada a evolução recente das relações monetárias, financeiras, comerciais e de investimento. Mais à frente, trabalha-se a ordem econômica mundial e o regionalismo dos anos noventa. O curso se encerra com o debate a respeito de governança e desenvolvimento. Os autores trabalhados não são divulgados. Apesar disso, ontologicamente, o curso aparenta ter recorte vinculado à Escola Estadunidense.

De forma resumida, as informações a respeito do predomínio das escolas de pensamento acerca da Economia Política Internacional nos cursos de RI podem ser verificadas abaixo:

Quadro 2: Escola predominante no campo da Economia Política Internacional nos cursos de graduação em RI no Brasil

Instituição de Ensino Superior	Escola Predominante
UFRJ	Britânica
UFF	Estadunidense
UNILA	Britânica
UNB	Britânica
UFU	Estadunidense
UEPB	Estadunidense/Britânica*
UERJ	Estadunidense/Britânica*
PUC-RIO	Estadunidense
UFSC	Britânica
USP	Estadunidense
UFPB	Estadunidense/Britânica*
UNESP/FRANCA	Estadunidense
PUC/MG	Estadunidense

Fonte: Elaboração do autor, atualizado a partir da base de dados de BARASUOL (2012) p. 10 e INEP (2015)

* Conforme explicitado ao longo do texto, cursos em que há duas disciplinas formando o bloco de EPI, onde cada uma delas tinha predominância de cada uma das escolas.

Portanto, considerando os cursos e as escolas de pensamento analisadas, pode-se verificar a seguinte distribuição percentual:

Quadro 3: Escola predominante no ensino de Economia Política Internacional no Brasil (%)

Escola	Percentual
Escola Estadunidense	46%
Escola Britânica	30%
Ambas em Equilíbrio	24%

Fonte: elaboração própria

Assim, considerados os critérios de seleção dos cursos, a taxonomia e os critérios de classificação das escolas de pensamento propostos e as informações disponíveis, é

possível afirmar que a corrente de pensamento predominante no campo de Economia Política Internacional dos cursos de Relações Internacionais do Brasil, com leve vantagem, é a Escola Estadunidense.

Capítulo 3 – A Economia Política Internacional nas Revistas Científicas de EPI no Brasil

Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, a definição de um campo passa, inexoravelmente, pela construção de um ambiente onde o debate intelectual seja efervescente. Institucionalmente, a consagração de um grupo de pesquisa que tenha a pretensão de pertencer a um campo conta, sem sombra de dúvidas, com mecanismos formais de formação, consolidação e, sobretudo, difusão de sua maneira de pensar. Não por outra razão, o estudo da formação do campo de EPI no Brasil não poderia se furtar a realizar uma pesquisa a respeito das Revistas Científicas, como expressão mais acabada do estado das artes no que se refere à pesquisa sobre um referido campo. É nesta arena, especificamente, que mais se acirra o debate intelectual a respeito da condução do campo de Economia Política Internacional no país.

Nesta parte da pesquisa, buscou-se avaliar, em primeiro lugar, quais seriam as Revistas Científicas brasileiras relevantes para este estudo no que tange ao campo da Economia Política Internacional. Em termos metodológicos, optou-se por considerar as publicações mais renomadas dentro da Área de Conhecimento de Ciência Política e Relações Internacionais na CAPES. Sendo assim, tomou-se por base as publicações pertencentes aos índices A1, A2 e B1 do sistema de avaliação *Qualis*, conforme a lista abaixo:

Quadro 4: Periódicos com Índice Qualis A1, A2 e B1 na Área de Ciência Política e Relações Internacionais

ISSN	Título	Qualis	Área
0003-2573	Análise Social	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
1234-0987	Brazilian Review of Social Sciences	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais

0104-6276	Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-6909	Revista Brasileira de Ciências Sociais (Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
0034-7329	Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
1983-3121	Revista Brasileira de Política Internacional (Online)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
1807-7692	BAR. Brazilian Administration Review	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
1981-3821	Brazilian Political Science Review	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-311X	Cadernos de Saúde Pública (ENSP. Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-8529	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
1806-9592	Estudos Avançados (Online)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0185-013X	Foro Internacional	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-6445	Lua Nova (Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0034-7612	Revista de Administração Pública (Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
1678-9873	Revista de Sociologia e Política (Online)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-4478	Revista de Sociologia e Política (UFPR. Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0000-0000	Revista de Sociologia e Política	A2	Ciência Política e Relações Internacionais

1414-753X	Ambiente e Sociedade (Campinas)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1809-4422	Ambiente & Sociedade (Online)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0100-199X	BIB Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1516-8085	BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-4979	Caderno CRH (UFBA. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0100-1574	Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-8333	Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1413-0904	Carta Internacional (USP)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1413-8123	Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1807-9326	Contributions to the History of Concepts (Rio de Janeiro)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-4014	Estudos Avançados (USP. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1645-3530	Estudos do Século XX	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-2186	Estudos históricos (Rio de Janeiro)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-530X	Gestão & Produção (UFSCAR. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1980-4369	História (São Paulo. Online)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1414-3283	Interface (Botucatu. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais

0103-6351	Nova Economia (UFMG. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0101-3300	Novos Estudos CEBRAP (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0101-3459	Perspectivas: Revista de Ciências Sociais (UNESP. Araraquara. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0034-7590	RAE (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0100-8587	Religião & Sociedade (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
2178-4884	Revista Brasileira de Ciência Política	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-3352	Revista Brasileira de Ciência Política (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1415-5400	Revista Brasileira de Ciências Criminais	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-3098	Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1806-9347	Revista Brasileira de História (Online)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1415-1979	Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1809-4538	Revista de Economia Política (Online)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-026X	Revista de Estudos Feministas (UFSC. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0185-1918	São Paulo em Perspectiva (Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0188-2503	Saúde e Sociedade (USP. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-1290	Sociedade e Estado (UnB. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais

0155-0306	Sociologias (UFRGS. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1413-7704	Tempo. Revista do Departamento de História da UFF	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-2070	Tempo Social (USP. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1518-4471	Teoria & Sociedade (UFMG)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-8775	Varia História (UFMG. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais

Fonte: Portal Qualis/Capes - Julho de 2015

Para efeito desta pesquisa, foi realizada uma triagem, para que fosse possível estabelecer qual seria o universo de Revistas Científicas que seriam analisadas pela pesquisa. A rigor, foram elencadas todas aquelas que, de alguma forma, publicaram textos pertencentes ao campo da Economia Política Internacional. As publicações selecionadas para o estudo mais detalhado foram as seguintes:

Quadro 5: Periódicos com Índice Qualis A1, A2 e B1 na Área de Ciência Política e Relações Internacionais que possuem publicações no campo da Economia Política Internacional

ISSN	Título	Qualis	Área
0011-5258	Dados (Rio de Janeiro. Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
0104-6276	Opinião Pública (UNICAMP. Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
0034-7329	Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
1983-3121	Revista Brasileira de Política Internacional (Online)	A1	Ciência Política e Relações Internacionais
1981-3821	Brazilian Political Science Review	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0102-8529	Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
0101-3157	Revista de Economia Política (Impresso)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
1678-9873	Revista de Sociologia e Política (Online)	A2	Ciência Política e Relações Internacionais
1413-0904	Carta Internacional (USP)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-4014	Estudos Avançados (USP. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
0103-6351	Nova Economia (UFMG. Impresso)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1415-1979	Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política	B1	Ciência Política e Relações Internacionais
1809-4538	Revista de Economia Política (Online)	B1	Ciência Política e Relações Internacionais

Figure 1 Fonte: elaboração do autor a partir de dados do portal Qualis/Capes

São, portanto, 13 publicações analisadas, sendo que 2 delas (Revista de Economia Política e Revista Brasileira de Política Internacional) serão analisadas em conjunto, uma vez que tanto suas versões impressa quanto *Online* aparecem entre as publicações contidas no recorte analítico desta pesquisa. Importante ainda sublinhar que nossa análise envolverá 4 publicações A1, 4 publicações A2 e 5 publicações B1.

Foram observados o conteúdo das publicações, os temas levantados nos resumos e nas bibliografias dos artigos para que se pudesse traçar que corrente de interpretação da EPI predomina nas publicações. Este foi o critério estabelecido para que se pudesse incluir determinado texto entre as escolas de pensamento abordadas nesta pesquisa, reforçando: Escola Estadunidense, Escola Britânica, Escola Francesa, corrente brasileira e corrente latino-americana.

As duas primeiras escolas já foram bem apresentadas em nosso capítulo 1. No entanto, é necessário tecer alguns comentários sobre as outras três vertentes que foram apresentadas aqui: Escola Francesa, corrente brasileira e corrente latino-americana.

A chamada Escola Francesa, para efeitos desta discussão, será composta pelos pensadores que se alinham à chamada Escola Francesa da Regulação e Escola Francesa de Sociologia e Ciência Política. Ambas, à sua maneira, se pautam pelo pensamento crítico. A Escola Francesa da Regulação baseia-se no pensamento heterodoxo, galgado pela regulação da economia. Em linhas gerais, para os autores desta Escola, o sistema capitalista é sujeito, ciclicamente, a crises. Cabe então às autoridades (na maioria das vezes, o Estado, mas também podem ser outras organizações) regular o sistema, não permitindo certos desvios que desencadeiam desequilíbrios. São expoentes deste pensamento os autores Michel Aglietta, André Orléan, Bernard Billaudot, Robert Boyer, Benjamin Coriat, François Chesnais, entre outros. Já na parte da Sociologia, o que se verá é que, em algumas oportunidades, Revistas mais alinhadas à Sociologia e à Ciência Política recorrem a autores franceses – politólogos e sociólogos – para embasar seus apontamentos de pesquisa. Em linhas gerais, esta corrente se baseia também na crítica ao sistema político e ao comportamento da sociedade contemporânea. Conta com os interlocutores Pierre Bourdieu, Henri Lefebvre, Edgar Morin, entre outros. Por sua ênfase no comportamento dos agentes, sua visão de concorrência entre as autoridades na economia mundial e sua interpretação mais holística, a Escola Francesa, nesta investigação, será considerada endossadora da Escola Britânica.

A corrente brasileira, por sua vez, deriva principalmente de autores que visaram interpretar a formação econômica do Brasil, desde os tempos coloniais até fins da década de 80. Uma parte significativa destes autores, quando se depararam com os entraves da economia brasileira no fim do período que ficou conhecido na literatura da história econômica como nacional-desenvolvimentista, passaram a voltar suas atenções para o que acontecia no sistema financeiro internacional, pois somente a compreensão dos movimentos externos era capaz de explicar as razões pelas quais o modelo nacional-desenvolvimentista brasileiro colapsava há pouco mais de trinta anos. Iniciada timidamente por Celso Furtado, a corrente se consolidou em Maria da Conceição Tavares, a partir da publicação da obra “Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”, publicada pela primeira vez em 1972. A partir desta obra, uma série de outros estudos, feitos por diferentes autores, de Delfim Neto a Luiz Gonzaga Belluzzo, passando por João Manuel Cardoso de Mello, dedicou-se a vincular o fim de um ciclo de expansão da economia brasileira desde uma perspectiva mais internacionalizada, procurando entender os movimentos internacionais de capital e inter-relacioná-los ao processo de desenvolvimento brasileiro. Na atualidade, esta tradição se mantém em autores como José Luís Fiori⁴⁴, com ainda maior repercussão e enfoque no sistema financeiro internacional⁴⁵.

⁴⁴ Sabe-se que esta divisão arbitrária não é consensual. Há uma sequência de nuances que diferenciam estes autores entre si e os aproximam de correntes de pensamento distintas. Não obstante, é impossível negar que estes autores possuem congruências no que se refere ao aspecto de estudar o desenvolvimento econômico brasileiro sempre atentos aos movimentos internacionais do capital. É também nítido que, na mesma medida em que se tornaram mais complexos os movimentos da financeirização, mais estes autores dedicaram-se a compreender o que se passava para além das fronteiras brasileiras e analisar que impactos seriam observados na economia nacional. À sua maneira, os estudos dos referidos autores tiveram diferentes implicações intelectuais e políticas. Alguns deles fizeram poucas concessões e se mantiveram críticos ao capitalismo financeirizado, como Tavares até recentemente, pouco antes de se contaminar pela euforia neodesenvolvimentista. João Manuel e Belluzzo, por sua vez, passaram a dedicar-se às possibilidades que se apresentavam para a economia brasileira diante do cenário consolidado, pesquisando de que forma poderíamos tentar atenuar os efeitos do desenvolvimento desigual e na eterna busca por “completar” uma industrialização que está organizada mundialmente, mediante a divisão internacional do trabalho, para manter intacta a distância entre países criadores (proprietários) de tecnologia e países inquilinos (pagadores de direitos de propriedade intelectual). José Luís Fiori, por sua vez, foi quem mais avançou na direção da “internacionalização” da análise, fato que o aproxima ainda mais da possibilidade de se consolidar, talvez num futuro próximo, no principal expoente do que poderíamos classificar de escola brasileira da Economia Política Internacional. Portanto, limitando-nos a estes aspectos acima mencionados, procuramos realizar esta advertência no sentido de colaborar para a melhor compreensão do tema e da pesquisa.

⁴⁵ Para maiores detalhes, ver as obras O Poder Americano, Polarização Mundial e Crescimento, Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações, O Voo da Coruja: para reler o desenvolvimento brasileiro, O Poder Global e a Geopolítica das Nações, (Des)Ajuste Global e Modernização Conservadora, todas de

Como mencionado em nossa Introdução, não há elementos necessários, ainda, para se falar em uma “Escola Brasileira” de Economia Política Internacional. Por este motivo, limitamo-nos a delimitar este pensamento, recorrente em algumas publicações aqui analisadas, de corrente brasileira. Esta corrente brasileira, hoje em grande parte filiada a uma tradição keynesiana de pensamento refere-se à classificação de uma escola que buscou executar políticas anticíclicas em busca do desenvolvimento econômico brasileiro.

O tema do intervencionismo estatal na economia brasileira praticamente orienta o debate do período nacional-desenvolvimentista clássico, que envolve as políticas aplicadas no Brasil entre 1930 e 1980, sobretudo no que tange ao controle estatal dos recursos naturais, a criação de órgãos, divisões e departamentos destinados à política, ao planejamento e à programação econômica, os investimentos em infraestrutura e as políticas de substituição de importações. É bem verdade, por seu turno, que as políticas keynesianas aplicadas nos trópicos nunca foram plenas, pois foram absolutamente incapazes de lidar com os desajustes nos balanços de pagamentos de uma economia dependente, com a desnacionalização massiva do ramo industrial mais dinâmico, arrojado e tecnologicamente mais desenvolvido – principalmente a partir da segunda metade da década de 50 – e com o tema do rentismo, característica que acomete cronicamente a burguesia num país subdesenvolvido. Em linhas gerais, tratou-se de um keynesianismo tímido, incapaz de transformar de forma sustentada a grande maioria da população.

Quando tratada em termos históricos, a perspectiva desenvolvimentista brasileira, com traços de intervencionismo estatal na busca de políticas de desenvolvimento econômico, a despeito de suas idiossincrasias, assemelha-se aos apontamentos da Escola Britânica. Por outro lado, quando apresentada em sua versão mais recente, dos últimos dez anos, destinada a aliar políticas desenvolvimentistas dentro de um cenário de obediência irrestrita e subserviente aos postulados fundomonetaristas que orientam a política macroeconômica brasileiro da atualidade, dentro dos marcos do que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo brasileiro, as pesquisas dentro deste pensamento keynesiano brasileiro aproximam-se muito mais da Escola Estadunidense.

Por fim, a corrente latino-americana identificada ao longo desta pesquisa também merece maiores considerações. Diante de sua falta de coesão e não expressividade nas ciências sociais brasileiras – infelizmente –, será considerada uma corrente de pensamento, que possui adeptos, simpáticos, mas ainda não é capaz de alterar a estrutura de organização dos currículos de graduação e das pesquisas na área. Desta feita, a perspectiva latino-americana também pode se subdividir em dois grupos. Os estudos cepalinos clássicos, realizados por Raúl Prebisch e Celso Furtado e destinados a subverter a condição de subdesenvolvimento no continente, perdurou até meados dos anos 80 e foi, para sua época (sobretudo no início), revolucionária em termos de pensamento e programas políticos de ação. Por esta razão, sempre que o pensamento latino-americano, aquele que enxerga uma identidade comum diante da heterogeneidade estrutural dos países da região, for de natureza clássica, será considerado partícipe da Escola Britânica. Por outro lado, a CEPAL pós anos 90 abdicou de criticar a inserção subordinada da América Latina na Divisão Internacional do Trabalho e passou a ter seu programa de pesquisa orientado pela expectativa de ter os melhores retornos possíveis diante de um quadro de modernização capitalista e ofensiva da burguesia internacional sobre os países da região. Neste sentido, consideraremos o pensamento cepalino mais recente como subscritor da Escola Estadunidense.

Cumprida a etapa dos esclarecimentos, é chegado o momento de analisar mais detidamente as publicações selecionadas.

Revista Dados

Iniciamos o estudo verificando as publicações da Revista Dados, do Rio de Janeiro. Esta revista guarda maior proximidade com os estudos da área da Ciência Política dentro do Brasil. Por esta razão, foram identificados apenas quatro artigos que versam mais diretamente sobre a Economia Política Internacional.

Destes quatro artigos, dois tratam sobre a crise de 2008, um sobre estudos regionais comparados (Ásia-Pacífico e América Latina) e outro trata de política industrial comparada. Os dois artigos sobre a crise de 2008 situam-se nos marcos da escola francesa da regulação, apoiados em autores como François Chesnais e Michel Aglietta. O artigo que aborda os estudos regionais comparados se apoia sobre o regionalismo aberto cepalino. Por fim, o estudo da política industrial comparada recebe maior influência da Escola Estadunidense, pautada, neste caso, pelo institucionalismo liberal.

Em síntese, pode-se afirmar que a revista aborda majoritariamente os temas da ciência política dentro da tradição dos cientistas políticos e sociólogos franceses, o que faz com que seus estudos a respeito da Economia Política Internacional também estejam contaminados pelo universo gaulês, representado, neste caso, pelo tema da crise de 2008 e pelas críticas à falta de regulamentação mínima dos mercados mundializados, donde a produção teórica mais frutífera é proveniente da França.

Revista Opinião Pública

A segunda revista que fez parte de nossa avaliação foi a Revista Opinião Pública, da UNICAMP. Esta publicação também possui linha editorial fortemente identificada com a área da Ciência Política, com a virtude de apresentar numerosos estudos acerca do sistema político-eleitoral brasileiro. São no total quatro artigos selecionados para análise, que versam sobre os seguintes temas: migrações internacionais, análise do discurso, relações entre Estado e sociedade civil no Brasil e governança em sociedades latino-americanas. Os artigos que tratam das migrações e da relação entre Estado e sociedade civil estão orientados pela perspectiva da Escola Britânica. Já o texto que aborda a governança na América Latina está organizado pela Escola Estadunidense – mais uma vez pela vertente liberal-institucionalista. Por último, o texto sobre a análise do discurso está, como esperado, pautado na sociologia francesa da tradição de Michel Foucault – apontando, uma vez mais, para “heranças” da ciência política no estudo da Economia Política Internacional.

Em suma, na Revista Opinião Pública predominaram, ainda que discretamente, os estudos vinculados à Escola Britânica da EPI, em dois de seus temas mais célebres e reivindicados: a interpretação do tema das migrações internacionais dentro dos marcos da economia política e a compreensão das relações entre Estado, mercado e sociedade civil, na desconstrução do divórcio entre Ciência Econômica e Ciência Política.

Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

A próxima revista científica analisada é renomada Revista Brasileira de Política Internacional, RBPI, uma das mais tradicionais dentro das Relações Internacionais no Brasil, que goza de enorme prestígio acadêmico. A RBPI, a rigor, é a principal revista brasileira de Relações Internacionais para a discussão de temas que envolvem a política

externa brasileira, fato que se percebe pelo numeroso índice de artigos que abordam este tema.

Ainda assim, a Revista apresenta espaço considerável para a discussão e configuração do campo de EPI no Brasil. Não por outra razão, nesta publicação foram observados pelo menos dezessete artigos que tinham seus marcos teóricos e/ou analíticos pertencentes ao campo da Economia Política Internacional.

Dentro do campo, predominam as publicações referentes à China e sua posição dentro do Sistema Internacional. São pelo menos sete artigos trabalhando este tema, sendo seis deles orientados pela Escola Estadunidense⁴⁶ e um pela Escola Britânica. Em segundo lugar, vigoram os estudos acerca da posição do Brasil no Sistema Internacional. São cinco artigos publicados, sendo três deles alinhados à Escola Estadunidense e dois à Escola Britânica. Na sequência, aparecem os temas inerentes ao pensamento latino-americano, envolvendo pan-americanismo, regionalismo aberto e doutrina da autonomia heterodoxa. De maneira residual, outros temas surgem, tais como: estudos comparados a respeito dos impactos da crise econômica internacional de 2008, cooperação técnica internacional e a relação entre países emergentes em geral e a OMC.

No balanço geral, dos dezessete artigos referentes ao campo da Economia Política Internacional publicados pela RBPI nos últimos cinco anos, dez apresentam predomínio teórico da Escola Estadunidense, quatro da Escola Britânica e três apresentam-se dentro dos marcos do pensamento latino-americano.

Brazilian Political Science Review – BPSR

Em seguida, passamos à análise dos artigos da área que figuram na *Brazilian Political Science Review*. Apesar do nome em língua estrangeira, a revista se propõe a discutir a Ciência Política no Brasil. Do ponto de vista da Economia Política Internacional, são pequenas as contribuições que se podem encontrar nesta revista, fato ilustrado pela incidência de apenas dois artigos debatendo a EPI.

⁴⁶ Os subtemas mais trabalhados dentro destas pesquisas acerca da China na escola estadunidense são: *soft power*, governança internacional e participação da China em organismos multilaterais, sobretudo na OMC.

Um deles trata de política industrial e outro a respeito do *soft power* no Brasil, ambos dentro do marco analítico da Escola Estadunidense, que orienta a linha editorial de publicações da Revista.

Contexto Internacional

Agora passamos à análise das contribuições no campo da pesquisa em EPI feitas pela Revista Contexto Internacional, de onde foram selecionados catorze artigos pertencentes ao campo da Economia Política Internacional.

No que se refere aos temas de estudo publicados pela revista, aqueles relacionados aos BRICS e ao papel do Brasil no Sistema Internacional são os que mais ocupam o periódico, com três publicações sobre cada tema nos últimos cinco anos. Em seguida, as pesquisas sobre China, integração regional e imperialismo contaram com dois artigos cada uma. De maneira isolada, uma publicação sobre a sociedade civil e o comércio internacional e sobre o neoliberalismo na América do Sul completam o quadro.

A Escola Britânica é a corrente de pensamento dominante quando se analisam as publicações da Revista Contexto Internacional. Orientada principalmente pelas pesquisas referentes à política externa brasileira, as relações Sul-Sul e os BRICS, são pelo menos dez os artigos abrigados sob a Escola Britânica de análise da EPI. De outra parte, os artigos que se inserem nos marcos da Escola Estadunidense estão presentes em quatro das publicações analisadas.

Revista de Economia Política

De longe, o periódico que mais publica textos situados no arcabouço da Economia Política Internacional é a Revista de Economia Política, publicação trimestral proveniente do estado de São Paulo.

Esta revista em especial merece algumas considerações mais aprofundadas. É a publicação que oferece a maior miríade de temas analisados. Na liderança das publicações aparecem os artigos que tratam da crise internacional e da financeirização do capital, são pelo menos sete artigos abordando o assunto. Na sequência, temas como macroeconomia da estabilidade e do crescimento econômico, juntamente com desenvolvimento, desenvolvimento comparado e subdesenvolvimento aparecem com quatro artigos cada um. O assunto da democracia e da governança, ao lado de economia dos países emergentes, bem como instituições e blocos econômicos, aparecem com pelo menos três

artigos cada. Neoliberalismo na América Latina, Marxismo e acumulação de capital, relações entre China e América Latina, além de industrialização e desindustrialização, figuram com dois artigos cada nos últimos cinco anos de publicações do periódico. De maneira isolada, aparecem outros temas, tais como investimento estrangeiro direto, competitividade na Zona do Euro e salários e produtividade do trabalho, cada uma com um artigo.

Ainda dentro das peculiaridades desta publicação, a Revista de Economia Política conta com uma série de artigos que fazem parte do que identificamos como uma espécie de corrente brasileira. Considerando a corrente brasileira como uma corrente independente das escolas inglesa e estadunidense, das trinta e nove pesquisas selecionadas, é possível observar que pelo menos dezenove delas figuram dentro dos marcos desta corrente desenvolvimentista brasileira. Nove publicações se afiliariam à Escola Britânica, oito estudos orientados seriam orientados pela Escola Estadunidense e pelo menos seis pesquisas especificamente pautadas pelo pensamento latino-americano.

Por outro lado, se adotarmos os critérios de aproximação do pensamento da corrente brasileira às escolas estadunidense e britânica, o saldo final que se apresenta é o seguinte: vinte e um estudos organizados pelo marco analítico da Escola Britânica e dezoito trabalhos pertencentes à Escola Estadunidense. Ao final, sob ambas as perspectivas de análise, é possível afirmar que a Revista de Economia Política equilibra as duas correntes de pensamento, com leve vantagem para a Escola Britânica.

Revista de Sociologia e Política

Passamos agora a analisar as publicações dos últimos cinco anos feitas na Revista de Sociologia e Política. Este periódico possui significativa quantidade de textos da área de Ciência Política, mas também é relevante do ponto de vista da análise do desenvolvimento do campo da Economia Política Internacional, colaborando com pelo menos dezenove artigos pertencentes à área.

O tema da China no sistema internacional e seus impactos sobre a América Latina fazem parte do maior escopo de trabalhos encontrados, figurando por cinco vezes como tema dominante. Na sequência, neoliberalismo e globalização aparecem com quatro publicações a respeito nos últimos cinco anos da revista. Neodesenvolvimentismo, mercados emergentes, internacionalização de empresas, BRICS e G-20 são assuntos sobre os quais versam pelo menos três textos na Revista. A crise internacional de 2008 e

seus efeitos sobre EUA e União Europeia aparecem em pelo menos dois artigos. Assuntos mais avulsos do periódico, a política externa dos EUA, instituições internacionais, desenvolvimento e estabilidade, além de regimes internacionais possuem ao menos um artigo como representante de cada um destes temas no periódico.

A rigor, a Revista de Sociologia e Política também apresenta um número considerável de publicações que poderiam ser caracterizadas como pertencentes à corrente brasileira. Segundo este critério, são pelo menos seis textos orientados por este pensamento. Em seguida, há pelo menos seis trabalhos inseridos dentro da perspectiva da Escola Estadunidense e quatro na Escola Britânica, seguidos de dois de perspectiva latino-americana e um remetente à escola francesa de sociologia. Caso sigamos especificamente os critérios das duas escolas opostas por um oceano, há pelo menos dez estudos dentro do arcabouço da Escola Britânica, frente a nove publicações inseridas no contexto da Escola Estadunidense. Para este caso, portanto, a depender do critério de análise, a revista pode ter predominância tanto da Escola Estadunidense quanto da Escola Britânica.

Em casos desta natureza, para que possamos nos manter consoantes com o marco teórico estabelecido ainda no primeiro capítulo da pesquisa, bem como considerando que o campo de Economia Política Internacional do Brasil ainda se encontra em construção, adotaremos como critério de classificação aquele que diferencia especificamente as duas escolas mais tradicionais de pensamento, inglesa e estadunidense. Isto posto, pode-se afirmar que a Revista de Sociologia e Política apresenta uma tênue inclinação pelas publicações imanentes à Escola Britânica.

Revista Carta Internacional

Na Revista Carta Internacional foi possível identificar, mediante análise, treze artigos que se inserem dentro do campo da Economia Política Internacional. Destas treze publicações, chama bastante a atenção que, em pelo menos sete delas, o assunto principal é a China. Seja em sua relação com os BRICS, com os EUA, com a América do Sul, com o Brasil, com a ASEAN ou com sua trajetória de desenvolvimento, a ascensão – ou o ressurgimento, como trataria ARRIGHI (2008) – da potência oriental figura, sem sombra de dúvidas, como principal tema elencado pelo conselho editorial do periódico. De forma residual, aparecem dois artigos versando sobre a inserção da América Latina no capitalismo mundial e temas como a crise internacional de 2008, Estados Unidos e

império, relações entre Brasil e Venezuela, Fundo Monetário Internacional e *subprime*, que estão contidos em um artigo cada.

Nesta publicação, são ao menos cinco textos pertencentes à Escola Estadunidense, quatro à corrente brasileira, três à Escola Britânica e um atrelado ao pensamento latino-americano.

Estudos Avançados

A próxima publicação que esta pesquisa se propõe a analisar é a Revista Estudos Avançados, da USP. Neste periódico foram selecionados sete arquivos, dentro dos últimos cinco anos, que podem ser considerados pertencentes ao campo da Economia Política Internacional. Dos sete textos, quatro são destinados a estudar o desenvolvimento econômico, dois versam sobre países emergentes e um trata da América Latina no sistema internacional.

Há uma vantagem explícita na publicação em favor da Escola Britânica. São seis publicações dentro desta corrente de pensamento contrastando com apenas uma pertencente à Escola Estadunidense.

Revista Nova Economia

Em seguida, é chegada a hora de analisar a Revista Nova Economia, publicação editada na Universidade Federal de Minas Gérias. Uma característica peculiar deste periódico, dentro do campo da Economia Política Internacional, é que dos nove artigos pertencentes à EPI publicados pela Revista nos últimos anos, cinco deles tratam da economia monetária sob os mais diferentes aspectos. São trabalhos que tratam de abertura de capitais, monetarismo e desenvolvimentismo, passando por política cambial e vulnerabilidade externa, bem como controle de capitais e diplomacia do dólar. De forma menos concentrada, apresentam-se outros estudos que apareceram apenas uma vez na Revista, tratando de China e Mercosul, intensidade tecnológica nas exportações e Mercosul e investimentos externos.

Adicionalmente, é importante sublinhar que nesta revista há um texto publicado especificamente para o campo da EPI, intitulado “Uma contribuição ao desenvolvimento da EPI do Brasil”, assinado por Joaquim Carlos Racy, Álvaro Alves de Moura Júnior, Bruno Falsarella e Laura Gonçalves. O texto assume caráter introdutório e descritivo e, mesmo que não vá além disso, cumpre exatamente o propósito de seu título. São ao menos

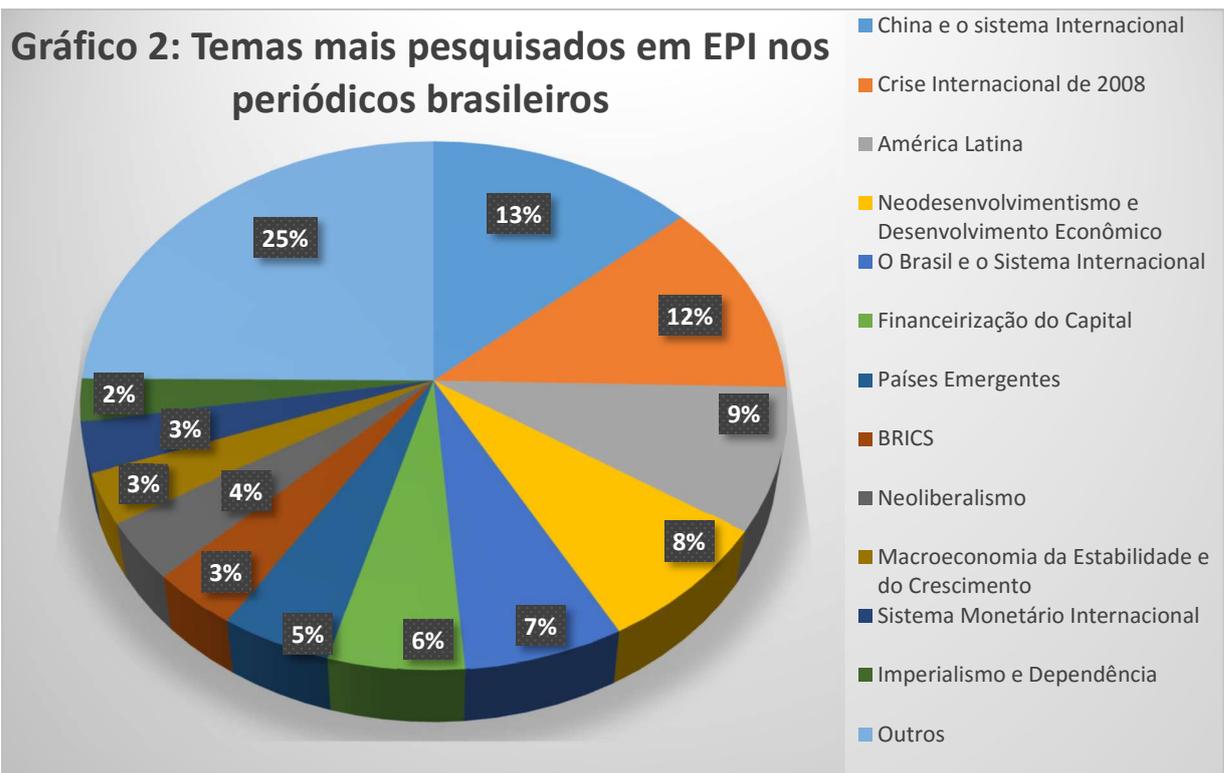
sete artigos identificados com a Escola Estadunidense e apenas um filiado junto à Escola Britânica.

Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política – Revista da SEP

Por fim, o último periódico a ser analisado é a publicação da Sociedade Brasileira de Economia Política, a Revista da SEP. No que se refere ao campo da Economia Política Internacional, são ao menos vinte textos ocupando-se de temas que remetem ao campo. Mais especificamente, a crise internacional é o principal assunto que orientou as publicações da revista nos últimos cinco anos. São pelo menos nove textos tratando da crise de 2008, a financeirização e seus impactos sobre o Brasil. O tema do imperialismo, dependência e subdesenvolvimento da América Latina está presente em quatro textos, também contando com expressiva participação na Revista. Há um interessante espaço também na publicação para debates teóricos mais aprofundados, como por exemplo os dois artigos que versam sobre a interação entre economia e política e aportes teóricos sobre Marx e o mercado mundial. De forma episódica, assuntos como dinheiro mundial, China e capitalismo mundial, Mercosul e reunificação da Alemanha aparecem uma vez cada ao longo do horizonte da pesquisa.

A Sociedade Brasileira de Economia Política tem por horizonte político e intelectual o desenvolvimento da tradição da ciência econômica sem desvinculação do estudo da política e da economia sob uma perspectiva crítica. Tendo esta consideração em mente, é possível afirmar que, no que tange às escolas de pensamento, a Revista da SEP é bastante assertiva: são pelo menos doze artigos vinculados à Escola Britânica. Cinco publicações estão associadas ao pensamento latino-americano e duas se encontram dentro do escopo da Escola Estadunidense, enquanto um texto está mais orientado pelos apontamentos da escola francesa da regulação.

Feitas as descrições e as devidas ponderações sobre a classificação proposta acima, é importante também resumir as informações de que trataram o capítulo. Para isso, apresentamos abaixo uma sequência dos dados compilados, buscando extrair a essência do que foi apresentado:



Fonte: elaboração própria

Os dados presentes no gráfico são bastante intuitivos. A China lidera as pesquisas em Economia Internacional no Brasil, seguida pela Crise de 2008 e acompanhada pela América Latina. Para além destas considerações mais elementares, é curioso perceber que temas muito abordados da inserção externa do Brasil, tais como BRICS e países emergentes, não figuram entre os grandes tópicos estudados pelo campo da EPI no Brasil. De outra parte, Mercosul e integração regional não parecem ser temas que atraem os pesquisadores da EPI, na medida em que estes assuntos sequer figuraram entre os mais pesquisados na área.

Seis publicações: RBPI, Contexto Internacional, Revista de Economia Política, Revista de Sociologia e Política, Carta Internacional e Revista da SEP são as que mais possuem colaborações com o campo de EPI, apresentando pelo menos mais de dez artigos na área nos últimos cinco anos.

Observemos a seguir um balanço à propósito das publicações em EPI no Brasil por periódico, a fim de realizar a verificação da corrente de pensamento predominante em cada uma das revistas científicas.

Quadro 6: Publicações em EPI por periódico e correntes de pensamento dominantes nos artigos

Periódico	Total de Publicações na Área de EPI	Escola Estadunidense	Escola Britânica	Corrente Brasileira	Pensamento Latino-Americano	Escola Francesa da Regulação
Revista Dados	4	1	1	0	1	1
Opinião Pública	4	1	2	0	0	1
Revista Brasileira de Política Internacional	17	10	3	1	3	0
Brazilian Political Science Review	2	2	0	0	0	0
Contexto Internacional	14	4	9	1	0	0
Revista de Economia Política	39	8	9	16	6	0
Revista de Sociologia e Política	19	6	4	5	3	1
Carta Internacional	13	5	3	4	1	0
Revista Estudos Avançados	7	1	5	1	0	0
Revista Nova Economia	9	5	1	3	0	0
Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política	20	2	12	1	4	1
Total	148	45	49	32	18	4

Fonte: elaboração própria

Observando cada escola de pensamento individualmente, pode-se afirmar que a revista mais expoente na difusão do pensamento da Escola Estadunidense no Brasil é a Revista Brasileira de Política Internacional, ao passo que a revista que mais difunde o pensamento da Escola Britânica é a Revista da SEP. A Revista de Economia Política apresenta a maior quantidade de artigos vinculados à corrente brasileira, mas também colaborando (em termos relativos) com as publicações da área do pensamento latino-americano. A Escola Estadunidense aparece, ao menos uma vez, orientando trabalhos em todos os periódicos selecionados. Apenas quatro textos versam sobre a Escola Francesa da regulação, majoritariamente nas revistas de ciência política e sociologia política.

A Revista Brasileira de Política Internacional, a Revista de Economia Política, a Carta Internacional, a Revista da SEP e a Revista de Sociologia Política possuem todas as escolas de pensamento representadas em suas publicações. Esta última se apresenta como a mais equilibrada entre as variadas correntes analíticas abordadas nesta pesquisa. Das dezenove publicações na Área de EPI, são seis trabalhos na Escola Estadunidense,

quatro na Escola Britânica, cinco na corrente brasileira, três situados no pensamento latino-americano e ainda um artigo pertencente à Escola Francesa da regulação.

Além disso, é possível verificar, a partir do Quadro 7, o percentual das escolas nas publicações brasileiras aplicando-se a metodologia de desmembrar as escolas estadunidense e britânica nas demais correntes e escolas identificadas ao longo da pesquisa. A partir disso, pode-se observar a seguinte disposição dos dados:

Tabela 2: Publicações em EPI por correntes de pensamento dominantes nos artigos (%)

Escola	Percentual
Escola Estadunidense	30%
Escola Britânica	33%
Corrente Brasileira	21%
Pensamento Latino-Americano	12%
Escola da Regulação Francesa	2%

Fonte: elaboração própria

Vejamos agora, em termos ajustados, como se distribuem as correntes de pensamento nas revistas dentro do pensamento da Escola Britânica e da Escola Estadunidense, levando em consideração os critérios propostos para diluir os artigos pertencentes às correntes brasileira, latino-americana e francesa:

Quadro 7: Publicações em EPI por periódico e correntes de pensamento dominantes nos artigos – Dados ajustados entre Escola Britânica e Escola Estadunidense

Periódico	Escola Estadunidense	Escola Britânica
Revista Dados	2	2
Opinião Pública	1	3
Revista Brasileira de Política Internacional	13	4
Brazilian Political Science Review	2	0
Contexto Internacional	4	10
Revista de Economia Política	18	21
Revista de Sociologia e Política	9	10
Carta Internacional	6	7
Revista Estudos Avançados	1	6
Revista Nova Economia	7	2
Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política	2	18
Total	65	83

Fonte: elaboração própria

Quando se analisam as escolas de pensamento de forma mais ampla, o quadro 7 mostra que há vantagem das publicações da Escola Estadunidense em relação à Escola Britânica. Dos onze periódicos estudados, seis deles possuem mais publicações vinculadas à Escola Estadunidense (*Opinião Pública*, *Revista Brasileira de Política Internacional*, *Brazilian Political Science Review*, *Revista de Sociologia e Política*, *Carta Internacional* e *Revista Nova Economia*), ao passo que quatro se encontram nos marcos Escola Britânica (*Contexto Internacional*, *Revista de Economia Política*, *Revista Estudos Avançados* e *Revista da SEP*) e em uma delas o número é igual para ambas as correntes

(Revista Dados). Em contrapartida, observando apenas os dados ajustados entre as duas principais escolas, o cenário se inverte: são seis publicações na Escola Britânica, quatro na Escola Estadunidense e a equivalência da Revista Dados se mantém. Precisamente, são a Revista de Sociologia e Política e a Revista Carta Internacional que, considerando-se as publicações pertencentes à corrente brasileira, ao pensamento latino-americano e à Escola Francesa passam a se alinhar mais próximas à Escola Britânica. Nestes termos, é possível afirmar, ainda que haja relativo equilíbrio, que a Escola Britânica predomina na produção científica brasileira.

Da mesma forma que na análise anterior, apresenta-se abaixo o percentual – desta vez ajustado – para as escolas de pensamento predominantes nas publicações em periódicos brasileiros ao longo dos últimos cinco anos:

Tabela 3: Percentual de escolas predominantes nos periódicos brasileiros – Dados ajustados entre Escola Britânica e Escola Estadunidense

Escola	Percentual
Escola Estadunidense	44%
Escola Britânica	56%

Fonte: elaboração própria

Não menos importante é verificar também que proeminência possuem as publicações vinculadas a cada corrente de pensamento. A rigor, o índice Qualis da Capes é o responsável por quantificar a qualidade dos periódicos brasileiros. Nestes termos, das seis publicações brasileiras cuja produção intelectual se alinha à Escola Britânica de pensamento, nenhuma delas possui índice A1. Elas se distribuem entre os índices A2 e B1, com três publicações pertencentes a cada indicador. Já nas publicações pertencentes à Escola Estadunidense, pelo menos duas delas possuem índice Qualis A1, outra A2 e uma B1. De certa maneira, esta ponderação sugere que, na hipótese de que um pesquisador busque reconhecimento entre seus pares e almeje ser considerado exitoso por publicar em uma revista que se encontra no topo da excelência da produção científica no Brasil, caso esteja despidido de compromisso político com a ciência em geral e com o

campo da EPI em particular, é mais prudente que logre êxito caso organize sua pesquisa dentro do marco analítico da Escola Estadunidense.

Ainda na análise dos quadros 6 e 7 é importante sublinhar também que cinco, das treze publicações analisadas⁴⁷ (Opinião Pública, Brazilian Political Science Review, Contexto Internacional, Estudos Avançados, Nova Economia) não apresentam qualquer estudo vinculado ao pensamento latino-americano, ou seja, praticamente a metade das publicações mais conceituadas de Relações Internacionais e Ciência Política do Brasil, dentro do campo da Economia Política Internacional, não possuem uma linha sequer, nos últimos cinco anos, assentada em autores do continente. Esta situação crônica será melhor visualizada no capítulo que se segue.

⁴⁷ Reiteramos que a RBPI e a Revista de Economia Política estão sendo consideradas em suas versões eletrônica e impressa. Por este motivo, aparecem apenas onze revistas nas tabelas apresentadas.

Capítulo 4 – Por uma Economia Política Internacional Latino-Americana

Nos capítulos anteriores, pudemos observar o grau de influência que o pensamento estrangeiro possui no ensino e na pesquisa do campo de Economia Política Internacional no Brasil. Ao predomínio da Escola Estadunidense no ensino e da Escola Britânica na pesquisa, adicionamos considerações de uma pesquisa recente na área da Teoria das Relações Internacionais.

A partir dos dados considerados, trabalharemos o tema do colonialismo intelectual nas Relações Internacionais no Brasil. Como esta pesquisa não se encerra no campo descritivo e contemplativo, na sequência, elaboramos uma Proposta de Ensino da Economia Política Internacional com ênfase na América Latina, como mecanismo de ocupação de espaço nos currículos de nossos cursos e iniciativas para superar o subdesenvolvimento e a dependência crônicos que regem nossa inserção internacional.

4.1 A Teoria das Relações Internacionais no ensino e na pesquisa no Brasil

Em estudo realizado em 2012, a pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Fernanda Barasuol realizou um levantamento a respeito das principais correntes de pensamento utilizadas no ensino e na pesquisa nas Relações Internacionais no Brasil. O resultado é apresentado abaixo:

Tabela 4: Correntes de Pensamento usadas em ensino e pesquisa em RI no Brasil

	Ensino	Pesquisa
Realismo	29%	13%
Liberalismo	24%	18%
Construtivismo	9%	19%
Escola Inglesa	8%	9%
Marxismo	9%	0%
Feminismo	4%	1%
Outros	22%	51%

Fonte: BARASUOL, 2012, p. 26

Além disso, a autora também apresentou um quadro sobre a presença de correntes de pensamento existentes na produção científica voltada especificamente para a área da Teoria das Relações Internacionais no Brasil, conforme se pode observar a seguir:

Tabela 5: Presença de correntes de pensamento em Teorias de RI na produção científica brasileira

	Teses	Relatórios Técnicos	Artigos	Total
Realismo	9%	0%	9%	8%
Liberalismo	17%	8%	10%	11%
Construtivismo	17%	0%	12%	12%
Escola Inglesa	6%	0%	6%	6%
Marxismo	0%	0%	0%	0%
Feminismo	3%	0%	0%	1%
Teoria Crítica	6%	0%	2%	3%
Pós-modernismo	0%	0%	2%	1%
Pensamento Latino-americano	9%	0%	3%	4%
Escola de Copenhague	11%	0%	2%	4%
Outros	48%	58%	26%	33%
Nenhum	14%	33%	44%	37%
Mais de uma	31%	0%	11%	34%

Fonte: BARASUOL, 2012, p. 23

Alguns comentários podem ser tecidos a partir das informações contidas nestes dois quadros. Em primeiro lugar, identifica-se que mais de cinquenta por cento do ensino em Relações Internacionais no Brasil está orientado pelas interpretações das correntes realista e liberal. Portanto, Realismo e Liberalismo organizam metade das bibliografias dos nossos cursos de RI no país.

Outro dado importante é que, mesmo que predomine em termos de ensino, o Realismo é preterido pelo Liberalismo e pelo Construtivismo quando se tratam das pesquisas, ou seja, o ensino fortemente voltado para o Realismo não parece gozar de grande prestígio entre os pesquisadores, que buscam ferramentas no Liberalismo e no Construtivismo para explicar os problemas a que se dispõem. Para além disso, é o Construtivismo que, de fato, lidera a corrente de pensamento dominante nas pesquisas em RI no Brasil⁴⁸. Do flagrante descolamento entre ensino e pesquisa em RI, no que tange

⁴⁸ Vale mencionar, ainda, que a Escola Inglesa que aparece no quadro XX não coincide com a Escola Britânica que abordamos neste trabalho. A Escola Britânica a que nos referimos é especificamente restrita ao campo da Economia Política Internacional e suas características foram apresentadas no primeiro capítulo

ao marco analítico sob os quais se amparam, interpreta-se que há descolamento entre o que é ensinado nos cursos de Relações Internacionais e os anseios e demandas dos pesquisadores da área.

Também chama a atenção, ainda no primeiro quadro, que o Marxismo, presente em apenas 9% das bibliografias no ensino de Relações Internacionais do Brasil, não figura como corrente relevante em termos de pesquisa nas RI do Brasil, apresentando índice zero no levantamento. Deste ponto, podemos apresentar duas hipóteses explicativas: em primeiro lugar, a criminosa distorção por parte dos manuais de Relações Internacionais – escritos, em grande medida, por realistas e liberais – a respeito do pensamento marxista. Nestes manuais, vigora a apresentação absolutamente irresponsável do pensamento marxista, fazendo com que os apontamentos teóricos complexos de Marx sejam reduzidos a uma caricatura muito bem conhecida de quem cursa RI no país: o economicismo. A luta de classes, o materialismo histórico, o método dialético de análise e as relações entre a estrutura – base material de produção e reprodução da sociedade – e a superestrutura – instituições sociais que catalisam as relações da estrutura – são apresentados como mera “determinação econômica”. De outra parte, são raros os professores e pesquisadores que reivindicam o pensamento marxista no Brasil que efetivamente leram as obras de Marx. É verdade, também, que Marx não escreveu sobre “Relações Internacionais”. Como afirma Ludovico Silva:

Marx no era un economista, ni un sociólogo, ni un filósofo, ni un jurisconsulto, ni un historiador, ni un literato: era todas las cosas al mismo tiempo. El rechazo del economicismo nos conduce (...) a nuevas perspectivas. La principal de ellas es la perspectiva de la totalidad⁴⁹. (SILVA, 2009, p. 195)

Seus apontamentos, no entanto, foram fundamentais para entender as funções do colonialismo de sua época e planteou as bases para que se entendesse o imperialismo e suas transfigurações na idade contemporânea. Não obstante o respeito, o bom comportamento e até mesmo as boas intenções do pensamento progressista em Relações

deste trabalho. Embora haja intersecções, sobretudo epistemológicas, a Escola Inglesa nas Relações Internacionais possui interpretações que nem sempre coadunam com a corrente de pensamento homônima da Economia Política Internacional. Para maiores informações sobre a Escola Inglesa em relações internacionais, consultar seu principal expoente, Hedley Bull, na obra *A Sociedade Anárquica*, disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/158-Sociedade_Anarquica_A.pdf> Autores como Martin Wight e Adam Watson também são considerados alguns dos principais pesquisadores da escola.

⁴⁹ “Marx não era um economista, nem um sociólogo, nem um filósofo, nem um jurista, nem um historiador, nem um literato: era todas as coisas ao mesmo tempo. O rechaço do economicismo nos conduz (...) a novas perspectivas. A principal delas é a perspectiva da totalidade.”

Internacionais, o que se percebe é que a carência teórica e a incompreensão analítica ocupam boa parte dos docentes da área quando o assunto é marxismo. Há ainda, de forma residual, grupos de pensadores marxistas que alimentam verdadeira aversão à disciplina das Relações Internacionais. Influenciados pelo pensamento internacionalista desde o início de seus estudos, tendem a rechaçar veementemente a “novidade” que certos intelectuais se deram conta nos últimos anos, de que o mundo se organiza de forma internacionalizada. Por terem uma formação condicionada a ver classes sociais ao invés do Estado-nação, julgam inadequado o espectro de análise dominante das RI para a compreensão do mundo, o que é razão suficiente para leva-los ao menosprezo pela disciplina. Acreditamos que também este pensamento é equivocado, na medida em que ignora que o Estado-nação ainda é, de fato, a instituição política preponderante para a organização da vida em sociedade no mundo contemporâneo. Sofre mutações, perde espaço em determinadas arenas, sua função é reconfigurada em outras, mas continua sendo ele o ente fundamental a se discutir e compreender no sistema. Em nossa avaliação, a acumulação de capital dá o limite e é limitada, ela mesma (num movimento concomitante) pelos limites impostos pelas fronteiras nacionais. Somente desta forma, acreditamos, é possível não apenas compreender em quais termos se dão as relações internacionais. Mas, principalmente, esta é a única maneira que nos aponta um horizonte factível de transformação do sistema.

Feitos estes breves apontamentos sobre o marxismo e as Relações Internacionais, passamos a observar de forma mais atenta o segundo quadro. Dele, pode-se verificar que Realismo, Liberalismo e Construtivismo somam cerca de 31% da produção científica em Teorias das RI no Brasil. Não obstante este quadro, há pelo menos mais 1/3 das pesquisas que são orientadas por outras escolas de pensamento, o que denota que há uma avidez dos pesquisadores em buscar explicar seus fenômenos passando longe das teorias mais tradicionais das RI, sugerindo a reformulação urgente do conteúdo programático dos cursos de Teoria das RI no Brasil. Não menos importante é o fato de que 71% das pesquisas em Teorias das RI ou não utilizam nenhuma escola de pensamento ou utilizam mais de uma escola para orientar suas considerações⁵⁰. Este fato pode ser uma virtude por um lado, mas também pode abrir perigosos precedentes por outro. Por um lado, pode ser

⁵⁰ Importante ressaltar que o item “mais de uma” na tabela 2 considera as escolas já computadas anteriormente, fato que colabora para a elevação da cifra.

positivo ao não buscar a adaptação dos fatos às teorias preconcebidas, apresentando a grandeza de se reconhecer que, não raras vezes, uma corrente teórica não é suficiente para dar cabo de explicar um fenômeno complexo. Em contrapartida, a não utilização de correntes teóricas para trabalhar situações ou a utilização indiscriminada de diferentes teorias dá margem à duas graves consequências: primeiramente, esvazia de conteúdo a complexidade dos fenômenos, fazendo com que a simples descrição ou apresentação de um fato seja inócua do ponto de vista da compreensão dos fenômenos dentro de sua totalidade; em segundo lugar, a utilização de uma miríade de correntes teóricas abre espaço para que interpretações diametralmente opostas convivam em aparente harmonia, dada a seletividade – às vezes ingênua, às vezes intencional e desonesta – do pesquisador, sob a insígnia orwelliana do duplipensamento⁵¹.

À parte das considerações predecessoras, talvez a informação mais perturbadora da tabela se revele no descomunal desinteresse dentro da disciplina de Relações Internacionais, em geral, bem como nas pesquisas sobre Teorias das RI, em particular, a respeito do pensamento latino-americano. Pode-se tomar como premissa que as Relações Internacionais são, por definição, a área das ciências sociais onde mais se compreenda o estudo de realidades alheias à nossa. No entanto, é difícil imaginar que um estudante europeu ou estadunidense de relações internacionais se interesse mais por outras regiões e menos por seu próprio país e/ou continente. O fato de que as pesquisas em Teorias das RI dentro dos marcos do pensamento latino-americano somem apenas 4% do total no país é deveras alarmante e revela o enorme colonialismo intelectual que atravessa a área das Relações Internacionais no Brasil.

4.2 O colonialismo intelectual nas Ciências Sociais latino-americanas

De fato, o colonialismo não é prerrogativa exclusiva da disciplina de Relações Internacionais, nem mesmo idiosincrasia brasileira. Sendo justo, o tema do colonialismo intelectual é uma realidade de todas as ciências sociais no continente latino-americano.

Sem dúvida, as raízes do colonialismo intelectual deitam sobre o colonialismo de fato, aquele econômico e político que perdurou até o início do século XIX, e que também arraigou no pensamento científico brasileiro a ideia de que o que vem de fora (antes

⁵¹ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Inglaterra, como herança portuguesa; hoje Europa, Estados Unidos e Japão) é sempre melhor. Os apologéticos, às vezes travestidos de cosmopolitismo ingênuo, às vezes munidos de interesses escusos muito bem definidos, vislumbram a colonização do pensamento no campo das ciências sociais como uma exigência recorrente. Ela representa, para eles, a missão civilizatória capaz de proporcionar luz àqueles que são portadores de uma cultura inferior e abandonar o seu primitivismo ou atraso. Não raras vezes é possível perceber na academia um exército de professores sempre disposto a viver de digerir e reproduzir ideias que não são suas. De fato, reina uma preocupação em estar atualizado – tal qual no universo da moda – em relação à teoria do momento nos grandes centros, como se a intelectualidade nos trópicos não fosse capaz de resistir a uma produção teórica que não referencie – e reverencie – um autor europeu e/ou estadunidense.

Sendo assim, parece-nos pertinente a afirmação de Ouriques (2014), segundo a qual “no Brasil, esta ambição colonial está legitimada ‘teoricamente’ porque as ciências sociais ‘pensam’ a partir do dualismo, que afirma a luta do ‘moderno contra o atraso’(...)”⁵².

Esta relação é certamente dialética, pois não foram pequenos os esforços da intelectualidade do centro do sistema para que fosse reconhecida como dominante pelos demais. Como afirma Lander (2005), um dos pontos que mais colaboraram para esta caracterização se situa na naturalização das relações sociais, a noção por meio da qual as características da dita sociedade moderna⁵³ são a expressão das tendências espontâneas do natural desenvolvimento da sociedade⁵⁴. Tal consideração simplesmente torna desnecessária a política – e poderíamos acrescentar, a intelectualidade –, na medida em que não existem alternativas superiores a este modo de vida, de ensino e de organização da sociedade. Nestes termos, tornam-se escassas as chances de que haja o devido diálogo

⁵² OURIQUES, Nildo D. **O Colapso do Figurino Francês**. Florianópolis: Insular, 2014, p. 23

⁵³ Em termos historiográficos, a sociedade moderna em questão abrange as idades moderna e contemporânea.

⁵⁴ “Gerações de agricultores e trabalhadores nos séculos XVIII e XIX viveram em primeira mão as extraordinários e traumáticas alterações: a remoção de terra e acesso aos recursos naturais; a ruptura com as formas anteriores de vida e meios de subsistência, uma condição necessária para a criação da força de trabalho “livre” - e a imposição de disciplina de trabalho da fábrica, esse processo não era nada natural”. LANDER, Edgardo. *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos*. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

entre as regiões subordinadas fora dos marcos do conhecimento colonialista, centrado nos EUA e/ou na Europa.

Isso faz com que na América Latina, por exemplo, o ensino e a pesquisa em Relações Internacionais sejam norteados por apontamentos estrangeiros que são estranhos à nossa realidade. Seja no curso em geral, seja no campo específico da Economia Política Internacional, o tema do subdesenvolvimento, por exemplo, passa ao largo da formação universitária. Às vezes, o quadro é ainda pior: trabalhar com o tema do subdesenvolvimento e da dependência não só é considerado despropositado, senão já superado. Não faria sentido, assim, tratar de um tema que não faz mais parte dos problemas nacionais e também não se revela um grave problema internacionalmente. Não conhecemos outro autor que melhor tenha expressado o engodo que envolve a supressão do tema do subdesenvolvimento do círculo universitário do que Álvaro Vieira Pinto:

O primeiro e mais geral dos embustes semânticos que desejamos veicular é a própria rejeição do nome “subdesenvolvimento”, substituído por convenientes eufemismos. (...) No intuito de neutralizar o conteúdo do vocábulo “subdesenvolvimento”, fase anestésica que, como nos atos cirúrgicos, precede a operação empulhadora propriamente dita, os economistas e sociólogos lançam aos quatro ventos as expressões “países em vias de desenvolvimento”, “áreas marginais”, “regiões carentes de estímulos internos”, “países assistidos pela ajuda técnica”, (...) e tantos outros circunlóquios nos quais, debaixo da capa de designação técnica, impessoal e fria, como convém aos verbetes científicos, já está insinuada ou inteiramente contida a teoria que o impostor se esforça por veicular, para fazer jus ao salário da traição. Acredita que sob tais disfarces ninguém reconhecerá a crua referência à realidade vivida pelo povo, e não só fica suprimido o “prejudicial” estado de espírito emotivo, clima que não permite o sério debate científico do assunto, mas já estão plantadas as estacas para a construção ainda mais rebuscada que logo a seguir será empreendida⁵⁵. (PINTO, 2008, p. 234)

A rigor, nas raras vezes em que versam sobre nossas realidades, os modelos explicativos estrangeiros dedicam-se a lidar tão somente com as *expressões* de nosso subdesenvolvimento, muito antes de buscar entendê-lo em suas *raízes*, onde de fato são manifestas as suas complexidade e totalidade. Um dos resultados é que, ao invés de se buscar entender como os países hoje avançados progrediram historicamente na seara internacional, a elite do continente latino-americano historicamente superestima as recomendações que deles partem na atualidade (e que não coincidem com sua trajetória histórica⁵⁶), revelando um aparente paradoxo: quanto mais adotamos as práticas que os

⁵⁵ PINTO, Álvaro Vieira. **A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

⁵⁶ Para maiores informações, ver: CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

países centrais nos dizem para adotarmos, mais nos afastamos do lugar em que eles estão. O outro resultado é que nossas práticas políticas, embasadas em formulações teóricas alheias a esta realidade, passam a ser consideradas sempre insuficientes, revelando-se na exata medida em que se apresentam como caricaturas do que é estranho a esta atmosfera. Como o amargo remédio proposto sempre se dispõe a tratar o sintoma, não a doença, criam-se tautologias que não atacam o problema do subdesenvolvimento latino-americano. Por exemplo, somos subdesenvolvidos porque não temos uma moeda forte. Logo, devemos trabalhar por uma moeda forte para que possamos nos desenvolver. Então, para fortalecer a moeda, uma série de recomendações de política econômica são feitas: deve-se elevar as taxas de juros para atrair capitais estrangeiros, deve-se realizar reformas estruturais para que nos apresentemos atraentes a estes capitais, os governos devem ouvir “os mercados” para que haja confiança na economia e assim por diante. Quando as receitas não dão certo, insuficiência e ineficiência estão sempre dispostos a assumir a culpa e sempre podem ser adotados. Acontece que o raciocínio é equivocado na origem. Não somos subdesenvolvidos porque nossa moeda é fraca; precisamente, nossa moeda é fraca em função da condição de subdesenvolvimento. Este é apenas um dos casos. Há outros muito menos nobres, como aqueles que condicionam nossa falta de dinamismo na economia e o atraso do país à quantidade de horas necessárias para se abrir uma empresa. De tão esdrúxula que é a ideia, suscita-se a dúvida sobre a índole do interlocutor, pois às vezes parece impossível crer que tamanha imbecilidade possa ser fruto somente de ignorância ou ingenuidade. Em suma, apresenta-se, recorrentemente, um país que se eterniza como cópia imperfeita e inacabada do que existe no exterior.

Importante destacar, a esta altura, que não se trata aqui de negar as possibilidades de aprendizagem mediante o estudo e conhecimento de autores dos países desenvolvidos. Ocupamo-nos, tão somente, com a necessária advertência de que experiências como esta são capazes de forjar características coloniais na formação intelectual, e que é fundamental manter ativo o espírito crítico diante de tais situações.

4.3 Proposta de Ensino de Economia Política Internacional com enfoque latino-americano – Primeiro Semestre

Na América Latina, o grande desafio, portanto, é descolonizar as ciências sociais. Por conta disso, esta pesquisa visará, a partir deste ponto, apresentar considerações que colaborem com a descolonização do pensamento no campo da Economia Política

Internacional. Primeiramente, serão apresentados comentários a respeito da importância do estudo de determinados autores e correntes de pensamento para a formação no campo da EPI. Na sequência, é concretizada uma proposta de ensino, com ementário e plano de aulas, para um curso de dois semestres que aborde de forma minimamente satisfatória o campo da Economia Política Internacional a partir de uma perspectiva latino-americana.

Unidade 1: A Economia como ciência: Do mercantilismo à economia política clássica

Um curso de Economia Política Internacional não pode, jamais, se furtar a estudar os autores clássicos da Economia Política e a sua crítica. Nela estão os pilares do pensamento econômico, balizados na discussão a respeito da Teoria do Valor, a produção e a apropriação do excedente econômico. É a Economia Política clássica que inaugura as discussões da Economia Política enquanto ciência social no século XVIII e pauta seu desenvolvimento ao longo do século XIX.

Diante da chamada revolução marginalista, a Economia se afasta da Política para a maioria dos analistas, que também passam a se descolar dos cientistas sociais. Para efeito da introdução da disciplina, este tema é abordado com maestria e didática impecável por Jaime Osorio, economista chileno radicado no México.

Osorio apresenta, em seu texto *A Ruptura entre Economia e Política no Mundo do Capital*, o quão funcional foi ao sistema capitalista esta cisão. Separar a Economia da Política levou os analistas das gerações subsequentes a observar os fenômenos de maneira autônoma ou independente, não mais sob uma apreciação da unidade do sistema. Além disso, a Sociologia não aparece com outra função senão dar cabo também da particularização, observando o indivíduo isoladamente; ou então, tendo sua função coletiva esterilizada na busca pela ordem, nublando a busca das implicações do sistema para a sociedade e de que formas seria possível superá-lo. É um excelente texto para introduzir o tema da Economia Política aos estudantes⁵⁷.

Em termos de conteúdo propriamente dito o curso se inicia, contudo, um pouco antes da Economia Política clássica, com o estudo dos autores mercantilistas. Esta doutrina econômica resulta do período da Revolução Comercial europeia, na esteira da

⁵⁷ O texto mencionado está presente na seguinte obra: OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

desintegração do sistema feudal e formação dos Estados Nacionais. Em linhas gerais, o pensamento mercantilista defende o acúmulo de reservas metálicas pautado pela adoção de comércio exterior de caráter eminentemente protecionista, visando o incremento do bem-estar nacional. Há claro incentivo ao comércio exterior por parte dos mercantilistas, pois julgam que somente uma balança comercial favorável é capaz de manter a entrada líquida de metais preciosos positiva. O setor agrícola é preterido pela indústria e o comércio. O episódio mais marcante internacionalmente do pensamento mercantilista foi a entrada em vigor dos Atos de Navegação ingleses, em 1651⁵⁸.

Na esmagadora maioria das vezes, o mercantilismo lecionado nas universidades é capítulo de livro de história do pensamento econômico, ou seja, sempre uma história contada. Tal fato remonta à pobreza do mercado editorial brasileiro na área dos escritos clássicos de economia, que não foi capaz de traduzir os textos dos ingleses Thomas Mun e Josiah Child, ou dos franceses Barthélemy de Laffemas e Antoine de Montchrestien. Os melhores escritos para compreender o pensamento mercantilista estão condensados nos textos de Thomas Mun, *A discourse of trade from England unto de East Indies* (1621) e *England's treasure by forraign trade* (de 1630, publicado póstumo, 1664). Nestes escritos, Thomas Mun, diretor da Companhia das Índias Orientais inglesas, elucida valiosas questões a respeito do conceito de balança comercial e seu papel no desenvolvimento inglês, trabalhando sobretudo para desmistificar a ideia de que é preciso manter um saldo comercial positivo com todos os países com que se negocia.

A exceção desta situação é Antonio Serra, pensador mercantilista italiano, autor da obra “Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata⁵⁹” (1613). Com este texto, ainda dentro do ambiente das cidades-Estado italianas, o autor aponta para o comércio exterior a possibilidade de que um reino tenha abundância de metais preciosos, já dando pistas de que a produção de manufaturas e a produtividade do trabalho – chamada pelo autor de diligência dos habitantes – guardam grande relação com o fato. Para países latino-americanos, que foram saqueados escandalosamente durante a época colonial, é fundamental compreender o

⁵⁸ Atos que estabeleciam que todo o comércio internacional da Europa com as colônias fosse monopolizado pelos navios ingleses.

⁵⁹ SERRA, Antonio. **Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata**. Curitiba: Segesta, 2002.

mecanismo de funcionamento do sistema econômico entre as cidades-Estado italianas para que se perceba de que forma, mesmo depois das independências, do fim do pacto colonial e das vultuosas exportações dos países do continente, continua-se registrando saída líquida de metais preciosos e recursos financeiros.

O economista britânico William Petty é o próximo autor indispensável no tratamento da Economia Política Internacional. Marcando a transição entre o mercantilismo e a Economia Política como ciência constituída, Petty tem como obra mais marcante “O Tratado dos Impostos e Contribuições⁶⁰” (1622). Petty é importante para a Economia Política Internacional por ser o primeiro autor que, mesmo estando vinculado à corrente mercantilista, lança as bases para o questionamento dos postulados da doutrina.

A grande contribuição de Petty deriva de sua atenta observação a respeito das relações entre Inglaterra e Irlanda. Mesmo com balança comercial sistematicamente deficitária em relação ao vizinho, Petty percebe que a Inglaterra continua enriquecendo, enquanto a Irlanda continua empobrecendo. Com sua sagaz leitura política da situação, Petty afirma, em *Political Anatomy of Ireland*, que mesmo com o país empobrecendo, os a classe dos exportadores vai muito bem. Na mesma proporção em que ganha dinheiro, empobrece o país, na forma de um aparente paradoxo. Petty percebe que, em uma economia altamente desnacionalizada como a irlandesa, é natural que todo o dinheiro que entra com investidores – na sua grande maioria ingleses – saia em ainda maior escala e tome o caminho de volta à Inglaterra. Petty dá forma mais acabada a algo que foi desenvolvido de forma embrionária por Antonio Serra, os chamados “itens invisíveis” da balança comercial: pagamento de transporte internacional, despesas com seguros, impactos de guerras externas, espionagem, pagamentos de juros etc. Os apontamentos de Petty foram o esboço daquilo que hoje se conhece por balança de serviços e rendas. Neste sentido, o autor é capaz de problematizar situações que ainda são crônicas no continente latino-americano. O Brasil, por exemplo, historicamente registra superávits comerciais, mas vê suas “exportações invisíveis” levarem todo o saldo comercial e ainda deixarem déficits colossais em transações correntes, cobertos com capital estrangeiro.

Adam Smith é o autor seguinte para continuar a apreciação dos economistas políticos mais relevantes. O autor escocês é a maior referência do pensamento econômico

⁶⁰ PETTY, William. **Tratado dos Impostos e Contribuições**. São Paulo: Editora Abril, 1996.

clássico, responsável pelos primeiros ensaios mais avançados na direção de uma Teoria do Valor, pilar estrutural da economia enquanto ciência. Smith foi o principal ícone da superação do pensamento mercantilista. Baseado nos apontamentos precedentes de William Petty e dos autores fisiocratas, o autor encontrou na divisão social do trabalho e no tema da produtividade a origem do valor na economia e a verdadeira causa da riqueza da nação. Nas palavras de Smith: “é a multiplicação das produções dos diversos ofícios que gera, em uma sociedade bem dirigida, a riqueza universal que se estende até às camadas mais baixas do povo⁶¹”.

Importante sublinhar ainda que não é possível considerar Smith um defensor inabalável da doutrina do livre-comércio, como se faz crer no pensamento econômico dominante. Em momento algum de sua obra Smith advoga a favor da liberdade irrestrita dos mercados. Sobre a famosa “mão-invisível” – que aparece apenas *uma* vez ao longo de toda a obra, e *não vem* acompanhada do substantivo “mercado” – Smith tratava do tema da renda nacional e de como os vícios privados são capazes de gerar benefícios públicos⁶².

São estes dois pontos – o ensaio de uma Teoria do Valor e a falácia do livre-cambismo smithiano – os mais importantes a serem discutidos no curso de Economia Política Internacional, apontando no sentido da produção e apropriação da riqueza da nação.

Subsequentemente, o autor a ser trabalhado é David Ricardo. Ricardo tem a colaboração de dar mais corpo a uma Teoria do Valor, ao identificar o valor-trabalho smithiano, mas também apontar indícios do que seria um trabalho socialmente

⁶¹ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983, p.45.

⁶² (...) já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar seu capital em fomentar a atividade nacional e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ela não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo. Ao preferir fomentar a atividade do país e não dos outros países, ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo (...) *Ibidem*, p. 381.

necessário⁶³. Para além disso, é de grande importância também a ideia ricardiana de contraposição entre salários e lucros na economia capitalista.

A oposição entre salários e lucros é a base do modelo ricardiano de comércio exterior, o principal ponto a se trabalhar para EPI. Diferentemente do que se faz crer no pensamento dominante, seu modelo não pode ser considerado a base para a famosa teoria das vantagens comparativas. Isto porque Ricardo é explícito em dizer que a especialização no comércio exterior deve sempre ser incentivada na medida em que se possa adquirir bens-salário do exterior a preços mais baixos, ou seja, roupas, alimentos, produtos de higiene e primeira necessidade⁶⁴. Ricardo identifica que assim é possível realizar o rebaixamento dos salários e elevar os lucros. Em nenhum momento, portanto, o autor advoga a favor de uma especialização indiscriminada no comércio internacional, tal qual apontam os modelos de fatores específicos e de Heckscher-Ohlin, que pretensamente possuem base em David Ricardo.

Unidade 2: As doutrinas do livre-comércio e do protecionismo

Observando a economia capitalista em estágio mais avançado de desenvolvimento, já consolidado na Europa e se reproduzindo cada vez com mais velocidade na direção do alcance mundial, torna-se pertinente realizar um estudo sobre a obra de Karl Polanyi, “A Grande Transformação⁶⁵”. Tendo em mente o progresso econômico que ocorre durante o século XIX, o autor versa sobre quatro instituições, que interligadas foram as responsáveis por este avanço: o sistema de "equilíbrio de poder" entre as grandes potências europeias que garante a independência, a soberania e a liberdade das nações; o padrão ouro internacional, que permitia o comércio e as

⁶³ Isto muito em função de que percebe, cerca de vinte anos depois de Smith, o grau avançado da produtividade da manufatura inglesa em relação ao artesanato e às corporações de ofício.

⁶⁴ Para o caso inglês eram precisamente as importações de trigo, sobretudo da Polônia, que cumpririam esta tarefa.

⁶⁵ Ainda no capítulo 1 desta dissertação tivemos a oportunidade de sublinhar o fato de que Benjamin Cohen exalta o trabalho de Polanyi, por seus méritos em jamais divorciar a esfera econômica da esfera política em sua obra.

transações financeiras internacionais; o mercado autorregulável; e o Estado liberal e não-intervencionista⁶⁶.

Tratando do caso específico da EPI Latino-Americana, Polanyi deve ser visitado pelo tema do padrão-ouro internacional – junto à discussão sobre uma possível inaplicabilidade às economias dependentes – e o mercado autorregulável, que representa, por vez primeira, que a força de trabalho se converte em mercadoria plena, sem interferências estatais, absolutamente disponível para ser utilizada pelos capitalistas.

Para além da situação europeia a respeito do livre-comércio, também é fundamental sublinhar a visão que se tinha a partir das colônias, em particular a mais bem-sucedida delas, os Estados Unidos. Alexander Hamilton, em seu Relatório sobre as Manufaturas, traz um relato riquíssimo de como a questão foi interpretada nos EUA, ainda em 1791. Ele mostra como os governantes da recém-criada nação da América do Norte rejeitaram por completo a política livre-cambista inglesa. Hamilton, ocupando o posto de Ministro das Finanças dos EUA, tratou da importância da divisão social do trabalho e o desenvolvimento da manufatura, contrastando com os ex-colonizadores, que vislumbravam manter os Estados Unidos como fornecedor de produtos primários, sobretudo o algodão.

A obra de Hamilton é crucial no estudo da Economia Política Internacional Latino-Americana também porque se mostra absolutamente cético quanto à “ajuda” de capitais externos para o desenvolvimento do país. Reconhece a importância da dinamização econômica que pode advir do impulso externo, mas assevera que há sim possibilidades de que os capitais internos devem ser o carro-chefe do desenvolvimento da nação.

Cientista social na mais completa acepção da palavra, Marx não pode ficar de fora de um curso de Economia Política Internacional. Por sua interpretação holística, não é tarefa fácil selecionar temas abordados por Marx que sejam pertinentes à EPI. Para este caso, optou-se por trabalhar, de início e em caráter complementar à obra de Hamilton, com o texto em que Marx se debruça sobre a questão do livre-comércio, em sua declaração de voto pronunciado na Associação Democrática de Bruxelas, em janeiro de

⁶⁶ POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

1848. Trata-se de um primoroso texto a respeito dos efeitos do livre comércio sobre a ordem burguesa, a nação e as classes sociais, de leitura indispensável.

Outro autor de enorme importância a ser trabalhado para que se compreenda o sentido da Economia Política Internacional com enfoque latino-americano é Georg Friedrich List. O Economista alemão escreve ainda na época em que a unificação dos reinos germânicos é embrionária. Observando o que acontecera durante o século XIX em diversos Estados europeus – e mesmo nos EUA – no que se refere às políticas de livre-comércio, List é o primeiro analista a realizar uma análise contundente afirmando que o discurso livre-cambista, sobretudo dos ingleses, não é acompanhado de práticas semelhantes na política de comércio exterior da Inglaterra. Mais do que isso, no limite, foi precisamente sob os auspícios do protecionismo que a Inglaterra se organizou como império e como “fábrica do mundo”.

Assim, List é o primeiro autor a apontar que os países se desenvolvem com base no protecionismo e, logo em seguida, adotam o livre-comércio, pois percebem que a maior competitividade de seus produtos é capaz de inundar os países em que as forças produtivas não estão plenamente desenvolvidas, fazendo sucumbir qualquer esforço industrial estrangeiro. O autor afirma que os países sobem a escada do desenvolvimento pela via protecionista e, tão logo atinjam o topo, atiram para longe as escadas que os fizeram avançar, recomendando políticas de livre-comércio aos demais⁶⁷.

Unidade 3: O processo de acumulação capitalista em escala global

Na sequência, para a construção da Economia Política Internacional latino-americana que nos interessa, é importante trabalhar da obra marxista o tema da tendência à queda da taxa de lucro, do terceiro tomo d’O Capital. Sendo o terceiro tomo da obra o que versa sobre o processo global de produção capitalista, Marx observa que os ramos de produção e realização da mais valia passam a ocupar diferentes espaços dentro da reprodução do sistema. Especificamente a respeito da queda tendencial dos lucros, é pertinente trabalhar a natureza da lei e seus fatores contrários, sobretudo quando um deles

⁶⁷ Daí decorre a expressão utilizada por Ha-Joon Chang em seu livro *Chutando a Escada*. Também de inspiração listiana é o método de análise histórica da trajetória de desenvolvimento dos países hoje considerados avançados.

se revela na busca pelo comércio exterior, como forma de compensação à queda das taxas de retorno do capital.

Feita a discussão a respeito dos autores clássicos da Economia Política e o que nos é pertinente para a crítica da Economia Política marxiana, cabe à disciplina evoluir no sentido histórico de compreender a conquista da América e a função que a ocupação da região latino-americana cumpriu para o desenvolvimento do capitalismo em termos mundiais. Para tanto, não há autor mais completo que Andre Gunder Frank. Na obra *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento*⁶⁸, o autor é preciso em destrinchar os meandros da ocupação europeia e suas devidas implicações para o processo de acumulação capitalista em termos globais, precisamente quando versa sobre os impactos do tráfico de escravos e o comércio triangular – às custas do subdesenvolvimento das colônias – para a evolução do capitalismo europeu.

Evidentemente, nenhum curso de Economia Política Internacional que se pretenda crítico pode passar ao largo da discussão sobre o Imperialismo. É mister trabalhar o termo desde seus tempos clássicos até a discussão contemporânea. Para a discussão do imperialismo clássico, a obra de destaque para introduzir o tema é o clássico livro de John Hobson, *O imperialismo: um estudo*. Desafortunadamente, esta importantíssima obra não está devidamente traduzida ao português, razão pela qual a língua espanhola será sua interlocutora no debate.

Este livro é de peculiar importância porque John Hobson é um autor britânico e de tradição liberal que faz uma crítica do imperialismo inglês de fins do século XIX. Desde o prefácio da obra, em que destrincha o que chama de “congêneres do imperialismo”, passando pela divisão do imperialismo em termos econômicos e políticos, a visão de Hobson sobre o tema faz a devida crítica dos monopólios artificiais que ele cria, bem como suas implicações perniciosas ao desenvolvimento industrial inglês. De igual relevo são as considerações de Hobson sobre o parasitismo que assolou boa parcela dos empresários ingleses à época e a condenação moral ao imperialismo, a que considera patológico. Além disso, de forma pioneira, Hobson percebe que o acirramento da disputa

⁶⁸ FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

interimperialista na Europa pode levar a um conflito generalizado e de grandes consequências, apresentando um prelúdio sobre a Primeira Guerra Mundial.

A próxima obra a ser analisada na Economia Política Internacional galgada no pensamento latino-americano é a de Rosa Luxemburgo. A análise dos sistemas de reprodução ampliada do capital é fundamental para compreender as relações entre o que a autora considera países de capitalismo avançado e sua interação com economias não capitalistas. Segundo ela, tais relações são um dos pilares do sistema capitalista para que não entre em colapso, para que não tenha sucessivas crises de superprodução e queda acentuada na taxa de lucros.

Sua valiosíssima contribuição com as teorias do imperialismo tem particular importância na América Latina, pois a partir dela pode-se ter mais clareza sobre as possibilidades de que a produção de mais-valia no sistema capitalista não necessariamente precisa coincidir com o espaço de realização da mesma. Foi Luxemburgo quem deixou as melhores pistas teórico-metodológicas sobre as relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e o papel que cada um cumpria no desenvolvimento do capitalismo em escala global, ao trabalhar a questão da expansão capitalista sobre economias não-capitalistas.

Na sequência dos estudos sobre o imperialismo, o campo da EPI desde uma perspectiva regional não pode prescindir do estudo da obra de Lênin. O estudo deste autor já apresenta um avanço em relação à obra de Hobson, a quem faz grandes elogios no início de sua obra. Para além de uma condenação moral do imperialismo, Lênin percebe que este movimento representa, na verdade, a fase superior do sistema capitalista. Uma fase em que os grandes capitais mundiais, aliados com forte poder estatal, são capazes de comandar acumulação de capital em escala global.

Para a realidade latino-americana, de particular importância no texto de Lênin é a sua sagacidade em perceber o novo papel que cumprem os bancos em conjunto com as grandes companhias na acumulação de capital. Na medida em que controlam a circulação internacional de créditos, os bancos passam não só a determinar a distribuição espacial dos recursos, mas passam também a ditar o ritmo da acumulação mundial de capital. Tratando do tema da partilha do mundo, Lênin abre as vísceras da evolução do capitalismo, atravessado pela concentração e, sobretudo, a centralização de capitais nas mãos dos maiores proprietários. Isto acontece à revelia inclusive da racionalidade do

próprio sistema, na medida em que os mercados cativos – mantidos por meio dos conluíus, trustes e carteis – começam a esterilizar o poder progressista das forças produtivas sob o capitalismo, apontando na direção do seu fim.

Unidade 4: Pensamento Cepalino e a Teoria da Dependência

Feita a recuperação intelectual mais clássica, a disciplina passa a apontar na direção dos autores genuinamente latino-americanos e de seus pares que estavam comprometidos com a superação do subdesenvolvimento, independentemente da nacionalidade. Importante sublinhar que, ainda no século XIX, pensadores latino-americanos como José Martí e Simón Rodríguez já haviam refletido sobre as mazelas da região. No entanto, pode-se afirmar que somente cem anos após seus processos de independência formal, os países latino americanos começaram a teorizar sobre si próprios de maneira mais sistemática. O pioneirismo de Raúl Prebisch, neste sentido, foi fundamental para iniciar uma investigação de fôlego sobre a região.

Por este motivo, a EPI para a América Latina deve contemplar com destaque Raúl Prebisch em sua análise. Preocupando-se com os temas estruturais que limitavam a região latino-americana à condição de subdesenvolvimento, Prebisch foi o primeiro economista a teorizar por completo a respeito da condição subordinada dos países periféricos, sendo de fundamental importância seus apontamentos no sentido de que não é possível tratar da mesma forma a política econômica do centro e da periferia. Sendo assim, os modelos e as recomendações de política econômica do centro encontrariam entraves dentro da matriz socioeconômica que fixou raízes nos países subdesenvolvidos. Raúl Prebisch pode, sem exageros, ser considerado o pai da Economia Política Latino-Americana.

Neste sentido, é mister observar, entre os diversos escritos políticos e textos clássicos do autor, o Manifesto Latino-Americano. Nele, temas fundamentais da Economia Política do continente são abordados, tais como: a relação entre o progresso técnico e os países da periferia, a relação da região com a elevada produtividade nos EUA, o problema da escassez de dólares e suas implicações, a formação de capital e a inflação, os limites do processo de industrialização e as bases para a discussão de uma política anticíclica na América Latina. Para além destes temas, outra grande contribuição de Prebisch à Economia Política Latino-Americana se dá no tema das trocas internacionais. O economista argentino é o primeiro a realizar um estudo aprofundado a respeito da deterioração dos termos de intercâmbio da América Latina para com o restante do mundo.

A despeito de altas conjunturais, em termos históricos a América Latina perde muito em valor de suas exportações ao longo dos anos, enquanto os países centrais logram ou altas absolutas, ou a manutenção de seus preços ou, na pior das hipóteses, altas relativas dos preços de suas exportações⁶⁹.

Durante os anos 40, 50, 60 e parte dos 70, a teorização a respeito da América Latina se consolidou. Os avanços extraordinários deram origem a excelentes formulações teóricas, que tinham como eixo ordenador a superação do subdesenvolvimento e da dependência da região. Autores como Vânia Bambirra, Andre Gunder Frank, Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos elaboraram o que se verificou de mais avançado no pensamento genuinamente latino-americano. Data exatamente desta época o reconhecimento internacional da sofisticação da produção intelectual da América Latina, projetando pensadores e tornando-os conhecidos em diversas partes do mundo.

O estudo sobre o tema da dependência dos países latino-americanos aparece primeiramente com Vânia Bambirra. *O Capitalismo Dependente Latino-Americano*⁷⁰ é uma obra em que a autora procura elaborar uma tipologia dos países dependentes da América Latina, em valioso esforço de sistematizar os difusos movimentos de modernização capitalista pelo qual os países da região passaram entre 1930 e 1970. Com grandiosa capacidade organizacional e analítica, Vânia elucida como os países mais avançados do continente, onde a industrialização já remonta a finais do século XIX – como Brasil, Argentina, México, Uruguai, Chile e, em menor grau, Colômbia (tipo A) – passaram por um processo de modernização capitalista sob a condução do capital monopolista. Num primeiro momento, parte significativa destes capitais ainda eram nacionais, em sua maioria derivados das exportações de bens primários. Entretanto, após a década de 50, estes capitais sofrem um grandioso processo de concentração, centralização e, sobretudo, desnacionalização⁷¹. Enquanto isso, outras nações de menor

⁶⁹ Informações adicionais sobre o tema da deterioração dos termos de intercâmbio e das trocas desiguais podem ser obtidas em EMMANUEL, Arghiri. **Unequal Exchange**. New York: Monthly Review Press, 1972 e AMIN, Samir. **Como Funciona el Capitalismo?** El Intercambio Desigual y la Ley del Valor. Buenos Aires: Siglo XXI, 1985.

⁷⁰ BAMBIRRA, Vania. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

⁷¹ Para maiores informações sobre este processo na economia brasileira, consultar: MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis**: anatomia de um subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Nesta obra são apresentados todos os setores cartelizados no Brasil, do setor elétrico aos alimentos,

desenvolvimento relativo, cujo processo de industrialização se inicia após a 2ª Guerra Mundial – Peru, Venezuela, Equador, Costa Rica, Guatemala, Bolívia, El Salvador, Panamá, Nicarágua, Honduras, República Dominicana e Cuba (tipo B) – já começam com seus parques industriais desnacionalizados. Há ainda as nações que mantêm sua estrutura muito semelhante à da época colonial – como Paraguai, Haiti e, em menor medida, Panamá (tipo C), cuja base da riqueza nacional reside na primário-exportação.

Particularmente para nossa análise, é importante perceber como Vânia descreve meticulosamente os processos de desnacionalização dos setores mais dinâmicos da economia de países latino-americanos, apontando para os impactos perniciosos do controle do capital estrangeiro sobre as riquezas nacionais em setores estratégicos para o desenvolvimento nacional.

Andre Gunder Frank é o próximo autor a ser trabalhado na disciplina. Depois de utilizá-lo para abordar a trajetória histórica de formação do capitalismo, a função de Frank a esta altura da disciplina é apresentar sua grande contribuição a respeito das possibilidades de desenvolvimento na periferia capitalista. Inicialmente, é preciso abordar o debate dos dependentistas, como Frank, com os autores cepalinos clássicos, cuja maior expressão encontra-se em Raúl Prebisch. Por esta razão, no texto Nacionalismo Burguês, o autor aponta os limites do desenvolvimento capitalista em termos clássicos para a América Latina. Segundo Frank, não é pertinente apostar numa mudança de perfil da classe dominante da região com políticas que acelerem o desenvolvimento das forças produtivas latino-americanas, pois a burguesia configurada na América Latina, grosso modo, é eminentemente antinacional⁷². Portanto, ganha muito mais atuando em conluio

passando pela indústria química. Vale observar sobretudo o capítulo sobre “O cansativo dia a dia dos cartéis”, que revela a aguda atuação política dos grupos empresariais no país.

⁷² Em defesa do modelo cepalino, muitos analistas afirmam que Raúl Prebisch e Celso Furtado – para citar os dois maiores expoentes das políticas de desenvolvimento do século passado – não foram os idealizadores das políticas de intervenção estatal para desenvolvimento econômico. A rigor, Prebisch e Furtado teriam consciência dos limites deste tipo de política e da margem de manobra da atuação estatal. De fato, os escritos desenvolvimentistas de ambos são posteriores à aplicação das políticas de desenvolvimento com controle estatal. Por esta razão, dirige-se a crítica dos dependentistas, sobretudo de Frank, neste caso particular, à crença dos economistas cepalinos no papel protagonista que atribuem à burguesia nacional latino-americana como força transformadora das sociedades dependentes. Este fato alimentou por décadas ilusões de que esta burguesia possa dar a guinada transformadora e radicalizar no avanço da industrialização, no sentido de completá-la e atingir o grau de desenvolvimento dos países centrais. Nada menos certo.

com o grande capital internacional do que com políticas industriais na direção do genuíno progresso econômico⁷³.

Também de grande relevo, o tema seguinte a ser trabalhado com Gunder Frank, ainda dentro da mesma bibliografia, reside na sua colaboração sobre o tema do neoimperialismo e da neo-dependência. Frank é o primeiro a perceber e sistematizar, desde os anos setenta, a grande fuga de capitais que advém da “ajuda externa”, bastante comum durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, fosse por meio de instituições ou fundações internacionais, fosse por meio dos investimentos estrangeiros diretos. Frank é pioneiro em atentar para o tema como um dos principais mecanismos de drenagem de capitais para fora da região latino-americana⁷⁴.

Na sequência da contribuição de Andre Gunder Frank para o pensamento da Economia Política Internacional Latino-Americana, passa-se ao tema que o deixou mais célebre e a sua maior contribuição: o desenvolvimento do subdesenvolvimento e o mito da economia dual. Ao observar a evolução do capitalismo nas sociedades subdesenvolvidas, Frank percebe que o desenvolvimento é possível na periferia, mas apenas dentro dos termos em que a distância que os separa do mundo desenvolvido seja passível de manutenção. A fórmula é fantástica porque revela quão sedutora é a proposta da dependência, pois permite desenvolvimento relativo da periferia, permite modernização, permite acesso a tecnologias de ponta; mas tudo isto sempre dentro de um caráter imponderável de incompletude, de insuficiência, alimentando a ilusão de que o caminho não está equivocado, ele apenas precisa ser aperfeiçoado. A partir desta mesma razão é possível chegar a sua segunda e maior colaboração na obra *América Latina: Subdesarrollo o Revolución*⁷⁵: a questão do dualismo. Não raras vezes, esta incompletude do desenvolvimento da periferia é dada como incompetência, incapacidade ou incompreensão das classes dirigentes latino-americanas (econômica e, sobretudo,

⁷³ De tempos em tempos, é possível que haja intervalos onde a acumulação de capitais nacionais avance mais favoravelmente. Porém, isso só ocorreria no limite em que os capitais internacionais não tivessem, em absoluto, suas taxas de retorno ameaçadas.

⁷⁴ Ambos os temas são tratados pelo autor em: FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-burguesia: lumpen-desenvolvimento**. Porto: Portocalense Editora, 1971.

⁷⁵ FRANK, Andre Gunder. **Subdesarrollo o revolución**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

política), que falham na tarefa de modernizar o país. Por isso, convivem na América Latina, simultaneamente, o moderno e o atrasado, o avançado e o rústico, o ulterior e o primitivo, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Frank é primoroso em estender a ideia marxiana – de que assim como classes e países enriquecem uns às custas dos outros⁷⁶ – também regiões enriquecem às custas de outras dentro de um mesmo país. Sendo assim, o aparente dualismo não ocorre apesar do subdesenvolvimento latino-americano, mas precisamente por conta dele. Nos termos de Frank, a estrutura dos países subdesenvolvidos se explica por relações dialéticas, não duais.

Ruy Mauro Marini é o autor que trabalhamos na sequência, com o devido destaque por ser o autor considerado o patrono da Teoria da Dependência no Brasil em sua vertente marxista. Seu texto clássico *Dialética da Dependência*, de 1973, é considerado o marco inaugural da corrente. Marini talvez tenha sido, entre os autores latino-americanos proscritos da academia, o mais notável e o que por mais tempo ficou relegado ao ostracismo intelectual. O mercado editorial brasileiro conseguiu cometer a indecência de publicar sua mais célebre obra traduzida ao português apenas em 2000. Para outros casos, de autores não brasileiros, algo se poderia compreender para que fosse justificável a não-tradução. No entanto, trata-se de um autor brasileiro, exilado durante a ditadura cívico-militar que, depois de retornar ao país, só foi traduzido ao português postumamente⁷⁷. Neste magnífico texto, Marini demonstra apurado rigor metodológico, mantendo-se fiel ao marxismo, no limite em que sua ortodoxia não ganha contornos dogmáticos, sendo altamente cuidadoso com as categorias marxistas.

Especificamente para nossos objetivos, a obra de Marini procura entender como é possível que o capitalismo não seja superado na periferia do sistema, onde suas inconsistências e contradições parecem mais gritantes. Com sua apurada metodologia, Marini percebe que, não raras vezes, a taxa de retorno da economia dependente é superior à encontrada nas economias centrais, razão pela qual o sistema não entra em colapso. Ainda assim, é preciso investigar por que motivo as taxas de lucro na periferia logram superar as taxas dos países avançados para dar sobrevida ao capitalismo periférico. É a

⁷⁶ “Nada de extraño tiene que los librecambistas sean incapaces de comprender cómo un país puede enriquecerse a costa de otro, pues estos mismos señores tampoco quieren comprender cómo en el interior de un país una clase puede enriquecerse a costa de otra.” Marx, *Discurso Sobre el Libre Cambio*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/m-e/1847/miseria/009.htm>> Acesso em: 2 set de 2015.

⁷⁷ Marini faleceu em 1997.

partir disso que Marini expõe o ciclo do capital na economia dependente, por meio do qual percebe que a existência de duas categorias *sui generis* conformam o capitalismo latino-americano: em primeiro lugar aparece a superexploração do trabalho, fenômeno através do qual a força de trabalho na periferia capitalista é remunerada por um valor abaixo do que a classe necessita para se reproduzir; em segundo lugar, o capitalismo dependente, neste caso especificamente o brasileiro, lança mão do subimperialismo, um conceito com forte inspiração em Rosa Luxemburgo. A partir desta categoria, Marini compreende como um país como o Brasil, de parco mercado interno por conta dos baixos salários, consegue sustentar um desenvolvimento industrial médio, dentro do que ele denomina divórcio entre as esferas de produção e consumo⁷⁸.

Para completar a gama dos autores pertencentes à Teoria Marxista da Dependência mais consagrados, trazemos à tona Theotônio dos Santos. A grande contribuição deste autor para com a EPI Latino-Americana repousa sobre seu conceito de revolução científico técnica.

Theotônio aborda com precisão os meandros do papel da inovação em termos que fogem à teoria dominante, compreendendo e apresentando as implicações que a mudança dos padrões tecnológicos exerce nas sociedades avançadas e dependentes, sobretudo no que se refere à produtividade do trabalho, monopolização e oligopolização da tecnologia⁷⁹, investimentos em pesquisa e desenvolvimento e difusão tecnológica⁸⁰.

Completando o caminho da interpretação dos pensadores e economistas clássicos até a formulação do pensamento genuinamente latino-americano, o texto supracitado de Theotônio dos Santos encerra o primeiro semestre da disciplina, composto por vinte e cinco encontros.

⁷⁸ Categorias para a discussão presentes em MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

⁷⁹ Baran e Sweezy também abordaram este assunto e podem ser fontes de consulta alternativa sobre o tema. Particularmente importante é a relação que estabelecem entre este tema e a questão do excedente econômico, tema sobre o qual Theotônio também versa em sua obra. Para maiores detalhes, ver: BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

⁸⁰ Estes temas estão contidos na obra SANTOS, Theotônio. **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**. Petrópolis: Vozes, 1987.

4.3 Proposta de Ensino de Economia Política Internacional com enfoque latino-americano – Segundo Semestre

O segundo semestre da Economia Política Internacional tem seu marco fundante nos anos 70, época em que fatores como o fim dos acordos de Bretton Woods, o inédito padrão financeiro internacional sem lastro em ouro promovido pelo dólar estadunidense, as atuações fracassadas e as posteriores críticas derivadas da Guerra do Vietnã, bem como os dois episódios do choque do petróleo, criaram um ambiente extremamente favorável para que os estudos envolvendo economia e política tivessem tendência à reaproximação por parte de outras correntes de pensamento que não fossem a marxista.

É bem verdade que crises também acometeram o cenário internacional durante as duas Guerras Mundiais e a Grande Depressão. No entanto, pode-se dizer que as mudanças dos anos 70 são paradigmáticas porque conseguem unir quatro fatores combinados: as contingências em si, acima mencionadas; o curto intervalo de tempo que as separa; a magnitude destas contingências; e, por fim, a existência de um grupo de intelectuais, não necessariamente marxistas, que não se contenta com as explicações existentes a respeito.

A redução generalizada das taxas de lucro a partir dos anos 70 promoveu profundas transformações na estrutura da Economia Internacional. A ameaça à – ou, pelo menos, o enfraquecimento da – hegemonia estadunidense pós 1970 fez com que os estudiosos dos países centrais da época procurassem formas alternativas ao pensamento dominante para interpretar os novos tempos.

A partir disso, autores como, Robert Cox, Susan Strange e Robert Gilpin, passam a utilizar a Economia Política Internacional para tentar entender os fenômenos desta nova realidade social. Na América Latina, o campo da Economia Política Internacional, formalmente constituído como um programa de pesquisa à luz do que acontecia nos países centrais, permanece praticamente intacto até meados dos anos 90, momento em que a acentuação da abertura econômica obriga os pensadores da região a se debruçarem sobre o tema.

Unidade 1: Transformações dos anos 70 e o Neoliberalismo na América Latina

Robert Cox é um dos autores que mais bem executa a função de interagir entre a teoria das relações internacionais e a economia política internacional com uma visão abrangente. Seus escritos tratam principalmente do mundo do trabalho e das forças sociais

que compõem as relações internacionais. Por esta razão, ele é o autor escolhido para inaugurar o segundo semestre do curso de EPI Latino-Americana.

Especialmente para o nosso caso, a colaboração de Cox aparece através de seu texto *Ideologies and the New International Economic Order: reflections on some recent literature*. Neste texto, publicado em 1979, Cox realiza uma crítica aos autores tradicionais da economia política internacional que tratam da pretensa nova ordem econômica internacional inaugurada no início da década. Após apresentar a sua própria visão a respeito do que significaria esta nova ordem internacional, Cox chama a atenção para as relações assimétricas entre os países do Norte e do Sul global, focando precisamente na atuação suspeita das instituições e fundações internacionais voltadas para o desenvolvimento. Na sequência, Cox chama a atenção para o fato de que os autores desta nova ordem não contemplam em suas análises questões fundamentais, tais como imperialismo, subdesenvolvimento e limites ao crescimento econômico.

O próximo autor sobre o qual nos debruçamos em nossa Proposta é Robert Gilpin. O autor estadunidense é filiado à escola realista das relações internacionais, conforme indicado no capítulo 1 deste texto.

A despeito de não ser nenhum entusiasta de mudanças estruturais no capitalismo, Gilpin é útil por suas ponderações a respeito de três tópicos da EPI. Primeiramente, por uma função didática: Gilpin tem uma das explicações mais bem-acabadas e coerentes a respeito do sistema monetário internacional. Segundo, Gilpin não é ingênuo nem desonesto quando trata das empresas multinacionais, tendo consciência de que sua atuação nos países é controversa, sobretudo quando assume feições oligopolistas. Terceiro, Gilpin dedica um capítulo específico para tratar a EPI dos países dependentes. Ainda que com imprecisões e insuficiências, não é comum que um intelectual vindo do centro e interlocutor do pensamento dominante se proponha a, ao menos, tentar entender os países subdesenvolvidos.

Unidade 2: A crise da dívida na América Latina, a Globalização e as transformações na Economia Mundial a partir dos anos 80

Os anos 80 e 90 são especialmente escassos no que tange à produção de pensamento crítico latino-americano. Tal fato se deve, precisamente, a três ocasiões: os autores que regressaram do exílio foram intencionalmente ignorados pela academia

brasileira⁸¹; novas gerações de pensadores críticos foram castradas nacionalmente pela ditadura; o pensamento dominante via Consenso de Washington e a onda avassaladora de modernização capitalista por parte do centro em direção à periferia no período golpearam de forma contundente o desenvolvimento e a emergência da crítica nas ciências sociais latino-americanas. A maior marca da decadência do pensamento latino-americano do fim dos anos 80 e início dos 90 pode ser verificada pela reformulação completa das teses cepalinas, como fora argumentado anteriormente. Também é verdade que neste mesmo período avançou a integração latino-americana, mas em termos notadamente liberais, onde sua vertente comercial se sobrepunha às demais servindo, sobretudo, para reduzir os custos de transação entre a matriz multinacional instalada na região do conesul, marcadamente de bens da indústria automobilística e de produtos da chamada linha branca. Em termos conceituais e taxonômicos, este período ficou conhecido como regionalismo aberto cepalino.

No entanto, um episódio em específico é extremamente pertinente para que se compreenda o que aconteceu na América Latina nos anos 80, a saber, a crise da dívida externa em praticamente todos os países da região. Como este assunto não poderia passar incólume em nosso curso, trazemos o tema à tona pelos olhos de Bernardo Kucinski e Sue Branford, autores do livro “A Ditadura da Dívida: causas e consequências da dívida latino-americana”⁸².

Neste clássico latino-americano, os autores tratam com maestria e agudo senso crítico a dívida da região na década de 80. A riqueza de dados do texto sobre a situação de cada uma das principais economias latino-americanas se combina com a apuração da atuação do Fundo Monetário Internacional nas negociações e renegociações da dívida. Além disso, Kucinski e Branford apresentam uma brilhante análise da conjuntura estadunidense à época e que motivou a mudança da matriz macroeconômica no centro do sistema, desencadeando a onda de endividamento na periferia. Não menos importante é a descrição dos autores a respeito das relações espúrias entre as classes dominantes dos países latino-americanos, seus governos – na maioria ditatoriais – e os operadores oficiais do esquema da dívida (grandes instituições financeiras internacionais). Através do relato

⁸¹ Para maiores detalhes a este respeito, ver: OURIQUES, op. cit. p. 113

⁸² Publicado pela Editora Brasiliense em 1987.

dos autores, percebe-se que a dívida se revela, mais uma vez, como mecanismo de dominação dos países dependentes, de onde se queda patente que o pagamento da dívida e o desenvolvimento, para os países periféricos, são mutuamente excludentes.

Complementando a discussão acerca da dívida nos países periféricos, apresentamos o excelente trabalho de Alejandro Olmos Gaona, historiador argentino e estudioso do tema do endividamento nas nações ao longo do tempo. A grande colaboração de Olmos segue no sentido de apresentar uma série de doutrinas jurídicas que foram apresentadas pelos países centrais para eximir-se da responsabilidade do pagamento de suas dívidas, ou ainda para justificar que os novos regimes que se iniciavam em países cuja interrupção institucional tinha sido feita em nome dos interesses dos países centrais (em sua grande maioria, os Estados Unidos). Isto aconteceu, por exemplo, quando da independência de Cuba, patrocinada pelos EUA e sem o reconhecimento da dívida acumulada junto à Espanha.

Uma série de eventos desta natureza são descritos por Olmos e justificaram os calotes ao longo da história. O maior serviço que Olmos presta à tradição crítica latino-americana é o resgate da chamada Doutrina da Dívida Odiosa. Esta doutrina é reclamada pelos países centrais para não reconhecer o pagamento de dívidas que tenham sido contraídas por tiranias e por governos que não atuavam em nome do interesse popular. Trata-se de uma tese que consta inclusive em documentos oficiais do Fundo Monetário Internacional, e é por ele considerada válida. Entretanto, como sempre, a validade da doutrina está condicionada aos interesses dos países desenvolvidos e do grande capital internacional.

Para este momento em que se inicia esta nova onda de modernização capitalista no continente, Ruy Mauro Marini escreveu um livro chamado América Latina: Dependência e Integração, publicado em 1992. Seus apontamentos são particularmente importantes para a Economia Política Latino-Americana, pois vivíamos um momento fragilizado e delicado em nossa posição internacional. Trabalhando os desafios da economia mundial diante das novas reconfigurações, Marini realiza um apanhado do que significaram as mudanças do cenário internacional enquanto se vivia o regime ditatorial na maioria dos países latino-americanos.

O autor realiza uma recuperação do momento dos EUA em fins dos anos 60 e início dos 70, percebendo como o aumento da concorrência intercapitalista, a

problemática envolvendo um novo padrão monetário, desta vez sem lastro, os choques do petróleo e as recuperações efêmeras ao longo dos anos 80 nos países do centro do sistema, percebendo como estes eventos tiveram impactos fortes sobre a periferia do sistema, desencadeando, sobretudo, crise de dívida e hiperinflação. Marini traz ainda uma sagaz leitura da nova geopolítica que se desenha com a formação de blocos econômicos, alertando para o fato de que maior homogeneização será advinda deste cenário e que os países centrais concentram seus esforços cada vez mais em Pesquisa e Desenvolvimento, relegando à periferia o papel de realizar a montagem dos produtos desenhados pelo centro. Percebe o movimento de integração europeia como o mais capaz de enfrentar a hegemonia estadunidense e alerta para os riscos da integração indiscriminada de economias oligopolizadas e desnacionalizadas.

Além do tema e suas implicações na América Latina, também é importante perceber em termos globais as mudanças trazidas pela liberalização capitalista da década de 80. Este tema é trabalhado por Susan Strange, autora inglesa que assina a obra: *States and Markets*, escrita em 1988. No texto, Strange apresenta, primeiramente, uma conceituação do que considera poder e que formas ele pode assumir. Produção, finanças, segurança e conhecimento são os elementos que, de acordo com Strange, configuram o esquema da interação entre Estados e Mercados.

Cumprindo papel de destaque, neste ponto, o fato de que Strange apresenta a importância com que o poder estrutural afeta os resultados em termos de distribuição do poder no sistema. Assim, é possível ver como o poder relacional pode ser traduzido em termos de poder estrutural e como é difícil distinguir, na prática, o poder político e o poder econômico. Neste sentido, Strange concretiza sua crítica à mútua negligência entre economia política e relações internacionais enquanto áreas do conhecimento distintas e que não se relacionam entre si.

Ruy Mauro Marini aparece novamente em nosso curso, desta vez para tratar do tema da modernização capitalista dos anos 90, conhecida como globalização. Em seu texto “Processo e Tendências da Globalização Capitalista⁸³”. Neste texto, Marini percebe a nova ofensiva do capital internacional perante as economias latino-americanas. É um texto de pertinência imensa, pois foi escrito quando a grande maioria dos analistas ainda

⁸³ MARINI. Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

não tinha clareza sobre o que aconteceria com todas as mudanças que se avizinhavam. Marini, neste mesmo tempo, já dava a tônica do que se revelaria a partir dos novos movimentos do capital internacional, em um texto primoroso não necessariamente pelos apontamentos que realiza, mas sobretudo pela impressionante capacidade de previsão do autor. Previsão que se deve, em grande medida, ao espetacular rigor teórico-metodológico do autor.

Há uma miríade praticamente infinita de autores que emergiram – ou que voltaram a ocupar maior expressão – a partir dos anos 2000, na esteira da crítica aos resultados desastrosos das políticas de modernização capitalista que aplicaram medidas de liberalização indiscriminada, turbinou as privatizações, trouxe a adoção das políticas econômicas neoliberais, enfim, do período que ficou conhecido como mais ativo da globalização ou mundialização.

Diante deste cenário, não é tarefa fácil eleger autores que sejam expoentes da interpretação e da crítica mais completa e consistente ao período. Ainda assim, em nosso esforço, trazemos um texto do economista chileno Orlando Caputo, intitulado “A Economia Mundial e a América Latina no Início do Século XXI”⁸⁴. Neste texto, o autor faz um apanhado geral e satisfatório das condições da economia mundial na conjuntura da época, atentando sobretudo para as cifras dos lucros que se registavam durante aquele período. Aborda também a rápida redução dos preços internacionais de determinadas tecnologias e realiza os primeiros apontamentos sobre o devastador impacto da economia chinesa sobre o comércio internacional. Caputo também apresenta considerações sobre a volatilidade da economia mundial, a partir de suas sucessivas crises dos últimos tempos e tece sua avaliação a respeito dos impactos registrados pela chamada globalização na América Latina no primeiro quinquênio do novo milênio⁸⁵.

Em conjunto com Orlando Caputo, nossa Proposta de estudo também introduz um texto de Pierre Salama, economista argelino radicado na França. Em seu texto “A

⁸⁴ O texto referido está contido no livro: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (org). **A América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

⁸⁵ Sobre este tema, também é importante consultar: HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Abertura Revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio”⁸⁶, Salama observa a inconsistência entre o que se prometia com a globalização e o que ela deixou de legado para os países latino-americanos. Para além do caos social, o qual experimentamos com conhecimento de causa, o autor faz um meticuloso levantamento a respeito da profunda regressão industrial acompanhada de um levantamento apuradíssimo do comportamento das instituições – majoritariamente, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial⁸⁷ – à propósito da implantação das medidas liberalizantes. Como o texto também se propõe, são realizadas contestações teóricas ao que propaga a ideologia dominante do neoliberalismo, que não resistem aos fatos⁸⁸.

Unidade 3: Financeirização da Economia, A crise de 2008 e seus impactos imediatos na economia política internacional

Não podemos nos furtar em nosso curso de EPI Latino-Americana a oferecer um material que aborde o tema da crise internacional de 2007-2008. Para tanto, são oferecidos dois textos. O primeiro deles é de John Bellamy Foster, pertencente à introdução de seu livro *The Endless Crisis*, escrito conjuntamente por Robert McChesney. Trata-se de uma introdução bastante completa dos temas abordados no restante da obra, com grau de aprofundamento superior ao que se verifica geralmente na introdução de um livro. Bastante rico em informações desde o início, Foster inicia recuperando prelúdios de economistas e analistas vinculados à ordem dominante, de catastróficos a otimistas. Todos compartilham, no entanto, visões de curto prazo acerca da saúde econômico-financeira das economias avançadas.

O que o autor traz, de início, é a colaboração de longo-prazo, evidenciando que o crescimento econômico deixou de ser vultoso no centro desde os anos 60, ponto em que Foster afirma ser um duradouro tempo de estagnação da economia mundial, altamente dependente da financeirização para manter algum dinamismo. Para nossa interpretação regional, é digna de menção a contribuição de Foster – com inspiração em Paul Sweezy

⁸⁶ *Op cit* p. 136

⁸⁷ Para este tema, também sugerimos consultar COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

⁸⁸ Outras contribuições para este tema, que condensam caráter mais conceitual que empírico, podem ser vistos na obra de Jaime Osorio citada anteriormente: *O Estado no Centro da Mundialização*.

– no sentido de associar estagnação e monopolização da economia em anos recentes. Grandes conglomerados industriais, ao também se tornarem fortes investidores financeiros, acabaram por monopolizar também o setor financeiro, criando uma centralização de capitais que atua, no longo-prazo, contra a acumulação. Por fim, também merece destaque uma discussão final do autor sobre transição hegemônica, avaliando as possibilidades chinesas diante da economia contemporânea.

Além deste texto, outra interpretação valiosa da crise de 2008 é apresentada pelo genial economista chileno radicado no México José Valenzuela Feijóo. Em seu texto “Estados Unidos: uma crisis de orden estructural”⁸⁹, Feijóo avança na avaliação de que se vive uma crise sem precedentes no sistema capitalista, que ameaça o padrão de acumulação vigente⁹⁰. O argumento do autor é de que há uma grave e recorrente crise de realização da mais-valia produzida na sociedade contemporânea, que as práticas neoliberais somente lograram administrar, porém sem resolvê-las definitivamente⁹¹.

Um dos efeitos da crise econômica internacional foi a emergência da discussão a respeito das dívidas dos países e sua relação com os credores no cenário internacional. Para além disso, a crise levantou a extraordinária situação do endividamento dos países avançados. Este tema é abordado por Rabah Benakouche em seu livro “A Dívida dos Países Ricos”. O didático texto conta com grande riqueza de detalhes e informações a respeito do endividamento no centro do sistema. Além disso, Rabah tem o mérito de recuperar o fato de que o endividamento não só não se apresenta como entrave ao

⁸⁹ Disponível em: <<http://www.iela.cse.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/valenzuela.pdf>> Acesso em: 4 set. 2015

⁹⁰ O texto de José Valenzuela Feijóo faz parte de um breve resumo da densa obra que desenvolveu sobre a crise econômica de 2008. Para maiores detalhes, buscar: FEIJÓO, José Valenzuela. **La gran crisis del capital: transfondo estructural y impacto em México**. Ciudad de México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2009.

⁹¹ Como o texto de Belamy Foster não possui versão em português, pode ser pertinente trabalhar o tema a partir do texto de Orlando Caputo, economista chileno. No artigo “Crítica a la Interpretación Financiera de la Crisis”, Caputo se pauta pela discussão do pretense descolamento entre o setor financeiro e a economia real, fazendo apontamentos sobre a taxa de lucros do EUA nos anos que precedem a crise para indicar que ela se avizinhou a olhos vistos. Em seguida, comparando produção e investimento nos EUA, revela que o dinamismo estadunidense nas últimas décadas foi o fiel depositário da economia mundial. Merece destaque ainda a apreciação dos aportes de recursos estrangeiros em direção à economia dos EUA, um dos pilares para o desenvolvimento mais vultoso dos anos que antecederam a crise.

desenvolvimento nos países centrais, como também pode ser considerado em certa medida o motor da expansão capitalista.

Unidade 4: As mudanças na Economia Política Internacional para a América Latina e para o mundo após a Crise Internacional

Para o período mais recente, há uma boa análise desenvolvida pelo historiador brasileiro Mathias Luce, que vai no sentido de desfazer grande parte dos mitos que acompanharam o momento de avanço do capitalismo dependente na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, desde o início dos anos 2000. Em “A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências da história recente⁹²”, Mathias revisita a categoria da superexploração do trabalho, de Marini, e faz um valoroso estudo a respeito do mundo do trabalho no Brasil durante os últimos anos. Luce demonstra que o trabalhador brasileiro continua padecendo da característica de ser remunerado abaixo de seu valor e que a situação não só não melhorou sua condição relativa no conflito distributivo, senão que piorou seu patamar durante o período em questão. Utilizando-se de variáveis como o salário mínimo necessário ao trabalhador, dados de relatórios da Organização Internacional do Trabalho e números da jornada de trabalho no Brasil, o autor conclui que houve significativo aumento da intensidade de trabalho nos últimos anos, sem que houvesse a devida contrapartida na remuneração do trabalho. Em outros termos, ainda que tenha havido aumento nominal e real dos salários no Brasil em termos burgueses, pelo conceito marxista os trabalhadores passaram a criar ainda mais valor, o que mais do que compensava, para o empregador, o aumento dos salários acima da inflação.

Para discutir as mais recentes transformações a respeito do papel que cumpre a América Latina no cenário comercial internacional são trabalhados dois textos de Jaime Osorio. O primeiro deles, chamado “Nuevo Patrón Exportador de Especialización Productiva en América Latina”⁹³. Neste artigo, o autor realiza uma generosa compilação de dados a respeito dos principais bens primários da matriz exportadora dos países latino-americanos. Desta feita, reunindo cifras de quantidade e preços de exportação, Osorio

⁹² FILHO, Niemeyer Almeida (Org). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, IPEA, 2013.

⁹³ Disponível em: <<http://www.sep.org.br/revista/download?id=220>> Acesso em: 5 set. 2015.

apresenta o quanto foi extremamente vantajoso para as classes dominantes e para os governos progressistas da América Latina apostarem na especialização regressiva como matriz econômica.

O momento contemporâneo, principalmente após a crise de 2007-2008, levantou uma série de questionamentos a respeito do sistema monetário e financeiro internacional. Regulamentações ao movimento de capitais foram propostas, porém sem sucesso. Além disso, muito se debateu a respeito das possibilidades de substituição do dólar como moeda de conversibilidade absoluta no sistema internacional. Sobre este tema, nossa Proposta traz uma das maiores autoridades mundiais no assunto, Benjamin Cohen.

Em artigo publicado juntamente com Thabita Benney na *Review of International Political Economy*, intitulado *What does the international currency system really look like?* Cohen debate a possibilidade de haver uma multiplicidade de moedas comandando a economia internacional, fazendo um aporte minucioso acerca da quantidade de transações realizadas nas principais moedas do mundo, para verificar o grau de concentração das atividades no sistema monetário internacional.

O segundo texto de Osorio, versa a respeito do papel que cabe – ou caberá – à América Latina como consequência do fim do período de alta substancial dos preços dos bens primários exportados pelos países da região. Neste artigo, intitulado “América Latina en la valorización mundial del capital”⁹⁴, Osorio aponta que houve duas importantes consequências do modelo recente: de um lado, aumentou significativamente a oferta de mão de obra disponível para ser comercializada pelo capital; de outro, regredimos qualitativamente na divisão internacional do trabalho, passando a ocupar um posto de exportador de bens agrícolas e minerais para a economia chinesa. O resultado aponta na direção da elevação da superexploração do trabalho nos anos que se seguem.

Sendo assim, passado o período de bonança material que caracterizou a primeira década do século XXI na imensa maioria dos países latino-americanos, o momento atual é de reflexão sistemática sobre as condições que nos possibilitaram atenuar as expressões de nosso subdesenvolvimento, sobretudo na medida em que o cenário tende a ser adverso nos próximos anos. Revisitar autores clássicos e latino-americanos, neste caso, não é mero exercício intelectual saudosista ou ufanista, senão a busca por elementos e

⁹⁴ Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/137/pdf_3> Acesso em: 5 set 2015.

considerações que nos auxiliem a compreender o momento atual por que passam os países da região. Assim, é necessária muita cautela para que a busca por estes autores seja sempre cercada da advertência de que vivemos situações novas, em que encaixes da teoria em novas realidades não são bem-vindos.

Na esteira das considerações de Osorio sobre a regressão latino-americana frente a China, o próximo texto que apresentamos é uma ilustração do crescente grau de controle que a economia chinesa exerce sobre os eixos mais dinâmicos do capitalismo latino-americano. No relatório *The New Banks in Town: Chinese Finance in Latin America*, Kevin Gallagher, Amos Irwin e Katherine Koleski exploram as implicações da crescente inserção financeira da China no cenário da região. Particularmente relevantes é a constatação de que o fato dos capitais chineses não exigirem contrapartidas em termos da condução da política macroeconômica não significa em si algo positivo para os países receptores. A contraparte chinesa neste caso – salienta-se aqui, *sempre* haverá contraparte ao investimento externo – é a contratação de empresas chinesas e/ou utilização de tecnologia chinesa para a execução dos projetos, em sua grande maioria atrelados à economia primário exportadora e a sua infraestrutura complementar (tais como grandes corredores logísticos para escoamento das exportações latino-americanas, por exemplo). Este mecanismo dá continuidade e aprofunda os laços de dependência e especialização regressiva do continente latino-americano. Trata-se de um excelente relatório para contrapor o otimismo ingênuo de alguns ideólogos do acrônimo BRICS, que tem viabilizado institucionalmente o projeto de poder chinês para a região.

Para encerrar a disciplina, cabe aprofundar a discussão a respeito do papel da China no cenário global. Para isso, a sugestão bibliográfica desta Proposta é a do texto de Barry Eichengreen, *Pathways to Renminbi Internationalization*, publicado pelo *Centre for International Finance and Regulation*. O mérito desta fonte é que Eichengreen apresenta um cenário bastante completo do sistema monetário e financeiro internacional recente, combinando-o com o desenho de cenários para uma ordem global monetária e financeira organizada pela China.

Esta ordem, diz o autor, poderia ser alcançada numa combinação entre o avanço das forças produtivas chinesas e maior abertura financeira para movimentação de capitais no país. Entretanto, a própria abertura, a depender de seus termos, pode enfraquecer a pujança da economia chinesa atual. Por outro lado, somente a

internacionalização da moeda pode tornar a China economicamente forte e preparada para conduzir a economia mundial. Trata-se de um bom debate para se pensar a respeito do futuro da economia global e que tipo de estratégia deve adotar a América Latina para lidar com os tempos futuros.

O esforço desta Proposta age no sentido de ocupar definitivamente o espaço dos currículos das disciplinas de Economia Política Internacional no Brasil, numa iniciativa de retirar os autores supracitados – e outros de seus pares – não só de uma situação de marginalidade, mas também da visão excêntrica, adjacente ou complementar, que lamentavelmente parecem carregar consigo na academia brasileira.

Desta forma, apresenta-se abaixo a proposta formalizada da disciplina, com os objetivos do programa acima exposto, as leituras e a divisão das aulas. Consideram-se dois semestres letivos de 60 horas aula, respeitados os espaços para avaliações, contingências e eventos acadêmicos. Em ambos os semestres, mas especialmente no segundo, também é reservado espaço para a inclusão de outras bibliografias de interesse do docente responsável por ministrar a disciplina. Isso se deve ao fato de considerarmos que, principalmente ao se tratar de questões contemporâneas, é necessário deixar maior espaço para a escolha de temas que possam ser trabalhados em tópicos.

PROGRAMA DA DISCIPLINA E PLANO DE AULAS **Economia Política Internacional I**

EMENTA: Pensamento mercantilista e os fundamentos da economia política clássica. A economia política clássica: protecionismo, liberalismo e classes sociais. Crítica da economia política burguesa, nacionalismo e teorias do imperialismo clássico. Pensamento latino americano: a versão cepalina e os teóricos da dependência.

OBJETIVOS

O objetivo da disciplina é introduzir o pensamento da economia política clássica, cuja base sustenta a crítica da economia política. Também é esperado que o aluno compreenda a dialética do processo de acumulação capitalista em escala global, entendendo o papel cumprido pelos países periféricos, que se subdesenvolvem na mesma medida em que os países centrais se desenvolvem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – Plano de Curso

Unidade 1. A Economia como ciência: Do mercantilismo à economia política clássica

Aula 1. Apresentação e discussão do programa da disciplina: conteúdo e métodos. A importância de uma economia política internacional com enfoque latino-americano e o papel da cisão entre economia e política na acumulação de capital

Texto base:

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014. Anexo do Cap. IV: p. 143-158.

Aula 2. O pensamento mercantilista

Texto base:

SERRA, Antonio. **Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata**. Curitiba: Segesta, 2002. Cap. I ao XII: p. 35-69.

Aula 3. Transição do Mercantilismo à Economia Política Clássica

Textos-base:

PETTY, William. **Tratado dos Impostos e Contribuições**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. VI: p. 67-73; Cap. XI: p. 89-91;

PETTY, William. **Verbum Sapienti**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. V: p. 123-124.

PETTY, William. **Aritmética Política**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. I: p. 147-160; Cap. VI: 187-188.

Texto complementar:

PETTY, William. **The Political Anatomy of Ireland**. *In*: The Economic Writings of Sir William Petty. Volume I. London: Cornell University, 1899. Cap. XI: p. 188-198.

Aula 4. Adam Smith – Parte I: Divisão do Trabalho e Teoria do Valor

Texto base:

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. Volume 1. Livro I – Cap. I ao III: p. 39-56. Cap VIII e IX: p. 91-116

Aula 5. Adam Smith – Parte II: Salários, Lucros e Comércio Exterior

Texto base:

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983. Volume 1. Livro I – Cap. X: p. 117-150; Livro IV – Cap. II: p. 377-392.

Aula 6. David Ricardo – Parte I: Teoria do Valor e formação de Preços

Texto base:

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. I: p. 23-48. Cap. IV: p. 63-65.

Aula 7. David Ricardo – Parte II: Salários, Lucros e Comércio Exterior

Texto base:

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. V ao VII: p. 67-107.

Unidade 2: As doutrinas do livre-comércio e do protecionismo

Aula 8. Polanyi e A Grande Transformação

Texto base:

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Capítulo VI: p. 88-98. Capítulos 12 e 13: p. 166-197.

Aula 9. A questão do livre-comércio

Texto base:

HAMILTON, Alexander. **Relatório sobre as manufaturas**. São Paulo: Sociedade Ibero-americana, 1995.

Texto auxiliar:

MARX, Karl. **Sobre a Questão do Livre-Câmbio**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>>

Aula 10. Protecionismo e Nacionalismo

Texto base:

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. Cap. XI, XII e XIII: p. 87-114.

Unidade 3: O processo de acumulação capitalista em escala global

Aula 11. Marx e a tendência à queda da taxa de lucro

Texto base:

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 3, Volume 4, Parte Terceira. Cap. XIII ao XIV: p. 277-316

Aula 12. Comércio Triangular, Tráfico de Escravos e a Indústria Britânica

Texto base:

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento**. São Paulo: Brasiliense, 1980. Cap. 2: p. 35-56; Cap. 5: p. 109-119.

Aula 13. A condenação moral do imperialismo clássico em John Hobson

Texto base:

HOBSON, John. **Estudio del Imperialismo**. Madrid: Capitain Swing Libros, 2009. Introducción, Cap. 1 e Cap. 2: p. 17-57.

Aula 14. O imperialismo em Rosa Luxemburgo e o papel dos países não capitalistas

Texto base:

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Seção III, Cap. XXV ao XXVIII: p. 225-270.

Aula 15. Lênin e o imperialismo como fase superior do capitalismo

Texto base:

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Cap. I, Cap II e Cap. VII. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>

Unidade 4: Pensamento Cepalino e a Teoria da Dependência

Aula 16. O pensamento cepalino em Raúl Prebisch: a estrutura econômica da periferia

Texto base:

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. Cap. 1: p. 95-151.

Texto auxiliar:

EMMANUEL, Arghiri. **Unequal Exchange**. New York: Monthly Review Press, 1972

Aula 17. O pensamento cepalino em Raúl Prebisch: Progresso técnico e termos de intercâmbio, Parte I

Texto base:

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. Cap. 2: p. 153-217

Texto auxiliar:

AMIN, Samir. **Como Funciona el Capitalismo? El Intercambio Desigual y la Ley del Valor**. Buenos Aires: Siglo XXI, 1985.

Aula 18. Vânia Bambirra e uma tipologia dos países dependentes

Texto base:

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano**. Florianópolis: Insular, 2012. Segunda Parte, Cap. VI, VII e VIII: p. 119-174.

Texto auxiliar:

MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis**: anatomia de um subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Aula 19. Nacionalismo burguês e os limites da superação do subdesenvolvimento na periferia

Texto base:

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-burguesia**: lumpen-desenvolvimento. Porto: Portocalense Editora, 1971. Cap. 7: p. 71-84

Aula 201. Imperialismo pós Segunda Guerra Mundial

Texto base:

FRANK, Andre Gunder. **Lumpen-burguesia**: lumpen-desenvolvimento. Porto: Portocalense Editora, 1971. Cap. 8: p. 85-131.

Aula 21. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano

Texto base:

FRANK, Andre Gunder. **Subdesarrollo o revolución**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973. Cap. 1: p. 21-32; Cap. 4: p. 107-116.

Aula 22. Sociedades duais x Sociedades Dialéticas

Texto base:

FRANK, Andre Gunder. **Subdesarrollo o revolución**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973. Cap. 1: p. 21-32; Cap. 4: p. 205-213.

Aula 23. Marini e a Dialética da Dependência

Texto base:

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 2: p. 105-165

Aula 24. Inovação e crescimento econômico no capitalismo mundial

DOS SANTOS, Theotônio. **Revolução Científico-Técnica e a Acumulação de Capital**. Petrópolis: Vozes, 1987. Cap. I: p. 11-68.

Texto auxiliar:

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Aula 25. Revolução Científico-Técnica e a Reprodução do Capital

DOS SANTOS, Theotônio. **Revolução Científico-Técnica e a Acumulação de Capital**. Petrópolis: Vozes, 1987. Cap. IV: p. 185-236

PROGRAMA DA DISCIPLINA E PLANO DE AULAS
Economia Política Internacional II

EMENTA: A economia política internacional e as transformações da década de 70. Os anos 80 e 90: modernização capitalista e suas implicações no centro e na periferia do sistema. Os conceitos de imperialismo e dependência revisitados no início dos anos 2000 a partir dos impactos da globalização. A crise econômica internacional e suas implicações para o sistema financeiro e monetário internacional. A especialização regressiva do comércio internacional latino-americano e as perspectivas diante da inserção chinesa na região.

OBJETIVOS

Analisar e compreender as principais mudanças pelas quais a economia política internacional passou nos tempos mais recentes, sobretudo a partir dos anos 70, período em que muitos pensadores críticos falam em crise estrutural do capitalismo. Além disso, o curso pautado pelo pensamento crítico tenta compreender criticamente o significado da intensificação da liberalização e da globalização, evitando reduzi-la superficialmente à interpretação dominante que trata da maior interdependência entre as nações. Espera-se também elaborar uma atualização crítica da tradição do pensamento social latino-americano, possibilitando uma interpretação consistente, com bases teóricas sólidas e capazes de ocupar lugares cativos, finalmente, nos currículos de graduação em Relações Internacionais.

Unidade 1: Transformações dos anos 70 e o Neoliberalismo na América Latina

Aula 1. Imperialismo, subdesenvolvimento e limites ao crescimento econômico na periferia

Texto base:

COX, Robert. Ideologies and the New International Economic Order: reflections on some recent literature. *In: International Organization*, Vol. 33, No. 2 (Spring, 1979), pp. 257-302.

Aula 2. Apresentação do Sistema Monetário Internacional

Texto base:

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002. Cap. 4: p. 139-192

Aula 3. As empresas multinacionais e o desenvolvimento econômico

Texto base:

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002. Cap. 6: p. 257-290

Aula 4. O desenvolvimento econômico e a questão da dependência

Texto base:

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais**. Brasília: Editora da UnB, 2002. Cap. 7: p. 291-334

Unidade 2: A crise da dívida na América Latina, a Globalização e as transformações na Economia Mundial a partir dos anos 80

Aula 5. A década perdida e o papel do FMI na crise do endividamento latino-americano

Texto base:

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Parte 1, Cap. 1 e 2: p. 15-46

Aula 6. A crise nos EUA e os ditadores da dívida

Texto base:

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. Parte 2, Cap. 1 e 2: p. 63-99

Aula 7. A dívida odiosa

Texto base:

OLMOS, Alejandro. **La deuda odiosa: el valor de una doctrina jurídica como instrumento de solución política**. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005. Cap. VII: p. 89-93; Cap IX: p. 103-112

Aula 8. Perspectivas da economia mundial no início dos anos 90

Texto base:

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992. Cap. 2: p.37-66.

Aula 9. O poder estrutural e o poder relacional: interações entre economia e política nas relações internacionais do centro do sistema.

Texto base:

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London: Continuum, 2nd ed, 1994. Cap. 2: p. 23- 42.

Aula 10. A globalização capitalista na América Latina

Texto base:

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000. Cap. 6: p. 269-295

Aula 11. A década de 90 e a América Latina no século XXI

Texto base:

CAPUTO, Orlando. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (org). **A América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009. Parte II, Cap. 4: p.135-163.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

Aula 12. O balanço da abertura econômica na América Latina

Texto base:

SALAMA, Pierre. A Abertura Revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta. *In*: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (org). **A América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009. Parte III, Cap. 3: p.217-250.

Texto auxiliar: COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa**: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina. São Paulo: Editora da Unesp, 2014

Unidade 3: Financeirização da Economia, A crise de 2008 e seus impactos imediatos na economia política internacional

Aula 13. A crise econômica de 2008 sob a ótica da monopolização e da estagnação

Texto base:

FOSTER, John Bellamy. **The endless crisis**: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. New York: Monthly Review Press, 2012. Introduction: p. 2-28.

Texto auxiliar:

CAPUTO, Orlando. **Crítica a la Interpretación Financiera de la Crisis**. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/114318.pdf>>

Aula 14. Uma crise de ordem estrutural e a insustentabilidade do sistema

Texto base:

FEIJÓO, José Valenzuela. **Estados Unidos**: una crisis de orden estructural. Disponível em: <<http://www.iela.cse.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/valenzuela.pdf>>

Aula 15. A dívida dos países ricos como fato histórico e a situação atual

Texto base:

BENAKOUCHE, Rabah. **A Dívida dos Países Ricos**. São Paulo: Xamá, 2012. Cap. 1, 2 e 3: p. 9-50

Aula 16. A dívida da periferia da europa, a criação monetária privada e o modelo de bem-estar social europeu

Texto base:

BENAKOUCHE, Rabah. **A Dívida dos Países Ricos**. São Paulo: Xamá, 2012. Cap. 4 e 5: p. 51-64 e Cap. 7: p. 101-118.

Unidade 4: As mudanças na Economia Política Internacional para a América Latina e para o mundo após a Crise Internacional

Aula 17. O tema da superexploração do trabalho na economia brasileira na atualidade

Texto base:

LUCE, Mathias. A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências da história recente. *In*: FILHO, Niemeyer, Almeida. (org). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

Aula 18. A extraordinária alta dos preços dos produtos latino-americanos e o novo padrão de exportação na América Latina

Texto base:

OSORIO, Jaime. **Nuevo patrón Exportador de especialización productiva en América Latina**. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista/download?id=220>

Aula 19. O sistema monetário internacional na atualidade

Texto base:

COHEN, Benjamin J. BENNEY, Thabita M. What does the international currency system really look like? *In*: **Review of International Political Economy**. (2014), vol. 21, n. 5, p. 1017-1041.

Aula 20. O sistema monetário internacional na atualidade

Texto base:

OSORIO, Jaime. **América Latina en la Valorización Mundial del Capital**. Disponível em: <http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/137/pdf_3>

Aula 21. A presença chinesa na América Latina

Texto base:

GALLAGHER, Kevin P., IRWIN, Amos, KOLESKI, Katherine. The New Banks in Town: Chinese finance in latin-america. *In: **Inter-American Dialogue 30 years Report: shaping policy debate for action.*** Washington DC, March 2012.

Aula 22. China e as possibilidades do Yuan como moeda internacional

Texto base:

EICHENGREEN, Barry. Pathways to Renminbi Internationalization. *In:*

Internationalisation of the Renminbi: Pathways, implications and opportunities.

Research Report. Sydney: Centre For International Finance and Regulation, March 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em primeiro lugar, não podemos deixar de reconhecer que temos consciência de que a ausência de certos cursos em nossa pesquisa provoca perda de consistência da investigação em termos gerais. Ao mesmo tempo, temos convicção plena de que são remotas chances de alterar os resultados finais. Seria crucial para investigações futuras incorporar também os cursos que aqui não puderam ser contemplados.

Outra possível crítica que podemos sofrer repousa sobre o fato de que, a depender da instituição de ensino, a ementa da disciplina diz menos do que deveria sobre o que é de fato o curso ministrado. Às vezes, ementa e bibliografia não possuem conexão alguma. Outras vezes, a mesma ementa apresenta variadas abordagens. É um questionamento válido. De qualquer maneira, é o elemento mais factível que se tem para a referida pesquisa. Buscou-se não particularizar demais o estudo em torno dos professores ministrantes, pois é justamente o caráter estrutural do colonialismo intelectual que buscamos evidenciar. Na precarizada universidade brasileira, não raras vezes, o professor é tão passageiro quanto o aluno, mas o documento que baliza o curso permanece intacto. Os programas dos cursos mais renomados do país servem de base para as ementas dos cursos futuros, influenciam a elaboração da disciplina de gerações subsequentes de professores com pouco ou nenhum conhecimento na área e moldam o pensamento de gerações de internacionalistas no país.

Indo em frente, como foi possível observar, nossa proposta visa resgatar não apenas o estudo dos economistas políticos clássicos, como indispensáveis para a formação teórica de estudantes de Economia e Relações Internacionais, mas também procura apresentar, discutir, revisitar e propor novas pesquisas na tradição da teoria social latino-americana vivida entre as décadas de 1940 e 1970, consagradas a partir da corrente Estruturalista e a Teoria da Dependência, sobretudo em sua vertente marxista. Este foi o momento mais fecundo da economia política na América Latina, fortemente ignorado pela maioria dos currículos de Relações Internacionais e visitado de maneira tímida pelos cursos de Economia, sempre com ares de excentricidade. Tendo o cuidado de acompanhar os grandes debates existentes nos grandes centros de pesquisa acerca da Economia Política Internacional, nossa proposta objetivou o resgate de um programa de estudos do pensamento crítico latino-americano, apresentando esta tradição de pensamento como central para compreendermos nossa inserção na Economia Política Internacional.

De outro lado, maioria dos currículos de cursos, centros de pesquisa e revistas acadêmicas reproduz acriticamente as formulações teóricas preexistentes no mundo anglo-saxão. Nestes casos, como afirmamos anteriormente, a cópia é – ou tende a ser – imperfeita, pois, na maioria dos episódios, não é capaz de identificar as idiossincrasias de países que se inserem de maneira subordinada na divisão internacional do trabalho, que possuem uma estrutura social específica, radicalmente diferente do que é postulado como premissa para a análise desde os países centrais do sistema capitalista.

A pesquisa de Fernanda Barasuol (2012) trazida no capítulo anterior, e esta dissertação, demonstraram que não há consonância entre o que se ensina e o que se pesquisa em Relações Internacionais no Brasil, seja na disciplina como um todo, seja no campo da Economia Política Internacional. Nas Relações Internacionais enquanto curso, ao passo em que vigora o pensamento Realista, os pesquisadores recorrem ao Liberalismo e ao Construtivismo para a execução de suas tarefas. No campo da Economia Política Internacional, enquanto no ensino predominam os cânones do pensamento vinculado à escola estadunidense, a pesquisa se orienta, no mais das vezes, pelo pensamento da corrente britânica, como se pode observar na compilação dos dados da pesquisa no tocante ao predomínio das escolas no ensino e na pesquisa em EPI, presente na tabela abaixo:

Tabela 6: Percentual das escolas de pensamento dominantes em Economia Política Internacional no Brasil no ensino e na pesquisa

Escola	Ensino	Pesquisa
Escola Estadunidense	46%	44%
Escola Britânica	30%	56%
Ambas	24%	-

Fonte: elaboração própria

Estas intrigantes constatações apontam urgentemente em uma só direção: *é preciso reformular os currículos dos cursos de Relações Internacionais no Brasil*. Não se trata nem do caso de que as pesquisas apontam que o perfil dos estudantes se alterou e hoje eles buscam coisas distintas. Na verdade, o caráter colonial até as vísceras dos cursos de Relações Internacionais do Brasil *jamais* foi capaz de contemplar, à plenitude, as

demandas dos estudantes pela compreensão da realidade em que vivem. Para além disso, jamais foi capaz de problematizar junto aos estudantes os temas mais urgentes da nação, como a dependência e o subdesenvolvimento.

As reformas curriculares se apresentam como a fronteira da mudança do perfil dos graduados. O limite das mudanças curriculares em Relações Internacionais, seguindo a regra dominante, atua no sentido de adaptar-se às exigências do mercado, esta nebulosa e abstrata instituição. Sendo assim, de uma forte tradição política, ainda que colonizada, os cursos conseguiram piorar: na exata medida em que se expandiram, transformaram-se em cursos de comércio exterior de luxo, ensinando os estudantes a atuarem acriticamente diante dos desafios que se desenhavam para o país na última década. O resultado foi que se formaram gerações de intelectuais de RI rejeitados pelo mercado, que exige pensamento crítico apurado e habilidades analíticas que eles não foram acostumados a desenvolver durante a graduação; profissionais de setor público que se deslumbraram com a bonança dos últimos tempos e não sabem explicar porque aquele protagonismo brasileiro no exterior de outros tempos se esvaiu; e professores e pesquisadores que digerem e requeentam teorias estrangeiras para reproduzir o mesmo ciclo mais uma vez, comportando-se como os bárbaros à espera da novidade que virá do mundo civilizado.

É preciso perceber, urgentemente, que o mercado é infinitamente mais dinâmico que os cursos de graduação. Por esta razão, jamais podem os cursos se condicionar às exigências daquele. Um curso que se oriente majoritariamente pelo mercado, tende a se tornar obsoleto em um curto espaço de tempo, pois a velocidade da mudança no mercado é incompatível com a morosidade de um processo de adaptação curricular.

Neste sentido, a formação de um núcleo duro de disciplinas que envolvam o que há de mais relevante para as RI é muito mais pertinente para o futuro do curso do que adaptar-se a contingências. A ABRI estabelece as diretrizes do núcleo duro do curso, que é composto pelas disciplinas mais consagradas nas RI, dando sustentação para a diferenciação do profissional. As RI não podem ser mais o lugar onde se sabe um pouco de tudo, mas nada de maneira sólida e consistente. Diante de sua inerente interdisciplinaridade, as Relações Internacionais concentram em si, muito mais do que qualquer outra área do conhecimento, a capacidade de recuperar cientistas sociais que pensam a totalidade.

Levando ao limite este raciocínio, poderíamos inclusive nos perguntar para além do debate já existente: o que é *de fato* a Economia Política Internacional? Ou, em outros termos, por que a necessidade de considerar *internacional* a Economia Política? Como dizer que Antonio Serra, Petty, Smith, Ricardo e outros autores que não foram contemplados por nossa Proposta não são autores que versaram sobre a Economia Política Internacional? A Economia Política, em si, é a ciência social sobre a qual deveríamos nos debruçar mais atentamente. Ela é a ciência que faz com que pensemos a partir da nação em direção ao mundo, procurando compreender que impactos podemos sofrer mediante o cenário externo. Pensar a Economia Política consiste, sobretudo, num exercício de enfrentamento ao cosmopolitismo ingênuo que acomete parte significativa dos cientistas sociais no Brasil. Como apontou Andre Gunder Frank⁹⁵, é a hora de recuperar o debate sobre a *Economia Política*, que ficou reduzido, atualmente, ao debate sobre *Política Econômica*.

Dentro desta disputa teórica por mais consistência nos núcleos duros de ensino das RI, a oferta de disciplinas de Economia Política Internacional ainda no início do curso de graduação é fundamental. Somente desta maneira, a EPI não será apenas um apêndice das cadeiras de Teoria das Relações Internacionais, mas apresentará ao graduando uma perspectiva original e consistente de interpretação dos fenômenos das RI, com a virtude de estar o mais próximo possível de sua realidade. Mais do que rivalizar, a EPI e a Teoria das RI precisam ter complementaridade, o que hoje não se verifica. O resgate da ciência social holística é ainda mais urgente diante do prelúdio de desafios que enfrentaremos nos próximos anos num país dependente que deixou passar, uma vez mais, as escassas janelas de oportunidades que emergem das contradições do sistema em que vivemos.

Em termos de pesquisa, investigar, produzir materiais e publicar cada vez mais em revistas científicas que fomentem o debate teórico. E por fim, em nível de extensão, realizar esforços no sentido de disseminar, cada vez mais, inclusive mais por meios eletrônicos que físicos, sem que o primeiro tenha a pretensão de limitar o segundo, as publicações e pesquisas clássicas do pensamento social latino-americano.

No campo da Economia Política Internacional, é possível perceber que há sinais de mudança. No centro do sistema, a crise de 2007-2008 fez com que o estudo do campo

⁹⁵ FRANK, Andre Gunder. **Subdesarrollo o revolución**. Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

perdesse o estigma negativo que carregava entre os autores da Economia e da Ciência Política. Hoje em dia, tornou-se mais aceitável trabalhar o tema, como se pode perceber por meio dos artigos e textos dos principais expoentes da área. Estes autores têm mais trânsito e gozam de mais prestígio que em outros tempos.

Por sua vez, na periferia do sistema e especificamente no Brasil, percebe-se que os tempos de crise, necessariamente, empurrarão os analistas à compreensão do que aconteceu conosco nos anos recentes. Logicamente, como é normal na periferia, o maior prestígio continuará sendo dado aos lacaios do sistema, aqueles que gozam de bom trânsito tanto na academia quanto fora dela precisamente por usarem de sua autoridade para atuar contra o interesse da maioria da população. Ainda assim, é possível acreditar que um novo horizonte se abre para o estudo da Economia Política Internacional, compreendendo que a ênfase na América Latina não é questão de opinião, mas de necessidade. Neste caso, é importante recordar a advertência de Ouriques (2014):

Não é fácil escapar do cativeiro universitário. A dominação tem lá sua eficácia e utiliza tanto os mecanismos de cooptação e/ou intimidação. (...) ‘Até mesmo os hereges permanecem limitados pelo pensamento tradicional na formulação de suas heresias’. (...) É preciso levar a sério a advertência de Marx, para quem ‘as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época; ou a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante’. (...) O colonialismo deixa marcas difíceis de eliminar. (OURIQUES, 2014, p.89;101)

Da maneira em que se encontram, as Relações Internacionais na atualidade apontam na direção da crônica “falta de identidade” de que padecem os cursos no Brasil. Só há uma identidade para as relações internacionais brasileiras; e ela é latino-americana.

REFERÊNCIAS

AMIN, Samir. **Como Funciona el Capitalismo?** El Intercambio Desigual y la Ley del Valor. Buenos Aires: Siglo XXI, 1985.

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente Latino-Americano.** Florianópolis: Insular, 2012.

BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARASUOL, Fernanda. **Teorias de Relações Internacionais no Brasil: tendências e desafios no ensino e na pesquisa.** Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/70027>. Acesso em: 30 mai 2015.

BENAKOUCHE, Rabah. **A Dívida dos Países Ricos.** São Paulo: Xamá, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1974.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. **As Regras da Arte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BROOME, Andrew. **Issues and Actors.** Palgrave Macmillan. 2014.

CAPUTO, Orlando. *A economia mundial e a América Latina no início do século XXI.* In: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (org). **A América Latina e os Desafios da Globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini.** São Paulo: Boitempo, 2009. Parte II, Cap. 4: p.135-163.

_____. **Crítica a la Interpretación Financiera de la Crisis.** Disponível em: <<http://www.rebellion.org/docs/114318.pdf>>

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2003.

CHARTIER, Roger. **Os Desafios da Escrita.** São Paulo: Ed. da Unesp, 2002.

COELHO, Jaime Cesar. **Economia, Poder e Influência Externa: o Banco Mundial e os anos de ajuste na América Latina.** São Paulo: Editora da Unesp, 2014

COX, Robert. *Ideologies and the New International Economic Order: reflections on some recent literature.* In: **International Organization**, Vol. 33, No. 2 (Spring, 1979), pp. 257-302.

COHEN, Benjamin J. **International Political Economy: An Intellectual History.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008

_____, BENNEY, Thabita M. *What does the international currency system really look like?* In: **Review of International Political Economy.** (2014), vol. 21, n. 5, p. 1017-1041.

_____. *Are IPE Journals Becoming Boring?* **International Studies Quarterly.** Volume 54, Issue 3, pages 887–891, September 2010.

DOS SANTOS, Theotônio. **Revolução Científico-Técnica e a Acumulação de Capital.** Petrópolis: Vozes, 1987.

EICHENGREEN, Barry. *Pathways to Renminbi Internationalization.* In: **Internationalisation of the Renminbi:** Pathways, implications and opportunities. Research Report. Sydney: Centre For International Finance and Regulation, March 2014.

EMMANUEL, Arghiri. **Unequal Exchange.** New York: Monthly Review Press, 1972

FEIJÓO, José Valenzuela. **Estados Unidos: una crisis de orden estructural.** Disponível em: <<http://www.iela.cse.ufsc.br/uploads/uploadsFCkEditor/File/valenzuela.pdf>>

FILHO, Niemeyer Almeida (Org). **Desenvolvimento e Dependência: cátedra Ruy Mauro Marini.** Brasília, IPEA, 2013.

FOSTER, John Bellamy. **The endless crisis: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China.** New York: Monthly Review Press, 2012.

FRANK, Andre Gunder. **Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento.** São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Lumpen-burguesia:** lumpen-desenvolvimento. Porto: Portocalense Editora, 1971.

_____. **Subdesarrollo o revolución.** Ciudad de México: Ediciones Era, 1973.

FRIEDEN, Jeffrey A., and LAKE, David. **International Political Economy:** Perspectives on Global Power and Wealth. 4th ed. Bedford, 2000.

GALLAGHER, Kevin P., IRWIN, Amos, KOLESKI, Katherine. *The New Banks in Town: Chinese finance in Latin-America.* In: **Inter-American Dialogue 30 years Report:** shaping policy debate for action. Washington DC, March 2012.

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: Editora da UnB, 2002.

_____. *Three Models of the Future.* In: **World Politics and International Economics**, ed.C. Fred Bergsten and Lawrence B. Krause, 37–60. Washington, DC: Brookings Institution. 1975.

_____. **U.S. Power and the Multinational Corporation.** New York: Basic Books. 1975b.

_____. **War and Change in World Politics.** New York: Cambridge University Press. 1981.

_____. **The Political Economy of International Relations.** Princeton, NJ: Princeton University Press. 1987.

_____. **Global Political Economy:** Understanding the International Economic Order. Princeton, NJ: Princeton University Press. 2001.

HAMILTON, Alexander. **Relatório sobre as manufaturas.** São Paulo: Sociedade Ibero-americana, 1995.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBSON, John. **Estudio del Imperialismo**. Madrid: Capitain Swing Libros, 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS – INEP. **Censo da Educação Superior 2012**. Disponível em: http://sistemascensosuperior.inep.gov.br/censosuperior_2012/ Acesso em: 25 jun 2015.

KEOHANE, Robert O. *The Old IPE and the New*. **Review of International Political Economy** 16:1 Fev, 2009

_____; Nye Jr., Joseph. Globalization: What's New? What's Not? (And So What?). **Foreign Policy**, No. 118 (Spring, 2000), p. 104-119

_____, _____, eds. 1972. **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge, MA: Harvard University Press. . 1975.

_____. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. Boston: Little, Brown. 1977.

_____. *Power and Interdependence Revisited*. In: **International Organization** 41, no. 4 (Autumn): 1987.

KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue. **A ditadura da dívida: causas e consequências da dívida latino-americana**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

LAKE, David A. **Power in the Global Information Age: From Realism to Globalization**. New York: Routledge. 2004.

_____. *Leadership, Hegemony, and the International Economy: Naked Emperor or Tattered Monarch with Potential?* **International Studies Quarterly**, Vol. 37, No. 4, pp. 459-489. Dec., 1993

_____. *Open economy politics: A critical review*. **International Organization**. May, 2009.

LANDER, Edgardo. *Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêtricos*. In: LANDER, Edgardo. **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/index.htm>>

LIST, Georg Friedrich. **Sistema Nacional de Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1982. Cap. XI, XII e XIII: p. 87-114.

LUCE, Mathias. *A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil: evidências da história recente*. In: FILHO, Niemeyer, Almeida. (org). **Desenvolvimento e Dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de Capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MALINIAK, Daniel; TIERNEY, Michael J. *The American school of IPE*. **Review of International Political Economy** 16:1 Fev. 6–33. 2009.

_____. *International Political Economy: A Maturing Interdiscipline*. Em: **Oxford Handbook of Political Economy**, ed. Barry R. Weingast and Donald A. Wittman, 757–77. New York: Oxford University Press. 2006.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

_____. **A dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 3, Volume 4, Parte Terceira. Cap. XIII ao XIV: p. 277-316

_____. **Sobre a Questão do Livre-Câmbio**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1848/01/07.htm>>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instituições de Ensino Superior**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> Acesso em: 07 jul 2015.

MIROW, Kurt Rudolf. **A Ditadura dos Cartéis**: anatomia de um subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

OATLEY, Thomas H. **International Political Economy**. 5th ed. Pearson Education, 2012.

OLMOS, Alejandro. **La deuda odiosa**: el valor de una doctrina jurídica como instrumento de solución política. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2005. Cap. VII: p. 89-93; Cap IX: p. 103-112

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OSORIO, Jaime. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

_____. **Nuevo patrón Exportador de especialización productiva en América Latina**. Disponível em: <http://www.sep.org.br/revista/download?id=220>

_____. **América Latina en la Valorización Mundial del Capital**. Disponível em: http://revista.sep.org.br/index.php/SEP/article/view/137/pdf_3

OURIQUES, Nildo D. **O Colapso do Figurino Francês**. Florianópolis: Insular, 2014.

PINTO, Álvaro Vieira. **A Sociologia dos Países Subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PETTY, William. **Tratado dos Impostos e Contribuições**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. VI: p. 67-73; Cap. XI: p. 89-91;

_____. **Verbum Sapienti**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. V: p. 123-124.

_____. **Aritmética Política**. *In*: Obras Econômicas. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Cap. I: p. 147-160; Cap. VI: 187-188.

_____. **The Political Anatomy of Ireland**. *In*: The Economic Writings of Sir William Petty. Volume I. London: Cornell University, 1899. Cap. XI: p. 188-198.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PREBISCH, Raúl. **O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.

RICARDO, David. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

SALAMA, Pierre. *A Abertura Revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio: atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta*. In: MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrian Sotelo (org). **A América Latina e os Desafios da Globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. São Paulo: Boitempo, 2009.

SERRA, Antonio. **Breve tratado das causas que podem fazer os reinos desprovidos de minas ter abundância de ouro e prata**. Curitiba: Segesta, 2002.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para el uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana CA, 2009.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

STRANGE, Susan. **States and Markets**. London: Continuum, 2nd ed, 1994.

_____. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect. **International Affairs** 46, no. 2 (April): 1970.

_____. **Sterling and British Policy**: A Political Study of an International Currency in Decline. London: Oxford University Press. 1971.

VESETH, Michael. **What is IPE?** Disponível em: <<http://www2.ups.edu/ipe/whatis.pdf>>. 2009

ANEXOS

1. Programa de EPI da London School of Economics



**UNIVERSITY
OF LONDON** | INTERNATIONAL
PROGRAMMES

International political economy

R. Falkner

IR3026, 2790026

2011

Undergraduate study in
**Economics, Management,
Finance and the Social Sciences**

This is an extract from a subject guide for an undergraduate course offered as part of the University of London International Programmes in Economics, Management, Finance and the Social Sciences. Materials for these programmes are developed by academics at the London School of Economics and Political Science (LSE).

For more information, see: www.londoninternational.ac.uk



THE LONDON SCHOOL
OF ECONOMICS AND
POLITICAL SCIENCE ■

Contents

Introduction	1
Aims	1
Learning outcomes	1
The structure of this guide	2
How to use this guide.....	3
Reading advice.....	3
Essential reading	3
Recommended reading	4
Further reading.....	4
Online study resources.....	4
The examination.....	6
Glossary.....	6
Chapter 1: Globalisation in international political economy	9
Aims	9
Learning outcomes	9
Essential reading	9
Recommended reading.....	9
Further reading	9
Website.....	10
Introduction: the economic factor in international relations.....	10
The concept of globalisation	11
How new is globalisation?.....	13
Globalisation and its discontents.....	14
A reminder of your learning outcomes.....	16
Sample examination questions.....	16
Part I: Theories of international political economy	17
Chapter 2: Mercantilism and economic nationalism	19
Aims	19
Learning outcomes	19
Essential reading	19
Recommended reading.....	19
Further reading	20
Introduction	20
Early forms of mercantilism.....	20
Nineteenth-century mercantilism: Hamilton and List.....	22
A reminder of your learning outcomes.....	25
Sample examination questions.....	26
Chapter 3: Classical liberalism and neo-liberalism	27
Aims	27
Learning outcomes	27
Essential reading.....	27
Recommended reading.....	27
Further reading	27
Introduction	28

26 International political economy

Classical liberalism	28
Free trade liberalism	29
Twentieth-century liberal theory	31
The concept of interdependence	31
The rise of international institutions and regimes	32
A reminder of your learning outcomes	33
Sample examination questions	33
Chapter 4: Imperialism, dependency and neo-Marxism	35
Aims	35
Learning outcomes	35
Essential reading	35
Recommended reading	35
Further reading	35
Introduction	36
Karl Marx and Marxism	36
Lenin and the theory of imperialism	37
Dependency theory and underdevelopment	39
Contemporary neo-Marxist theory	40
A reminder of your learning outcomes	41
Sample examination questions	42
Part II: Structures, issues and actors	43
Chapter 5: The international trade system	45
Aims	45
Learning outcomes	45
Essential reading	45
Recommended reading	45
Further reading	45
Websites	46
Introduction	46
Theories of trade	46
The creation of the GATT	48
Trade liberalisation under the GATT and the rise of the 'new protectionism'	49
From the creation of the WTO to the Doha Round	51
A reminder of your learning outcomes	53
Sample examination questions	53
Chapter 6: The global financial and monetary order	55
Aims	55
Learning outcomes	55
Essential reading	55
Recommended reading	55
Further reading	55
Websites	56
Introduction	56
The rise and decline of the Bretton Woods system	57
Global monetary order after Bretton Woods	59
The IMF and international debt crises	60
Managing financial crises: the 1997 Asian crisis and the 2008 global crisis	61
A reminder of your learning outcomes	63
Sample examination questions	63

Chapter 7: Economic development	65
Aims	65
Learning outcomes	65
Essential reading	65
Recommended reading	65
Further reading	65
Websites	66
Introduction	66
Poverty and inequality: key indicators	67
Evolution of development thinking	68
The Washington Consensus and beyond	69
The developmental debate today	70
The World Bank and international aid	71
A reminder of your learning outcomes	72
Sample examination questions	72
Chapter 8: Multinational corporations	73
Aims	73
Learning outcomes	73
Essential reading	73
Recommended reading	73
Further reading	73
Websites	74
Introduction	74
Multinational production and foreign investment in a global economy	75
The rise of the global firm	75
Power shift? State–firms relations in flux	77
Governing global firms: national and international rules	78
Case study: the Multilateral Agreement on Investment	79
A reminder of your learning outcomes	80
Sample examination questions	80
Chapter 9: Environmental protection	81
Aims	81
Learning outcomes	81
Essential reading	81
Recommended reading	81
Further reading	81
Websites	82
Introduction	82
Differing perspectives on environmentalism	83
Early history of international environmental politics	84
From the 1992 Rio ‘Earth Summit’ to the 2002 Johannesburg Summit and beyond	85
The concept of sustainable development	86
The challenge of climate change	87
A reminder of your learning outcomes	88
Sample examination questions	89
Chapter 10: Regionalism in a global economy	91
Aims	91
Learning outcomes	91
Essential reading	91
Recommended reading	91

26 International political economy

Further reading	91
Websites	92
Introduction	92
Explaining regionalism.....	93
The European Union	94
Regionalism in the Americas and Asia	95
Regional trade agreements and the WTO: conflict or compatibility?	96
A reminder of your learning outcomes.....	97
Sample examination questions.....	97
Chapter 11: Conclusion: the political economy of international relations	99
Introduction	99
Appendix 1: Sample examination paper	103
Advice on answering examination questions	104
Appendix 2: Full reading and resource list.....	105
Essential reading	105
Recommended reading	105
Further reading.....	106

Introduction

This subject is concerned with the interface between international economics and international politics. When researching international affairs, economists usually focus on the international economy, while international relations scholars tend to concentrate on matters political. In recent decades, however, a new focus has arisen in both these disciplines – and among their practitioners – on the many ways in which politics and economics are interlinked. Indeed, the study of international political economy is predicated on the assumption that in order to understand patterns of interaction and change at the global level, we need to look at both international politics and economics in an integrated manner.

This subject guide provides an introduction to international political economy. To be sure, the emphasis is on the politics of international economic relations. You can expect to deal with economic issues of trade, finance, production, environment and development, but not from the perspective of economic theory. Instead, you will engage with the International Relations concepts, ideas and literatures on the economic relations among states, and between states and non-state actors (such as firms, societal groups and international organisations). The focus will therefore be on the political problems that arise as a consequence of the increasing density of international economic relations. Knowledge of economics is an advantage but no requirement.

If taken as part of a BSc degree, courses which must be passed before this course may be attempted are **02 Introduction to economics** or **11 Introduction to International relations**.

Aims

The aim of this course is to promote understanding of:

- the interaction between politics and economics in international relations
- the sources of change in international political economy
- the challenges faced by states in an era of global economic integration and fragmentation.

Learning outcomes

At the end of this course, and having completed the Essential reading and activities, you should be able to:

- demonstrate an understanding of the processes of global integration and fragmentation in international politics and economics
- show what the sources are of continuity and change in international political economy
- demonstrate an appreciation of the history of thought in international political economy
- distinguish between, and critically evaluate, different theoretical approaches to international political economy

- explain the different roles of states, international organisations and non-state actors in the politics of international economic relations
- show an understanding of the economic challenges facing states in their foreign policy.

The structure of this guide

This subject guide consists of ten chapters and a concluding chapter providing a summary perspective on the issues covered. Chapter 1 introduces the concept of globalisation: the subsequent chapters are grouped in two blocs, with the first covering theoretical perspectives and the second the substantive issue areas in international political economy:

1. Globalisation in international political economy

Part 1: Theories of international political economy

2. Mercantilism and economic nationalism
3. Classical liberalism and neo-liberalism
4. Imperialism, dependency and neo-Marxism

Part 2: Structures, issues and actors

5. The international trade system
6. The global financial and monetary order
7. Economic development
8. Multinational corporations
9. Environmental protection
10. Regionalism in a global economy
11. Conclusion: The political economy of international relations

By way of introduction, Chapter 1 considers the economic factor in international relations. It introduces the concept of globalisation, that is the ongoing process of global economic, political and social integration.

Part 1 introduces the three classical approaches to the study of international economic relations: mercantilism, which emphasises the primacy of politics over economics and sees the state as playing a central role in guiding economic activity; liberalism, which advocates a reduced role of the state in the economy and the free operation of the market mechanism; and Marxism, which provides a radical alternative perspective based on a materialist understanding of history – where economic forces are seen as the cause of historical evolution – and a fundamental critique of global capitalism.

Part 2 looks at the main issues and policy areas in international political economy: international trade and the evolution of the multilateral trade order of the GATT and WTO; international finance, international monetary order and the IMF; developmental policy and the role of the World Bank and international aid; the internationalisation of production and the rise of the multinational corporation; the global ecological crisis and efforts to create a system of global environmental governance; and the trend towards regionalisation in international political economy. The concluding chapter sums up the key themes and issues covered in this subject guide.

2. Diretrizes curriculares da ABRI para os cursos de graduação em Relações Internacionais

MINUTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea "c", da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES nºs 776/97 e 583/2001, bem como considerando o que consta dos Pareceres CNE/CES nºs 67/2003; 134/2003, 210/2004 e 23/2005, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 2/6/2003, 9/9/2003, 24/9/2004 e 3/6/2005, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Relações Internacionais, bacharelado, a serem observadas pelas Instituições de Educação Superior em sua organização curricular.

Art. 2º A organização do curso de que trata esta Resolução se expressa por meio do seu Projeto Pedagógico.

§ 1º O Projeto Pedagógico do curso, além da clara concepção do curso de graduação em Relações Internacionais, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação a sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação, vertente, ênfase ou característica central do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e carga horária mínima para integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa, como relevante prolongamento da atividade de

ensino e como instrumento para a iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares, com incentivo à extensão como relevante prolongamento da atividade de ensino; e,

XI - regulamentação de trabalho de conclusão de curso.

§ 2º Cada Curso pode seguir vertente própria ou linha de formação específica de egressos a partir de áreas pré-definidas e contempladas com disciplinas específicas no seu Projeto Pedagógico.

I - As linhas de formação específica não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo constar apenas no Projeto Pedagógico como vocação, ênfase, característica central ou direcionamento geral da área de formação que cada Curso de Relações Internacionais opta por fornecer aos seus estudantes.

Art. 3º Relações Internacionais é um curso em nível de graduação (bacharelado) cujo objetivo fundamental é, em princípio, formar profissionais que possam exercer atividades com interface internacional e criem oportunidade na esfera das relações entre Estados, empresas, organizações intergovernamentais, organizações não-governamentais, entre outras instituições.

Art. 4º O Curso de Graduação em Relações Internacionais deve possibilitar a formação de egresso que revele, pelo menos, as seguintes competências e habilidades relacionadas a concepção, gerenciamento, gestão e organização de atividades com interface internacional:

I - Formação geral e humanística que possibilite a compreensão das questões internacionais no seu contexto político, econômico, histórico, geográfico, estratégico, jurídico, cultural e social;

II - Base cultural ampla que forneça recursos para uma compreensão adequada de temas internacionais;

III - Postura crítica com relação a argumentos, evidências, discursos e interpretações com relação tanto a eventos e processos internacionais quanto a abordagens, teorias e perspectivas em Relações Internacionais;

IV - Postura proativa na busca de conhecimentos;

V - Domínio das habilidades relativas à efetiva comunicação e expressão oral e escrita em língua portuguesa;

VI - Conhecimento ou habilidade de comunicação em língua estrangeira, em especial em língua inglesa;

VII - Capacidade de pesquisa, análise, avaliação e formulação de cenários para atuação na esfera internacional;

VIII - Capacidade de tomada de decisões; planejamento, condução, análise e avaliação de negociações, e de resolução de problemas numa realidade diversificada e em constante transformação;

IX – Capacidade de formular, negociar e executar projetos de cooperação internacional e de captação de recursos externos.

Art. 5º Os cursos de graduação em Relações Internacionais deverão contemplar, em seus projetos pedagógicos e em sua organização curricular, conteúdos afeitos à realidade nacional e internacional, tendo como referencial fundamental as áreas que se seguem:

I - Conteúdos de Teoria das Relações Internacionais, Epistemologia e Metodologia: a teoria estrutura o campo de conhecimento de Relações Internacionais e a formação do aluno durante a sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, ela integra a estrutura curricular da graduação em Relações Internacionais garantindo a demarcação de seu objeto de estudo, fornecendo ao aluno os instrumentos analíticos, críticos e interpretativos necessários à sua atuação profissional. Para tal, o ensino das teorias deve: respeitar a pluralidade e a diversidade do campo de conhecimento em Relações Internacionais e promover o diálogo com outros campos de conhecimento correlatos ou afins; atentar para a complexidade contemporânea dos fenômenos internacionais; atender a trajetória de constituição do campo de conhecimento, seus avanços recentes; e desenvolver as competências de análise e interpretação de informações por parte dos alunos, bem como de formulação de sínteses para subsidiar a tomada de decisão e as ações na arena internacional. Portanto, os projetos pedagógicos da graduação devem contemplar em sua grade curricular as teorias gerais em Relações Internacionais ao longo da formação do aluno, bem como as teorias parciais referentes a aspectos e domínios específicos do ambiente internacional. Ademais, a formação teórica deve-se fazer acompanhar: da discussão epistemológica sobre a atividade científica, suas especificidades, utilidade, limitações e relacionamento com outras formas de conhecimento; e do ensino de metodologia científica que forneça instrumentos e recursos para o estudo teoricamente informado dos fenômenos internacionais — incluindo, necessariamente, como conceber e operacionalizar pesquisas tanto as com base em abordagens qualitativas, enfatizando-se o estudo de caso, o método comparado e o método histórico, quanto as com base em métodos quantitativos;

II - Conteúdos de Instituições Internacionais: A discussão sobre em que medida os comportamentos dos atores internacionais, seus interesses e mesmo suas identidades são moldados ou constituídos a partir de instituições internacionais como organizações, regimes, e até mesmo normas e valores compartilhados é parte importante do debate contemporâneo em Relações Internacionais. Embora, sob diversos aspectos, instituições internacionais sejam examinadas em Teoria de Relações Internacionais e em outras disciplinas, trata-se aqui de discutir os elementos constitutivos da sociedade internacional, particularmente regimes internacionais e organizações internacionais, tendo foco tanto em problemas mais gerais ou globais quanto sob o prisma de recortes regionais ou temáticos (segurança, comércio, finanças, direitos humanos, meio ambiente etc.). Assim, cabe destacar como conteúdo das disciplinas de Instituições Internacionais: como processos de negociação e decisão em âmbito internacional são moldados e conformados por determinados contextos institucionais; e como atores internacionais, estatais e não-estatais, conformam suas políticas e/ou suas ações a partir do ambiente político constituído por determinadas instituições internacionais. Dada a evidente interface com a pesquisa feita em outros campos do conhecimento, é importante que o estudo de Instituições Internacionais nos cursos de Relações Internacionais explore o que outros campos do conhecimento têm a dizer sobre o tema; ademais, é mister identificar o que a pesquisa sobre Instituições Internacionais feita no âmbito das Relações Internacionais revela, ilumina, traz para a pesquisa sobre instituições em geral, e contribui para outros campos do conhecimento. Por fim, considerando que os impactos potenciais de instituições internacionais sobre a política internacional têm consequências éticas e políticas, tais consequências devem também ser objeto de discussão nos cursos de graduação em Relações Internacionais;

III - Conteúdos Política Externa: No que concerne a Política Externa, recomenda-se que a discussão acerca da Política Externa Brasileira (PEB) seja diferenciada da abordagem da Análise de Política Externa (APE). A Análise de Política Externa (APE) deve ser pensada como a subárea das Relações Internacionais que, em estreito diálogo com a Ciência Política e com as demais ciências sociais e humanas, entende a política externa como produto de ação governamental. A APE busca valorizar, na sua busca de compreensão do

processo de produção da política externa, a interação entre os três níveis de análise (sistema internacional, Estado e indivíduos), destacando a relevância dos conflitos intra-burocráticos, da interação do Executivo com os demais poderes e da interação do Estado e de seus agentes com os atores da sociedade civil. Por sua vez, as disciplinas de PEB têm por foco o estudo e discussão: dos contornos gerais da política externa brasileira tanto com relação a atores específicos (por exemplo, outros Estados, organizações internacionais, regiões) quanto com relação a regimes e/ou temas específicos (por exemplo, direitos humanos, não-proliferação nuclear, meio ambiente, comércio internacional); e dos processos pelos quais se tomam decisões em política externa no Brasil. Por sua vez, o percurso histórico de decisões e características da política externa brasileira pode ser tratado nas disciplinas de PEB ou nas de História das Relações Internacionais do Brasil, conforme o projeto pedagógico de cada curso, devendo-se garantir que tais questões sejam efetivamente estudadas e discutidas. Reconhecendo que PEB e APE não são sinônimos, a despeito de suas amplas zonas de interseção, recomenda-se que os cursos de graduação em Relações Internacionais do País ofereçam, pelo menos, uma disciplina de PEB e uma de APE.

IV – Conteúdos de História das Relações Internacionais e História das Relações Internacionais do Brasil: Para o ensino de História das Relações Internacionais, recomenda-se: a apresentação crítica da construção, evolução e funcionamento do sistema internacional; que se busque superar o eurocentrismo da historiografia tradicional, contemplando o debate sobre as distintas correntes da historiografia, ressaltando suas especificidades e evolução; que se destaque a necessidade de crítica às fontes empregadas pelo analista das Relações Internacionais. Para o ensino de História das Relações Internacionais do Brasil, recomenda-se que, em estreita ligação com as disciplinas de Política Externa Brasileira, ressaltem-se: o estudo e a discussão da evolução da inserção internacional do Brasil, de 1822 aos dias atuais; a formação histórica do processo de decisão em política externa brasileira, com destaque para sua institucionalização e a de seus principais atores; e o estudo e a discussão da própria historiografia das relações internacionais do Brasil. Recomenda-se pelo menos uma disciplina de História das Relações Internacionais e uma de História das Relações Internacionais do Brasil;

V – Conteúdos de Economia Política Internacional: A Economia Política Internacional (EPI) tem como objetivo compreender as relações entre Estado, Sociedade e Mercado nas suas diferentes dimensões. Nesse sentido, a EPI integra a estrutura curricular da graduação em Relações Internacionais, fornecendo ao estudante uma compreensão ampla e complexa do papel das interações políticas, sociais e econômicas no estabelecimento e transformação das estruturas do sistema internacional. Para esse objetivo, os projetos pedagógicos da graduação devem contemplar: a) formação teórica que forneça instrumentos e recursos para a compreensão do sistema político, econômico e dos atores globais; b) conhecimentos sobre comércio e finanças internacionais; c) estudo e discussão das relações monetárias, financeiras, comerciais e de investimentos contemporâneas, em perspectiva histórica; d) o estudo e a discussão das instituições de governança da economia global; e) questões relativas à globalização e desenvolvimento. O ensino da EPI deve: respeitar a pluralidade e diversidade do campo de conhecimento em Relações Internacionais; promover o diálogo com outros campos de conhecimento correlatos ou afins; e atentar para a complexidade contemporânea dos fenômenos internacionais e desenvolver as competências de análise e interpretação de informações por parte dos alunos. Recomenda-se que os cursos de bacharelado em Relações Internacionais tenham pelo menos uma disciplina de Economia Política Internacional, para além de disciplinas de Comércio e Finanças Internacionais. VI – Conteúdos de Segurança Internacional:

VI – Conteúdos de Segurança Internacional. Recomenda-se aqui a distinção entre, de um lado, as discussões mais gerais sobre Segurança Internacional e, de outro, as discussões relacionadas a Estudos Estratégicos e Política de Defesa. As disciplinas de Segurança Internacional devem incluir tanto questões mais tradicionais (por exemplo, a recorrência e os fatores condicionantes de disputas envolvendo o emprego da força; normas, regimes e instituições que regulam a constituição e o emprego da força, inclusive no que concerne a armamentos nucleares, como o tabu nuclear ou as diversas disposições referentes à proliferação de armamentos nucleares; as discussões de alianças, de segurança coletiva e de comunidades de segurança) quanto mais recentes (por exemplo, segurança humana; novos conceitos de segurança, abrangendo noções como segurança ambiental; a discussão sobre processos de securitização; a discussão sobre novos atores na segurança internacional). As disciplinas de Estudos Estratégicos e Política de Defesa atendem, de um lado, à necessidade de prover os fundamentos básicos para o estudo e discussão de várias questões de Segurança Internacional e de Teoria das Relações Internacionais, e, de outro, à necessidade de ampliar e difundir, no

âmbito da sociedade brasileira, os conhecimentos necessários para a avaliação e a proposição de alternativas de decisões em política de defesa. Tais disciplinas devem introduzir e explorar o estudo e a discussão de questões como, a título de exemplo: o emprego da força e sua relação com os processos sociais e políticos específicos de cada sociedade e suas circunstâncias históricas; os fundamentos do emprego da força em terra, no ar e no mar, incluindo as dinâmicas de armas combinadas, logística e de comando, controle, comunicações e inteligência; armamentos nucleares e os processos de interação e de comando, controle, comunicações e inteligência a eles relacionados; a discussão das dinâmicas relacionadas ao emprego de agentes químicos e biológicos; terrorismo; processos de tomada de decisão em políticas de defesa. Recomenda-se que os cursos de bacharelado em Relações Internacionais tenham pelo menos uma disciplina de Segurança Internacional, e que conteúdos relacionados a Estudos Estratégicos e a Política de Defesa sejam contemplados no projeto pedagógico.

VII - Conteúdos de Formação Complementar: estudos ou atividades práticas opcionais, de caráter transversal e interdisciplinar, para o enriquecimento do perfil do formando;

VIII – Conteúdos da Linha de Formação Específica adotada no projeto pedagógico, conforme previsto no § 2º desta Resolução;

IX – Atividades Laboratoriais e Complementares próprias da atuação profissional do futuro bacharel, tais como: simulações de negociações, simulações históricas; exercícios de construção de cenários prospectivos; exercícios de análise de conjuntura; programas especiais de treinamentos tutoriais; empresas do tipo Júnior; grupos ou núcleos estruturados de pesquisa e estudos aplicados; dentre outros.

X - Estágio Supervisionado como componente obrigatório ou optativo da grade curricular, ressaltando-se o cumprimento, pelo estudante, de tarefas e atividades relacionadas ao perfil do egresso conforme previsto no projeto pedagógico.

Art. 6º A organização curricular do curso de graduação em Relações Internacionais estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular, de acordo com os regimes acadêmicos que as Instituições de Ensino Superior adotarem.

Artigo 7º Todos os Cursos de Relações Internacionais devem adequar-se a um tronco comum, a um currículo mínimo, de forma a que todos os bacharéis sejam versados em um número determinado de disciplinas, que formam o “Núcleo Estruturante” dos Cursos de Relações Internacionais, conforme se recomenda no Apêndice A desta Resolução.

Parágrafo único: Recomenda-se que os cursos incorporem conteúdos das áreas de ciências sociais, economia, ciência política, direito, geografia, estudos estratégicos, entre outras relevantes na formação dos egressos.

Artigo 8º Cada Curso poderá seguir sua linha de formação específica própria, a partir de áreas pré-definidas, estruturadas e claramente estabelecidas no seu Projeto Pedagógico. Tal linha de formação específica poderá levar em conta especificidades regionais, locais, institucionais, ou de outra ordem, e deve contemplar disciplinas específicas na grade curricular, dentre as quais, entre outras, pode-se citar, a título de exemplo: política internacional, negócios internacionais, comércio internacional, estudos de segurança internacional, cooperação internacional, estudos de países e regiões, economia internacional, direito internacional.

Parágrafo único: As disciplinas optativas podem ser escolhidas e criadas pelos cursos, de acordo com as respectivas linhas de formação específica.

Art. 9º. O Estágio Curricular Supervisionado deverá constar da grade curricular dos Cursos de Relações Internacionais, seja como componente curricular obrigatório, seja como optativo. Ademais, é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por meio das instâncias institucionais competentes, aprovar o correspondente regulamento, com suas modalidades de operacionalização.

Art. 10 As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, atividades culturais, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

§ 1º As Atividades Laboratoriais e Complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com Estágio Curricular Supervisionado. Cada instituição, por intermédio de suas instâncias institucionais competentes, deverá

aprovar o regulamento de Atividades Complementares, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 2º O percentual máximo de horas de Atividades Complementares e de Estágio Supervisionado em relação à carga horária integral do Curso deverá seguir regulamentação própria do Ministério da Educação.

Art. 11 O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular obrigatório e poderá ser desenvolvido nas modalidades de monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades centrados em áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, na forma disposta em regulamento próprio, aprovado pelas instâncias institucionais competentes, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 12. Os Cursos de Relações Internacionais deverão ter carga horária mínima de 3000 horas.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

APÊNDICE A: Núcleo Estruturante dos Cursos de Graduação em Relações Internacionais

QUADRO DE DISCIPLINAS DO “NÚCLEO ESTRUTURANTE”

01	<p>Introdução ao Estudo das Relações Internacionais (Fundamentos das Relações Internacionais ou disciplinas afins)</p> <p>As Relações Internacionais como campo de estudo acadêmico e científico: terminologia e conceitos básicos. Análise do caráter multidisciplinar das Relações Internacionais: diferentes vertentes, abordagens e conteúdos. Discussão de aspectos atinentes à vida profissional do bacharel em Relações Internacionais: atuação, formação, perfil e compromisso com a sociedade.</p>
02	<p>Metodologia Científica (Introdução à Ciência ou disciplinas afins)</p> <p>Investigação acerca do conhecimento, em particular da ciência. Métodos qualitativos de pesquisa: estudo de caso, método comparado e método histórico. Métodos quantitativos. Análise dos procedimentos técnicos e metodológicos de preparação, execução e apresentação da pesquisa científica. Estudo das formas de elaboração dos trabalhos acadêmicos, especialmente das normas técnicas neles utilizadas.</p>
03	<p>Teorias das Relações Internacionais</p> <p>Estudo das correntes teóricas clássicas e contemporâneas das Relações Internacionais em suas abordagens gerais e parciais.</p>
04	<p>Instituições Internacionais</p> <p>Introdução ao estudo das instituições. Instituições internacionais e sociedade internacional. Regimes, organizações e normas internacionais. Instituições internacionais e atores internacionais: interesses, identidades, comportamentos. Processos de constituição e de transformação das instituições internacionais. Implicações políticas de desenhos institucionais. Processos decisórios em organizações internacionais. Regimes internacionais específicos. Implicações éticas e normativas das instituições internacionais.</p>
05	<p>Análise de Política Externa</p> <p>Teorias de processo de decisão política e de análise de política externa. Interação entre dinâmicas domésticas (burocráticas, institucionais, sociais e individuais) e internacionais (estrutura e instituições internacionais globais e regionais) na produção de políticas externas. Agentes e organizações estatais e atores não-estatais na produção da política externa.</p>
06	<p>Política Externa Brasileira</p> <p>Aplicações teórico-metodológicas de análise da política externa à realidade internacional do Brasil contemporâneo. Análise do processo decisório da Política Exterior Brasileira: principais interlocutores, instrumentos, metas, diretrizes e instâncias decisórias. Reflexão sobre as linhas gerais da política exterior do Brasil: defesa, economia, política e temas sociais. Discussão dos principais temas da política exterior do Brasil no mundo contemporâneo: a participação brasileira nos foros multilaterais, as negociações comerciais, a integração regional e hemisférica.</p>
07	<p>História das Relações Internacionais</p> <p>Estudo da formação e evolução das relações interestatais, do sistema internacional e da sociedade internacional, por meio da identificação dos acontecimentos históricos relevantes para a conformação do</p>

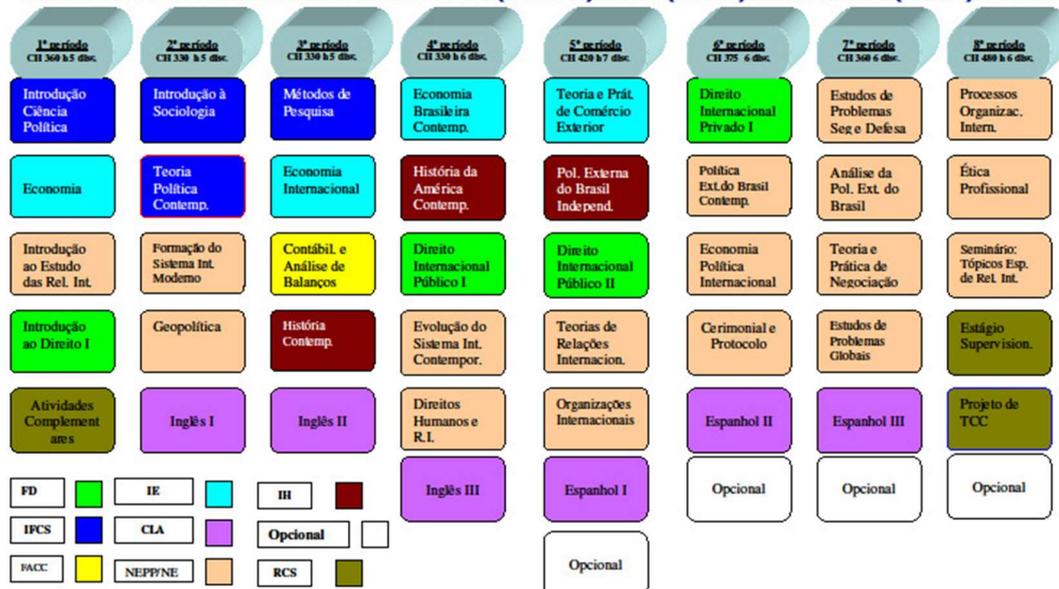
	<p>mundo contemporâneo, em uma perspectiva histórica e, simultaneamente, multidisciplinar. Análise da formação dos Estados modernos e de suas relações internacionais, da ordem de Viena às tendências do início do século XXI. Identificação das forças profundas, dos objetivos dos Estados nacionais e do jogo das forças em cada grande contexto histórico. Evolução histórica dos diversos subsistemas regionais. Processos de inclusão e de estabelecimento de prioridades de temas das agendas políticas globais e regionais.</p>
08	<p>História das Relações Internacionais do Brasil</p> <p>Análise da formulação e das principais realizações da política exterior do Brasil, ao longo da trajetória histórica do País, desde 1822 até os dias atuais, identificando mudanças e continuidades nela presentes. Estudo da formação da diplomacia brasileira no Império, da consolidação das diretrizes republicanas sob Rio Branco, da aproximação com os aportes do desenvolvimento socioeconômico, das dimensões americanista e universalista da política exterior brasileira, por meio dos vínculos entre a política exterior e as relações internacionais do Brasil. Estudo e discussão da historiografia brasileira das relações internacionais.</p>
09	<p>Economia Política Internacional</p> <p>Estudos de relações econômicas, comércio e finanças internacionais. Evolução do debate teórico no âmbito da Economia Política Internacional. Compreensão do sistema político e econômico global. Estudos das relações monetárias, financeiras, comerciais e de investimento, em perspectiva histórica. Estudo das instituições de governança da economia global. Ordem e crise na economia mundial e questões relativas à globalização e ao desenvolvimento.</p>
10	<p>Segurança Internacional e Estudos Estratégicos</p> <p>A recorrência e os fatores condicionantes de disputas envolvendo o emprego da força. Normas, regimes e instituições que regulam a constituição e o emprego da força. Dinâmicas das alianças. Segurança coletiva e comunidades de segurança. Conceitos de segurança e processos de securitização. Atores e agendas da segurança internacional. Conceitos fundamentais dos Estudos Estratégicos e dinâmicas de Política de Defesa.</p>
11	<p>Relações Internacionais Contemporâneas</p> <p>Análise e prognóstico do desenvolvimento das Relações Internacionais. Visão sistêmica dos principais fenômenos da cena internacional contemporânea. Breve estudo das particularidades do processo decisório das Relações Internacionais na Europa, América, Ásia e Oceania, Oriente Médio e África. Temas e agendas da política internacional contemporânea.</p>

3. Grade Curricular de RI da UFRJ



FLUXOGRAMA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CARGA HORÁRIA: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS (2.385 h.) + RCS (360 h.) + OPCIONAIS (240 h.) = 2.985 h.



4. Programa de EPI da UFRJ



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ



BACHARELADO EM
 RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL – 2015/1

Professor: Mauricio Metri
mmetri@terra.com.br

Ementa e Metodologia

O curso se propõe fazer uma identificação, debate e localização histórica dos grandes problemas - teóricos e práticos - que estão na origem e na atualidade da Economia Política Internacional (EPI). Para tanto, realiza uma incursão aos trabalhos e idéias de importantes autores de diferentes correntes teóricas, localizando as divergências e debatendo os paradigmas mais representativos para a pesquisa no campo da EPI.

Programa

1. O Campo Disciplinar da Economia Política Internacional
2. A Questão do Poder e da Riqueza formulada por *William Petty*
3. O Duplo Movimento de *Karl Polanyi*
4. A Dialética das Durações e o Contra-Mercado de *Fernand Braudel*
5. Os Territórios Econômicos de *Rudolph Hilferding*
6. A Perspectiva do Poder Global de *José Luis Fiori*
7. O Sistema Mundo de *Emmanuel Wallerstein*
8. Os Ciclos Sistêmicos de Acumulação de *Giovanni Arrighi*
9. A Teoria dos Regimes Internacionais de *Joseph Nye* e *Robert Keohane*
10. A Teoria da Estabilidade Hegemônica de *Robert Gilpin* e *Charles Kindleberger*
11. Poderes Estrutural e Relacional de *Susan Strange*
12. O Debate da Moeda Internacional na Economia Política Internacional

Bibliografia (Básica e Complementar)

Ponto 1

- FIORI, J. L., Economia Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais. Transcrição da Palestra de Abertura, Semana de Economia Política Internacional, Centro Acadêmico Guimarães Rosa, RI-USP, 08 de março de 2008. (pdf)
- COHEN, B. J., International Political Economy: an intellectual history, Princeton University Press, New Jersey, 2008. (introdução)
- GILPIN, R. (1987), The Political Economy of International Relations, Princeton University Press, Nova Jersey, 1987. (cap. 01)

Ponto 2

- PETTY, W. (1690), Aritmética Política, Nova Cultura, São Paulo, 1996. (cap 1).

Ponto 3

- POLANYI, K. (1944), A Grande Transformação, Editora Campus, Rio de Janeiro, 1980. (cap. 1, 2, 4, 6, 11 e 21)
- FIORI, J. L. (1999), Estados, Moedas e Desenvolvimento, in: Fiori, J. L. (org), Estados e Moedas no desenvolvimento das nações, Editora Vozes, 1999. (p. 49-85)

Ponto 4

- BRAUDEL, F. Civilização Material, Economia e Capitalismo, vol. 2, Martins Fontes, São Paulo, 2005. (353-382).
- BRAUDEL, F. A Dinâmica do Capitalismo, Rocco, Rio de Janeiro, 1987.
- BARROS, José D'Assunção. Teorias da História, Vol. V: A Escola dos Annales. Petrópolis: Vozes, 2011. (p. 152-182).

CECÍLIO, M. B., Fernand Braudel no Mundo Contemporâneo e a Acumulação Acelerada de Riquezas, Dissertação de Mestrado, PEPI-IE-UFRJ, 2012. (cap. 2)

Ponto 5

HILFERDING, R. (1910), O capital financeiro, Nova Cultura, São Paulo, 1985. Coleção Os Economistas. (Cap. 22).

METRI, M. (2010), Controvérsia sobre o capital financeiro, Textos Didáticos, 2010. (pdf)

Ponto 6

FIORI, J. L. da C. (2007), O Poder Global e a Nova Geopolítica das Nações, Boitempo, Petrópolis, 2007. (Prefácio)

FIORI, J. L. da C. (2014), História, Estratégia e Desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. Boitempo, Petrópolis, 2014. (Prefácio)

Ponto 7

WALLERSTEIN, I. The Modern World System, Academic Press, London, 1974. (cap. 7).

GILPIN, R. (1987), The Political Economy of International Relations, Princeton University Press, Nova Jersey, 1987. (cap. 2 e 3).

Ponto 8

ARRIGHI, G. (1994), O Longo Século XX, Contraponto, Rio de Janeiro, 1996. (Introdução, p. 1-26; e Secção "Recapitulação e Prévia", p. 218-245).

METRI, M. (2010), Controvérsia sobre o capital financeiro, Textos Didáticos, 2010. (pdf)

Ponto 9

KEOHANE, R. (1984), After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy, Cambridge University Press.

COHEN, B. J. (2008), International Political Economy: an intellectual history, Princeton University Press, New Jersey, 2008. (cap 1)

GILPIN, R. (1987), The Political Economy of International Relations, Princeton University Press, Nova Jersey, 1987. (cap. 2 e 3).

Ponto 10

KINDLEBERGER, C. (1972), The World in Depression 1929-1939, University of California Press, Berkeley, 1972.

COHEN, B. J. (2008), International Political Economy: an intellectual history, Princeton University Press, New Jersey, 2008. (cap. 3)

GILPIN, R. (1987), The Political Economy of International Relations, Princeton University Press, Nova Jersey, 1987. (cap 2 e 3).

Ponto 11

STRANGE, S. States and Markets. Pinter Publishers, London, 1986.

COHEN, B. J. International Political Economy: an intellectual history, Princeton University Press, New Jersey, 2008. (cap 2)

Ponto 12

HELLEINER, E. & KIRSHNER, J. (Ed.). The future of the dollar. Ithaca and London: Cornell University Press, 2009. (cap 1)

TAVARES, M. C. (1985), A retomada da hegemonia norte-americana, in: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (org.) Poder e Dinheiro, Ed. Vozes, Petrópolis, 1997. (p. 27-54)

METRI, M. Poder, riqueza e moeda na Europa Medieval. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2014. (Cap 4).

Avaliação (Regras Básicas)

Serão feitas 2 provas ao longo do curso (P1 e P2). As provas serão discursivas, sem consulta e com notas entre 0 e 10. Os alunos que obtiverem média $[(P1 + P2)/2] \geq 6,0$ estarão aprovados; e os alunos com média $[(P1 + P2)/2] < 6,0$ farão Prova Final (PF). No caso da prova final, os alunos que obtiverem média $\{[(P1 + P2)/2] + PF\}/2 \geq 5,0$ serão aprovados; e os alunos com média $\{[(P1 + P2)/2] + PF\}/2 < 5,0$, reprovados.

5. Currículo de RI da UFF



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS



Grade Curricular do Bacharelado em Relações Internacionais
Currículo 59.03.002

Primeiro Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
Introdução às Relações Internacionais	DEI00007	60 h		
História das Relações Internacionais I	DEI00047	60 h		
Política I	GCP00068	60 h		
Teoria Macroeconômica I	SEN00076	60 h		
Antropologia I	GAP00112	60 h		
Introdução à Filosofia	GFL00024	60 h		

Segundo Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
História das Relações Internacionais II	DEI00048	60 h	História das Relações Internacionais I	DEI00047
Teoria das Relações Internacionais I	DEI00009	60 h	Introdução às Relações Internacionais	DEI00007
Economia Política Internacional	DEI00011	60 h	Teoria Macroeconômica I	SEN00076
História do Brasil III	GHT00312	60 h		
Formação Econômica do Brasil	SEN00083	60 h	Teoria Macroeconômica I	SEN00076
Política II	GCP00069	60 h	Política I	GCP00068



Terceiro Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
Política Internacional Pós-Guerra Fria	DEI00042	60 h	História das Relações Internacionais II	DEI00048
Teoria das Relações Internacionais II	DEI00012	60 h	Teoria das Relações Internacionais I	DEI00009
Sociologia das Relações Internacionais I	DEI00045	60 h		
Política Externa Brasileira I	DEI00013	60 h	História do Brasil III	GHT00312
Economia Brasileira Contemporânea	SEN00064	60 h	Formação Econômica do Brasil	SEN00083
Política III	GCP00070	60 h	Política II	GCP00069

Quarto Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
Política Externa Brasileira II	DEI00016	60 h	Política Externa Brasileira I	DEI00013
Direito das Relações Internacionais	DEI00010	60 h		
Teoria das Relações Internacionais III	DEI00043	60 h	Teoria das Relações Internacionais II	DEI00012
Sociologia das Relações Internacionais II	DEI00046	60 h	Sociologia das Relações Internacionais I	DEI00046
Política IV	GCP00071	60 h	Política III	GCP00070
Estatística Básica para Ciências Humanas I	GET00169	60 h		



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS**



Sétimo Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
Comércio Internacional II	DEI00051	60 h	Comércio Internacional I	DEI00050
Estudos Estratégicos II	DEI00002	60 h	Estudos Estratégicos I	DEI00001
Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais I	GGZ00013	60 h	Métodos e Técnicas de Pesquisa I	GSO00154
Optativa		60 h		
Optativa		60 h		

Oitavo Período

Disciplina	Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Código
Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais II	GGZ00014	60 h	Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais I	GGZ00013
Atividades Complementares	GGZ00012	300 h		

6. Programa de EPI da UFF

Ementa EPI UFF

DEI00011 — ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL — Objeto, metodologia e importância da Economia Política Internacional. Perspectivas e abordagens teóricas em Economia Política Internacional. Teoria "pura" do comércio internacional. Globalização Financeira e globalização produtiva. Liderança e hegemonia na economia internacional. A Nova Ordem Econômica Global. Os sistemas de comércio, monetário e financeiro internacionais. O Estado e o desenvolvimento econômico. O Brasil e o sistema internacional contemporâneo.

PORTER, Tony, Can There be National Perspectives on Inter(national) Relations? In: Crawford, Robert & Jarvis, Darryl (eds.). International Relations: Still an American Social Science? Towards Diversity in International Thought. Albany, NY: SUNY Press, 2001.

BECK, Ulrich. Qu'est-ce que le cosmopolitisme? Paris: Flammarion/Aubier, 2006.

MEC/CAPESb. Comunicado n.3/2012, Área de Ciência Política e Relações Internacionais - Considerações sobre Multidisciplinaridade e Interdisciplinaridade na área. Brasília, 03/04/2012. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Interdisciplinaridade_Ciencia_Politica.pdf>. Acesso em: 06/04/2013.

NISSANI, Moti. Fruits, salads, and smoothies: a working definition of interdisciplinarity. Journal of Educational Thought, v. 26, n. 2, 1995, p.22. Disponível em: <<http://www.is.wayne.edu/mnissani/pagepub/smoothie.htm>>. Acesso em:

AYDINLI, E.; MATHEWS, J. Are the Core and the Periphery Irreconcilable? The curious world of publishing in contemporary International Relations. International Studies Perspectives v.1, 2000, p. 289-303

MALINIAK, D.; PETERSON, S.; TIERNEY, M. J. Trip around the world: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries. Virginia: Teaching, Research, and International Policy Survey (TRIP), Institute for the Theory and Practice of International Relations, College of William & Mary, May 2012. Disponível em: em: http://www.wm.edu/offices/itpir/_documents/trip/trip_around_the_world_2011.pdf >. Acesso em: 25 jan. 2013.

7. Currículo de RI da Unila

6.1 Matriz Curricular – Relações Internacionais e Integração



Ministério da Educação
Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Graduação



MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

COMPONENTES CURRICULARES	PRÉ-REQUISITOS	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES OBRIGATORIAS	CARGA HORÁRIA EM ATIVIDADES OPTATIVAS, LIVRES, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESTÁGIOS
1º SEMESTRE				
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA I		4	60	
PORTUGUÊS ADICIONAL BÁSICO/ESPAÑHOL ADICIONAL BÁSICO		8	120	
ESTADO E SOCIEDADE		4	60	
INTRODUÇÃO AO DIREITO		4	60	
INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS		4	60	
MODERNIDADE, ESTADOS NACIONAIS E CAPITALISMO NA EUROPA		4	60	
TOTAL PARCIAL		28	420	
2º SEMESTRE				
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA II		4	60	
INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO CIENTÍFICO		4	60	
PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO II/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	PORTUGUÊS ADICIONAL BÁSICO/ESPAÑHOL ADICIONAL BÁSICO	8	120	
LIBERALISMO, REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA NA EUROPA E NOS ESTADOS UNIDOS		4	60	
TEORIA POLÍTICA MODERNA		4	60	
TEORIA SOCIOLÓGICA CLÁSSICA		4	60	
TOTAL PARCIAL		28	420	
3º SEMESTRE				
FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA III	FUNDAMENTOS DE AMÉRICA LATINA I e II	2	30	
ÉTICA E CIÊNCIA		4	60	
PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO III/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO II	PORTUGUÊS ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I/ESPAÑHOL ADICIONAL INTERMEDIÁRIO I	4	60	
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO		4	60	
HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I		4	60	
HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO		4	60	
TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA		4	60	
TOTAL PARCIAL		26	390	
4º SEMESTRE				
GEOGRAFIA POLÍTICA E GEOPOLÍTICA: TERRITÓRIO E PODER		4	60	
HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II		4	60	
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS		4	60	
ECONOMIA INTERNACIONAL		4	60	
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I		4	60	
TEORIA SOCIOLÓGICA CONTEMPORÂNEA		4	60	
OPTATIVA I		4		60
TOTAL PARCIAL		28	360	60
5º SEMESTRE				
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL		4	60	
INTRODUÇÃO À TEORIA POLÍTICA E SOCIAL LATINO-AMERICANA		4	60	
POLÍTICA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA I		4	60	
PROCESSOS E TEORIAS DA INTEGRAÇÃO		4	60	
TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II		4	60	
OPTATIVA II		4		60
OPTATIVA III		4		60
TOTAL PARCIAL		28	300	120
6º SEMESTRE				
DIREITO DA INTEGRAÇÃO		4	60	
PADRÕES MONETÁRIOS INTERNACIONAIS		4	60	
PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS I		4	60	
POLÍTICA EXTERNA NA AMÉRICA LATINA II		4	60	
OPTATIVA IV		4		60
OPTATIVA V		4		60
TOTAL PARCIAL		24	240	120

7º SEMESTRE				
ANÁLISE DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS		4	60	
NEGOCIAÇÕES E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL		4	60	
ANÁLISE DAS RELAÇÕES SUL-SUL		4	60	
PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS II		8	120	
OPTATIVA VI		4		60
OPTATIVA VII		4		60
OPTATIVA VIII		4		60
TOTAL PARCIAL		32	300	180
8º SEMESTRE				
PESQUISA EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS III		8	120	
OPTATIVA IX		4		60
OPTATIVA X		4		60
OPTATIVA XI		4		60
OPTATIVA XII		4		60
TOTAL PARCIAL		24	120	240
ATIVIDADES COMPLEMENTARES*				
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		14		210
TOTAL PARCIAL		14		210
TOTAL		232	2550	930
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO				3480

8. Programa de EPI da Unila

Conteúdo programático

A evolução da Economia Política Internacional, aspectos teóricos e conceituais. Teorias econômicas sobre hegemonia, ordem mundial e mudança histórica. Interpretações sobre a evolução e dinâmica do sistema inter estatal capitalista. Sistema financeiro internacional e o mercado internacional de moedas. Economia Política Internacional e Desenvolvimento desigual. A inserção internacional da América Latina na economia global e o problema da dependência. Dependência e desenvolvimento na América Latina: as contribuições da CEPAL.

Modalidade: Disciplina presencial.

Referências bibliográficas

Bibliografia Básica:

- CHANG, Ha-Joon (2003). *Chutando a escada: estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Editora UNESP: São Paulo, SP.
- BERNAL-MEZA, Raúl (1994). *América Latina en la Economía Política Mundial*. Colección Estudios Internacionales. Grupo Editor Latinoamericano: Buenos Aires, Argentina.
- GILPIN, Robert (1987). *Political Economy of International Relations*. Ed. Princeton University: Nova Jersey, EUA.

Bibliografia Complementar:

- CHANG, HA-Joon (2009). *Maus Samaritanos : O mito do livre comércio e a história secreta do capitalismo*. Editora Campus: Rio de Janeiro, RJ
- GODDARD, R. et al. (2003). *International Political Economy : State-Market Relations in a changing Global Order*. Ed. Lynne Rienner: Londres, Reino Unido.
- SCHECHTER, Michael G. & COX, Robert (2012). *The Political Economy of a Plural World: Critical Reflections on Power, Morals and Civilization*. Ed. Routledge: Londres, Inglaterra.
- VIDAL, Gregorio & GUILLÉN, Arturo (2008) [coord.]. *Repensar la Teoría del Desarrollo en un Contexto de Globalización*. Homenaje a Celso Furtado. UAM, CLACSO: Buenos Aires: Argentina.
- POLETTI, Dorivaldo Walmor. (2000) [org.]. *50 anos de Manifesto da CEPAL*. Editora da PUCRS: Porto Alegre, RS

9. Programa de Padrões Monetários Internacionais da Unila

Referências bibliográficas**Bibliografia Básica:**

EICHENGREEN, Barry (2000). *A Globalização do Capital: uma história do Sistema Monetário Internacional*. Editora 34: São Paulo, SP.

FERGUSON, Niall (2009). *A Ascensão do Dinheiro : A História Financeira do Mundo*. Ed Planeta Do Brasil: São Paulo, SP.

KINDLEBERGER, Charles (2007). *Movimentos Internacionais de Capital*. Ed. Record.

Bibliografia complementar:

GUDYNAS, Eduardo. (2009) [org.]. *La primera crisis global del siglo XXI: Miradas y reflexiones*. Ed. CLAES: Montevideu, Uruguai.

HELLEINER, Eric (1996). *States and the Reemergence of Global Finance, From Bretton Woods to the 1990s*. Ed. Cornell University Press: Ithaca, NY, EUA.

KINDLEBERGER, Charles (2000). *Manias, pânico e crashes: um histórico das crises financeiras*. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, RJ.

POLANYI, Karl (2011). *A grande transformação*. Ed. Campus: Rio de Janeiro, RJ.

TAVARES, Maria C. & FIORI, José Luís (2004). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Ed. Vozes: Rio de Janeiro, RJ.

10. Currículo de RI da UnB

Curso: 400 - Relações Internacionais
Opção: 3727 - BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PERÍODO DE REFERÊNCIA **Início:** 2005/1 **Fim:**

PERÍODO: 1 CRÉDITOS: 16

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
1	F	IREL - 185001	INTRO ESTU REL INTERNACIONAIS	004 - 000 - 000 - 004
2	F	IPOL - 185035	INTRODUÇÃO A CIÊNCIA POLÍTICA	004 - 000 - 000 - 004
3	F	SOL - 134465	INTRODUÇÃO A SOCIOLOGIA	004 - 000 - 000 - 004
4	F	ECO - 132012	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	004 - 000 - 000 - 005

PERÍODO: 2 CRÉDITOS: 18

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
5	F	IPOL - 185051	TEORIA POLÍTICA MODERNA	004 - 000 - 000 - 004
6	F	HIS - 139033	INTRO AO ESTUDO DA HISTORIA	004 - 000 - 000 - 004
7	F	EST - 115011	ESTATISTICA APLICADA	004 - 002 - 000 - 006
8	F	FDD - 184039	INTRODUCAO AO DIREITO 1	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 3 CRÉDITOS: 16

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
9	F	ECO - 132039	FORMACAO ECONOMICA DO BRASIL	004 - 000 - 000 - 005
10	F	IREL - 139718	HIST REL INTER CONTEMPORANEAS	004 - 000 - 000 - 004
11	F	IREL - 185019	TEO DAS REL INTERNACIONAIS 1	004 - 000 - 000 - 004
12	F	IPOL - 185060	TEORIA POLITICA CONTEMPORANEA	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 4 CRÉDITOS: 16

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
13	F	IREL - 185329	TEO DAS REL INTERNACIONAIS 2	004 - 000 - 000 - 004
14	F	FDD - 184101	TEORIA GERAL DO DIR PUBLICO	004 - 000 - 000 - 004
15	F	ECO - 132233	ECONOMIA BRASILEIRA	004 - 000 - 000 - 005
16	F	IREL - 187151	ECONOMIA POL INTERNACIONAL 1	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 5 CRÉDITOS: 16

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
17	F	FDD - 184187	DIREITO INTERNACIONAL PUBLICO	004 - 000 - 000 - 004

18	F	IREL - 187020	HIST REL INTER DO BRASIL	004 - 000 - 000 - 004
19	F	IREL - 185043	ORGANIZACOES INTERNACIONAIS 1	004 - 000 - 000 - 004
20	F	IREL - 187046	MÉT TÍC PES REL INTERNACIONAIS	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 6 CRÉDITOS: 12

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
21	F	IREL - 187160	ECONOMIA POL INTERNACIONAL 2	004 - 000 - 000 - 004
22	F	IREL - 187062	POLÍTICA COMPARADA	004 - 000 - 000 - 004
27	F	IREL - 186937	ANÁLISE REL INTER BRASIL	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 7 CRÉDITOS: 12

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
23	F	IREL - 185337	COMERCIO INTERNACIONAL	004 - 000 - 000 - 004
25	C	IREL - 186953	DIR REL INTERNACIONAIS	004 - 000 - 000 - 004
26	F	IREL - 185299	AN DAS REL INTERNACIONAIS	004 - 000 - 000 - 004

PERÍODO: 8 CRÉDITOS: 8

Pr.	Tipo	Cód.	Nome	Créditos
28	F	IREL - 185469	SIS FINANCEIRO INTERNACIONAL	004 - 000 - 000 - 004
28	F	IREL - 187119	POL INTER CONTEMPORÂNEA	004 - 000 - 000 - 004

11. Programa de EPI da UnB

Disciplina - Listagem de Ementa/Programa

Disciplina: 187151 - Economia Política Internacional 1

Órgão: JREL - Instituto de Relações Internacionais

Código: 187151

Denominação: Economia Política Internacional 1

Nível: Graduação

Vigência: 1971/2

Pré-req: ECO-132012 Introdução a Economia E

IREL-185019 TEO DAS REL INTERNACIONAIS 1

Ementa:

O curso focará a revisão das principais escolas da economia política e será dividido em três partes. A primeira, introdutória, apresentará a definição de economia política, além de um breve panorama da evolução do capitalismo. Também discutiremos a construção dos argumentos teóricos que serviram de base para os pressupostos ligados à racionalidade do homem econômico. A segunda parte abordará as principais correntes de pensamento e visões analíticas que estruturaram e mobilizaram o debate acadêmico sobre a economia política ao longo do tempo, cobrindo desde as concepções clássicas dos séculos XVIII e XIX até as vertentes associadas à teoria da dependência. Por fim, serão introduzidas algumas visões sobre o aspecto político das relações econômicas internacionais, tema que será desenvolvido e aprofundado na disciplina de Economia Política Internacional II.

Programa:

Aula 1: O que é economia política internacional?

- Gilpin, 2001 (Capítulo 2, p. 25-45)

Aula 2: Perspectivas da economia política

- Gilpin, 1987 (Capítulo 2, p. 25-64)

Aula 3: Teoria da interdependência

- Cooper; Keohane & Nye (In: Crane & Amawi, capítulo 4, p. 107-139)

Aula 4: A perspectiva crítica

- Chase-Dunn; Cox (In: Crane & Amawi, capítulo 5, p. 141-172)

Aula 5: O retorno do Estado

- Gilpin; Amsden (In: Crane & Amawi, capítulo 6, p. 173-208)

Aula 6: Poder hegemônico e estabilidade

- Wallerstein; Strange (In: Crane & Amawi, capítulo 8, p. 241-264)

Aula 7: A emergência da economia mundial

- O'Brien e Williams (cap. 2)

Aula 8: Pax Britannica

- O'Brien e Williams (cap. 3)

Aula 9: Guerras mundiais e ordem pós-45

- O'Brien e Williams (cap. 4)

Aula 10: Comércio internacional

- O'Brien e Williams (cap. 5)

Aula 11: O Brasil e o comércio internacional

- Sennes et alii

- Janak et alii

Aula 12: Produção transnacional

- O'Brien e Williams (cap. 6)

Aula 13: A internacionalização das empresas brasileiras

- Coutinho et alii

Aula 14: Sistema financeiro internacional

- O'Brien e Williams (cap. 7)

Aula 15: O Brasil e o sistema financeiro internacional

- Almeida (cap. 4)

Aula 16: PROVA

Aula 17: Divisão internacional do trabalho

- O'Brien e Williams (cap. 8)

Aula 18: O lugar do Brasil na divisão internacional do trabalho

- Levy et alii

Aula 19: Desenvolvimento - Evolução conceitual

- Rist (caps. 1 e 2)

Aula 20: A emergência do paradigma do subdesenvolvimento; raízes da união dos países do Sul

- Rist (caps. 4 e 5)

Aula 21: A ajuda externa

- Degnbol-Martinussen e Engberg-Pedersen (cap. 1)

Aula 22: Os choques do petróleo e o poder da periferia

- Santana

Aula 23: A emergência dos NICs

- Amster (capítulo a definir)

Aula 24: Panorama histórico da Cooperação Sul-Sul

- Ohiorhenua e Bath

Aula 25: Comércio Sul-Sul

- UNCTAD

- OECD

Aula 26: Investimentos Sul-Sul

- Avkut e Goldstein

Aula 27: Cooperação Sul-Sul

- ECOSOC

Aula 28: O lugar do Sul na política externa de Lula

- Oliveira

Aula 29: O Brasil e a Cooperação Sul-Sul

- Vaz e Inoue

Aula 30: PROVA

Bibliografia obrigatória:

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: Ricardo Bielschowsky. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Vol. 2, cap. 13, p. 495-519.

CRANE, George T.; A. AMAWI (eds.). The Theoretical Evolution of International Political Economy. Oxford: Oxford University Press, 1991. Capítulo 13 (Olson; Frey), p. 209-240.

ELSTER, Jon. Peças e engrenagens das ciências sociais. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: 1994. Caps. 1 a 4, p. 17-59.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: Ricardo Bielschowsky. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 6, p. 239-262, vol. 1.

GILPIN, Robert. Global political economy: understanding the international economic order. Princeton: Princeton University Press: 2001. Cap. 2, p. 25-45.

GUNDER FRANK, Andre. Development of Underdevelopment. Monthly Review, v.18, jun/1966.

HAMILTON, Alexander. Report on Manufactures. In: George T. Crane & Abla AMAWI (eds.). The Theoretical Evolution of International Political Economy. Oxford University Press, 1991. Cap. 1, p. 37-47.

- HAYEK, Friedrich A. O caminho da servidão. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990. Introdução e cap. 1, p. 31-47; caps. 14 e 15 e conclusão, p. 185-214
- HIRSCHMAN, Albert O. As paixões e os interesses. Argumentos políticos a favor do capitalismo antes do seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002. Partes I e II, p. 29-133.
- KEYNES, John Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Caps. 1 a 3, p. 15-34; 23 e 24, p. 229-259.
- KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional. Teoria e Política. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005. Cap. 4.
- LENIN, Vladimir. O imperialismo: fase superior do capitalismo. São Paulo: Editora Parma, 1979. Caps. 1 a 7, p. 16-97.
- LIST, Georg Friedrich. Sistema nacional de economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Caps. 10 a 17, 29 e 33.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital. Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. Apêndice: Crítica dos Críticos, p. 416-516.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- MARX, Karl. O capital. Seleção de trechos. In: Ricardo Carneiro (org.) Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 1997. vol. 1. p. 105-148.
- OHMAE, Kenichi. O fim do Estado Nação. A ascensão das economias regionais. Rio de Janeiro: Campus: 1996. Introdução, p. XVIII-XXI; cap. 1, p. 1-14.
- POLANYI, Karl. A grande transformação. As origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980. Capítulos 3 a 6, p. 51-88.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Ricardo Bjelschowsky. Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Record, 2000. Cap. 1, p. 69-136, vol. 1.
- RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo: Nova Cultural: 1982. Capítulos 1, p. 43-63; 7, p. 101-112; 19, p. 183-187; 22, p. 205-215; e 25, p. 229-233.
- SCHUMPETER, Joseph A. Capitalismo, Socialismo e Democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961. Parte 2, p. 77-204.
- SMITH, Adam. A riqueza das nações. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Livro IV, cap. 1-3, p. 531-623, cap. 8, p. 815-841.
- WALRAS, Léon. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Seção I, p. 7-30.
- WALLERSTEIN, Immanuel. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System. Comparative Studies in Society and History, v.16, n.4, set/1974, p. 387-415. Disponível em: <http://www.eci.ox.ac.uk/~dliverma/articles/Wallerstein%20on%20Capitalist%20System.pdf>
- Bibliografia de apoio:
- CARNEIRO, Ricardo. Os clássicos da economia. São Paulo: Editora Ática, 1997.

CAPORASO, James A.; LEVINE, David P. Theories of Political Economy, Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

HELLER, Wolfgang. Dicionário de economia política. Barcelona: Editorial Labor, 1965, 3.ed.

HUGON, Paul (1967). História das doutrinas econômicas. São Paulo: Editora Atlas. 9.ed.

MANKIOW, Gregory. Introdução à economia. São Paulo: Thomson Learning Edições, 2006.

NAPOLEONI, Cláudio. Curso de economia política. Rio de Janeiro: Graal, 1974.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de. Manual de Economia. São Paulo: Saraiva, 2004. 5.ed.

SINGER, Paul. Curso de introdução à economia política. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978. 4.ed.

Bibliografia complementar:

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos (1970). Economia formal e economia política. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1970/90-EconomiaFormal&EconomiaPolitica.pdf>

DOBB, Maurice (1963). A evolução do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar. 7.ed.

GILPIN, Robert. The political economy of international relations. Princeton: Princeton University Press, 1987.

NAPOLEONI, Claudio. O pensamento econômico do século XX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ORENSTEIN, Luiz. A estratégia da ação coletiva. Rio de Janeiro: Revan; UCAM, IUPERJ, 1998.

WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Ed. UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

12. Currículo de RI da UFU

Unidade Acadêmica	Componentes Curriculares	Carga Horária		Núcleo	Categoria	Pré-requisito
		T	P			
1º Período						
IEUFU	Introdução ao Estudo das Relações Internacionais	60	-	Específica	Obrigatória	-
IEUFU	Introdução à Economia	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FADIR	Instituições de Direito	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FAFCS	Evolução das Idéias Sociais	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FAFCS	Ciência Política	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IGUFU	Geografia Política e Econômica	60	-	Correlata	Obrigatória	-
Total - Período		360				
2º Período						
IEUFU	Teoria das Relações Internacionais I	60	-	Específica	Obrigatória	-
IEUFU	História das Relações Internacionais I	60	-	Específica	Obrigatória	-
INHIS	História Econômica Geral	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FADIR	Direito Internacional Público	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FAFCS	Política I	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Instrumentos de Análise Econômica	60	-	Correlata	Obrigatória	-
Total - Período		360				
3º Período						
IEUFU	Teoria das Relações Internacionais II	60	-	Específica	Obrigatória	-
IEUFU	História das Relações Internacionais II	60	-	Específica	Obrigatória	-
FADIR	Direito Internacional Privado	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FAFCS	Política II	60	-	Correlata	Obrigatória	-
INHIS	História Econômica e Social do Brasil	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Microeconomia - Organização Industrial	60	-	Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		360				
4º Período						
FADIR	Direito Econômico Internacional	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Macroeconomia I	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia e Organizações Internacionais	60	-	Específica	Obrigatória	-
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais I	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Formação Econômica do Brasil	60	-	Correlata	Obrigatória	-
ILEEL	Língua Inglesa - Leitura Instrumental	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Relações Internacionais I	30	-	Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		390				
5º Período						
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea I	60	-	Correlata	Obrigatória	-
FAGEN	Comércio Exterior	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Estratégias Empresariais Internacionais	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Macroeconomia II	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Relações Econômicas Internacionais II	60	-	Correlata	Obrigatória	-
ILEEL	Língua Inglesa - Civilização dos Povos de Língua Inglesa	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Relações Internacionais II	30	-	Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		390				

6º Período						
IEUFU	Economia Brasileira Contemporânea II	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Internacional	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Instituições Econômicas e Políticas Internacionais	60	-	Específica	Obrigatória	-
IEUFU	Política Externa Brasileira I	60	-	Específica	Obrigatória	-
ILEEL	Segunda Língua Estrangeira Moderna I Opção Língua Espanhola - Leitura Instrumental ou Opção Língua Francesa - Leitura Instrumental	60	-	Correlata	Obrigatória	-
	Optativa I	60	-		Optativa	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Relações Internacionais III	30	-	Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		390				
7º Período						
IEUFU	Desenvolvimento Sócio-Econômico	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Política Externa Brasileira II	60	-	Específica	Obrigatória	-
FAGEN	Negociações Internacionais	60	-	Profissional	Obrigatória	-
	Optativa II	60	-		Optativa	-
IEUFU	Monografia I (Técnicas de Pesquisa em Relações Internacionais - Projeto de Monografia)	60	-	Monografia	Obrigatória	-
ILEEL	Segunda Língua Estrangeira Moderna II Língua Espanhola - Civilização e Cultura Espanhola ou Língua Francesa - Civilização e Cultura Francesa	60	-	Correlata	Obrigatória	-
IEUFU	Laboratório de Pesquisa em Relações Internacionais IV	30	-	Profissional	Obrigatória	-
Total - Período		390				
8º Período						
IEUFU	Geopolítica, Segurança e Diplomacia	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Integração e Blocos Econômicos Internacionais	60	-	Profissional	Obrigatória	-
IEUFU	Economia Política Internacional	60	-	Correlata	Obrigatória	-
	Optativa III	60	-		Optativa	-
	Optativa IV	60	-		Optativa	-
IEUFU	Monografia II	15	45	Monografia	Obrigatória	Monografia I
Total - Período		360				

Atividades Acadêmicas Complementares					
Total - AAC		240	Complementar	Obrigatória	-

Curso		
Total	3.240	

13. Programa de EPI da UFU

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE ECONOMIA CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
---	---	---

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Economia Política Internacional			
CÓDIGO: GRI050		UNIDADE ACADÊMICA: Instituto de Economia - IEUFU	
PERÍODO/SÉRIE: 8º Período		CH TOTAL TEÓRICA: 60	CH TOTAL PRÁTICA: -
OBRIGATORIA: (x)	OPTATIVA: ()	CH TOTAL: 60	

OBS: disciplina semestral

PRÉ-REQUISITOS: -

CÓ-REQUISITOS: -

OBJETIVOS

Apresentar o campo teórico da economia política internacional a partir das suas principais abordagens e instrumentos teórico-conceituais, enfatizando as diferenças de abordagem frente à economia internacional e à política internacional.

EMENTA

Os conceitos e as discussões fundamentais da área da Economia Política Internacional e das Relações Econômicas Internacionais. O estudo da Economia Política Internacional: objeto, evolução e tendências.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**Parte I****Perspectivas de Abordagem e Instrumentos Teórico-Conceituais**

Unidade I - Abordagens Teóricas sobre a Interação entre Estado e Mercado nas Relações Internacionais.

Unidade II - A Constituição da Área de Economia Política Internacional na Disciplina de Relações Internacionais.

Unidade III - Perspectivas Teóricas Clássicas sobre a Economia Política das Relações Internacionais

3.1. Liberalismo

3.2. Nacionalismo

3.3. Marxismo

Unidade IV - Perspectivas Teóricas Neoclássicas sobre a Economia Política Internacional

4.1. Fatores de Produção no Comércio

4.2. Novo Intervencionismo

4.3. Imperialismo

4.4. Novo Imperialismo

Unidade V - Perspectivas Teóricas Contemporâneas sobre a Economia Política Internacional das Relações Internacionais

5.1. Novo Liberalismo

5.2. Estabilidade Hegemônica

5.3. Regimes Internacionais

5.4. Sistema-Mundo

Parte II**Análise da Economia Política Internacional**

Unidade I - A Evolução da Interação entre estado e Mercado nas Relações Internacionais

Unidade II - Cooperação e Conflito na Economia Mundial do Pós-Guerra: o Sistema de Bretton Woods e Depois

Unidade III - O Poder dos Atores Econômicos Transnacionais: Empresas, Bancos e Fundos de Investimento.

Unidade IV - A Política do Comércio Internacional: Ganhos da Divisão do Trabalho e Desenvolvimento Desigual

Unidade V - A Evolução do Regime Internacional do Comércio: do GATT a OMC

Unidade VI - Dinheiro e Poder no Sistema Internacional: Moedas Nacionais, Moeda Internacional e Hegemonia

Unidade VII - A Relação entre Estado e Mercado nas Finanças Globais

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

- BAUMANN, Renato et alli. *A Nova Economia Internacional*. São Paulo: Campus, 1998.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. *Elementos de Economia Política Internacional*. Coimbra: Livraria Almedina, 2005.
- FIORI, José Luis (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FIORI, José Luis e MEDEIROS, Carlos (orgs.). *Polarização mundial e crescimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- FIORI, José Luis e TAVARES, Maria da Conceição (orgs.). *Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- GILPIN, Robert. *The Political Economy of International Relations* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1987; edição brasileira: *A Economia Política das Relações Internacionais*; Brasília: UnB, 2002)
- . *Global Political Economy* (Princeton, NJ.: Princeton University Press, 2001; ed. bras.: *O Desafio do Capitalismo Global*; Rio de Janeiro: Record, 2004)
- GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Política Internacional - Fundamentos Teóricos e as Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- HIRST, Paul e THOMPSON, Grahame. *Globalization in Question : The International Economy and the Possibilities of Governance* (2ª. ed.: New York: Polity Press, 1999); edição bras.: *Globalização em Questão* (Petrópolis: Vozes, 1999)
- LIST, Friedrich. *O Sistema Nacional de Economia Política*. México: Fondo de Cultura Económica, 1942.
- STRANGE, Susan. *States and Markets*. New York: Basil Blackwell, 1988.
- STRANGE, Susan. *The Retreat of State: The Difusion of Power in the World Economy*. New York: Cambridge University Press, 1996.
- WILLIAMSON, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

Bibliografia Complementar:

- ADDA, Jacques. *As origens da globalização da economia*. São Paulo: Manole, 2004
- AGHION, Philippe e WILLIAMSON, Jeffrey G. (eds.) *Growth Inequality and Globalization: Theory, History, and Policy*. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1999
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira*. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004
- . *Formação da Diplomacia Econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no Império*. 2a. ed.: São Paulo-Brasília: Senac-Funag, 2005
- . *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002
- . *O Brasil e o multilateralismo econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999
- . *Velhos e novos manifestos: o socialismo na era da globalização*. São Paulo: Juarez Oliveira, 1999
- . *Mercosul: fundamentos e perspectivas*. São Paulo: Ltr, 1998
- ARON, Raymond: *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: IMESP, 2002
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996
- BANCO MUNDIAL. *Globalização, crescimento e pobreza*. São Paulo: Editora Futura, 2003

- BAUMANN, Renato (org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus-SOBEET, 1996
- BECKER, Bertha G. e EGLER, Claudio A. G. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993
- BOYER, Robert e DRACHE, Daniel (eds.). *States Against Markets: the limits of globalization*. Londres: Routledge, 1996
- BUCKLEY, Peter J. and CASSON, Mark (eds.). *Multinational enterprises in the world economy: essays in honour of John Dunning*. Brookfield, Vt.: E. Elgar Pub., 1992
- BEINHOCKER, Eric D. *The Origin of the Wealth: Evolution, complexity, and the Radical Remaking of Economics*. Boston: Harvard Business School Press, 2006
- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Toopbooks, 1994
- CARVALHO, Maria Izabel Valladão e SANTOS, Maria Helena de Castro (orgs.): *O século 21 no Brasil e no mundo*. Bauru, SP: Edusc, 2006
- CASELLA, Paulo Borba e MERCADANTE, Araminta de Azevedo (orgs.). *Guerra Comercial ou integração mundial pelo comércio: a OMC e o Brasil*. São Paulo: LTr, 1998
- CLAPHAM, Sir Michael. *Multinational enterprises and nation states*. London: Athlone Press, 1975
- DAS, Dilip K. *Financial globalization and the emerging market economies*. New York: Routledge, 2004
- DEFARGES, Philippe Moreau. *Les relations internationales dans le monde aujourd'hui: entre globalisation et fragmentation*. 4a. ed, Paris: Ed. S.T.H., 1992
- DIAMOND, Jared: *Armas, Germes e Aço*. Rio de Janeiro: Record, 2001
- DUNNING, John H. *Multinational enterprises and the global economy*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1993
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- _____. *Crises financeiras: análise, prevenção e gestão*. Rio de Janeiro, Campus, 2003.
- _____. *Toward a New International Financial Architecture*. Washington: Institute for International Economics, 1999
- FERGUSON, Niall. *The War of the World*. Londres: Penguin, 2006
- FRENKEL, Jacob A. *Globalization, instability, and the world financial system*. Bryn Mawr, Pa.: The American College, 1999
- FRIEDEN, Jeffrey: *Global Capitalism: Its Fall and Rise in the Twentieth Century*. New York: Norton, 2006
- GARLIPP, José Rubens Damas. *Marx, Keynes e Polanyi e a Riqueza no Capitalismo Contemporâneo*. Tese de Doutorado. Campinas: IE-Unicamp, 2001. (Caps. IV e V)
- GARLIPP, José Rubens Damas. *Choosing a New International Financial Architecture*. Anais da 7th International Post Keynesian Conference, 29 de junho a 3 de julho de 2002, University of Missouri - Kansas City.
- GAUTHIER, André. *L'Économie Mondiale depuis la Fin du XIXe siècle*. Paris: Bréal, 1995
- GERMAIN, Randall D. (ed.). *Globalization and Its Critics: Perspectives from Political Economy*. New York: St. Martins Press, 2000
- GERSHENKRON, Alexander. *Economic Backwardness in Historical Perspective*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1962
- GOLDIN, Ian; KNUDSEN, Odin e VAN DER MENSBRUGGHE, Dominique. *Trade Liberalisation: global economic implications*. Paris-Washington: OECD-World Bank, 1993
- GONÇALVES, Reinaldo et alii. *A Nova Economia Internacional: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998

IEUFU
Curso de Relações Internacionais

Ficha de Disciplina
Economia Política Internacional

GRAHAM, Edward M. *Fighting the wrong enemy: antiglobal activists and multinational enterprises*. Washington: Institute for International Economics, 2000

HELD, David e MCGREW, Anthony G. (eds.). *Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Londres: Blackwell Publishers, 2000; edição bras.: *Prós e Contras da Globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

HOLTON, Robert. *Globalization and the Nation-State*. New York: St. Martins Press, 1998

HURRELL, Andrew, Ngaire Woods e R. Albert Berry (eds.). *Inequality, Globalization, and World Politics*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KEHONE, Robert O. *After Hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1984

APROVAÇÃO

____/____/____

Carimbo e assinatura do Coordenador do
curso

____/____/____

Carimbo e assinatura do Diretor da
Unidade Acadêmica
(que oferece a disciplina)

14. Programa de Relações Econômicas Internacionais I da UFU

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE ECONOMIA CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
---	---	---

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Relações Econômicas Internacionais I			
CÓDIGO: GRI022		UNIDADE ACADÊMICA: Instituto de Economia - IEUFU	
PERÍODO/SÉRIE: 4º Período		CH TOTAL TEÓRICA: 60	CH TOTAL PRÁTICA: -
OBRIGATÓRIA: (x)	OPTATIVA: ()	CH TOTAL: 60	
OBS: disciplina semestral			
PRÉ-REQUISITOS: -		CÓ-REQUISITOS: -	

OBJETIVOS

A disciplina visa apresentar as diferentes vias de desenvolvimento capitalista (originária e tardias) e como essas industrializações alteram as relações econômicas internacionais. Ademais, pretende-se, ainda, demonstrar que a hegemonia exercida pela Inglaterra, inicialmente, e a hegemonia exercida posteriormente pelos Estados Unidos afetam aquelas relações de maneira distinta.

EMENTA

A hegemonia inglesa: a industrialização como fator de desenvolvimento, o surgimento do capitalismo industrial; a revolução industrial inglesa (industrialização leve e a industrialização pesada, os momentos de crise). As industrializações retardatárias: características; o caso alemão; o caso norte-americano; a industrialização russa. A monopolização do capital: a concentração e centralização do capital, os cartéis e os trustes; o surgimento do capital financeiro. O neo-colonialismo e o período entre-guerras: as rivalidades imperialistas e a Primeira Guerra Mundial; as leituras sobre o imperialismo; o período entre-guerras e a evolução das principais economias capitalistas; a crise de 29 e seus reflexos na economia mundial; a disputa pela hegemonia mundial e a mudança do centro hegemônico da Inglaterra para os Estados Unidos. O

sistema monetário internacional: o padrão ouro, os problemas da libra, do franco e do dólar; o colapso da libra e do sistema monetário internacional; a reforma de Bretton Woods. A hegemonia norte-americana: o movimento de industrialização nas economias centrais no pós-guerra; a lógica da grande corporação; a atuação política da grande corporação multinacional.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

Unidade I - A Revolução Industrial Originária e as Tardias

- 1.1 - A industrialização como fator de evolução econômica. O surgimento do capitalismo industrial.
- 1.2 - A revolução industrial inglesa: a industrialização leve e a industrialização pesada, suas características. Os momentos de crise.
- 1.3 - As industrializações retardatárias e suas características: Alemanha, Estados Unidos, França, Japão e Rússia.
- 1.4 - A monopolização do capital. A concentração e a centralização do capital. Cartéis e trustes. O surgimento do capitalismo financeiro.

Unidade II - O Estado e o Imperialismo - As Rivalidades Imperialistas e a Primeira Guerra Mundial

Unidade III - O Período entre-guerras e a Evolução das Principais Economias Capitalistas. A Estagnação Econômica Européia. O Crescimento dos Estados Unidos. A Grande Crise de 1929 nos Estados Unidos e seus Reflexos Mundiais. A Crise Mundial. O Surgimento do Nazismo na Alemanha. A Revolução de 1917 na Rússia

Unidade IV - A Hegemonia Americana. A Saída da Crise (New Deal). O Abandono do Liberalismo pela Inglaterra

- 4.1 - A disputa pela hegemonia não resolvida. O centro hegemônico inglês e sua relativa decadência. O esboço do centro hegemônico norte-americano. Considerações sobre os aspectos contrastantes de ambos os centros;
- 4.2 - A evolução econômica da Rússia, os planos quinquenais e o crescimento industrial. Rússia como representante do sistema comunista. Os antagonismos entre os dois sistemas: comunista e capitalista. O crescimento do nazi-facismo na Europa. A II Guerra Mundial;

BIBLIOGRAFIA

Unidade I

Bibliografia Obrigatória

HOBSBAWM, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. Caps. 2, 3, 6, 7 e 9.

OLIVEIRA, C. Alonso Barbosa de. *Processo de Industrialização: do capitalismo originário ao atrasado*. São Paulo: Ed. Unesp, 2002. Parte I - cap. 5 (O Capitalismo Atrasado) e Conclusão.

HOBSON, J. A. *Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Caps. 7, 8, 9, 10 e 11.

Bibliografia Complementar

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996. Caps 1 e 2.
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. Cap. 7.
- HILFERDING, R. *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Caps. 12, 13, 14 e 15.
- LANDES, D. *Progreso Tecnológico y Revolución Industrial*. Madrid: Editorial Tecnos, 1979. Caps. 2, 3 e 4
- LENIN, V.I. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988. Livro I, Caps. 13 e 23
- MOORE, B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. Lisboa: Cosmos, 1975. pp. 21-62, 141-195, 271-365, 499-554.

Unidade II**Bibliografia Obrigatória**

- HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Caps. 2 e 3.
- BEAUND, Michel. *História do Capitalismo, de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1994. pp.194-240.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital*. São Paulo, Editora 34, 1995. Cap. 2., pp. 29-74.

Bibliografia Complementar

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996. Cap. 3.
- COHEN, B. J. *A Questão do Imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. Caps. 1, 2 e 7.
- LENIN, V.I. *Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1989.
- HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1987. Cap. 14.
- TAVARES, Maria da Conceição. Introdução. In: HOBSON, *A Evolução do Capitalismo Moderno*. São Paulo: Nova Cultural, 1983

Unidade III**Bibliografia Obrigatória**

- BEAUND, Michel. *História do Capitalismo, de 1500 aos nossos dias*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp.241-300.
- HOBSBAWM, E. *Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Parte 1, Caps. 3 e 7.
- EICHENGREEN, B. *A Globalização do Capital*. São Paulo, Editora 34, 1995. Cap. 3, pp. 75-130.

Bibliografia Complementar

- ARRIGHI, G. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Ed. Unesp, 1996. pp. 277-309.
- DOBB, M. *A Evolução do Capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. Cap. VIII.
- GALBRAITH, J. K. *A Era da Incerteza*. São Paulo: Pioneira, 1982. Caps. 6 e 7.
- HOBSBAWM, E. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988
- LANDES, D. *Progreso Tecnológico y Revolución Industrial*. Madrid: Editorial Tecnos, 1979. Cap. 6.

Unidade IV**Bibliografia Obrigatória**

HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos. O Breve Século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. Caps. 1, 2 e 4.

Bibliografia Complementar

MOFFIT, M. *O Dinheiro do Mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência*. São Paulo: Paz e Terra, 1984

NURKSE, R. *Padrões de Comércio e Desenvolvimento*. In: BAER, W.; MALAN, P.S.; SAVASINI, J.A.A. (orgs.). *Economia Internacional*. São Paulo: Saraiva, 1979.

ROLF, Sidney e BURTLE, James. *O Sistema Monetário Mundial – uma reinterpretação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975. Caps. 1, 2, 3, 4 e 5.

SOLOMON, R. *O Sistema Monetário Internacional: 1945-1976*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

TRIFFIN, R. *A Evolução do Sistema Monetário Internacional: reavaliação histórica e perspectivas futuras*. São Paulo: Saraiva, (série ANPEC), 1979.

TRIFFIN, R. International monetary collapse and reconstruction. *Journal of International Economics* (2) 4, set., 1972.

APROVAÇÃO

<p>____ / ____ / ____</p> <p>_____ Carimbo e assinatura do Coordenador do curso</p>	<p>____ / ____ / ____</p> <p>_____ Carimbo e assinatura do Diretor da Unidade Acadêmica (que oferece a disciplina)</p>
---	--

15. Programa da Disciplina Relações Econômicas Internacionais II da UFU

	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA INSTITUTO DE ECONOMIA CURSO DE GRADUAÇÃO BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
---	---	---

FICHA DE DISCIPLINA

DISCIPLINA: Relações Econômicas Internacionais II				
CÓDIGO: GRI030		UNIDADE ACADÊMICA: Instituto de Economia - IEUFU		
PERÍODO/SÉRIE: 5º Período		CH TOTAL TEÓRICA:	CH TOTAL PRÁTICA:	CH TOTAL:
OBRIGATÓRIA: (x)	OPTATIVA: ()	60	-	60

OBS: disciplina semestral

PRÉ-REQUISITOS: -

CÓ-REQUISITOS: -

OBJETIVOS

A disciplina visa apresentar as condições da Economia Mundial após a Segunda Guerra e as mudanças estruturais decorrentes da internacionalização do capital e do Sistema Monetário e Financeiro Internacional, com vistas a possibilitar ao aluno a compreensão das transformações que marcaram o sistema internacional no século XX.

EMENTA

Condições da Economia Mundial após a Segunda Guerra. As mudanças na estrutura produtiva industrial e na divisão internacional do trabalho. A internacionalização do Capital: O Sistema de empresas "Multinacionais". Evolução do Sistema Monetário e Financeiro Internacional desde Bretton-Woods. O "euromercado" e a transnacionalização do capital bancário. A crise financeira internacional e os programas de ajuste. O endividamento externo dos países do Terceiro Mundo. As transformações estruturais no final do século XX.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA**Unidade 1 - A Economia Mundial nos Trinta Gloriosos: 1945-70**

1. Condições da Economia Mundial após a Segunda Guerra Mundial.
2. A hegemonia Norte Americana.
3. O papel da Guerra Fria.
4. Evolução do Sistema Monetário e Financeiro Internacional desde Bretton-Woods.
5. A internacionalização do Capital: O Sistema de empresas "Multinacionais".

Unidade 2 - Crise e Ajustamento da Economia Central: 1970-90

6. O "euromercado" e a transnacionalização do capital bancário.
7. O fim do Acordo de Bretton Woods.
8. A crise financeira internacional e os programas de ajuste.
9. O endividamento externo dos países do Terceiro Mundo.

Unidade 3 - Globalização e Transformações Recentes: 1990-2006

10. As mudanças na estrutura produtiva industrial e na divisão internacional do Trabalho.
11. Mudanças tecnológicas e as novas formas de industrialização.
12. Capitalismo e Socialismo no limiar do Terceiro Milênio: crise e alternativas de desenvolvimento.
13. Globalização na era da informação.

BIBLIOGRAFIA**Bibliografia Básica:**

- BAER, Mônica. *O rumo perdido: a crise fiscal e financeira do Estado Brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. (Cap. 2 - O contexto financeiro internacional: mudanças na dinâmica e nos fluxos de recursos e a gestão da dívida externa);
- BAER, Mônica et all. Os desafios à reorganização de um padrão monetário internacional. In: *Economia e Sociedade*, nº4. Campinas: UNICAMP, 1995. (pp. 79-93)
- BARNABÉ, Israel Roberto. *O mercosul e a integração regional*. Campinas: tese de doutoramento/IFCH, 2003. (A globalização do capital e a crise do Estado Nacional, pp. 28-51).
- CARNEIRO, Ricardo. A globalização financeira: origem, dinâmica e perspectivas. In: *Texto para discussão*. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In: *Economia e Sociedade*, v. 11, nº1. Campinas: UNICAMP, 2002. (pp. 01-44).
- COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial. In: *Economia e Sociedade*, nº 1. Campinas: UNICAMP, 1992. (pp. 69-87)
- DAMASCENO, Aderbal Oliveira. Integração financeira internacional e crescimento econômico: uma crítica à abordagem convencional. In: *Economia e Sociedade*, v. 16, nº2. Campinas: UNICAMP, 2007. (pp. 171-198)
- DUNFORD, Michael. A globalização e as teorias da regulação. In: *Globalização e desigualdade*. Valença & Gomes (orgs). Natal: A. S. Editores, 2002. (pp. 29-75)
- EICHENGREEN, Barry. História e reforma do sistema monetário internacional. In: *Economia e Sociedade*, nº4. Campinas: UNICAMP, 1995. (pp. 53-78)
- GALVÃO, A. C. F.. *Política de desenvolvimento regional e inovação*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. (Cap. 2 - Finanças e tecnologia na gênese e conformação mundial, nacional e regional do capitalismo globalizado)

GERMER, Claus M. O sistema de crédito internacional e a instabilidade financeira dos países da periferia capitalista. In: *Economia e Sociedade*, nº15. Campinas: UNICAMP, 2000. (pp. 159-178)

GILPIN, Robert. *O desafio do capitalismo global: a economia mundial no século XXI*. São Paulo: Record, 2004. (especialmente cap.2 e cap.8)

GUTTMANN, Robert. A transformação do capital financeiro. In: *Economia e Sociedade*, nº7. Campinas: UNICAMP, 1996. (pp. 51-83)

MACEDO e SILVA, Antônio Carlos. Norte-americanos, chineses e a alegria do mundo. In: *Política Econômica em Foco*. Campinas: UNICAMP, maio/out. 2004.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. A internacionalização sob liderança dos EUA: Alemanha, Japão e China. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

MONTEIRO NETO, Aristides. *Dilemas do desenvolvimento na China: crescimento acelerado e disparidades regionais (da revolução comunista à globalização)*. Rio de Janeiro: IPEA/textos para discussão, out. 2005.

PLIHON, Dominique. Desequilíbrios mundiais e instabilidade financeira. In: *Economia e Sociedade*, nº7. Campinas: UNICAMP, 1996. (pp. 85-127)

SHENKAR, Oded. *O século da China*. Porto Alegre, Bookman, 2005.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. In: *Economia e Sociedade*, v. 11, nº2. Campinas: UNICAMP, 2002. (pp. 237-253)

_____. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. Ajuste e reestruturação nos países centrais. In: *Economia e Sociedade*, nº1. Campinas: UNICAMP, 1992. (pp. 21-57)

TAVARES, Maria da Conceição; BELLUZZO, Luiz Gonzaga. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: FIORI, José Luís (org.). *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (orgs.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997. (pp. 27-147, especialmente, pp 55-84)

Bibliografia Complementar:

BATISTA JR, Paulo Nogueira. *Da crise internacional à moratória brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O Senhor e o Unicórnio*. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Parte 1. Economia Internacional);

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo: Editora 34, 2000.

FERRARI Fº, Fernando; FERNANDO de PAULA, Luiz (orgs.). *Globalização financeira: ensaios de macroeconomia aberta*. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GALBRAITH, John Kenneth. *Moeda: de onde veio, para onde foi*. São Paulo: Pioneira, 1983. (Cap. 18-20);

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Inserção internacional do Brasil. In: *Economia e Sociedade*, nº17. Campinas: UNICAMP, 2001. (pp. 01-31)

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. *O mito do sucesso : uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-73)*. Texto para discussão nº 37. Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

Textos de jornais e revistas recentes

16. Currículo de RI da UEPB

Universidade Estadual da Paraíba - João Pessoa -Campus V
Curso de Graduação em Relações Internacionais -
Bacharelado

Resolução de Aprovação do Projeto Pedagógico UEPB/CONSEPE/005/2008

Carga horária alterada de 33h para 40h conforme

RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/031/2008

Substitui o TAO pelo TCC conforme RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/032/2009

COMPOSIÇÃO CURRICULAR - Seriado Semestral

-TURNO DIURNO

I PERÍODO - 560 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521101	Introdução às Relações Internacionais	80	Básico
521102	Introdução à História	80	Complementar
521103	Introdução à Sociologia	80	Complementar
521105	Introdução à Ciência Política	80	Complementar
521106	Língua Inglesa I	80	Complementar
521107	Língua Portuguesa I	80	Complementar
521108	Introdução à Filosofia	80	Complementar

II PERÍODO - 520 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521201	Introdução à Economia	80	Complementar
521202	Introdução à Ciência do Direito	40	Complementar
521203	Teoria Política Moderna	80	Básico
521204	Metodologia Científica	80	Complementar
521206	Língua Inglesa II	80	Complementar
521208	Língua Portuguesa II	80	Complementar
521209	História das Relações Internacionais I	80	

III PERÍODO - 480 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521301	Teoria Política Contemporânea	80	Básico
521302	História das Relações Internacionais II	80	Básico
521303	Língua Inglesa III	80	Complementar
521304	Economia Política Internacional	80	Básico
521305	Economia Brasileira	80	Complementar
521306	Antropologia Cultural	80	Básico

IV SEMESTRE - 520 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521401	Política Externa Brasileira I	80	Básico
521402	Teoria das Relações Internacionais I	80	Básico
521403	História do Brasil	80	Complementar
521404	Processo de Integração Regional	80	Básico
521405	Língua Inglesa IV	80	Complementar
521406	Métodos Quantitativos e Estatística	80	Complementar
521407	Globalização e Relações Internacionais	40	Básico

V SEMESTRE - 480 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521501	Política Externa Brasileira II	80	Básico
521502	Teoria das Relações Internacionais II	80	Básico
521503	Organizações Internacionais	80	Básico
521504	Direito Internacional	80	Básico
521505	Política Internacional	80	Básico
521506	Língua Espanhola I	80	Complementar

VI SEMESTRE - 480 HORAS			
CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521601	Sistemas Políticos Contemporâneos	80	Básico
521602	Teoria das Relações Internacionais III	80	Básico

521603	Meio Ambiente e Relações Internacionais	80	Básico
521604	Direitos Humanos e Relações Internacionais	80	Básico
521605	Cooperação Internacional	80	Básico
521606	Língua Espanhola II	80	Complementar

VII SEMESTRE - 280 HORAS

CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521701	Segurança Internacional	80	Básico
521702	Política Externa e Inserção Internacional dos EUA	80	Básico
521703	Elaboração de Projetos	40	Complementar
521704	Língua Espanhola III	80	Complementar
521705	TCC	-	Básico

VIII SEMESTRE - 160 HORAS

CÓDIGO	ATIVIDADES/COMPONENTES CURRICULARES	C.H.	Conteúdo
521802	TCC	-	Básico
	Eletivas	160	Eletivo

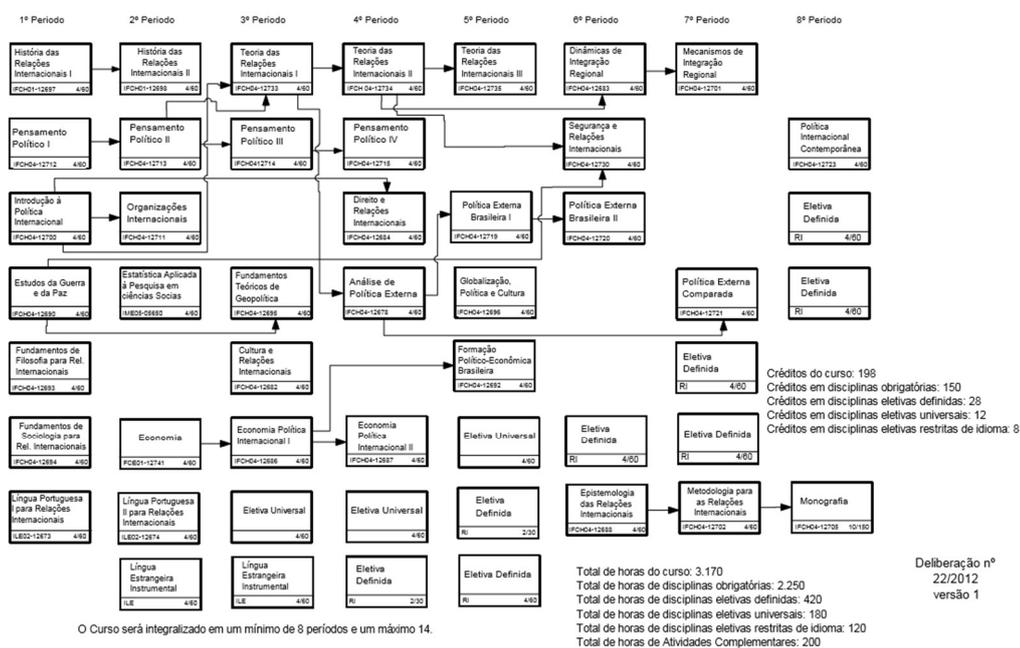
CODIGO	ATIVIDADES ELETIVAS - COMPONENTES CURRICULARES	CH
		40
521001	Comércio Exterior	40
521002	Comércio Internacional	80
521003	Consolidação Democrática em Perspectiva Comparada	40
521004	Crise de Paradigmas e Pós-Modernidade	80
521005	Desenvolvimento Sustentável na América Latina	80
521006	Estados Nacionais Latino-americanos	80
521007	Judiciário e Reforma do Estado na América Latina nos anos 90	40
521008	Oficina de Comunicação Escrita	80
521009	Redação em Língua Inglesa I	80
521010	Redação Oficial	80
521011	Relações Internacionais na América Latina	80
521012	Resolução de Conflitos	40
521013	Seminário Especial de História - América Latina	80
521014	Técnicas de Negociação	40
521015	Temas Contemporâneos de Relações Internacionais I	40
521016	Temas Contemporâneos de Relações Internacionais II	40
521017	Estágio Curricular Eletivo	80
	Mínimo a cursar em componentes curriculares	160
	OUTRAS ATIVIDADES ELETIVAS	CH
521018	Monitoria	Até 80 horas
521019	Projetos e programas de pesquisa	Até 80 horas
521020	Projetos e programas de extensão	Até 80 horas
521021	Eventos diversos na área de Relações Internacionais	Até 80 horas
521022	Eventos diversos em áreas afins	Até 40 horas
521023	A Organização das Nações Unidas	40
	Mínimo a cursar em outras atividades eletivas	120
	TOTAL GERAL A CURSAR	280

A integralização curricular será feita em 3.600 (três mil seiscentas) horas conforme a seguinte composição:

ATIVIDADES	Carga Horária (h/a)	Porcentagem
BÁSICAS	1.800	50%
COMPLEMENTARES	1.520	42%
ELETIVAS	280	8%
TOTAL	3.600	100%

17. Grade curricular da UERJ

Curso: Bacharelado em Relações Internacionais
 Unidade Responsável: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH



18. Programa de EPI I da UERJ


 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

 CRIAÇÃO ALTERAÇÃO

UNIDADE: Centro de Ciências Sociais (CCS) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)				
DEPARTAMENTO: Relações Internacionais				
DISCIPLINA: Economia Política Internacional I				
MODALIDADE DE ENSINO: <input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> SEMIPRESENCIAL <input type="checkbox"/> A DISTÂNCIA				
CH TOTAL	ALUNO	PROFESSOR	CRÉDITOS:	CÓDIGO: IFCH04-12686
	60	60	04	
STATUS		CURSO(S) / HABILITAÇÃO(ÕES) / ÊNFASE(S):		
<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA		RELAÇÕES INTERNACIONAIS		
<input type="checkbox"/> ELETIVA RESTRITA				
<input type="checkbox"/> ELETIVA DEFINIDA				
<input type="checkbox"/> ELETIVA UNIVERSAL				
TIPO DE APROVAÇÃO: <input type="checkbox"/> FREQUÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> FREQUÊNCIA E NOTA				

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA / CRÉDITO

TIPO DE AULA	CRÉDITO	CH SEMANAL	CH TOTAL
TEÓRICA	4	4	60
PRÁTICA / Trab. Campo	0	0	0
LABORATÓRIO	0	0	0
ESTÁGIO	0	0	0
TOTAL	4	4	60

OBJETIVO(S): APRESENTAR AOS ALUNOS UMA VISÃO PANORÂMICA DAS DIFERENTES PERSPECTIVAS E TEORIAS QUE RELACIONAM QUESTÕES ECONÔMICAS, POLÍTICAS E DE PODER NA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS, DESDE OS TEXTOS CLÁSSICOS ATÉ PERSPECTIVAS MAIS CONTEMPORÂNEAS, COM ÊNFASE NOS ASPECTOS E CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS DOS DIFERENTES TEXTOS E AUTORES.	
EMENTA: Abordagens teóricas sobre a interação entre Estado e Mercado nas Relações Internacionais. A constituição da área de "Economia Política Internacional" na disciplina de Relações Internacionais. Perspectivas teóricas clássicas sobre a economia política das Relações Internacionais: o liberalismo, o nacionalismo e o marxismo. Perspectivas teóricas neoclássicas sobre a economia política das Relações Internacionais: os fatores de produção no comércio, o novo intervencionismo e o imperialismo. Perspectivas Teóricas Contemporâneas sobre a economia política das Relações Internacionais: o novo liberalismo, a estabilidade hegemônica, os regimes internacionais e o sistema-mundo.	
PRÉ-REQUISITO 1: ECONOMIA	CÓDIGO:
PRÉ-REQUISITO 2:	CÓDIGO:
CÓ-REQUISITO	CÓDIGO
PRÉ-CÓ-REQUISITO	CÓDIGO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



TRAVA DE CRÉDITOS:	
DISCIPLINA(S) CORRESPONDENTE(S)	CÓDIGO(S)

BIBLIOGRAFIA:
 GILPIN, Robert. **La Economía Política de las Relaciones Internacionales**. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1990.
 POLANYI, Karl. **A Grande Transformação – As origens da nossa época**. Rio de Janeiro, Campus, 2000.
 SMITH, A. **Riqueza das Nações**, vols I e II. São Paulo: Martins Fontes Editora, [s.d.]
 RICARDO, D. **Os Princípios da Economia Política e da Taxação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982
 MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. In: **O Manifesto Comunista 150 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

SITUAÇÕES ESPECIAIS

PERMITE SITUAÇÃO "EM PREPARO" DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO 27/03: SIM NÃO

PERMITE MAIS DE UM DOCENTE: SIM NÃO

PERMITE HORÁRIOS INCOMPLETOS NO PT: SIM NÃO
(TUTORIA OU ORIENTAÇÃO)

CONCOMITÂNCIA DE HORÁRIOS: SIM NÃO

PODE SER OFERECIDA COMO DISCIPLINA ISOLADA: SIM NÃO

PROFESSOR PROPONENTE	
DATA	ASSINATURA / MATRÍCULA / CARIMBO

OBS: Segundo o Parágrafo Único do Artigo 57 da Deliberação 33/95, a unidade de crédito corresponde a 15h de aulas teóricas ou 30h de prática, laboratório ou estágio.

19. Programa de EPI II da UERJ


 UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

 CRIAÇÃO ALTERAÇÃO

UNIDADE: Centro de Ciências Sociais (CCS) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH)			
DEPARTAMENTO: Relações Internacionais			
DISCIPLINA: Economia Política Internacional II			
MODALIDADE DE ENSINO: <input checked="" type="checkbox"/> PRESENCIAL <input type="checkbox"/> SEMIPRESENCIAL <input type="checkbox"/> A DISTÂNCIA			
CH TOTAL	ALUNO	PROFESSOR	CRÉDITOS: 04
	60	60	
		CÓDIGO: IFCH04-12687	
STATUS		CURSO(S) / HABILITAÇÃO(ÕES) / ÊNFASE(S):	
<input checked="" type="checkbox"/> OBRIGATÓRIA		RELAÇÕES INTERNACIONAIS	
<input type="checkbox"/> ELETIVA RESTRITA			
<input type="checkbox"/> ELETIVA DEFINIDA			
<input type="checkbox"/> ELETIVA UNIVERSAL			
TIPO DE APROVAÇÃO: <input type="checkbox"/> FREQUÊNCIA <input checked="" type="checkbox"/> FREQUÊNCIA E NOTA			

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE CARGA HORÁRIA / CRÉDITO

TIPO DE AULA	CRÉDITO	CH SEMANAL	CH TOTAL
TEÓRICA	4	4	60
PRÁTICA / Trab. Campo	0	0	0
LABORATÓRIO	0	0	0
ESTÁGIO	0	0	0
TOTAL	4	4	60

OBJETIVO(S): A DISCIPLINA VISA APRESENTAR AO ALUNO OS CONCEITOS BÁSICOS DA TEORIA DE COMÉRCIO INTERNACIONAL E DE MACROECONOMIA ABERTA QUE O AUXILIEM A COMPREENDER A AGENDA DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E ECONÔMICAS DO BRASIL. O CURSO SERÁ ILUSTRADO COM ANÁLISES DA ECONOMIA BRASILEIRA E DO MUNDO.	
EMENTA: O conceito de vantagens comparativas de Ricardo, Heckscher Ohlin. O conceito de criação das vantagens dinâmicas. A relação do comércio e distribuição de renda (a economia política da proteção). Os instrumentos da política comercial. A teoria dos acordos comerciais. O debate sobre o regionalismo e o multilateralismo. Os novos temas de comércio (meio ambiente, propriedade intelectual e serviços). Os regimes cambiais, a mobilidade do capital e os laços de interdependência entre as economias. O papel do setor financeiro internacional. Globalização financeira e as crises. O debate sobre as regulações financeiras internacionais.	
PRÉ-REQUISITO 1: ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL I	CÓDIGO:
PRÉ-REQUISITO 2:	CÓDIGO:
CÓ-REQUISITO	CÓDIGO
PRÉ-CÓ-REQUISITO	CÓDIGO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



TRAVA DE CRÉDITOS:	
DISCIPLINA(S) CORRESPONDENTE(S)	CÓDIGO(S)
BIBLIOGRAFIA: KRUGMAN, Paul e OBSTFELD, Maurice. <i>Economia Internacional</i> . São Paulo: Campus/Pearson ou Addison Wesley, 2008 (ou última edição). BAUMANN, Renato, CANUTO, Octaviano, GONÇALVES, Reynaldo. <i>Economia Internacional</i> . Rio de Janeiro: Editora Campus, 2008 KRUGMAN, Paul. <i>A crise de 2008 e a Economia da Depressão</i> . Rio de Janeiro: Campus/ Pearson, 2009. GILPIN, Robert. <i>Understanding the International Economic Order</i> . Princeton: Princeton University Press, 2001	

SITUAÇÕES ESPECIAIS

PERMITE SITUAÇÃO "EM PREPARO" DE ACORDO COM A DELIBERAÇÃO 27/03:	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PERMITE MAIS DE UM DOCENTE:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO
PERMITE HORÁRIOS INCOMPLETOS NO PT: (TUTORIA OU ORIENTAÇÃO)	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
CONCOMITÂNCIA DE HORÁRIOS:	<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO
PODE SER OFERECIDA COMO DISCIPLINA ISOLADA:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM	<input type="checkbox"/> NÃO

PROFESSOR PROPONENTE	
DATA	ASSINATURA / MATRÍCULA / CARIMBO
	LIA CECILIA BAKER FONSECA VALLS PEREIRA.
	MATRÍCULA: 6452-7

OBS: Segundo o Parágrafo Único do Artigo 57 da Deliberação 33/95, a unidade de crédito corresponde a 15h de aulas teóricas ou 30h de prática, laboratório ou estágio..

20. Currículo de RI da PUC-Rio

Periodização - Bacharelado em Relações Internacionais (Currículo 2010)

Código	Nome da Disciplina	Créditos
1º PERIODO		
IRI 1501	Formação do Sistema Internacional	4
IRI 1507	Introdução à Política Internacional	4
IRI 1510	Problemas da Guerra e da Paz	4
IRI 1526	Técnicas de Pesquisa em Relações Internacionais	2
IRI 1921	Seminários de Relações Internacionais I	2
SOC 1101	Aventura Sociológica (Sociologia I)	4
SOC 1201	Base do Pensamento Político Ocidental	4
2º PERIODO		
CRE 1100	O Humano e o Fenômeno Religioso	4
ECO 1101	Introdução à Economia	4
FIL 1002	Filosofia da Ciência	4
IRI 1502	Sistema Internacional no Século XX	4
IRI 1521	Teoria Clássica das Relações de Internacionais	4
IRI 1922	Seminários de Relações Internacionais II	2
3º PERIODO		
ECO 1102	Introdução a Economia II	4
IRI 1522	Teoria Contemporânea das Relações Internacionais I	4
IRI 1523	Fundamentos da Teoria das Relações Internacionais I	4
IRI 1527	Metodologia I	2
IRI 1923	Seminários de Relações Internacionais III	2
JUR 1024	Direito nas Relações Internacionais	4
4º PERIODO		
CRE 0700**	Optativas de Cristianismo	4
IRI 1511	Política e Economia nas Relações Internacionais I	4
IRI 1524	Teoria Contemporânea das Relações Internacionais II	4
IRI 1525	Fundamentos da Teoria das Relações Internacionais II	4
IRI 1528	Metodologia II	2
IRI 1924	Seminários de Relações Internacionais IV	2
5º PERIODO		
ECO 1410	Economia Brasileira	4
IRI 1509	Organizações Internacionais	4
IRI 1512	Política e Economia nas Relações Internacionais II	4
IRI 1513	Análise de Política Externa	4

IRI 1515	Segurança e Relações Internacionais	4
IRI 1925	Seminários de Relações Internacionais V	2

6º PERIODO

CRE 1141	Ética Cristã	2
IRI 1601	Globalização, Política e Cultura	4
IRI 1608	Política Externa Brasileira I	4
IRI 1926	Seminários de Relações Internacionais VI	2

7º PERIODO

IRI 1609	Política Externa Brasileira II	4
IRI 1927	Seminários de Relações Internacionais VII	2

8º PERIODO

CRE 1173	Ética Profissional - IRI	2
IRI 1928	Seminários de Relações Internacionais VIII	2

PERIODO LETIVO INDETERMINADO

ACP 0900	Atividades Complementares	10
ELL 0900	Eletivas Livres dentro/fora do Departamento	10
IRI 0301	Optativas de Estudos de Área	12
IRI 0302	Optativas de Temas em Relações Internacionais	16
IRI 0303	Optativas de Estudos Avançados em Relações Internacionais	16
IRI 0304	Optativas de Prática Profissional 1	8
IRI 0305	Optativas de Prática Profissional 2	8
IRI 0306	Optativas de Prática Profissional 3	8

Total de créditos: 218

** Consulte o conjunto de disciplinas que compõem este grupo no [PUC online](#) ou na secretaria do seu curso.

- 1 As disciplinas optativas são relacionadas em grupo e podem ser cursadas separadamente até se completar o número de créditos que devem ser cumpridos.
- 2 A organização das matrizes curriculares dos cursos da PUC-Rio é por sistema de créditos e todos possuem, em suas matrizes curriculares, disciplinas optativas, a serem cursadas por livre escolha do aluno, chamadas Eletivas Livres ou Eletivas dentro/fora do Departamento, desde que obedecidos o tipo e o número de créditos estabelecidos no currículo para cada tipo de eletiva.
- 3 Semestralmente, as disciplinas de LIBRAS - LET 1801 Língua Brasileira de Sinais II e LET 1802 Língua Brasileira de Sinais II -, são oferecidas como optativas, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22/12/05.

21. Programa de Política e Economia das RI I da PUC-Rio

FECHAR X

Ementa de Disciplina

IRI1511

POL/ECO REL INTERNACIONAIS I

E m e n t a

Abordagens teóricas sobre a Interação entre Estado e Mercado nas Relações Internacionais. A Constituição da Área de "economia política internacional" na disciplina de Relações Internacionais. Perspectivas teóricas clássicas sobre a economia política das Relações Internacionais: o liberalismo, o nacionalismo e o marxismo. Perspectivas teóricas neoclássicas sobre a economia política das relações internacionais: os fatores de produção no comércio, o novo intervencionismo e o imperialismo. Perspectivas teóricas contemporâneas sobre a economia política das relações internacionais: o novo liberalismo, a estabilidade hegemônica, os regimes internacionais e o sistema-mundo.

Bibliografia

Gilpin, Robert. *The Economy of International Relations*; Princeton: Princeton University Press, 1987.

Williamson, John. *A Economia Aberta e a Economia Mundial*; Rio de Janeiro: Campus, 1988.

Bibliografia Complementar

Nenhuma bibliografia complementar encontrada para IRI1511

Pré-requisitos

ECO1101

ou

ECO1102

Ementa de Disciplina

IRI1512

POL/ECO REL INTERNACIONAIS II

E m e n t a

A evolução da interação entre estado e mercado nas relações internacionais. Cooperação e conflito na economia mundial do pós-guerra: o sistema de Bretton Woods e os seus desdobramentos. O poder dos atores econômicos transnacionais: empresas, bancos e fundos de investimento. A política do comércio internacional: ganhos da divisão do trabalho e desenvolvimento desigual. A evolução do regime internacional do comércio: do GATT a OMC. Dinheiro e poder no sistema internacional: moedas nacionais, moeda internacional e hegemonia. A relação entre estado e mercado nas finanças globais. A evolução do sistema monetário internacional: do padrão ouro ao regime de taxas flutuantes. Padrões de inovação tecnológica. A evolução do regime internacional da propriedade intelectual: da convenção de Berna aos Trips. A interação entre política e economia nas Relações Internacionais. As principais perspectivas teóricas sobre a economia política internacional: liberalismo, nacionalismo e marxismo.

Bibliografia

Hirst, Paul; Thompson, Grahame. *Globalization in Question: The International Economy and the Possibilities of Governance*; EUA: Polity; 2 edition, 2001.

Strange, Susan. *States and Markets*; New York: Basil Blackwell, 1988.

Bibliografia Complementar

Nenhuma bibliografia complementar encontrada para IRI1512

Pré-requisitos

IRI1511

23. Programa de O Sistema Internacional no Século XX da PUC-Rio

FECHAR X

Ementa de Disciplina

IRI1502

O SIST INTERNACIONAL SECULO XX

E m e n t a

As transformações do sistema internacional do Século XX através do estudo dos processos históricos e dos conflitos que marcaram a formação da ordem mundial contemporânea. Colapso do sistema Europeu e primeira guerra mundial. A crise do entre guerras e o fracasso da liga das nações. A Segunda Guerra Mundial, a Hegemonia dos EUA e a Emergência do Sistema Bipolar. A Era nuclear e o Conflito estratégico na Guerra Fria. A crise dos mísseis de Cuba. A Guerra do Vietnã. As Nações Unidas e a Descolonização. A Segunda Guerra Fria. O Sistema Internacional no Pós-Guerra Fria.

Bibliografia

ARRIGHI, G. O longo Século XX; Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

SARAIVA, J. F. S. **Relações Internacionais - Os Dois Séculos de História**. Vol. 2; Brasília: IBRI, 2001.

Bibliografia Complementar

Nenhuma bibliografia complementar encontrada para IRI1502

Pré-requisitos

IRI1501

24. Currículo do Curso de RI da UFSC



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Currículo: **20091**

Habilitação: Bacharelado em Relações Internacionais

1ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
Métodos e técnicas da Pesquisa Bibliográfica; identificação e uso das fontes de informação; estudo e aplicação das normas de documentação da ABNT.						
CIN7003	Pesquisa Bibliográfica	Ob	30	2		
A natureza das relações internacionais: campo de estudo e características, o meio internacional. Principais correntes teóricas das relações internacionais. Atores internacionais e o poder. Formação da política externa. O sistema internacional e seus elementos estruturantes. Cenário internacional: evolução e desafios contemporâneos.						
CNM7210	Introdução às Relações Internacionais	Ob	60	4		
Ciência econômica: objeto que caracteriza as teorias econômicas. A escola clássica: objeto e método. A escola marxista: objeto e método. A escola neoclássica: objeto e método; equilíbrio parcial e geral. Valor e Preço nas teorias econômicas. Análise keynesiana: o princípio da demanda efetiva. O excedente econômico e a repartição da renda.						
CNM7211	Introdução à Economia	Ob	60	4	CNM7103	
Noções de Direito. Constituição. Estado. Governo. Administração Pública. Agentes públicos. Atos administrativos. Licitações e contratos administrativos. Sistema Tributário Nacional						
DIR7100	Instituições de Direito Público	Ob	30	2		
Formação e desenvolvimento da diplomacia e do equilíbrio entre Estados europeus, do renascimento até a revolução francesa e a era napoleônica.						
HST7111	História das Relações Internacionais I	Ob	60	4		
O surgimento do conceito de política; política e teoria política na antiguidade greco-romana; as diferentes dimensões do objeto da Ciência Política; o Estado moderno e a transformação da política clássica; conceitos fundamentais da ciência Política: poder, dominação, representação, participação, democracia, igualdade, liberdade.						
SPO7002	Ciência Política	Ob	60	4		



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Bacharelado em Relações Internacionais**

2ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
CNM7220 Comércio Exterior	Ob	60	4			
Teoria e Políticas de Comércio Exterior, Globalização e Integração Econômica; Integração Latino-Americana e Mercosul; Técnicas e Procedimentos em Comércio Exterior; Mercado de Câmbio, Balanço de Pagamentos; Financiamento das Exportações e Importações.						
CNM7221 Teoria das Relações Internacionais I	Ob	60	4		CNM7210	
O pensamento dos clássicos sobre relações internacionais: Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Kant, Locke e Grotius. Os liberais-internacionalistas e o problema da paz. A hegemonia do realismo no contexto da guerra fria. A Escola Inglesa. O debate metodológico e a constituição das Relações Internacionais como ciência social.						
DIR7101 Direito Internacional I	Ob	60	4			
Visão abrangente da nova sistemática jurídica imposta pela Universalização das relações econômicas. Conceito de Direito Econômico Internacional. Definição e validade da nova "lex mercatoria". Direito da integração. O caso da União Européia e demais tentativas regionais, particularmente as desenvolvidas nas Américas, como o Mercosul e o Nafta.						
HST7112 História das Relações Internacionais II	Ob	60	4		HST7111	
Exame da evolução das relações internacionais do Congresso de Viena, no início do século XIX. Imperialismo e neocolonialismo (1870 a 1914). A Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes. O período entreguerras. A Segunda Guerra Mundial. O mundo bipolar: EUA e URSS. A atual situação de unipolaridade, no início do Século XXI.						
INE7004 Introdução à Estatística	Ob	60	4			
Análise descritiva e exploratória de dados uni-variados. Análise de dados bi-variados: análise de correlação e de regressão linear simples. Análise de séries temporais. Tópicos especiais (de atualização na área). Uso de recursos informáticos e de Software Estatístico. Os detalhes do conteúdo programático e bibliografia estão em anexo. A professora Andréa, responsável pela disciplina em 2012.1 deverá fazer o programa de ensino, que, uma vez aprovado pela Câmara de Ensino, permitirá a confecção do plano de ensino.						



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Bacharelado em Relações Internacionais**

3ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
O modelo IS-LM em uma economia aberta. Taxas de câmbio, moeda e preços em uma economia aberta. Déficit orçamentário, moeda e inflação. Crescimento econômico: acumulação de capital e progresso tecnológico. Controvérsias em teoria macroeconômica.						
CNM7230 Macro (Macro Aberta)	Ob	60	4		CNM7211	
O poder de mercado, monopólio e concorrência monopolística. Oligopólio, modelos clássicos, teoria dos jogos. Mercados de fatores e oferta de trabalho. Equilíbrio geral: troca e produção. Teoria do bem estar: eficiência e equidade. Externalidades e bens públicos. Informação assimétrica.						
CNM7231 Micro (Organizações Industriais)	Ob	60	4		CNM7211	
-Caracterização das organizações internacionais. Evolução das Organizações Internacionais e Formação dos Estados Nacionais. Cooperação e Conflito. Organizações Internacionais e Cooperação Econômica.						
CNM7244 Organizações Internacionais	Ob	60	4			
DIR7102 Direito Internacional II	Ob	60	4		DIR7101	
SPO7004 Teoria Política I	Ob	60	4		SPO7002	

4ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
Segurança internacional: definições e evolução do conceito. A bipolaridade e a segurança tradicional. Dissuasão nuclear. Papel do sistema de segurança coletiva na segurança internacional. Segurança internacional Pós-Guerra Fria: conflitos, desafios, papel das forças armadas. O Brasil no contexto da segurança internacional. -						
CNM7236 Segurança Internacional	Ob	60	4		CNM7210	
As diferentes fases e interpretações da formação econômica brasileira. O sistema colonial e a escravidão. A emergência do trabalho assalariado e as origens do desenvolvimento industrial brasileiro. -						
CNM7240 Formação Econômica do Brasil I	Ob	60	4	CNM7119		
-A geografia econômica tradicional. As teorias da organização econômica do espaço. O desenvolvimento desigual. A divisão territorial e internacional do trabalho. O espaço capitalista contemporâneo: fordismo e acumulação flexível nos territórios. A globalização contemporânea.						
CNM7242 Geografia Econômica Internacional	Ob	60	4			
Teoria Clássica do Comércio Internacional. Teoria Neoclássica do Comércio Internacional. Estratégias de Desenvolvimento Comparadas. Protecionismo e Liberalismo Comercial. Blocos Regionalismo e Regionalismo Aberto-						
CNM7245 Economia Internacional I	Ob	60	4	CNM7223		
Aspectos gerais dos conflitos internacionais. Fontes das normas relativas às soluções pacíficas de conflitos entre Estados. Formas extrajudiciais e judiciais. A negociação diplomática: procedimentos, condução, intervenção de terceiros, formação de grupos (institucionalizados ou não), soluções negociadas. Bons Ofícios e Mediação. Procedimentos. Soluções e sua execução. O papel do Secretário Geral da ONU e da OEA. A Conciliação Internacional: regras, procedimentos, licitidades. A arbitragem internacional entre Estados: "ad hoc" e institucionalizada. Fases dos procedimentos. Natureza do laudo arbitral. A fase pós-arbitral: a questão da executoriedade do laudo arbitral. -						
CNM7253 Negociação Internacional	Ob	60	4			



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Currículo: **20091**

Habilitação: **Bacharelado em Relações Internacionais**

5ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
Transnacionalismo e interdependência complexa. As reformulações do realismo a partir da teoria neo-realista de Kenneth Waltz. As reformulações do liberalismo e o debate neo-neo. Os enfoques construtivistas. Os pós-modernismos. Questões normativas em relações internacionais.						
CNM7232 Teoria das Relações Internacionais II	Ob	60	4		CNM7221	
-Síntese das características do processo de nascimento e consolidação da estrutura produtiva industrial até 1930. A crise da economia agro-exportadora e a mudança do quadro político: nova forma de estado. Rumo a industrialização: processo de substituição de importações no contexto da industrialização restringida. O projeto nacional desenvolvimentista de Vargas e direção da política econômica até 1955. A internacionalização da economia brasileira e a estruturação do novo padrão de industrialização a partir de Kubistshek - Plano de Metas. O desenvolvimento e as crises econômicas e políticas no limiar dos anos 60. Afirmção do projeto desenvolvimentista internacionalizante sob governo militar: estratégias, reformas institucionais e política econômica 1964/67. O ciclo de crescimento expansivo e suas contradições: 1968/73. A estratégia de desenvolvimento 1974/79 - II PND: proposta de alteração no padrão de industrialização. Características da política econômica sob cenário econômico adverso da segunda metade dos anos 70.						
CNM7251 Formação Econômica do Brasil II	Ob	60	4	CNM7120	CNM7240	
-Análise das teorias do investimento internacional. Evolução das finanças internacionais e o papel dos novos atores institucionais nos processos de intermediação e nos fluxos internacionais de capital. A economia política internacional. Estado, Capital e Relações de Poder no plano internacional						
CNM7252 Economia Internacional II (Finanças)	Ob	60	4	CNM7136	CNM7245	
SPO7006 Teoria Política II	Ob	60	4		SPO7004	
- Optativa I	Op	60	3			



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**
Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
Currículo: **20091**

Habilitação: **Bacharelado em Relações Internacionais**

6ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
-Fundamentos históricos da política externa do Brasil. A participação diplomática na formação do espaço nacional. História Diplomática do Brasil independente, destacando o papel do Estado e dos principais atores brasileiros no contexto internacional.						
CNM7261	Política Externa Brasileira I	Ob	60	4		
Periodização do processo econômico/financeiro dos anos 70 e 80. A controvérsia sobre desenvolvimento e crise dos anos 70. As contradições internacionais e nacionais. A formação do capital financeiro e dos complexos agroindustriais nos anos 70/80. O processo cíclico (crise-recuperação-crise) de 1991 a 1990: crise econômica. Crise da dívida externa, crise financeira do Estado, inflação, Os planos de estabilização (do Plano Cruzado ao Plano Collor). Análise Conjuntural Prospectiva.-						
CNM7263	Economia Brasileira Contemporânea	Ob	60	4	CNM7353	CNM7251
CNM7264	Métodos e Técnicas de Pesquisa na Ciências Sociais e Relações Internacionais	Ob	60	4	CNM7262	(CNM7221 e CNM7232)
-	Optativa II	Op	60	3		
-	Optativa III	Op	60	3		

7ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
compreensão das relações entre a economia e a política; a formação do mercado mundial e do sistema de Estados; as teorias da globalização; trajetórias comparadas de desenvolvimento; relações entre poder, dinheiro e as organizações internacionais						
CNM5360	Economia Política Internacional	Ob	60	4		(CNM7210 e CNM7211)
-Bases históricas da política externa brasileira. Paradigmas dominantes na Guerra Fria. Sistema político brasileiro e política externa. Paradigmas contemporâneos. Regionalismo e globalização na formulação da política externa. Atores estatais e não-estatais no processo decisório.						
CNM7272	Política Externa Brasileira II	Ob	60	4		CNM7261
-	Optativa IV	Op	60	3		
-	Optativa V	Op	60	4		
-	Optativa VI	Op	60	4		



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**

Pró-Reitoria de Graduação
Departamento de Administração Escolar

CURRÍCULO DO CURSO

Curso: **340 - RELAÇÕES INTERNACIONAIS**
Currículo: **20091**

Habilitação: **Bacharelado em Relações Internacionais**

8ª Fase

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
CNM7280 Monografia	Ob	180	12			
- Optativa VII (livre)	Op	60	4			
- Optativa VIII (livre)	Op	60	4			

Disciplinas Optativas

Carga Min. Obrig. 480 h/a, das quais 240 h/a obrigatoriamente cursadas no CNM, 120 devendo ser cursadas nos Deptos. HST/FIL/GCN/ANT/ SPO e DIR e 120 de livre escolha dentre as disc. oferecidas pelos demais deptos. da UFSC, obedecidos os pré-req.

Disciplina	Tipo	H/A	Aulas	Equivalentes	Pré-Requisito	Conjunto
CNM5231 Ecodesenvolvimento e Economia Ambiental	Op	60	4			
CNM5238 Economia Ecológica	Op	60	4			
CNM5318 Planejamento do Setor Público	Op	60	4			
CNM5338 Desenvolvimento Socio-econômico	Op	60	4			
CNM5537 Tópicos Especiais em Economia Política dos Sistemas-Mundo	Op	60	4			
CNM5550 Tópicos Especiais em Estudos Regionais	Op	60	4			
CNM5551 Tópicos Especiais em Relações Internacionais	Op	60	4			

25. Programa de EPI da UFSC

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO – ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE ENSINO

EMENTA: Ementa: compreensão das relações entre a economia e a política; a formação do mercado mundial e do sistema de Estados; as teorias da globalização; trajetórias comparadas de desenvolvimento; relações entre poder, dinheiro e as organizações internacionais.

1.0. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

Código : CNM 5360
Nome: Economia Política Internacional
Carga Horária: 60 horas/aula
Nº de Horas/Aula: 04 semanais

2.0. PRÉ-REQUISITOS – Não tem.

3.0. IDENTIFICAÇÃO DA OFERTA: Curso de Graduação em Economia e Relações Internacionais

4.0. OBJETIVOS DA DISCIPLINA

- 1) Objetivo geral: estabelecer a relação entre política e economia na formação do sistema internacional de Estados
- 2) Objetivos específicos: analisar a expansão dos mercados, as relações de poder sob a ótica econômica e as relações econômicas internacionais em suas interfaces com as relações de poder entre os atores estatais e não estatais; estudar temas contemporâneos da internacionalização econômica e das organizações econômicas internacionais.

5.0. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1) Os temas da Economia Política Internacional (EPI)
- 2) Mercado e política internacional
- 3) Coerção, capital e estado nacional
- 4) Estado, mercado e sociedade: liberalismo e *welfare* numa perspectiva sócio-econômica
- 5) A produção do poder e a ordem mundial
- 6) Anarquia, caos, governabilidade e regimes internacionais
- 7) A globalização do capital
- 8) A globalização em questão: malefícios e benefícios (um debate pluralista)
- 9) Introdução ao estudo de realidades macrorregionais externas às zonas centrais do capitalismo globalizado: América Latina, Ásia e África

6.0. BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Básica:

COHEN, Benjamin. *International Political Economy: an intellectual history*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 2008.
GILPIN, Robert. *A Economia Política das Relações Internacionais*. Brasília: UnB, 2002.
TILLY, Charles. *Coerção, Capital e Estados Europeus*. São Paulo: Edusp, 1996.

Bibliografia Complementar:

ABIX, Glauco [et al.] (Orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. SP: Unesp e Edusp, 2002.

- ARRIGHI, Giovanni e SILVER, Beverly J (Orgs.). Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora UFRJ, 2001.
- COX, Robert W. Production, Power and World Order: social forces in the making of history. NY-US: Columbia University Press, 2008.
- DIAMOND, Jared. Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- EICHENGREEN, Barry. A globalização do capital: uma história do sistema monetário internacional. SP: Ed 34, 2000.
- GILPIN, Robert. The challenge of the world global economy capitalism in the 21st century. Princeton-US: Princeton University Press, 2000.
- HIST, Paul e THOMPSON, Grahame. Globalização em Questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- KHANNA, Parag. O Segundo Mundo. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2008.
- KEOHANE, Robert O. Después de la Hegemonia: cooperación y discórdia en la política económica mundial. Tradução: Mirta Rosenberg. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988
- MURPHY, Craig. International Organization and Industrial charge: global governance since 1850. NY-US: Oxford University Press, 1994.
- POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.
- STIGLITZ, Joseph. A Globalização do capital e seus malefícios. SP: Futura, 2002.
- TAVARES, Maria da C. e FIORI, José Luis (Orgs). Poder e Dinheiro: uma economia política da globalização. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião C. Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia. SP: UNESP, Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UNESP, Unicamp e PUC-SP, 2007.

26. Currículo do Curso de RI da USP



Av Prof. Lúcio Martins Rodrigues, s/n
Travessas 4 e 5 - Cidade Universitária
05508-020 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 11 3091 1898

ESTRUTURA CURRICULAR					
Referência: 2015					
Curso: Bacharelado em Relações Internacionais		DURAÇÃO IDEAL: 08 SEMESTRES			
1º semestre					
DFD0125	Instituições de Direito	Aula	Trabalho	Semestral	Anual
EAE0110	Fundamentos de Microeconomia	4	0	60	0
FLH0124	História das Relações Internacionais I	4	0	60	0
BRI0012	Introdução à Ciência Política para Relações Internacionais	4	0	60	0
BRI0021	Métodos Empíricos de Pesquisa I	4	0	60	0
		20	0	300	0
2º semestre					
BRI0009	Teoria das Relações Internacionais I: Teorias Clássicas	4	0	60	0
DES0114	Teoria do Estado I	4	0	60	0
EAE0111	Fundamentos de Macroeconomia	4	0	60	0
FLH0125	História das Relações Internacionais II	4	0	60	0
BRI0022	Métodos Empíricos de Pesquisa II	4	0	60	0
		20	0	300	0
3º semestre					
BRI0010	Regimes e Organizações Internacionais	4	0	60	0
BRI0023	Economia Internacional I: Teoria e Política do Comércio Internacional	4	0	60	0
BRI0025	Teoria do Estado II: Constitucionalismo Comparado	4	0	60	0
FLH0702	América Independente: Formação e Relações Internacionais	4	0	60	0
FSL0115	Persistência e a mudança social	4	0	60	0
		20	0	300	0
4º semestre					
DIN0426	Direito Internacional Público	4	0	60	0
BRI0024	Economia Internacional II: Sistemas Monetário e Financeiro Internacional	4	0	60	0
FLH0703	O Brasil e as Relações Internacionais	4	0	60	0
FLP0437	Política Externa Brasileira				
FSL0644	Sociologia do Desenvolvimento	4	0	60	0
		20	0	300	0

5º semestre					
DIN0430	Negociação Internacional e Solução de Controvérsias	4	0	60	0
BRI0007	Teoria Avançada das Relações Internacionais	4	0	60	0
	Optativa eletiva 1	4	0	60	0
	Optativa eletiva 2	4	0	60	0
	Optativa eletiva 3	4	0	60	0
		20	0	300	0
6º semestre					
	Optativa livre 1	4	0	60	0
	Optativa livre 2	4	0	60	0
	Optativa livre 3	4	0	60	0
	Optativa eletiva 4	4	0	60	0

USP



Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo

Av Prof. Lúcio Martins Rodrigues, s/n
Travessas 4 e 5 - Cidade Universitária
05508-020 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 11 3091 1898

	Optativa eletiva 5	4	0	60	0
		20	0	300	0
7º semestre					
	Optativa livre 4	4	0	60	0
	Optativa livre 5	4	0	60	0
	Optativa eletiva 6	4	0	60	0
	Optativa eletiva 7	4	0	60	0
	Optativa eletiva 8	4	0	60	0
		20	0	300	0
8º semestre					
	Optativa livre 6	4	0	60	0
	Optativa livre 7	4	0	60	0
	Optativa eletiva 9	4	0	60	0
	Optativa eletiva 10	4	0	60	0
	Optativa eletiva 11	4	0	60	0
		20	0	300	0

27. Programa de EPI da USP

**Instituto de Relações Internacionais****Bacharelado em Relações Internacionais****Disciplina: BRI0048 - Economia Política Internacional**
International Political Economy

Créditos Aula:	4
Créditos Trabalho:	0
Carga Horária Total:	60 h
Tipo:	Semestral
Ativação:	01/01/2015

Objetivos

A disciplina destina-se a dar aos estudantes, simultaneamente, uma visão ampla e profunda das relações econômicas internacionais. O curso busca desenvolver uma compreensão da política internacional a partir da literatura em relações internacionais, política comparada e economia. São apresentados alguns entre os principais temas de Economia Política Internacional (EPI), onde variáveis políticas e econômicas são utilizadas para explicar os fenômenos internacionais. Para o estudo da EPI, é necessário retomar conceitos e teorias relacionados com as questões fundamentais da economia política internacional, como o comércio internacional, as finanças, a política monetária e fiscal, o investimento estrangeiro, a globalização, o desenvolvimento, a ajuda externa e cooperação internacional. A disciplina tem também como objetivo apresentar e discutir a metodologia aplicada nestas áreas através da leitura de artigos que exemplifiquem estudos que combinam variáveis políticas e econômicas, o que será feito na segunda parte das aulas semanais.

Docente(s) Responsável(eis)

598407 - Adriana Schor
2121493 - Maria Antonieta Del Tedesco Lins

Programa Resumido

Tendo em conta que os estudantes já terão conhecimentos de Economia e Ciência Política, o curso de Economia Política Internacional apresenta visões mais aprofundadas e enfoque multidisciplinar acerca de temas como o comércio internacional, as finanças, a política monetária e fiscal, o investimento estrangeiro, a globalização, o desenvolvimento, a ajuda externa e cooperação internacional. O programa está centrado em dois grandes blocos: o comércio internacional e as relações monetárias e financeiras internacionais. O programa básico tem uma estrutura generalista, de forma a permitir ao docente moldar o curso em função de diferentes interesses e temas que venham a ser pertinentes ao longo do tempo.

Programa

1. Introdução: O que é Economia Política Internacional?
2. Economia política do comércio internacional
3. Teoria de comércio e coalizões
4. Instituições internacionais e comércio: o GATT / OMC e os acordos regionais de comércio
5. Taxas de câmbio, mobilidade de capital e política macroeconômica
6. Instrumentos de política monetária e fontes de pressão: dilema doméstico x externo
7. Crises financeiras e cambiais e políticas de ajustamento em países emergentes
8. Desenvolvimentos monetários internacionais e o poder dos estados
9. A economia política das organizações internacionais

Avaliação**Método**

Aulas expositivas, seminários, exercícios práticos e leituras orientadas. Compatíveis com as atividades exigidas dos alunos, conforme inciso 1º do artigo 65 do Regimento Geral da USP.

Critério

Conforme artigos 81 a 84 do Regimento Geral da USP, as notas variarão de zero a dez e para ser aprovado o aluno deverá obter nota final igual ou superior a cinco e ter, no mínimo, setenta por cento de frequência na disciplina.

Norma de Recuperação

Poderão participar da recuperação os alunos que alcançarem média final mínima 3,0 e frequência mínima de 70%, em conformidade com a Resolução CoG nº 3583.

Bibliografia

- Alt, James, Jeffrey Frieden, Michael Gilligan, DaniRodrik e Ronald Rogowski (1996). "The Political Economy of International Trade." *Comparative Political Studies* 29 (6): 689-717
- Barton, J.; Goldstein, J.; Josling, T. & Steinberg, R. (2006) *The Evolution of the Trade Regime: politics, law, and economics of the GATT and the WTO*. Princeton University Press. Capítulos 1 e 2.
- Broz, J. Lawrence and Frieden, Jeffrey, "The Political Economy of International Monetary Relations," *Annual Review of Political Science* 4 (2001): 317-343
- Bueno de Mesquita, B. (2010). *Principles of International Politics* 4ª edição CQ Press, Washington.
- Calvo, Guillermo, Mishkin, Frederic S. (2003) *The Mirage of Exchange Rate Regimes for Emerging Market Countries*. NBER Working Paper 9808, June 2003. (<http://www.nber.org/papers/w9808>)
- Cohen, Benjamin J. (2008) *The international monetary system: diffusion and ambiguity*. *International Affairs* 84:3, p.455-470
- Cohen, Benjamin J. (2008) *International Political Economy: An Intellectual History* Princeton University Press.
- Dailami, Mansoor e Paul Masson (2009). *The Multi-polar International Monetary System*. World Bank. Policy Research Working Paper 5147, December 2009
- Dooley, Michael P.; Folkerts-Landau, David; Garber, Peter (2009) *Bretton Woods II Still Defines The International Monetary System*; NBER Working Paper 14.731, Cambridge MA, February
- Eichengreen, Barry. *Globalizing Capital. A history of the international monetary system*. 2nd edition. Princeton University Press, 2008, Chapter 6: Brave New Monetary World.
- Eichengreen, Barry (2011) *Exorbitant Privilege: The Rise and Fall of the Dollar and the Future of the International Monetary System*. Oxford University Press
- Frieden, Jeffrey A., *Global Capitalism*. Disponível também em português: Frieden, J. A. *Capitalismo Global. História econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- Frieden, Jeffrey A. e David A. Lake (2000) *International political economy: perspectives on global power and wealth*.
- Gilpin, Robert (2001). *Global Political Economy: understanding the international economic order*. Princeton University Press.
- Hausmann, R. and Velasco, A. (2004) *The causes of financial crises: moral failure versus market failure*. Kennedy School of Government, Harvard University.
- Hoekman, B. e Kostecki, M. (2001) *The Political Economy of the World Trade System: The WTO and Beyond*. 2nd Edition. Oxford University Press.
- Martinez-Diaz, Leonardo (2007) *The G-20 after eight years. How effective a vehicle for developing country influence?* The Brookings Institution. *Global Economy and Development Working Paper* N 12. October.
- Moravcsik, A. (1993). "Introduction: integrating international and domestic theories of international bargaining" in Evans, P. B., H. K. Jacobson e R. D. Putnam (eds) *Double-edged diplomacy: international bargaining and domestic politics*. University of California Press, California.
- Reinhart, Carmen M. & Kenneth S. Rogoff. (2009) *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*. Princeton University Press.
- Schumkler, Sergio L. (2010) *Financial Globalization: Gain and Pain for Developing Countries*, Cap 18 de Frieden, Jeffrey A. e David A. Lake *International political economy: perspectives on global power and wealth*. 5th edition, W.W. Norton and Company

28. Programa de Economia Internacional II da USP

Informações da Disciplina



Instituto de Relações Internacionais

Bacharelado em Relações Internacionais

Disciplina: BRI0024 - Economia Internacional II: Sistema Monetário e Financeiro Internacional

International Economics 2: International Monetary and Financial Systems

Créditos Aula: 4
Créditos Trabalho: 0
Carga Horária Total: 60 h
Tipo: Semestral
Ativação: 01/01/2015

Objetivos

A disciplina apresenta uma abordagem macroeconômica da Economia Internacional. Tem como principais objetivos familiarizar os estudantes com os processos de ajustamentos macroeconômicos em economias abertas. Ademais, propõe a leitura das experiências monetárias internacionais a partir dos instrumentos teóricos estudados.

Docente(s) Responsável(eis)

598407 - Adriana Schor
 2121493 - Maria Antonieta Del Tedesco Lins

Programa Resumido

A disciplina apresenta uma abordagem macroeconômica da Economia Internacional e divide-se em dois grandes blocos de conteúdo.

A primeira parte do curso tem como objetivo estudar a macroeconomia de uma economia aberta: o balanço de pagamentos e as teorias de determinação da taxa de câmbio no curto e no longo prazo. Entre as questões básicas a serem abordadas, estão (i) como é feito o registro das transações de um país com o resto do mundo? Como se dão os ajustes e desajustes nas contas externas? (ii) qual a diferença entre taxa nominal de câmbio e taxa real de câmbio? (iii) como o mercado financeiro internacional afeta a taxa de câmbio de um país? (iv) qual o impacto sobre a política econômica de diferentes regimes cambiais?

A segunda parte do curso faz um retrospecto histórico da evolução do sistema monetário e financeiro, de forma a mobilizar os conceitos teóricos vistos anteriormente. A discussão de aspectos contemporâneos da dinâmica monetária e financeira internacional passará pelo estudo rápido das crises financeiras e do papel desempenhado pelos países emergentes.

Programa

PARTE I: MACROECONOMIA DE ECONOMIAS ABERTAS

1. Balanço de Pagamentos
2. Determinação da taxa de câmbio: enfoque do mercado de ativos
3. Determinação da taxa de câmbio: longo prazo
4. Determinação da taxa de câmbio: curto prazo
5. Modelo Mundell-Fleming
6. Regimes cambiais e impacto na política econômica

PARTE II: SISTEMA MONETÁRIO E FINANCEIRO INTERNACIONAL

7. Sistema monetário internacional – Bretton Woods
8. Sistema monetário internacional – Pós-Bretton Woods
9. Unificação monetária na Europa: teoria, prática e crise
10. Debate sobre liberalização financeira e crise nos países em desenvolvimento e desenvolvidos

Aulas expositivas, exercícios e atividades tratando de situações da economia internacional que ilustrem pontos da teoria. Seminários e debates de papers selecionados, a serem apresentados pelos alunos.

De acordo com as atividades exigidas dos alunos, conforme inciso 1º do artigo 65 do Regimento Geral da USP.

Critério

Conforme artigos 81 a 84 do Regimento Geral da USP, as notas variarão de zero a dez e para ser aprovado o aluno deverá obter nota final igual ou superior a cinco e ter, no mínimo, setenta por cento de frequência na disciplina.

Norma de Recuperação

Poderão participar da recuperação os alunos que alcançarem média final mínima 3,0 e frequência mínima de 70%, em conformidade com a Resolução CoG nº 3583.

Bibliografia

*Baumann, Renato; Canuto, Otaviano e Gonçalves, Reinaldo. Economia Internacional: Teoria e Experiência Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

*Blanchard, Olivier. Macroeconomia. 5ª Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

*Eichengreen, Barry. A globalização do capital. São Paulo: Editora 34, 2000.

Frieden, Jeffrey A., Global Capitalism, Chapters 12, 15, and 20. Disponível também em português: Frieden, J. A. Capitalismo Global. História econômica e política do século XX. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

Gilpin, Robert. Global Political Economy: understanding the international economic order. Princeton University Press, 2001.

Hausmann, Ricardo e Andrés Velasco. "The causes of financial crises: moral failure versus market failure". Kennedy School of Government, Harvard University, 2004.

*Krugman, Paul e Obstfeld, Maurice. Economia Internacional: Teoria e Política. 6ª Edição. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

Kaminsky, G. e Reinhart, C. The Twin Crises: The causes of banking and balance-of-payments problems. The American Economic Review. Vol 89 no 3.p.473-500, 1999

McKinnon, Ronald I. Rules of the Game: International Money in Historical Perspective. Journal of Economic Literature, Vol. 31, No. 1 (Mar., 1993), pp. 1-44 Published by: American Economic Association Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2728149>.

[Clique para consultar os requisitos para BRI0024](#)

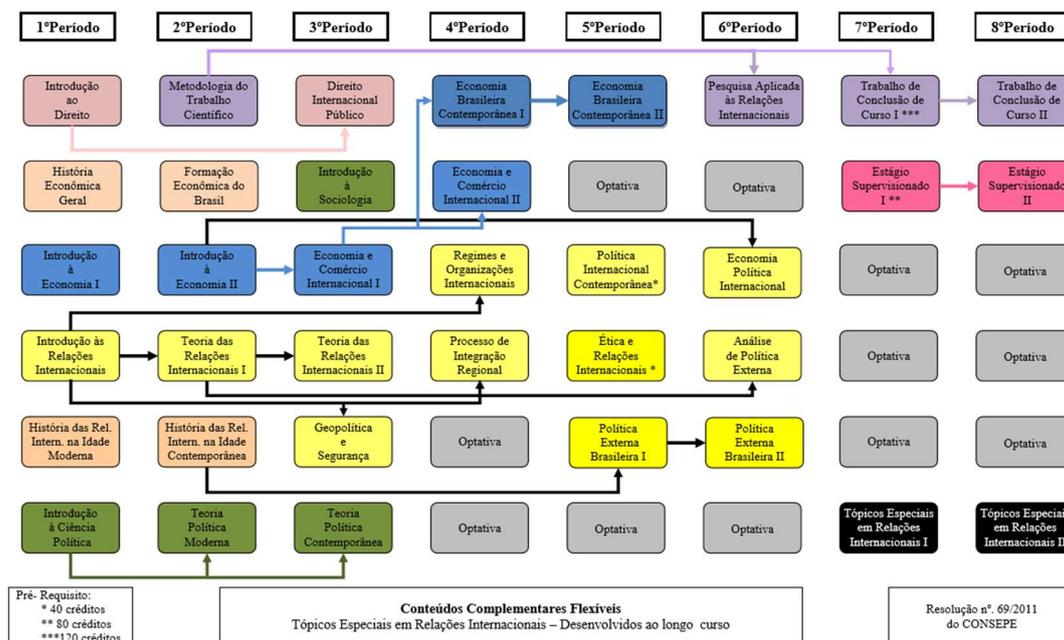
[Clique para consultar o oferecimento para BRI0024](#)

29. Grade Curricular de RI da UFPB



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

FLUXOGRAMA – Turno: Diurno



30. Programa de EPI da UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
DISCIPLINA: ECONOMIA E COMÉRCIO INTERNACIONAL I
Período letivo: 2015.1
Professor: Jales Dantas da Costa

Carga horária: 60 horas

Créditos 04

Ementa: Teorias de comércio internacional: concepções teóricas clássicas e os novos modelos de comércio. Política comercial na prática: quotas, subsídios, dumping e outros tipos de barreiras não tarifárias.

Justificativa do curso: A reflexão sobre economia e comércio internacional vem de longa data. Mercantilistas, fisiocratas e a economia política clássica e sua crítica se debruçaram sobre o estudo da economia e do comércio entre as nações e classes sociais durante séculos. Ainda hoje estadistas, legisladores, servidores públicos, empresários, trabalhadores, pesquisadores, jornalistas etc. se valem de argumentos elaborados nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX. Novas formulações teóricas sobre economia e comércio internacional foram formuladas no decorrer do século XX a partir de leituras dos clássicos da economia e da ciência histórica. A evolução econômica e do comércio nacional e internacional foi e é inimaginável se pensarmos em termos da quantidade de mercadorias criadas e intercambiadas dentro e entre as nações e classes sociais no mundo no decorrer dos últimos séculos. Evidentemente não há consenso sobre os benefícios e males das relações econômicas e sociais no processo de produção e circulação das mercadorias por sobre o globo. Já foi dito que o significado das ciências sociais no mundo moderno está na preparação dos seres humanos para proceder a escolhas compatíveis com seus interesses e com os valores os quais de fato se identifique (Florestan Fernandes). Daí ser fundamental apresentar e dialogar sobre certas concepções teóricas clássicas e modernas de economia e comércio internacional, ao mesmo tempo em que devemos evidenciar o próprio comportamento das trocas, bem como seus imperativos e consequências sobre distintas nações e classes sociais.

Objetivos: Apresentar e debater textos previamente selecionados sobre as teorias clássicas, marxista, neoclássica e keynesiana, suas análises sobre o desenvolvimento histórico da economia e comércio exterior, e suas consequências para as distintas nações e classes sociais, tudo visando despertar e estimular o interesse e o exercício da argumentação verbal e escrita sobre essas temáticas.

Programa: No desenvolvimento da disciplina serão abordadas as seguintes temáticas:

- Teorias clássicas de economia e comércio internacional;
- A economia e o comércio internacional nos séculos XVI ao XIX
- Teorias neoclássicas e keynesiana de economia e comércio internacional;
- A economia e o comércio internacional durante o século XIX
- A economia e o comércio internacional durante o século XX
- A economia e o comércio internacional no século XXI

Semana I 24/03/15	Apresentação da disciplina
UNIDADE I: Teorias clássicas de economia e comércio internacional; A economia e o comércio internacional nos séculos XVI ao XIX	
Semana II 31/03/15	<p>O pensamento econômico mercantilista e fisiocrata</p> <p>HUNT, E. K. Ideias econômicas anteriores a Adam Smith. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.44-59.</p> <p>Documentário:</p> <p><i>Conociendo el Capital – Economía, Mercantilistas, Fisiócratas.</i> (Dirección de Sebastián Jauris, 74 min.).</p> <p>Erro! A referência de hiperlink não é válida. https://www.youtube.com/watch?v=yT2NiAAeNqg</p> <p>Escritos originais:</p> <p>PETTY, William. Obras econômicas. São Paulo : Nova Cultural, 1996.</p> <p>QUESNAY, François. Quadro econômico dos fisiocratas. São Paulo : Nova Cultural, 1996.</p> <p>_____. François Quesnay: economia. São Paulo : Ática, 1984.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. A transição para o capitalismo e a elaboração do pensamento mercantilista. <i>In:</i> HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. 19º ed. Petrópolis : 2000, p.23-40.</p> <p>_____. O conflito latente no pensamento mercantilista. <i>In:</i> HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. 19º ed. Petrópolis : 2000, p.41-52.</p> <p>CAMPOS, Roberto de Oliveira. Apresentação. São Paulo : Nova Cultural, 1996, p.07-14.</p> <p>_____. Apresentação. São Paulo : Nova Cultural, 1996, p.203-207.</p>

	<p>KUNTZ, Rolf. François Quesnay e a fundação da economia moderna. <i>In:</i> QUESNAY, François. Textos de Quesnay. São Paulo : Ática, 1984, p.07-40.</p>
<p>Semana III 07/04/15</p>	<p>“A Riqueza das Nações” de Adam Smith</p> <p>HUNT, E. K. Adam Smith. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7ª ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.60-84.</p> <p>ARRIGHI, Giovanni. A sociologia histórica de Adam Smith. <i>In:</i> ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008, p.55-80.</p> <p>Documentários:</p> <p>Adam Smith (6 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=Py48VqNqDXM</p> <p><i>Conociendo el Capital – Adam Smith</i> (27 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=4t4XScyCfM0</p> <p>Escritos originais:</p> <p>SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Nova Cultural, [1776] 1996.</p> <p>_____. Teoria dos sentimentos morais. São Paulo : Martins Fontes, 2002.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>CANNAN, Edwin. Introdução. <i>In:</i> SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Abril, 1996, p.23-55.</p> <p>COSTA, Jales Dantas. A riqueza das nações em Adam Smith. <i>In:</i> COSTA, Jales Dantas. Brasil e Chile: riquezas e pobreza. Brasília : UnB, 2014, p.41-56. [Tese de doutorado].</p> <p>FRANK, André Gunder. Sobre Adam Smith e o Novo Mundo. <i>In:</i> FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo : Brasiliense, 1980, p.56-61.</p> <p>FRITSCH, Winston. Apresentação. <i>In:</i> SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo : Abril, 1996, p.05-19.</p>

<p>Semana IV 14/04/15</p>	<p>A economia e o comércio internacional entre os séculos XV e XVIII na Europa e além dela</p> <p>BRAUDEL, Fernand. Os mercados nacionais: unidades elementares, unidades superiores. <i>In:</i> BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998, p.255-274.</p> <p>_____. Revolução industrial e crescimento: A revolução inglesa setor por setor. <i>In:</i> BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998, p.517-546.</p> <p>_____. Revolução industrial e crescimento: ultrapassar a revolução industrial. <i>In:</i> BRAUDEL, Fernand. Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: o tempo do mundo. São Paulo : Martins Fontes, 1998, p.547-574.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>FRANK, André Gunder. Acumulação mundial de capital, padrões de comércio e modos de produção, 1500-1770. <i>In:</i> FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo : Brasiliense, 1980, p.34-46.</p> <p>HOBSBWAN, Eric. O mundo na década de 1780. <i>In:</i> HOBSBWAN, Eric. A era das revoluções 1789-1848. 15° ed. São Paulo : Paz e Terra, 2001, p.23-42.</p>
<p>Semana V 21/04/15</p>	<p>Feriado - Tiradentes</p>

<p>Semana VI 28/04/15</p>	<p>A economia política clássica de Thomas Robert Malthus, David Ricardo e John Stuart Mill</p> <p>HUNT, E. K. Thomas Robert Malthus. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.85-109.</p> <p>_____. David Ricardo. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.110-142.</p> <p>EKERMAN, Raul. Apresentação. <i>In:</i> MILL, John Stuart. Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo : Abril, 1996, p.05-25.</p> <p>Documentários:</p> <p>Malthus (6 min.). https://www.youtube.com/watch?v=4Q3W3SPngSQ</p> <p>A escola clássica de David Ricardo (8 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=M6abjABrcNk</p> <p><i>Conociendo el Capital</i> – David Ricardo (26 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=RwABRF6Dhek</p> <p><i>Conociendo el Capital</i> – John Stuart Mill (5 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=XXZlZlsLNoY</p> <p>Escritos originais:</p> <p>MALTHUS, T. Robert. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. São Paulo : Abril, 1996.</p> <p>_____. Thomas Robert Malthus : economia. São Paulo : Ática, 1982.</p> <p>RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo : Nova Cultural, [1817] 1996.</p> <p>MILL, John Stuart. Princípios de economia política com algumas de suas aplicações à filosofia social. São Paulo : Abril, [1848] 1996.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>GALVÊAS, Ernane. Apresentação. <i>In:</i> MALTHUS, T. Robert. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. São Paulo : Abril, 1996, p.05-19.</p> <p>SZMRECSÁNYI, Tamás. A importância de Malthus na história do pensamento econômico. <i>In:</i> MALTHUS, Thomas Robert. Thomas Robert Malthus : economia. São Paulo : Ática, 1982, p.07-48.</p> <p>HOLANDA, Felipe Macedo. Apresentação. <i>In:</i> RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. São Paulo : Abril, 1996, p.05-</p>
-------------------------------	--

Semana VII 05/05/15	<p>Karl Marx e a crítica da economia política</p> <p>GORENDER, Jacob. Apresentação. <i>In: MARX, Karl. O Capital (livro I): crítica da economia política.</i> São Paulo : Boitempo, 2013, p.15-37.</p>
Semana VIII 12/05/15	<p>HARVEY, David. Introdução. <i>In: HARVEY, David. Para entender O Capital (Livro I).</i> Boitempo : São Paulo, 2013, p.11-23.</p> <p>_____. Introdução. <i>In: HARVEY, David. Para entender O Capital (Livros II e III).</i> Boitempo : São Paulo, 2014, p.09-41.</p> <p>MÉSZÁROS, István. O projeto inacabado de Marx. <i>In: MÉSZÁROS, István. Para além do Capital.</i> São Paulo : Boitempo, 2002, p.517-539.</p> <p>Documentários:</p> <p>Karl Marx – Biografia (18 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=rYirs1pDV20</p> <p><i>Conociendo el Capital – Carlos Marx</i> (23 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=4AacSLMnXPI</p> <p><i>Teoria de Carlos Marx</i> (partes I, II e III) (22 MIN.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=JU_S-qfZaCI</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=T4RRs4xxmdw</p>

6

	<p>https://www.youtube.com/watch?v=Yq0qenhJZD0</p> <p>Escritos originais:</p> <p>MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo : Boitempo, [1844] 2004.</p> <p>_____. Crítica da economia nacional. Lisboa : Ulmeiro, [1845] 1976.</p> <p>_____. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo : Boitempo, 2011.</p> <p>_____. Formações econômicas pré-capitalistas. 3º ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, [1857-1858] 1981.</p>
--	--

_____. A origem do Capital: a acumulação primitiva. 2º ed. São Paulo : Centauro, 2004.

_____. O Capital: crítica da economia política. São Paulo : Boitempo, 2013 (Livro I) e 2014 (livro II).

_____. O Capital: crítica da economia política (Livro I). São Paulo : Boitempo, [1867] 2013 e 2014 (livro II).

_____. O Capital: crítica da economia política (Livro II). São Paulo : Boitempo, [1885] 2014.

_____. O Capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista (Livro III, volumes IV). 4º ed. São Paulo : Difel, [1894] 1983.

_____. O Capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista (Livro III, volume V). 5º ed. São Paulo : Difel, [1894] 1991.

_____. O Capital: crítica da economia política: o processo global da produção capitalista (Livro III, volume VI). 5º ed. São Paulo : Difel, [1894] 1991.

_____. O Capital: Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico. (Livro IV). São Paulo : Difel, 1980.

_____. Capítulo VI inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata. São Paulo : Moraes, 1969.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. 6º ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo : Boitempo, [1845] 2010.

Leituras complementares:

	<p>COSTA, Jales Dantas. A lei geral da acumulação capitalista e o pauperismo em Karl Marx. <i>In:</i> COSTA, Jales Dantas. Brasil e Chile: riquezas e pobreza. Brasília : UnB, 2014, p.71-82. [Tese de doutorado].</p> <p>GIANNOTTI, José Arthur. Marx (1818-1883): vida e obra. <i>In:</i> MARX, Karl. Coleção Os pensadores. São Paulo : Abril, 1978, p.vi-xxiv.</p> <p>FERNANDES, Florestan. Marx, Engels, Lenin: história em processo. 1º ed. São Paulo : Expressão Popular, 2012.</p> <p>FRANK, André Gunder. Sobre Karl Marx e a acumulação de capital. <i>In:</i> FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo : Brasiliense, 1980, p.61-66.</p> <p>HARVEY, David. Os limites do capital. Boitempo : São Paulo, 2013.</p> <p>_____. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. <i>In:</i> HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo : Annablume, 2006, p.41-73.</p> <p>_____. Para entender O Capital (Livro I). Boitempo : São Paulo, 2013.</p> <p>_____. Para entender O Capital (Livros II e III). Boitempo : São Paulo, 2013.</p> <p>HUNT, E. K. Karl Marx. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.218-251.</p> <p>HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. As doutrinas socialistas: a teoria econômica de Marx. <i>In:</i> HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. 19º ed. Petrópolis : 2000, p.91-106.</p> <p>LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do Imperialismo. Rio de Janeiro : Zahar, 1970.</p> <p>_____. Introdução à economia política. São Paulo : Martins Fontes, [1916-1917].</p> <p>MÉSZÁROS, István. Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo : Boitempo, 2002.</p> <p>_____. A crise estrutural do Capital. 2e ed. São Paulo : Boitempo, 2011.</p> <p>ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. 3º Reimpressão. Rio de Janeiro : Contraponto [1968], 2011.</p> <p>SINGER, Paul. Introdução: Karl Marx, como pensador econômico. <i>In:</i> Marx, Karl: economia. São Paulo : Ática, 1982, p. 05-31.</p>
--	---

<p>Semana IX 19/05/15</p> <p>Semana X 26/05/15</p>	<p>A economia e o comércio internacional no século XIX</p> <p>HOBBSWAN, Eric. A revolução industrial. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era das revoluções 1789-1848. 15º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2001, p.43-69.</p> <p>_____. A Terra. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era das revoluções 1789-1848. 15º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2001, p.167-186.</p> <p>_____. Rumo a um mundo industrial. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era das revoluções 1789-1848. São Paulo : Paz e Terra, 2001, p.187-201.</p> <p>_____. A grande expansão. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era do capital 1848-1875. 9º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2002, p.53-77.</p> <p>_____. O muno unificado <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era do capital 1848-1875. 9º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2002, p.79-105.</p> <p>_____. A Terra. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era do capital 1848-1875. 9º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2002, p.243-269.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>FRANK, André Gunder. A revolução industrial e a pax britânica. <i>In:</i> FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo : Brasiliense, 1980, p.97-120.</p>
<p>UNIDADE II: Teorias marginalistas, neoclássicas e keynesiana de economia e comércio internacional</p> <p>A economia e o comércio internacional entre fins do século XIX e o século XXI</p>	
<p>Semana XI 02/06/15</p>	<p>O pensamento econômico marginalista e neoclássico</p> <p>HUNT, E. K. A economia neoclássica contemporânea. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.477-496.</p> <p>REBELO, André Marques. Apresentação. <i>In:</i> JEVONS, W. Stanley. A teoria da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.05-13.</p> <p>SCHUMPETER, Joseph A. Marie Esprit Léon Walras (1834-1910). <i>In:</i> SCHUMPETER, Joseph A. Teorias econômicas: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro : Zahar, 1970, p.79-84.</p> <p>_____. Carl Menger (1840-1921). <i>In:</i> SCHUMPETER, Joseph A. Teorias econômicas: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro : Zahar, 1970, p.85-94.</p> <p>_____. Alfred Marshall (1842-1924). <i>In:</i> SCHUMPETER, Joseph A. Teorias econômicas: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro : Zahar, 1970, p.95-111.</p>

_____. Vilfredo Pareto (1848-1923). In: SCHUMPETER, Joseph A. Teorias econômicas: de Marx a Keynes. Rio de Janeiro : Zahar, 1970, p.112-141.

Documentário: *Conociendo el Capital – La escuela marginalista* (Walras, Menger, Jevons). (21 min.).

<https://www.youtube.com/watch?v=4Px3i6UDLvE>

Escritos originais:

JEVONS, W. Stanley. A teoria da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

WALRAS, Léon. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PARETO, Vilfredo. Manual de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.05-17.

MARSHALL, Alfredo. Princípios de economia. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Leituras complementares:

CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. Apresentação. In: WALRAS, Léon. Compêndio dos elementos de economia política pura. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.05-19.

GARCIA, Fernando. Apresentação. In: PARETO, Vilfredo. Manual de economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.05-17.

HUNT, E. K. O triunfo do utilitarismo: a economia de Jevons, Menger e Walras. In: HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.277-314.

_____. Teorias neoclássicas da firma e da distribuição de renda. In: HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.315-344.

_____. Consumo, consagração e destruição da “mão invisível”: a economia neoclássica do bem-estar. In: HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.400-425.

HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. A formação do capitalismo corporativo e a defesa do laissez-faire. In: HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. 19º ed. Petrópolis : 2000, p.107-122.

	STRAUCH, Ottolmy. Apresentação. <i>In:</i> MARSHALL, Alfredo. Princípios de economia. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p.05-51.
Semana XII 09/06/15	IV SARI (Semana Acadêmica de Relações Internacionais)
Semana XIII 16/06/15	<p>As ideias econômicas de John Maynard Keynes</p> <p>DILLARD, Dudley. A teoria econômica de John Maynard Keynes: teoria de uma economia monetária. 3º ed. São Paulo : Biblioteca pioneira de ciências sociais, 1976, p.01-54.</p> <p>Documentários: <i>Conociendo el Capital – Modelo Keynesiano</i> (24 min.). https://www.youtube.com/watch?v=Bhs1_T0ws2c</p> <p>Teorias econômicas de Keynes (Por Luiz Gonzaga Belluzzo, 53 min.). https://www.youtube.com/watch?v=1pJduyhZgRU</p> <p>Escritos originais:</p> <p>KEYNES, J. Maynard. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo : Atlas, 1992.</p> <p>_____. John Maynard Keynes: economia. São Paulo : Ática, 1978.</p> <p>KALECKI, Michael. Teoria da dinâmica econômica. São Paulo, Nova Cultural, 1996.</p> <p>_____. KALECKI, Michael: economia. São Paulo : Ática, 1980.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>HUNT, E. K. A ideologia neoclássica e o mito do mercado auto-regulador: as ideias de John Maynard Keynes. <i>In:</i> HUNT, E. K. História do pensamento econômico. 7º ed. Rio de Janeiro : Editora Campus, 1989, p.426-451.</p> <p>HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. A teoria econômica keynesiana e a grande depressão. <i>In:</i> HUNT, E. K. & SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. 19º ed. Petrópolis : 2000, p. 163-177.</p> <p>MIGLIONI, Jorge. Introdução. <i>In:</i> KALECKI, Michael: economia. São Paulo : Ática, 1980, p.07-36.</p> <p>SZMRECSÁNYI, Tamás. Introdução. <i>In:</i> John Maynard Keynes: economia.</p>

	<p>A economia e o comércio internacional entre fins do século XIX e o século XX</p> <p>HOBBSWAN, Eric. Uma economia mudando em marcha. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era dos impérios 1875-1914. 7º ed. São Paulo : Paz e Terra, 2002, p.57-85.</p>
--	--

12

<p>Semana XV 30/06/15</p>	<p>_____. Rumo ao abismo econômico. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2º ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2001, p.90-112.</p> <p>_____. Os anos dourados. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2º ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2001, p.253-281.</p> <p>_____. As décadas de crise. <i>In:</i> HOBBSWAN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. 2º ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2001, p.393-420.</p> <p>Leituras complementares:</p> <p>FRANK, André Gunder. Desequilíbrios no comércio multilateral de mercadorias e desenvolvimento econômico desigual. <i>In:</i> FRANK, André Gunder. Acumulação dependente e subdesenvolvimento: repensando a teoria da dependência. São Paulo : Brasiliense, 1980, p.210-251.</p>
<p>Semana XVI 07/07/15</p>	<p>A economia e o comércio internacional durante fins do século XX e o início do século XXI</p> <p>GONÇALVES, Reinaldo. Globalização neoliberal. <i>In:</i> GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. Rio de Janeiro : Record, 2003, p.17-39.</p> <p>_____. Globalização financeira. <i>In:</i> GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. Rio de Janeiro : Record, 2003, p.41-72.</p> <p>_____. Globalização produtiva. <i>In:</i> GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. Rio de Janeiro : Record, 2003, p.73-95.</p> <p>_____. Globalização comercial. <i>In:</i> GONÇALVES, Reinaldo. O nó econômico. Rio de Janeiro : Record, 2003, p.97-122.</p>
<p>Semana XVII 14/07/15</p>	<p>SADER, Emir. Que alternativas o movimento de contestação tem a propor para a economia mundial? ; Um comércio alternativo implicaria virar o mundo de cabeça para baixo, não? <i>In:</i> SADER, Emir. Os porquês da desordem mundial: mestres explicam a globalização. Rio de Janeiro : Record,</p>

Semana XVIII 21/07/15	<p>HARVEY, David. A crise. <i>In:</i> HARVEY, David. O enigma do capital. Boitempo : São Paulo, 2011, p.09-40.</p> <p>_____. Epílogo. <i>In:</i> HARVEY, David. O enigma do capital. Boitempo : São Paulo, 2011, p.211-224.</p> <p>Documentário:</p> <p>David Harvey fala sobre a crise do capitalismo (23 min.).</p> <p>https://www.youtube.com/watch?v=VOiFVW0eTeo</p>
--------------------------	---

31. Programa de Economia Política Contemporânea da UFPB

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**



Disciplina: Economia Política Contemporânea - 2015.1
Carga Horária 60h – 4 créditos
Professor: Thiago Lima
tlima@ccsa.ufpb.br

Ementa

Análise dos processos políticos e econômicos que explicam o sistema internacional contemporâneo. As transformações correntes do sistema capitalista e o processo de globalização: principais instituições e atores político-econômicos. As empresas transnacionais e a organização internacional da produção. A dominância do capital financeiro. Instrumentos de regulação do capitalismo contemporâneo. O sistema soviético: sua evolução, crise e as transformações pós-1990. A economia chinesa: sua evolução recente e a inserção no capitalismo internacional. Os países emergentes e a formação dos novos grupos de poder no espaço econômico internacional.

Conteúdo Programático**25/03 - Apresentação do curso:****01/04 - Ordem econômica internacional e transição**

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008 - Primeira Parte: Adam Smith e a nova época asiática

08/04 - Ordem econômica internacional e transição

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008 - Segunda Parte: Rastreamento da turbulência global

15/04 - Ordem econômica internacional e transição

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008 - Terceira Parte: A hegemonia desvendada

22/04 - Ordem econômica internacional e transição

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2008 - Quarta Parte: Linhagens da nova era asiática

29/04 - 1º Prova

06/05 – Crises financeiras internacionais

KINDLEBERGER, Charles C. e ALIBER, Robert Z. *Manias, Pânicos e Crises - Uma História das Crises Financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013 - Capítulos 1 a 4: Introdução às crises financeiras

13/05 - Crises financeiras internacionais

KINDLEBERGER, Charles C. e ALIBER, Robert Z. *Manias, Pânicos e Crises - Uma História das Crises Financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013 - Capítulos 5 a 7: Aspectos domésticos das crises

20/05 – Crises financeiras internacionais

KINDLEBERGER, Charles C. e ALIBER, Robert Z. *Manias, Pânicos e Crises - Uma História das Crises Financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013 - Capítulos 8 a 10: Contágios e remédios

27/05 - Crises financeiras internacionais

KINDLEBERGER, Charles C. e ALIBER, Robert Z. *Manias, Pânicos e Crises - Uma História das Crises Financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013 - Capítulos 11 e 12: Contágios e remédios

03/06 - Semana de RI**10/06 - Crises financeiras internacionais**

KINDLEBERGER, Charles C. e ALIBER, Robert Z. *Manias, Pânicos e Crises - Uma História das Crises Financeiras*. São Paulo: Saraiva, 2013 Capítulos 13 a 15: Lições da história

17/06 - 2° Prova**01/07 - Disputa por recursos naturais**

MOYO, Sam; YEROS, Paris e JHA, Praveen. "Imperialism and primitive accumulation: notes on the new scramble for Africa". *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol 1, nº 2, 2012

MARGULIS, Matias, McKEON, Nora e BORRAS JR. Saturnino M. "Land grabbing and global governance: critical perspectives". *Globalizations*. Vol. 10, nº1, 2013.

08/07 - Disputa por recursos naturais

CLEMENTS, Elizabeth Alice e FERNANDES, Bernardo Mançano. "Land grabbing, agribusiness and the peasantry in Brazil and Mozambique". *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol. 2, nº 1, 2013.

CONSTANTINO, Agostina. "Land grabbing in Latin America: another natural resource curse?" *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol. 3, nº 1. 2014.

MARTIN, William G. e PALAT, Ravi Arvind. "Asian land acquisitions in Africa: beyond the 'New Bandung' or a 'new colonialism'". *Agrarian South: Journal of Political Economy*. Vol 3, nº 1, 2014

15/07 - 3º Prova

22/07 - Reposição

29/07 - Exame

Bibliografia Complementar

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. *Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

EICHENGREEN, Barry *Privilégio Exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional*; Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

FRIEDEN, Jeffry. *Capitalismo global: história econômica e política do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

WARNER, Jeroen, SEBASTIAN, Antoniette, e EMPINOTTI, Vanessa. "Claiming back the land: the geopolitics of Egyptian and South African land and water grabs". *Ambiente e Sociedade*, vol 16, nº 2, 2013.

Avaliação da aprendizagem

3 provas valendo 10 pontos cada

32. Currículo de RI da UNESP Franca

STG - Relações Internacionais - GRADE CURRICULAR

Estrutura curricular do curso de graduação em Relações Internacionais Resolução nº 20/2010

Para Integralização do Curso é necessário cumprir			
além das disciplinas obrigatórias			
Estágio Profissional	a partir do 3º ano ideal	obrigatório	120 horas
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso	4º ano ideal	obrigatório	120 horas
Disciplinas Optativas	a partir do 2º ano ideal	optativas	180 horas

Programa das Disciplinas

Código	1ª série Ideal		Créditos	Carga Horária
	Disciplinas Obrigatórias			
RIN1100	CIENCIA POLITICA		04	60
RIN1120	HISTORIA MODERNA E CONTEMPORANEA		04	60
RIN1130	INTRODUÇÃO AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS		04	60
RIN1140	TEORIA SOCIOLOGICA		04	60
RIN1160	FILOSOFIA POLITICA		04	60
RIN1110	DIREITO INTERNACIONAL		04	60
RIN1150	FORMAÇÃO POLITICA E ECONOMICA DO BRASIL		04	60
RIN1170	HISTORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS		04	60
RIN1180	ETICA		04	60
RIN1190	CULTURA E LINGUAGEM		04	60

Código	2ª série Ideal	Créditos	Carga Horária
--------	----------------	----------	---------------

	Disciplinas Obrigatórias		
RIN1200	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I	04	60
RIN1210	TEORIA POLITICA	04	60
RIN1220	ECONOMIA POLITICA	04	60
RIN1230	FILOSOFIA DA CIENCIA	04	60
RIN1240	TARI: TEMAS CONTEMPORANEOS EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS	04	60
RIN1250	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II	04	60
RIN1260	INSTITUIÇÕES POLITICAS BRASILEIRAS	04	60
RIN1270	METODOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	04	60
RIN1280	ECONOMIA INTERNACIONAL	04	60

Código	3ª série Ideal	Créditos	Carga Horária
	Disciplinas Obrigatórias		
RIN1300	TARI: ANALISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL	04	60
RIN1320	ORGANIZAÇÕES E SISTEMAS INTERNACIONAIS	04	60
RIN1330	HISTORIA DA AMERICA	04	60
RIN1340	ECONOMIA BRASILEIRA	04	60
RIN1360	POLITICA EXTERNA BRASILEIRA	04	60
RIN1310	TARI: FORMULAÇÃO DE ESTRATEGIAS	04	60
RIN1350	SOCIOLOGIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	04	60
RIN1370	POLITICA EXTERNA: MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA AMERICA LATINA	04	60
RIN1380	ECONOMIA POLITICA INTERNACIONAL	04	60

4ª série Ideal			
Código	Disciplinas Obrigatórias	Créditos	Carga Horária
RIN1400	TARI: PRATICAS E SIMULAÇÕES	04	60
RIN1420	ANTROPOLOGIA CULTURAL	04	60
RIN1430	GEOPOLITICA	04	60
RIN1440	POLITICA INTERNACIONAL	04	60
RIN1460	REGIME INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	04	60
RIN1410	RELAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS	04	60
RIN1470	ASSISTENCIA HUMANITARIA INERNACIONAL	04	60
RIN1480	SEGURANÇA INTERNACIONAL E RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	04	60

33. Programa de Economia Internacional da UNESP Franca

**Plano de Ensino****Curso**

RINRN-04 - Relações Internacionais

Ênfase**Identificação**

Disciplina

RIN1280V - Economia Internacional

Docente(s)

Paula Regina De J.P.Pavarina

Unidade

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento

Departamento de Relações Internacionais

Créditos	Carga Horaria	Seriação ideal
4	60	

Pré - Requisito**Co - Requisito**

Plano de Ensino

Objetivos

O conteúdo a ser abordado na disciplina tem por objetivo familiarizar o estudante com os principais aspectos teóricos vinculados às relações econômicas internacionais e a compreensão de conteúdos específicos. Pretende-se, durante a disciplina, promover um ambiente que facilite o conhecimento e a compreensão da terminologia e dos principais elementos empregados pela Ciência Econômica, de modo a possibilitar a internalização de argumentos que subsidiem as reflexões sobre as relações econômicas internacionais. Além do reconhecimento das características mais amplas sobre as políticas comercial e cambial, o estudante deve estar apto a compreender os efeitos destas em uma economia globalizada e interdependente.

Conteúdo

1) Teorias do comércio internacional, estruturação comercial e produtiva

a) Teorias de comércio internacional

- Teoria das vantagens comparativas
- Modelo de dotação relativa de fatores de produção
- Modelos contemporâneos de comércio internacional

b) Política comercial: análise e evolução recente

- Instrumentos de política comercial: efeito das tarifas e quotas
- Impacto dos subsídios
- Outras formas de proteção comercial: barreiras não-tarifárias

c) Protecionismo e liberalismo

- Debate teórico
- Instituições reguladoras do protecionismo

c) Investimentos produtivos transnacionais

- Investimentos estrangeiros diretos
- Papel e potencialidades dos investimentos estrangeiros

2) Desempenhos econômicos em economia mundial globalizada

a) Balanço de Pagamentos

b) Reservas internacionais

c) Endividamento externo

3) Política cambial

a) Regimes cambiais

b) Efeitos sobre políticas econômicas nacionais

4) Interdependência financeira

Metodologia

Os conteúdos serão abordados por meio de:

- Aulas expositivas;
- Discussão de textos e/ou seminários;
- Apresentação de vídeos relacionados aos temas desenvolvidos em sala de aula;
- Aplicação e realização de dinâmicas de grupo.

Bibliografia

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAUMANN, R. (org). O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

Plano de Ensino

BAUMANN, R.; CANUTO, O.; GONÇALVES, R. Economia internacional: teoria e experiência brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CARMO, E.C.; MARIANO, J. (org.) Economia internacional. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARBAUGH, R.J. Economia internacional. São Paulo: Thomson, 2004.

CHEREM, M.T.C.S.; DI SENA JÚNIOR, R. Comércio internacional e desenvolvimento: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Saraiva, 2004.

GONÇALVES, R. Economia política internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GONÇALVES, R.; BAUMANN, R.; PRADO, L.C.D.; CANUTO, O.; A nova economia internacional: uma perspectiva brasileira. São Paulo: Campus, 1998.

KRUGMAN, P.; OBSTFELD, M. Economia Internacional. São Paulo: Makron Books, 2005.

LIMA, M.; SILBER, S.D.; VASCONCELLOS, M.A.S. Manual de economia e negócios internacionais. São Paulo: Saraiva, 2011.

MANKIW, N.G. Introdução à economia. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005. (capítulos selecionados)

PIO, C. Economia política e globalização. Brasília: Funag/ IBRI, 2002.

RATTI, B. Comércio internacional e câmbio. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, A. Internacionalização de empresas brasileiras. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BARRAL, W. O comércio internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

BATISTA JR., P.N. O Brasil e a economia internacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

EICHENGREEN, B. A globalização do capital: uma história do Sistema Monetário Internacional. São Paulo: Editora 34, 2000.

GILPIN, R. Economia política das relações internacionais. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

KRUGMAN, P. A crise de 2008 e a economia da depressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

Plano de Ensino

KRUGMAN, P. (ed.) Crises monetárias. São Paulo: Makron Books, 2001.

KUPFER, D.; HIRATUKA, C.; LAPLANE, M. Perspectivas do investimento no Brasil: temas transversais. São Paulo: Synergia, 2011.

LIMA-CAMPOS, A. (org) Ensaio em comércio internacional. São Paulo: Singular, 2005.

LUZ, R. Relações econômicas internacionais: teoria e questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

OLIVEIRA, S.M. Barreiras não tarifárias no comércio internacional e direito ao desenvolvimento. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

THORSTENSEN, V.; JANK, M.S. O Brasil e os grandes temas do comércio internacional. São Paulo: Lex Editora; Aduaneiras, 2005.

VASCONCELLOS, M.A.S.; LIMA, M. SILBER, S.D. (org.) Gestão de negócios internacionais. São Paulo: Sarava, 2006.

Critérios de avaliação da aprendizagem

A avaliação do conteúdo ministrado na disciplina Economia Internacional será feita por meio de prova(s) e/ou trabalho(s), individuais ou em grupo. Ressalte-se que qualquer tentativa de "cola" ou "cópia" em prova(s) e/ou trabalho(s) implicará em atribuição de ZERO à nota SEMESTRAL. Parte da nota final será atribuída à participação do estudante nas aulas: qualidade da colaboração à aula, respeito aos colegas/ professora, interesse pela disciplina, assiduidade, pontualidade e respeito aos acordos realizados em sala. A prova de recuperação envolverá prova individual, escrita, abrangendo todo o conteúdo ministrado no semestre letivo.

Ementa (Tópicos que caracterizam as unidades do programa de ensino)

Sistema monetário internacional passado e recente. Crise, ajuste e reestruturação produtiva. Ciclo financeiro. Efeitos sobre políticas econômicas nacionais. Desempenhos econômicos em economia mundial globalizada. Nova ordem internacional.

Aprovação

Conselho Curso 06/03/2013

Cons. Departamental

Congregação

34. Programa de EPI da UNESP Franca

**Plano de Ensino****Curso**

RINRV-10 - Relações Internacionais

Ênfase**Identificação**

Disciplina

RIN1380-V 3º ANO - Economia Política Internacional

Docente(s)**Unidade**

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Departamento

Departamento de Relações Internacionais

Créditos	Carga Horaria	Seriação ideal
4	60	3

Pré - Requisito**Co - Requisito**

Plano de Ensino

Objetivos

1. Abordar o pensamento e a análise em economia política internacional e a maneira pela qual esta constrói seu Objeto de Conhecimento, tendo em vista as conjunturas históricas internacionais onde se desenvolveram;
2. Examinar as contribuições daí decorrentes na compreensão dos problemas identificados, no âmbito teórico, nessas conjunturas e a maneira pela qual formulam as relações que são estabelecidas entre Economias, Sociedades, Políticas e Estados e os conflitos daí decorrentes;
3. Estimular a produção pelos estudantes de exercícios e práticas de análise em economia política, referenciando-a a atual situação do debate nesse campo.

Conteúdo

I. Economia Política Internacional

1. Considerações sobre o objeto da Economia Política Internacional: visões; métodos e análises no conhecimento do Capitalismo Mundial;

Leituras:

- Fiori, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do séc. XXI. In: Medeiros; Fiori e Serrano. O mito do colapso do poder americano. 2009.
- Frieden, J. And Lisa Martin. International political economy: global and domestic interactions. Pag.118-146.
- Ikenberry and J. Grieco. State Power and World Markets: the international political economy. Introduction, p.1-18. 2002
- Medeiros, C. A. Rivalidade Estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: Polarização mundial e crescimento.
- Serrano, F. Relações de poder e a política macroeconômica. In: O poder americano. 2004.

II. Economia Política Internacional Ortodoxa

1. Equilíbrio geral nas trocas internacionais;
2. Relações Estado e Economia no Neorealismo
3. Crise do Neoliberalismo e suas defesas;

Leituras:

- Gilpin, R. Economia política internacional. Caps. 3. 2002.
- Keohane, R. Neorealism and its critics. Caps. 8 e 10. 1986
- IDEM. After Hegemony. Caps. 1 e 2. 1984.
- David, Lake. International Political Economy. A Maturing Interdiscipline. 2007.
- Nye, J. O Paradoxo do poder americano. Cap. 1. 2002.
- Ikenberry and J. Grieco. State Power and World Markets: the international political economy. Págs. 124-204. 2002
- Hunt, E. História pensamento econômico. Caps.11 e 18. 1986.
- J. Williamson. Economia aberta e a economia mundial. Caps. 8, 9 e 10

III. Teorias de EPI Heterodoxas.

1. Os caminhos da heterodoxia: continuidades, rupturas e revoluções.
2. Economia mundial capitalista: Estados, Classes Sociais e Política em economia política internacional heterodoxa.

Leituras

- Cox, R. Social forces, States and World Orders. In: Keohane, Neorealism and its critics. 1986.
- Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo. (orgs. Pomeranz, Miglioli e Lima). 1ª parte. Pgs. 21-68.
- IDEM. 3ª parte. Pgs. 243-256

Plano de Ensino

Esping-Andersen G. As três economias políticas do Welfare State. In: Lua Nova nº 24. Setembro 1991.

Marx, Karl. El Capital. Cap. XIII. Maquinaria e grande indústria.

IDEM. Caps. IV e V.

Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista.

J. M. Keynes. Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda. Caps. 17 e 22.

M. Kalecki. Crescimento e ciclo das economias capitalistas. Caps. 1 e 10.

J. Schumpeter. Teoria do desenvolvimento econômico. Caps. 1,2, e 3.

Wood, E. M. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. In Crítica marxista. 119.

IV. Teorias de EPI e Teorias heterodoxas aplicadas na análise da economia mundial capitalista e aos seus problemas.

1. Contestações ao Estado de Bem Estar Social;

2. Globalização financeira e crise do capitalismo;

3. Perspectivas analíticas sobre a depressão de 2008.

Leituras:

Robert Barro e M. Rush. Unanticipated Money and economic activity.

B. Snowdon et all. A modern guide to macroeconomics. Cap. 3, 4 e 5.

Froyen. Macroeconomics. Caps. 7, 9 e 10.

Kindleberger, C.. Manias, Pânico e Crashes. Um histórico das crises financeiras. Cap. 9-11.

Mankiw, N. A Quick Refresher Course in Macroeconomics. Journal of Economic Literature, Vol. 28, No. 4. (Dec., 1990), pp. 1645-1660.

Medeiros, M. Clássicos das Relações internacionais. 2010. HUCITEC. Caps. Seleccionados.

Belluzzo, L. G. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. Seção I. Política econômica em foco, n.7 2005.

Braga, J. C. S. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. 2009. Estudos Avançados.

Brenner, R. O Boom e a Bolha. Caps. 6 - 9. 2002.

Ha-Joon Chang Ha-Joom Kicking Away the Ladder - Development Strategy in Historical Perspective.

Cornwall & Cornwall. Capitalist development in the twentieth century. Chaps.6,7,12 e 13.

Fiori, J. L. Novembro de 2005. Sobre o Poder Global. * In: Novos Estudos 73. p.61-72.

Lima. Studart. (orgs) 2002 Economia monetária e financeira. Ed. Campus. Caps. Seleccionados.

Metodologia

Aulas expositivas e seminários em grupos de alunos.

Leituras, análises e discussão de textos.

Bibliografia

Barro, R. e M. Rush. 1980. Unanticipated Money and economic activity. In: Rational Expectations and Economic Policy. Stanley Fischer, (editor). University of Chicago Press.

Belluzzo, L. G. As transformações da economia capitalista no pós-guerra e a origem dos desequilíbrios globais. Seção I. Política econômica em foco, n.7 2005.

Braga, J. C. S. Crise sistêmica da financeirização e a incerteza das mudanças. 2009. Estudos

Plano de Ensino

Avançados.

Brenner, R. O Boom e a Bolha. Caps. 6 - 9. 2002.

Cornwall, J. & Cornwall, W. 2001. Capitalist development in the twentieth century. Cambridge. Un. Press.

David, Lake. International Political Economy. A Maturing Interdiscipline. 2007.

Esping-Andersen G. As três economias políticas do Welfare State. In: Lua Nova nº 24. Setembro 1991.

Fiori, J. L. Novembro de 2005. Sobre o Poder Global. In: Novos Estudos 73. p.61-72.

Fiori, J. L. O sistema interestatal capitalista no início do séc. XXI. In: Medeiros; Fiori e Serrano. O mito do colapso do poder americano. 2009.

Frieden, J. And Lisa Martin. 2002. International political economy: global and domestic interactions. Pag.118-146. In: Ira Katznelson and Helen Milner. Political Science: the State of Discipline. W.W. Norton

Froyen, R. 1999. Macroeconomics. Theories and Policies.

Gilpin, R. 2002. Economia política internacional. Ed.

Ha-Joon Chang Ha-Joom Kicking Away the Ladder - Development Strategy in Historical Perspective. (vide tradução ed. UNESP).

Hunter, E. K. 1986. História do Pensamento econômico. Ed. Campus.

Ikenberry and J. Grieco. 2002. State Power and World Markets: the international political economy. Págs. 124-204.

Kalecki, M. 1987. Crescimento e Ciclo das economias capitalistas. Ed. HUCITEC.

Keohane, R. 1986. Neorealism and its critics. Columbia Univ. Press.

Keynes, J. 1983. Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro. Abril cultural.

Klindleberger, C. 1992. Manias, Pânico e Crashes. Um histórico das crises financeiras. Ed. Ortiz

Lima, Studart. (orgs) 2002 Economia monetária e financeira. Ed. Campus.

Macedo e Silva, A. C. 1999. Macroeconomia sem equilíbrio. Ed. vozes. FECAMP.

Mankiw, N. A Quick Refresher Course in Macroeconomics. Journal of Economic Literature, Vol. 28, No. 4. (Dec., 1990), pp. 1645-1660.

Marx, Karl. 1996. O Capital. Livro. 1. TOMO 1 e 2. Os Economistas. Abril Cultural.

Marx e Engels. Manifesto do Partido Comunista. Diversas edições.

Medeiros, C. A. Rivalidade Estatal, instituições e desenvolvimento econômico. In: Polarização mundial e crescimento. (Org.) Fiori.

Medeiros, M. 2010. Clássicos das Relações internacionais. HUCITEC.

Nye, J. O Paradoxo do poder americano. Cap. 1. 2002.

Pomeranz, L. Miglioli, J. Tadeu Lima, G. (orgs). 2001. Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem à M. Kalecki.

Schumpeter, J. 1982. A teoria do desenvolvimento econômico. Abril cultural.

Serrano, F. 2004. Relações de poder e a política macroeconômica. In: O poder americano. (org.) J. L. Fiori.

Snowdon, B.; Vane, H. Wynarczyk, P. 1994. A Modern Guide to Macroeconomics. An introduction to competing schools of thought. Ed. Edward Elgar.

Williamson, J. 1989. economia aberta e a economia mundial. Ed. Campus.

Plano de Ensino

Wood, E. M. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. In Crítica marxista. 119.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR.

- Ackley, Gardner. 1989. Teoria Macroeconômica I e II. Biblioteca P. C. Sociais. 3ªed.
 Arrighi, G. 1996. O Longo Século XX. Ed. Contraponto. Ed. UNESP.
 Blaug, Mark. 1994. The methodology of economics or how economists explain*. Second edition. Cambridge. Unv. Press.
 Chiang, A. 1982. Matemática para economistas. Ed. USP. MCGRAW-HILL.
 Dillard, D. A teoria econômica de J. M. Keynes. 1964. Bib. Pioneira de C. Sociais.
 Dornbusch, R. Fischer, S. 1982. macroeconomia*. McGraw-Hill.
 Dumont, L. 2000. Homo Aequalis. Ed. da Universidade do Sagrado Coração.
 Giannotti, J. A. Trabalho e Reflexão. 1983. Ensaio para uma dialética da sociabilidade.
 Hobsbawm, E. 1996. A Era dos Extremos. O breve século XX. 1914-1991. Companhia das Letras.
 Lima, G. Sicsú, J. Fernando de Paula, L. 1999. Macroeconomia moderna. Keynes e a economia contemporânea. Ed. Campus.
 _____ (2003) Macroeconomia do emprego e da renda. Partes II e III. Ed. Malone. RJ.
 Walras, L. 1996. Os economistas. Nova cultural.
 Possas, M. 1987. Dinâmica da economia capitalista. Uma abordagem teórica. Ed. Brasiliense.
 Rouanet, S.P. 1993. Mal Estar na Modernidade. Cia. Das Letras.

RECURSOS DA INTERNET:

Dicionário de Economia www.wikipedia.org/wiki/economics

Critérios de avaliação da aprendizagem

A avaliação será efetuada da seguinte forma: seminários em grupo com nota de E a A;
 Duas provas no semestre letivo, com validade de zero a dez.
 Avaliação final será igual a soma e a divisão por 2 de ambos os conceitos acima.

Ementa (Tópicos que caracterizam as unidades do programa de ensino)

Teorias em economia política internacional: clássicas, ortodoxas e heterodoxas. Objeto da disciplina. Relações Estado, economia e sociedade. Modelos políticos e econômicos. Síntese neoclássica. Modelos de equilíbrio geral. Modelo IS LM. Instabilidade do capitalismo. Keynesianismo. Monetarismo. Novas tendências em teoria EPI. Teorias econômicas e crises da economia capitalista mundial contemporânea.

Aprovação

Conselho Curso

Cons. Departamental

Congregação

35. Currículo de RI da UNESP Marília

Matriz de Relações Internacionais – UNESP Marília**1º ANO**

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Introdução à Geografia	Introdução à Ciência Política
Introdução à Economia	Macroeconomia
Introdução à Metodologia aplicada às Relações Internacionais	Introdução à História
Introdução ao estudo das Relações Internacionais	Introdução ao estudo do Direito
Introdução à Antropologia	Introdução à Sociologia

2º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Economia Política Internacional I	Economia Política Internacional II
Teoria das Relações Internacionais I	Teoria das Relações Internacionais II
Direito Constitucional Comparado	Teoria Política Contemporânea
Teoria Política Moderna	Política Brasileira
Formação histórica do Brasil	Formação histórica da América Latina

3º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Economia Brasileira	Economia Industrial
Geopolítica e Segurança Internacional	Direito Internacional Público
Organizações Internacionais	Sociologia Contemporânea
Política Externa Brasileira	Integração Regional e Geopolítica da América Latina
História das Relações Internacionais	Antropologia das identidades e das nacionalidades na América Latina

4º ANO

1º SEMESTRE	2º SEMESTRE
Metodologia e Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais	Cenários e gestão estratégica
Optativa 1	Optativa 2
Direitos Humanos e Temas Sócio-ambientais	Organizações e Movimentos Sociais Internacionais
Comércio Internacional e internacionalização de empresas	Análise da Política Externa Brasileira
Questões Estratégicas Contemporâneas I	Questões Estratégicas Contemporâneas II

36. Currículo de RI da UFRGS

Período Letivo: 2015/1

Curso: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Habilitação: RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Currículo: RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Créditos Obrigatórios: 144
Créditos Eletivos: 20
Créditos Complementares: 6
Total: 170

Carga Horária Obrigatória: 2400
Carga Horária Eletiva: 300
Nº de Tipos de Créditos Complementares:
 2
Total: 2790

Etapa 1

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
DIR03309	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I	Obrigatória	2	30
GEO01136	GEOGRAFIA POLÍTICA	Obrigatória	4	60
ECO02039	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I	Obrigatória	4	60
ECO02245	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I	Obrigatória	4	60
ECO02276	INTRODUÇÃO A ECONOMIA	Obrigatória	4	60
ECO02082	INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Obrigatória	4	60

Etapa 2

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
DIR03325	DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II - DIR03309 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO I	Obrigatória	2	30
ECO02258	FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL - ECO02245 - HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I	Obrigatória	4	60
ECO02042	HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II - ECO02039 - HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS I	Obrigatória	4	60
ECO02246	HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO II - ECO02245 - HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO I	Obrigatória	4	60
HUM06029	POLÍTICA I: FUNDAMENTOS DA TEORIA POLÍTICA - ECO02082 - INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Obrigatória	4	60
ECO02067	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - A - ECO02082 - INTRODUÇÃO ÀS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Obrigatória	4	60

Etapa 3

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
ECO02273	ANÁLISE MACROECONÔMICA - ECO02276 - INTRODUÇÃO A ECONOMIA	Obrigatória	4	60

ECO02083	COMÉRCIO INTERNACIONAL - ECO02276 - INTRODUÇÃO A ECONOMIA	Obrigatória	4	60
HUM03085	HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA III - A - ECO02042 - HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS II	Obrigatória	4	60
HUM06829	POLÍTICA II : TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA - HUM06029 - POLÍTICA I: FUNDAMENTOS DA TEORIA POLÍTICA	Obrigatória	4	60
ECO02068	TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - B - ECO02067 - TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - A	Obrigatória	4	60

Etapa 4

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
DIR03016	DIREITO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - A - DIR03325 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II	Obrigatória	4	60
ECO02004	ECONOMIA INTERNACIONAL I - A - ECO02273 - ANÁLISE MACROECONÔMICA	Obrigatória	4	60
ECO02046	INTEGRAÇÃO E BLOCOS ECONÔMICOS INTERNACIONAIS - Créditos Obrigatórios - 60	Obrigatória	4	60
ECO02097	ORGANIZAÇÕES E REGIMES INTERNACIONAIS - ECO02068 - TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - B	Obrigatória	4	60
HUM06831	POLÍTICA IV: POLÍTICA COMPARADA - HUM06829 - POLÍTICA II : TEORIA POLÍTICA CONTEMPORÂNEA	Obrigatória	4	60
ECO02056	RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS - HUM03085 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA III - A	Obrigatória	4	60

Etapa 5

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
ECO02084	ANÁLISE DE CONJUNTURA INTERNACIONAL - ECO02068 - TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS - B - e ECO02273 - ANÁLISE MACROECONÔMICA - e HUM03085 - HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA III - A	Obrigatória	4	60
ECO02006	ECONOMIA INTERNACIONAL II - A - ECO02004 - ECONOMIA INTERNACIONAL I - A	Obrigatória	4	60
ECO02045	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA I - Créditos Obrigatórios - 60	Obrigatória	4	60
ECO02085	RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁSIA - Créditos Obrigatórios - 80	Obrigatória	4	60

Etapa 6

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
ECO02049	INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS - ECO02006 - ECONOMIA INTERNACIONAL II - A - e ECO02083 - COMÉRCIO INTERNACIONAL	Obrigatória	4	60
ECO02048	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA II	Obrigatória	4	60

ECO02086	- ECO02045 - POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA I RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ÁFRICA E DO ORIENTE MÉDIO - Créditos Obrigatórios - 100	Obrigatória	4	60
ECO02087	SEGURANÇA INTERNACIONAL - Créditos Obrigatórios - 100	Obrigatória	4	60

Etapa 7

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
ECO02013	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I - ECO02006 - ECONOMIA INTERNACIONAL II - A - e ECO02258 - FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	Obrigatória	4	60
ECO02052	POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA III - ECO02048 - POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA II	Obrigatória	4	60
ECO02053	RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA AMÉRICA LATINA - Créditos Obrigatórios - 100	Obrigatória	4	60
ECO02274	TÉCNICA DE PESQUISA E PROJETO DO TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO - Créditos Obrigatórios - 100	Obrigatória	4	60

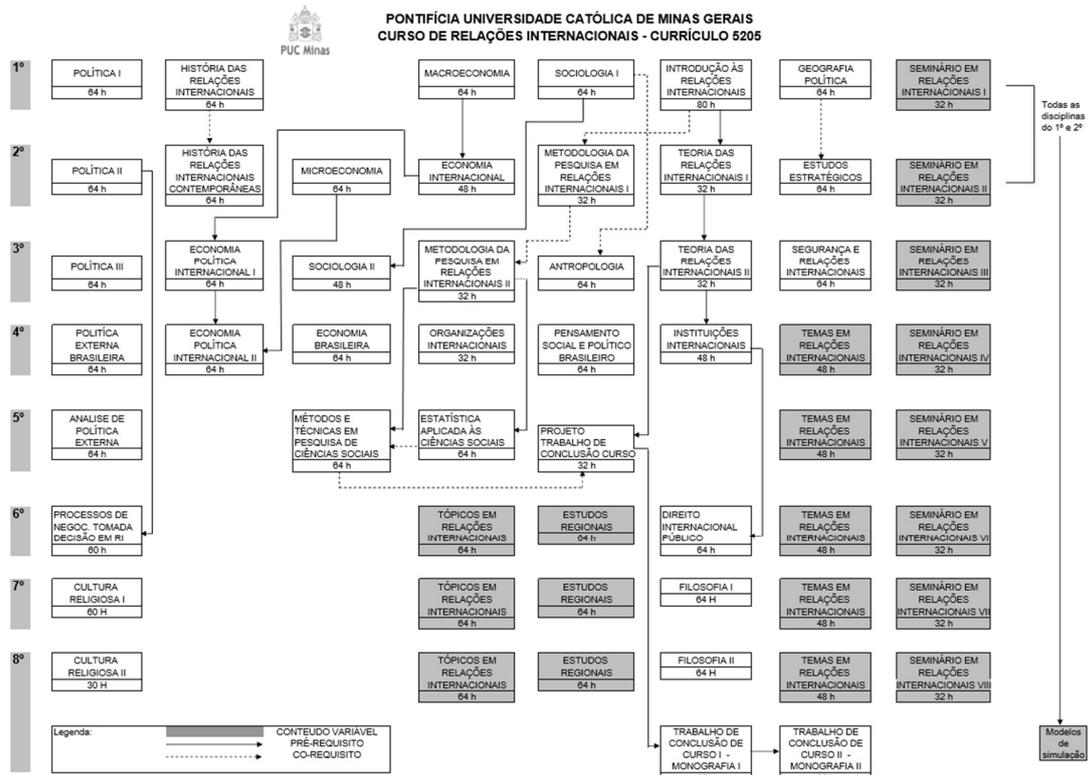
Etapa 8

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
ECO02009	ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA II - ECO02013 - ECONOMIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA I	Obrigatória	4	60
ECO02088	NEGÓCIOS INTERNACIONAIS:NOVOS CENÁRIOS E ESTUDOS DE MERCADO - ECO02049 - INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS	Obrigatória	4	60
	TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS - ECO02274 - TÉCNICA DE PESQUISA E PROJETO DO TRABALHO DE DIPLOMAÇÃO	Obrigatória	0	240

Sem Etapa

Código	Disciplina/Pré-Requisito	Caráter	Créditos	Carga Horária
LET02208	ALEMÃO INSTRUMENTAL I	Adicional	4	60
LET02209	ALEMÃO INSTRUMENTAL II - LET02208 - ALEMÃO INSTRUMENTAL I	Adicional	4	60
HUM05006	ANTROPOLOGIA - INTRODUÇÃO - Créditos Obrigatórios - 20	Eletiva	4	60
HUM03347	CULTURA BRASILEIRA	Eletiva	4	60
ECO02249	DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÔMICO - Créditos Obrigatórios - 100 - e ECO02273 - ANÁLISE MACROECONÔMICA	Eletiva	4	60
DIR03049	DIREITO AMBIENTAL NACIONAL E INTERNACIONAL - DIR03325 - DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO II	Eletiva	2	30

37. Grade Curricular de RI da PUC-MG



38. Currículo de RI da PUC-SP

1º PERÍODO	2º PERÍODO	3º PERÍODO	4º PERÍODO
História das Relações Internacionais na Modernidade	História das Relações Internacionais Contemporâneas	Geografia das Relações Internacionais Contemporâneas	Política Externa Brasileira I
Relações Internacionais: princípios teóricos e processos históricos	Teorias das Relações Internacionais I	Política Internacional Contemporânea	Teorias das Relações Internacionais II
Antropologia e Relações Internacionais	Economia	Economia Internacional	Relações Internacionais e Economia Política
Política e Soberania	Estados, Regimes e Formas de Governo	Teoria Geral do Direito	Direito Internacional
Fundamentos Sociológicos	Introdução ao Pensamento Teológico I	Introdução ao Pensamento Teológico II	Psicologia e violência no mundo contemporâneo
Oficina de Relações Internacionais: Módulo I	Oficina de Relações Internacionais: Módulo II	Oficina de Relações Internacionais: Módulo III	Oficina de Relações Internacionais: Módulo IV
Ética e Filosofia Política	Metodologia Científica para Relações Internacionais		

5º PERÍODO	6º PERÍODO	7º PERÍODO	8º PERÍODO
Política Externa Brasileira II	Inserção Internacional do Brasil	Optativa-RI	Optativa-RI
Instituições internacionais I	Instituições Internacionais II	Optativa -FCS	Optativa-FCS
Ética e cultura num mundo globalizado	Segurança e Conflitos Internacionais	Optativa-FEA/DIR	Optativa-FEA/DIR
Agenda Sociológica Contemporânea	Políticas Sociais no âmbito mundial	Optativa-RI	Optativa-FCS
Jornalismo Internacional	Optativa-LIVRE	Optativa -LIVRE	TCC II: Orientação
Linguagem, Comunicação e Sociedade		TCC I: Supervisão de Projeto	